

UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Letras

**POVOAMENTO TARDO-ROMANO E ALTIMEDIEVAL NA
BACIA TERMINAL DO RIO LIMA (SÉCULOS IV-XI)**

Cláudio Roberto Laranjeira Brochado

2004

UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Letras

**POVOAMENTO TARDO-ROMANO E ALTIMEDIEVAL NA
BACIA TERMINAL DO RIO LIMA (SÉCULOS IV-XI)**

Dissertação de Mestrado em Arqueologia
Porto, Abril de 2004

Cláudio Roberto Laranjeira Brochado

*Para os meus Pais,
para os meus Irmãos,
para a minha Mulher.
Isto também é vosso.*

Índice

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 4 |
| 2. Caracterização do Espaço | 10 |
| 3. O Baixo Império | 19 |
| 3.1. Política, Economia e Sociedade nos Séculos IV e V | 20 |
| 3.2. O Noroeste Peninsular no Baixo Império | 27 |
| 3.3. O Povoamento Tardo-Romano no Baixo Lima | 28 |
| 3.3.1. <i>Habitat</i> Concentrado | 30 |
| 3.3.2. <i>Habitat</i> Disperso | 33 |
| 3.3.3. Necrópoles | 42 |
| 4. A Germanização na Península Ibérica | 44 |
| 4.1. De 409 a 585: A Constituição e a Desagregação do Reino Suevo | 44 |
| 4.1.1. O Povoamento do Século V e VI na Bacia do Lima | 51 |
| 4.1.2. <i>Habitat</i> Concentrado | 53 |
| 4.1.3. <i>Habitat</i> Disperso | 57 |
| 4.1.4. Necrópoles | 60 |
| 4.2. De 589 a 711: Reino Visigodo | 61 |
| 4.2.1. O Povoamento na Bacia do Lima nos Séculos VII/VIII | 62 |
| 5. Das Invasões Árabes à Segunda Reconquista: Factos e Problemas | 68 |
| 5.1. Problemas ao Estudo do Povoamento dos Séculos IX e XI na Bacia do Lima | 75 |
| 5.2. O Povoamento | 79 |
| 5.2.1. As <i>Villae</i> , Fenómeno de Dispersão | 79 |
| 5.2.2. A Fortificação | 83 |
| 5.2.3. Arquitectura Religiosa | 90 |
| 5.2.4. Necrópoles | 92 |
| 6. Conclusões | 96 |
| Inventário Arqueológico | 110 |
| Abreviaturas | 207 |
| Bibliografia | 207 |
| Apêndice Documental | 223 |

1. Introdução

O trabalho que nos propusemos abordar como dissertação de Mestrado em Arqueologia, intitulado *Povoamento Tardo Romano e Altomedieval na Bacia Terminal do Rio Lima (Séc. IV-XI)*, foi motivado por diferentes factores, alguns relacionados com a prática arqueológica, outros por razões de índole pessoal. Entendemos que a maior motivação necessária para feitura de um qualquer trabalho deverá partir de um reconhecido e fomentado gosto pessoal pela actividade que se exerce. No nosso caso esses elementos pesaram muito na escolha quer da temática quer do espaço.

Uma das primeiras memórias que temos da Arqueologia relaciona-se com a Quinta do Paço Velho da Facha. Lá passamos parte da nossa adolescência nas intervenções arqueológicas que à altura ainda se realizavam. Outro aspecto relaciona-se com o conhecimento que possuímos de grande parte do território aqui analisado, porque acompanhamos muitas vezes o Professor Brochado de Almeida nas suas sucessivas incursões de identificação e análise dos vestígios arqueológicos do Vale do Lima e áreas adjacentes. Sob a sua orientação participamos por mais de uma vez em campanhas de escavação no Paço Velho (Facha), no forno cerâmico do Pereiro (Correlhã) e numa sondagem efectuada no Monte de Santo Ovídio (Arcozelo/ Sá). Se uma certa relação afectiva nos ligou à área que nos propusemos abordar, a experiência de trabalho em locais com cronologias romanas tardias e mesmo altomedievais também ajudou a seleccionar esta área do leque de possibilidades que tínhamos à disposição.

A escolha do tema também resultou dessa experiência. Sabíamos de antemão que um estudo de síntese que interligasse os vestígios de cronologia romana e altomedieval, afinal tão difíceis de destrinçar, estava ainda por fazer para este local, apesar de se contarem, felizmente, algumas referências importantes, algumas até bem extensas, directamente relacionadas com a área por nós abordada. São disso exemplo os numerosos trabalhos do Professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida dedicou a estas temáticas nas suas múltiplas dimensões (ALMEIDA CAF 1966: 2-12; 1970: 8-15; 1972: 113-139; 1978a; 1978b; 1980: 305-313; 1986b; 1993: 191-200), à semelhança do Professor Mário Barroca (BARROCA 1987a; 1987b; 1988: 159-171; 1990-1991: 89-136; 1986: 277-288; 1990: 101-145; 1995) e o Professor Brochado de Almeida (ALMEIDA CAB 1990; 1995; 1996; 2003), trabalhos esses que apresentam dezenas de entradas onde está bem patente o eco que as características típicas do povoamento romano encontraram nos séculos seguintes à queda do Império no Ocidente.

Armados com os elementos fornecidos por aqueles autores definimos o âmbito cronológico da nossa dissertação. Por existir uma estação arqueológica no Vale do Lima que apresenta uma diacronia ocupacional abrangente dos períodos tardo-romano e altimedieval, a *villa* da Quinta do Paço Velho (Facha), pareceu-nos aliciante tentar estabelecer um quadro de hipóteses que fizessem a ponte entre aqueles períodos tão distantes, buscando paralelos na área definida e analisando os vestígios e as características do povoamento. Como o Professor Brochado de Almeida considerou que a *villa* do Paço Velho apresenta indícios de ter sido edificada entre os finais do século IV e inícios do século V (ALMEIDA CAB 2003: 352).

Como seria necessário um enquadramento histórico que articulasse as principais ocorrências políticas, económicas, sociais e culturais dos períodos em questão, optámos por balizar o nosso trabalho a partir das consequências da reforma de Diocleciano, ocorrida nos anos 284-288 mas com efeitos visíveis a partir do século IV, pelas grandes repercussões na alteração da paisagem agrária do mundo romano (ALMEIDA CAF 1993: 192).

Por seu turno, estabeleceu-se o limite deste trabalho no final da Alta Idade Média. A teoria da História ensinou-nos que a Alta Idade Média, à semelhança das congêneres subdivisões temporais, não tem uma meta definida, mas aceita-se de forma consensual a associação do fim deste período à segunda metade do século XI (ALMEIDA CAF 1986b: 149).

Fica, deste modo, perceptível a balizagem cronológica deste trabalho. Urge, depois, debater as questões relacionadas com a definição da área de estudo.

Porque a bacia do Lima, na sua parte terminal, imiscui territórios pertencentes aos concelhos de Viana do Castelo e Ponte de Lima, não nos servimos dessas convenções administrativas para demarcar tal área de trabalho, antes recorremos aos limites da bacia rigorosa do vale do Lima, através das vertentes de escoamento das linhas de água que compõe esta bacia hidrográfica, para além de ser natural que a poente o limite seja o Atlântico. Quanto à parte nascente, consideramos que a barreira constituída pelos complexos orográficos Serra da Nora – Serra de Antelas serviria de limite oriental, dado que a partir desta barreira a realidade geográfica, orográfica e climática começam a alterar-se em relação às verificadas junto à linha de costa, para além de a razão aconselhar o não alargamento do território quando a amplitude cronológica é tão vasta, pois concorreríamos, desse modo, para um trabalho de síntese de outra categoria, o que por ora não é aconselhável.

Não obstante, a área por nós demarcada compreende 278 km², englobando os territórios de freguesias pertencentes aos concelhos de Ponte de Lima, caso de Arcos (S. Pedro), Arcozelo, Bertandos, Cabração, Correlhã, Estorãos, Facha, Fontão, Moreira do Lima, Sá e Vitorino das Donas, e de Viana do Castelo, como Anha, Areosa, Cardielos, Carreço, Darque, Deão, Deocriste, Geraz do Lima (Santa Leocádia), Geraz do Lima (Santa Maria), Lanheses, Meadela, Meixedo, Montaria, Moreira de Geraz do Lima, Mujães, Nogueira, Outeiro, Perre, Portela de Susã, Serreleis, Subportela, Torre, Viana do Castelo (Monsserrate), Viana do Castelo (Santa Maria Maior) Vila Franca, Vila Fria, Vila Mou e Vilar de Murteda.

Começa a linha de delimitação da área de estudo na foz do ribeiro do Rodanho, alinhando-se depois para nascente pela encosta do Vigário até ao Faro de Anha/ Alto do Galeão (169 m) (Anha/ Darque); segue a linha imaginária pelo Lugar do Monte (Mazarefes), Sabariz e Monte da Junca (Vila Fria) até ao alto de Roques (252 m) (Vila Fria/ Mujães/ Portela de Susã/ Vila Franca); daqui parte para o Alto do Picoto (248 m) (Subportela/ Portela de Susã), Soutelo (Portela de Susã), Monte Cruzeiro (417 m) (Portela de Susã/ Geraz, Santa Maria/ Deocriste), Vacaria (Geraz, Santa Maria), Bouça dos Marcos, Fojo de Água (Facha/ Vitorino de Piães) e Bouça Chão (Facha/ Vitorino de Piães/Fojo Lobal) até ao Monte da Nora (574m) (Facha/ Fojo Lobal/ Rebordões, Santa Maria); daqui segue para norte por S. João do Monte e Nossa Senhora da Conceição (Correlhã) até à foz do Trovela, junto à Quinta da Roseira. Cruza aqui o rio Lima e segue por Regadas e Chão da Pedra (Santa Comba) até ao Monte de Santo Ovidio (249 m) (Arcozelo/ Sá); depois pelo Alto dos Carvalhinhos até Antelas (431) (Moreira do Lima/ Labruja), Penedo da Bandeira e Serra do Formigoso (Cabração) contornando até ao Alto do Cavalinho e Cova do Lobo (zona onde a linha de delimitação das bacias do Lima, âncora e Coura coincidem com os limites dos concelhos de Viana do Castelo, Ponte de Lima e Caminha), Bretial (799 m) (Estorãos/ Montaria), Corisco (780 m) e Torre (Montaria), Folgadoiro (284 m) (Amonde/ Vilar de Murteda/ Nogueira/ Montaria), Alto da Bouça das Freiras (374 m) (Nogueira/ Outeiro), Alto da Cova da Raposa (Outeiro), Pedras Negras, Santa Luzia (550 m) (Outeiro/ Afife/ Carreço), Chã de Carreço, Porqueiro (474 m) e Montedor (Carreço), finalizando no Atlântico em frente a esta colina.

A metodologia na qual assenta o nosso trabalho compreendeu uma recolha exaustiva de vestígios consentâneos das tipologias e cronologias definidas acima, a partir da recolha bibliográfica e posterior prospecção no terreno. Tais vestígios

traduzem tipologias distintas: os que se relacionam directamente com o habitat, quer sejam os vestígios de povoamento concentrado, quer disperso; os testemunhos de enterramento, nomeadamente as necrópoles ou os moimentos isolados; os elementos artísticos de conjunto ou isolados; e a toponímia. De fora do nosso rol ficaram a maioria dos vestígios que se relacionam com a exploração do território, pois traduzem a existência de povoamento mas não definem uma tipologia de ocupação ou mesmo um quadro populacional, como é o caso das explorações mineiras, das salinas e dos fornos cerâmicos, a não ser que estivessem directamente relacionados com os sítios onde se observou a ocorrência das quatro primeiras categorias.

No que concerne às vias, estas mereceram algum tratamento quando os vestígios se enquadravam na sua envolvente, mas não analisamos nenhum troço em particular, dado que os aspectos ligados à viação romana e medieval se encontram publicados por mais de uma vez e não oferecem grande oposição (ALMEIDA CAF 1968; ALMEIDA CAB 1979: 61-151; ALMEIDA CAB 1990: 243-256). Contudo faz-se referência ao aparecimento de um par de canoas piróxilias, uma das quais com datação absoluta consentânea com o período abordado (Séc. X-XI) (ALVES 1985: 209-234), pelo que aludimos a elas no nosso inventário arqueológico.

Para uma orientação da leitura deste trabalho, refira-se que o mesmo está dividido em quatro partes: o capítulo que trata da caracterização do espaço; o capítulo que se reporta aos aspectos ligados ao povoamento durante o período tardo-romano, isto é, entre os inícios do século IV e os meados do século V; o capítulo que diz respeito ao período correspondente à dominação germânica, ou seja, entre os meados do século V até aos meados do século VIII; e o capítulo que concerne à fase de meados do século VIII até aos meados do século XI. Em cada capítulo faz-se uma breve introdução aos aspectos políticos, económicos, sociais e culturais do período abordado, partindo da generalidade vivida no ocidente europeu até à particularidade do quadrante norocidental da Península Ibérica, com especial ênfase à nossa área de estudo se essas referências existirem. Depois tratam-se os aspectos ligados ao povoamento dentro da área em análise.

Nas páginas seguintes à conclusão incluiu-se o inventário arqueológico onde foram incluídos 81 sítios. A seriação foi estabelecida por ordem alfabética rigorosa, a partir do topónimo mais importante, depois a freguesia¹; por isso não apresentamos uma

¹ Quando existem vestígios que se encontram repartidos entre duas ou mais freguesias; a ordenação foi efectuada por ordem alfabética quando as freguesias dizem respeito à bacia do Lima e se encontram

divisão por concelhos, porque a bacia de escoamento do Lima não respeita divisões administrativas. A localização dos sítios efectuou-se a partir das coordenadas da Rede Geodésica Europeia Unificada (*Datum* Europeu), no caso da longitude; a longitude foi calculada a partir da Rede Geodésica Nacional (*Datum* de Lisboa). A utilização de sistemas referenciais distintos ocorreu por questões meramente processuais, pois não acarretam confusão.

Como a estação base do nosso estudo é a *villa* da Quinta do Paço Velho, elaborou-se um pequeno estudo ceramológico por amostra percentual, tendo em vista uma proposta de tipologia de cerâmicas, para assim se poderem integrar com maior fiabilidade os diferentes vestígios arrolados nesta área. Esta parte aparece em anexo.

A elaboração de um trabalho acarreta sempre dificuldades. Para além da grande área definida e da grande amplitude cronológica, a grande dificuldade passou pela gestão da extensa bibliografia e documentação impressa que tivemos de analisar, para se poder fornecer dados consistentes, muitas vezes sem paralelo com os vestígios encontrados. Muitos deles ainda se encontram indefinidos, como à frente se verá, pois só a realização de intervenções arqueológicas poderão precisar as tipologias e definir as cronologias. Para isso concorreram, muitas vezes, as más condições do terreno, em especial nas matas, nos montes e nos campos abandonados. Para além da tradicional dificuldade na acessibilidade a alguns dos sítios, verificaram-se grandes problemas na identificação de vestígios seguros em outros locais pelas condições em que se encontrava o terreno, nomeadamente o crescimento desordenado de vegetação arbustiva e arbórea, facto que dificultou a recolha de cerâmicas e outros elementos, devido à espessa camada de húmus que tudo cobre.

Outra das grandes dificuldades que tivemos na feitura do arrolamento dos vestígios prendeu-se com o facto de a micro toponímia estar quase perdida neste território, situação motivada, sobretudo, pelo êxodo rural que se verifica um pouco por todo o Vale do Lima. Muitos topónimos dos quais tínhamos referências muito interessantes ficaram por associar a eventuais vestígios arqueológicos, por já não existir precisão na localização dos nomes das bouças e dos campos.

Mas nas dificuldades também encontramos apoio. Utilizamos estas linhas para agradecer a todos quanto nos incentivaram no prosseguimento deste trabalho, mesmo

dentro da área definida; no caso de uma freguesia da nossa área de estudo partilhar um vestígio com uma situada fora da mesma, a ordenação privilegiou a primeira em detrimento da segunda.

quando o desânimo metodológico e a vontade de desistir foram grandes, em especial aos nossos companheiros de Mestrado; agradecer ao Dr. Antunes de Abreu pelas informações prestadas relativamente à Igreja Velha da Meadela e ao Dr. Matos Reis pela simpatia com que nos recebeu no Museu Municipal de Viana do Castelo; ao Professor Doutor Brochado de Almeida pela sua disponibilidade total para nos atender nas nossas dúvidas e, por fim, agradecer ao nosso orientador, o Professor Doutor Mário Barroca, pela exigência e pela paciência.

2. Caracterização do Espaço

A bacia terminal do rio Lima reveste-se de especial interesse quando se enceta um trabalho de estudo sobre o povoamento humano ao longo dos tempos, pela riqueza de problemáticas cujo entendimento, difíceis de abarcar, mas caracterizadoras da população da região, concorrem para a solidez antropológica e paisagística de uma região por muitos vista como sublime. Como toda a região de Entre-Douro-E-Minho, também aqui se fazem sentir os efeitos telúricos de uma região sempre verde, abundante em recursos hídricos, de clima ameno e recursos ecológicos importantes que desde cedo atraíram o Homem.

Ao confrontarmo-nos com a paisagem desta região do Minho, com Viana capital e o Lima como longo braço unificador da identidade Limiana, compreendem-se as palavras de Pedro Homem de Melo que um dia cantou no seu *Pecado*¹

*“Eu sou de Viana cidade.
Eu sou de Viana que é vila.
Sou de Viana e sou da aldeia
Sou do monte e sou do mar.
A minha terra é Viana!
Quem diz Viana, diz Cerveira,
Quem diz Cerveira, diz Arga ...
- Só dou o nome de terra
Onde o da minha chegar! ...”*

Esta face voltada ao mar e a ruralidade envolvente à cidade/ vila/ aldeia diz bem da dualidade de recursos de que o minhoto da Ribeira Lima sempre beneficiou, especialmente onde mais depressa se verificam a proximidade das duas realidades mar - monte. Viana é isso: a confluência dos mundos pastoril, agrícola e piscatório, sem que se possa distinguir muito bem quem é quem nesta terra, prova que a variedade de recursos existentes e a versatilidade de quem os explora reflecte um saber profundo adquirido durante milénios para garantir a sobrevivência. Mesmo no limite da área que propomos abordar como espaço de trabalho para esta dissertação, o Homem do Lima ainda consegue pautar a sua existência na exploração do campo, do monte e do rio, numa ecologia com paralelo apenas no Noroeste português.

¹ MOURÃO-FERREIRA, David, Portugal, *A Terra e o Homem – Antologia de Textos de Autores Portugueses do Século XX*, II Volume, 1ª Série, Lisboa, FCG, 1979, p. 87

Mas o vale do Lima não é só terra com cheiro de maresia. É a terra onde as festas se imbuem de profunda religiosidade e intenso paganismo, onde o cardo e o *saco da invejidade* ainda afastam as bruxas e o mau-olhado e a Santa Companhia ainda vela as cangostas marginais ao avanço da luz eléctrica². É a região de vinhos verdes famosos, o de Ponte e o de Perre³, das grandiosas feiras de Ponte e de Viana, dos trajes garridos e da profusa ourivesaria.

Para o Professor Carlos A. Ferreira de Almeida, um dos mais entendidos investigadores da profunda relação Homem-Espaço do Minho, magistralmente defendida nessa obra de referência chamada *Alto Minho* (ALMEIDA CAF 1987), a paisagem minhota tem “*uma intrincada espessura humana e uma longa sedimentação histórica (...) com campos muito velhos e outros mais recentes, com as casas dispersas entre hortas, arvoredos e ramadas com uma organização espaço-social estruturada em redor de um campanário e de uma teia de caminhos*” (ALMEIDA CAF 1987: 8-9), termos cuja veracidade só é desfeita, do Minho ao Douro, pelas diferenças orográficas ao nível da altitude que se verificam entre o Alto e o Baixo Minho.

O rio Lima é o ponto de confluência destas duas realidades. De um lado perfila-se o Minho setentrional, de topografias mais acentuadas, moldando uma paisagem de média altitude, plena das características geográficas típicas das faldas da Barreira de Condensação do Noroeste Peninsular em subida progressiva até ao alto da Serra da Peneda. O meio-dia minhoto apresenta, por seu turno, um pendor menos acentuado e mais permeável aos ares marítimos oceânicos, com uma progressão topográfica mais suave até se começar a desenhar a base dos montes do Gerês. Entre estes dois mundos, afinal próximos, corre o rio espelho de água outrora apelidado *oblivio* (MELA 1989: 83).

A bacia terminal deste curso de água desenvolve-se num vale alargado, com inclinação diminuta, próximo do perfil de equilíbrio, acompanhado de larga planície de aluvião que penetra ao longo dos vales afluentes (TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 9), decalcando a falha tectónica, à semelhança do rio Minho (RIBEIRO 1987:14),

² Sobre a Antropologia Minhota veja-se alguns estudos: ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Alto Minho*, Col. Novos Guias de Portugal, Ed. Presença, Lisboa, 1987, p. 48-66; Idem, ‘Território Paroquial no Entre-Douro-E-Minho. Sua Sacralização’, *Nova Renascença*, Porto, 1981. p. 202-212; Idem, ‘A Paroquia e Seu Território’, in *Minho Terras e Gente, Cadernos do Noroeste – Sociedade, Espaço, Cultura*, Braga, Universidade do Minho, 1986, p. 113-130; ARAÚJO, José Rosa, *Limiana - Página Regional de Arqueologia Artística e Etnografia*, LIMICI, Ponte de Lima, 1991; VASCONCELOS, Jorge Leite de, *Etnografia Portuguesa*, INCM, Vol. V, Lisboa, 1982, p. 407-668

³ Um aforismo da zona de Barcelos refere que “*Vinho de Perre mata a fome e a sede*” (VASCONCELOS 1983: 393)

corporizando, deste modo, os principais efeitos da natureza geológica do Maciço Antigo nos limites ocidentais da Península Ibérica.

O quadrante norocidental de Portugal assenta num espaço geográfico coincidente com o Sistema Galaico-Duriense, que neste local confina com o Oceano Atlântico (RIBEIRO 1987:14). Este facto é visível na prolongada linha tectónica de primeira ordem que se estende desde Vigo até Espinho (RIBEIRO 1987:136), responsável pela formação da arriba fósil, de forte inclinação, a qual limita, do interior, a ampla plataforma de abrasão marinha que forma a orla litoral, cuja regularidade é apenas interrompida, a norte, pela presença do pequeno outeiro de Montedor, em Carreço (TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 7).

As condições geológicas do Maciço Antigo estão na base da definição da bacia hidrográfica do Lima, constituída pelo paralelismo da rede de linhas de água de escorrimento convergente aos ribeiros efluentes, a maior parte dos quais transversais à orientação ENE do vale do Lima, isto é, de curso orientado N-S ou S-N, marcando os alinhamentos das vertentes na mesma orientação, com culminação nas portelas, o que sugere a origem tectónica deste vale (RIBEIRO 1987: 177-178; TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 7).

A geologia explica esta configuração orográfica, dado que esta parte terminal da Bacia do Lima é constituída maioritariamente pelo granito, perfilando-se, de seguida, os xistos argilosos, facto que condicionou o relevo desta área. Dada a maior permeabilidade dos terrenos graníticos, formou-se uma arga profusão de pequenas redes hidrográficas vincadas nos vales profundos por vertentes bem definidas, ao passo que os solos de base xistosa apresentam uma moldagem orográfica de pendores mais suaves, com maior multiplicidade de cabeços e outeiros e conseqüente profusão de linhas de água (RIBEIRO 1987:174).

A geologia desta parcela do território português caracteriza-se por um quadro comum ao verificado em todo o Maciço Antigo da Península Ibérica, com especial incidência nas formações eruptivas predominantes, bem como a grande concentração de formações aluvionares antigas e recentes, próprias de uma bacia terminal de grande curso como é o caso do Lima.

Os depósitos aluvionares recentes caracterizam-se pela formação de complexos arenosos de origem marinha ou fluvial situados nas praias, na foz dos rios ou nas bacias terminais dos mesmos, constituídos por areias e cascalheiras de seixos rolados e eolizados. Estes depósitos são facilmente verificáveis nas margens do Lima,

nomeadamente nas amplas planuras agricultadas Santa Comba, Lanheses, Moreira de Geraz e Veiga de S. Simão (Mazarefes), e nos depósitos dunares presentes na faixa costeira, de Anha a Carreço (TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 9).

No que concerne ao Plistocénico, verifica-se a presença de depósitos de praia e de terraços na bacia do Lima e nos leitos dos ribeiros, os quais se identificam pela formação de cascalheiras, ao passo que nas regiões mais interiores, como Alvarães e Vila Fria, registam depósitos de areias grosseiras e argilas. Podem-se verificar, do mesmo modo, a presença de depósitos de praias antigas e de depósitos de terraços escalonados a diferentes níveis (TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 11-12)

O Silúrico encontra-se representado nesta região pela existência de uma mancha muito metamorfizada de “xistos e grauvaques, com faixas de xistos grafitosos, liditosos e quartzitos intercalados” (TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 13). Esta situação regista-se no espaço compreendido a norte do rio Lima, mais concretamente entre a serra de Arga e serra de Perre, contactando com os granitos da Serra de Arga a nascente, ao passo que a poente confina com o complexo de xistos e grauvaques da serra de Perre, com separação arbitrária e proveniente de um possível contacto tectónico (TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 13-14)

Os quartzitos da zona da Areosa denunciam a presença de formações geológicas atribuídas ao Ordovício, constituindo, de resto, a única presença de vestígios deste período para a região. O ante-ordovício encontra-se representado pelas formações xistentas e quartzítico-conglomeráticas, bem como algumas séries metamórficas derivadas existentes na vertente nascente a serra de Santa Luzia (TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 15).

No que concerne às rochas eruptivas, sem dúvida a mancha de maior expressão no panorama geológico da zona de Viana do Castelo, destacam-se as rochas graníticas e granodioríticas de formação alcalina, na sua maioria rochas leucocráticas de duas micas com predominio da moscovite sobre a biotite (TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 16). Assim, das diferentes convulsões orogénicas de formação das manchas de rochas eruptivas, distinguem-se, para esta área, o granito porfiróide de grão grosseiro, visível à volta de Ponte de Lima, em especial Refoios, Brandara, Calheiros, S. João da Ribeira, Serzedelo e Bertianos, aqui claramente granodiorito biotítico de grão fino; o granito porfiróide de grão médio ou fino a médio, existente na Serra da Padela e Geraz do Lima, abrangendo as freguesias de Poiães, Navió, Deocriste, Portela de Susã e Geraz; o granito porfiróide de grão fino ou médio a fino, centrado na mancha da serra de Santa

Luzia, desde Viana do Castelo para norte até Montedor e Afife; o granito de grão grosseiro ou médio a grosseiro, abrangendo a mancha da serra de Arga, a mancha de Anha, abrangente de Darque, Mazarefes, Vila de Punhe, Vila Fria e Anha, para além da mancha da serra de Perre, contendo Outeiro e Nogueira, com uma ligação para ocidente com a mancha da serra de Santa Luzia, e à mancha de Vila Franca, a sul do Lima; e o granito de grão médio ou fino a médio, constituindo uma grande mancha granítica a oeste de Ponte de Lima, abarcando as freguesias de Correlhã, Bertandos, Santa Comba, Estorãos, Arcos e Fontão, envolvendo da mesma forma a vasta mancha da serra da Nora, freguesias de Santa Leocádia de Geraz do Lima, Vitorino de Piães, Vitorina das Donas, Fojo Lobal, Facha, Correlhã, Cabaços, Fraistelas, Calvelo, Mato e Gueifar (TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 18-32).

Quanto às rochas filonianas, estas têm pouca expressão neste local. Os filões pegmatíticos são desenvolvidos com especial incidência a norte de Outeiro e a norte e noroeste de Estorãos, tal como as massas e filões aplito-pegmatíticos e pegmatíticos, a maior parte encaixados em rochas silúricas, estes na zona de Outeiro. Os filões de quartzo e as massas constituídos por este material são mineralizados e abundam menos que os filões pegmatíticos, situando-se na região de Estorãos. Relativamente a filões de rocha básica metamorfozada, apenas foram cadastrados filões de pequena dimensão na serra do Formigoso, a leste da serra de Arga (TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 32-33).

Como anteriormente foi referido, as condições geológicas condicionaram fortemente a orografia do território, através da interação física notável nos circuitos geo-meteorológicos. Aliás, é neste último plano, o meteorológico, que se registam algumas particularidades que conferiram maior dinâmica geofísica ao local e nos ajudam a explicar as diferenças notórias entre os diferentes complexos geográficos em oposição entre as bacias do Lima e do Minho, o que faz desta uma zona de transição.

Assim, o litoral minhoto encontra-se condicionado pela sua situação marginal face ao oceano Atlântico, facto que, aliado à posição latitudinal do território e a frequência de elevações com altitudes consideráveis junto à costa, influem nas qualidades da circulação atmosférica, quer se trate da Frente Polar, quer dos Anticiclones Subtropicais, cuja interação determina tempo estável ou perturbações ao longo do ano (FARIA 1999: 146-148). Verificam-se, deste modo, invernos pluviosos associados a baixas temperaturas, ainda que os períodos de maior índice de baixas temperaturas não registem pluviosidade; a primavera, por seu turno, é temperada e chuvosa, se bem que em Março exista a tendência para registos de baixas de

temperatura e intensa pluviosidade, ao passo que no final do trimestre já são mais frequentes os dias limpos em detrimento das borrascas de sudoeste. O período estival é quente e estável e o outono apresenta dois meses de transição, em que se verificam dias estáveis em Setembro e Outubro, ao passo que a partir de Novembro se começam a registar os temporais de oeste e norte (FARIA 1999:150).

A temperatura média ronda os 10° em Janeiro e os 18,5° em Julho/Agosto (FARIA 1999: 159). Por seu turno, a precipitação média anual ronda os 1430 mm, com maior incidência no período que medeia entre Outubro e Maio (cerca de 85% da quantidade total), em especial no mês de Janeiro, facto que faz das bacias do Lima e Minho as que apresentam maiores valores de precipitação anual, não só em termos de quantidade, como de dispersão ao longo do ano. Isto deve-se ao efeito de ‘barreira climática’ motivado pela orografia do terreno, associado à presença “*de depressões associadas à Frente Polar que, progressivamente, se vão encaminhando em direcção ao Noroeste Peninsular*” (FARIA 1999: 185-188). Grande parte da precipitação ocorre na forma de chuva e aguaceiros, sendo mais escassa a presença de granizos e mais rara sob a forma de neve.

Esta é uma zona que apresenta, contudo, uma das mais altas taxas de insolação do norte do país, registando-se uma insolação média anual de 2420 horas, decrescendo, no entanto, à medida que se avança para o interior e em altitude (FARIA 1999: 177). No concernente aos períodos de nebulosidade, regista-se uma percentagem de céu coberto na ronda dos 50% nos meses de Setembro a Maio; os valores mais altos centram-se em Dezembro e Janeiro, enquanto que os meses com maior número de dias limpos são Julho e Agosto (FARIA 1999: 183).

Horácio Faria ensaiou uma síntese das diferentes classificações ou propostas teóricas quanto ao regime climático do litoral minhoto, atendendo às condições climáticas desta área. Assim, segundo o quadro de regiões climáticas proposto por Suzanne Daveau “*estamos na presença do tipo marítimo, sub-tipo Litoral Oeste, classe P*”, por apresentar verões frescos e invernos moderados. Quanto à classificação de Köppén esta “*é uma região de clima húmido tipo B4, pela presença de clima temperado, verão quente e precipitação em todos os meses*”. A classificação de Thornwaite, por seu turno, atribui-lhe o “*tipo húmido IV ou III – Mesotérmico II, caracterizado por verões moderados e invernos suaves e chuvosos*”. A classificação de Allue “*leva-nos a concluir que estamos perante uma sub-região fitoclimática mediterrânica sub-húmida de tendência atlântica*”. Na classificação de Papadakis

“estamos perante um clima marítimo/ temperado/ super-marítimo, mediterrânico húmido, incluído na unidade climática mediterrâneo marítimo, que se caracteriza por ter uma precipitação invernal maior que a estival” (FARIA 1999: 214).

A presença de elevados índices de pluviosidade ao longo do ano, quando associados ao regime de vertentes com forte inclinação nas bacias médias das linhas de água, mas passando gradualmente a encostas de pendor suavizado à medida que se diluem nas planícies de aluvião que marginam o rio Lima e pelos vales alargados que rematam as bacias dos seus afluentes, conferiu a esta área específica do Noroeste português, através da erosão, a intrincada teia de vertentes, linhas de água, cristas dos montes e zonas baixas, para além de uma multiplicidade de nascentes e fontes ou afloramentos dos lençóis friáticos. A adição a este quadro de uma estabilidade da amplitude térmica ao longo do ano, do alto grau de insolação e as óptimas condições dos terrenos, quer pela drenagem, a exposição solar e o arejamento pelos ventos marítimos, compõe o programa de condicionalismos excelentes para a produção agropecuária com difícil paralelismo no restante território nacional.

Este é, sem embargo, um território com grande potencialidade para o cultivo, devido à existência de bons solos, abundância de água e clima ameno, ainda que o regime de exploração seja pouco convidativo à produção extensiva. Aliás, o regime de propriedade tornou-se o maior responsável pelos baixos índices de produtividade agrícola no Alto Minho, dado que os terrenos serviram, durante gerações, uma economia de subsistência assente no gado como energia motriz, no milho e nos produtos extraídos nas muito frequentes hortas. No distrito de Viana do Castelo predominam as explorações com espaço inferior a 2 ha, constituindo cerca de 60% do total. No distrito de Braga, é muito mais frequente a existência de propriedades com área entre os 5-20 há (CALDAS e FIGUEIREDO 1986: 33). Os produtos agrícolas aqui explorados com maior expressão são o milho, a batata, as leguminosas e o vinho. Aliás é frequente os campos serem delimitadas pelas plantações de vinha, quer seja em latadas quer seja em uveiras.

Os sistemas produtivos ancestrais, assentes na exploração *ex aequo* entre *ager/mons*, ainda se verifica em grande parte das áreas rurais dos concelhos de Viana do Castelo e Ponte de Lima, só para referir aqueles que abrangem a área de estudo por nós delineada. A ecologia minhota adaptou-se às oscilações climáticas durante o ano, com intensa pluviosidade nos meses da invernia e alguma aridez na época estival, facto que motivou a adopção de um sistema de rega naquele período para culturas mais exigentes,

como é o caso do milhão (*Zea Mays*) (CALDAS e FIGUEIREDO 1986: 23) e estratégias de aproveitamento da abundância de água no inverno como forma de combater os efeitos nocivos da geada nas pastagens e nos campos produtores de forragens: o limar. O regadio encontra-se de tal maneira instalado como forma de garantia do abastecimento hídrico às culturas, que no distrito de Braga abrange 49.524 *ha* de área agrícola (o que representa 72,5%), ao passo que em Viana do Castelo abarca 23.543 *ha* de área agrícola (65,8%) (CALDAS e FIGUEIREDO 1986: 33).

As condições orográficas afectaram, da mesma forma, os esquemas de cultivo da zona em análise, dado que nas zonas mais baixas, é frequente observarem-se amplas várzeas cultivadas intensivamente, até aos 400 metros de altitude; acima disto e até aos 700 metros, o cultivo é feito em campos de socalcos que acompanham as curvas de nível, apresentando-se sempre mais compridos do que largos. Acima dos 700 metros regista-se muito pouco espaço cultivado, visto ser este o território primacial para a pastorícia desde há séculos (CALDAS e FIGUEIREDO 1986: 23). As próprias condições dos solos, de base granítica, oferecem uma estrutura física permissiva ao cultivo intensivo, pois incorpora facilmente os adubos e estrumes provenientes dos vegetais da floresta transformados no estábulo (CALDAS e FIGUEIREDO 1986: 23).

Os recursos florestais evidenciados podem-se resumir às espécies nativas carvalho roble (*quercus robur*), castanheiro (*castanea sativa*), sobreiro (*quercus suber*), loureiro (*laurus nobilis*) e pinheiro manso (*pinus pinea*), se bem que no último século se tenha registado um avanço extraordinário da mancha do pinheiro bravo (*pinus pinaster*) e, nas últimas décadas, do eucalipto (*eucalipthus globulus*). Dentro dos arbustos que genericamente se denominam por matos, salientam-se o tojo (*genista triacanthus*), a carqueja (*chamaespartium tridentatum*), a urze (*erica cinera*) e o feto macho (*pteridium aquilinum*). São espécies que se articulam entre duas zonas climáticas distintas, devido às condições climatéricas (RIBEIRO 1987: 102).

Quanto à paisagem humana, pode-se considerar que o povoamento desta região é disperso, ainda que concentrado pelas áreas situadas abaixo da curva dos 100 metros, exceptuando-se os casos das freguesias de Outeiro e Montaria (Viana do Castelo) e Santa Maria de Geraz do Lima, S. Pedro de Arcos e Estorãos (Ponte de Lima). O edificado é frequente na proximidade das vias de comunicação, quer sejam caminhos ou estradas e, portanto, mais próximo das orlas da propriedade que no centro dela. O regime de minifúndio e a profusa divisão da propriedade motivada por venda ou partilha de herança, bem como um arroteamento disperso, terão contribuído fortemente para a

dispersão do povoamento. Existem, contudo, sinais de concentração de edificado em centros urbanos consideráveis, como é o caso de Viana do Castelo, que como cidade capital de distrito, aglutina e desenvolve as manchas do edificado das freguesias limítrofes, como é o caso da Meadela, Areosa e Portuzelo. Na outra margem do rio, em Darque, assiste-se à massificação da construção em torno da via de acesso à ponte de Viana, com densidade mais notória por ser esta uma localidade espartilhada entre o rio Lima e a acentuada vertente do Alto do Galeão. Igual fenómeno é registado em Ponte de Lima, sede de concelho, estendendo-se a mancha densa do edificado quer do lado da vila, quer no lado de Arcozelo.

Em 1991, o concelho de Ponte de Lima registava 43 421 habitantes; em 1996 contava com 44 210⁴; em 2001 registava 44 336 habitantes⁵, traduzindo um crescimento de 0,2% ao ano, com declínio na segunda metade da década (0,05% ao ano) em relação à primeira metade (0,35% ao ano).

Quanto ao concelho de Viana do Castelo, registou-se uma população de 83 095 habitantes em 1991; em 1996 contava com 84260⁶, ao passo que em 2001 se registaram 88409 habitantes⁷, o que traduz um crescimento de 0,6% ao ano, ainda que na primeira metade da década tivesse registado um crescimento de 0,27% ao ano, contra os 0,93% da segunda metade.

Perante estes dados relativos à população dos dois concelhos, é notória a quebra de crescimento em Ponte de Lima a partir de 1996, ao passo que em Viana do Castelo a tendência sofre efeitos opostos, registando-se um aumento do crescimento populacional a partir da segunda metade da década em análise.

⁴ INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*, Porto, 1997, p. 14

⁵ INE, *Censos 2001 - Resultados Preliminares*, Lisboa, 2001, p. 126

⁶ INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*, Porto, 1997, p. 14

⁷ INE, *Censos 2001 - Resultados Preliminares*, Lisboa, 2001, p. 171

3. O Baixo Império

O Noroeste de Portugal é, actualmente, um dos espaços mais analisados em termos do povoamento ligado à Romanização; se pensarmos nos trabalhos de Francisco Queiroga (QUEIROGA 1992), Manuela Martins (MARTINS 1990) Armando Coelho (SILVA 1986) e Brochado de Almeida (ALMEIDA CAB 1990 e 1996) ficamos com um quadro bastante próximo dos grandes trabalhos de síntese dedicados à Proto-História e Romanização desta faixa do espaço português, ainda que, no concernente ao período tardio ou Baixo Império, são poucas os estudos relacionados directamente àquele período. Houve uma maior preocupação em estabelecer-se modelos de afirmação dos Romanos entre os povos indígenas deste quadrante da Península Ibérica, por oposição à interrupção do domínio romano em Portugal. Mas apesar da aparente empatia daqueles investigadores pelo início da dominação romana em detrimento do Baixo Império, não podemos dizer que são inexistentes os estudos abrangentes desta época, onde a bacia do Lima ocupa um plano de especial destaque.

Para além dos estudos cruciais que o Professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida dedicou a esta temática, mormente no período do paleocristianismo e do advento da Germanização do Noroeste Peninsular (ALMEIDA CAF 1972; ALMEIDA CAF 1993), o Professor Brochado de Almeida contribuiu com estudos incontornáveis dentro deste período cronológico, muito por causa das investigações que conduziu na Quinta do Paço Velho (Facha, Ponte de Lima) e no Forte de Lovelhe (Vila Nova de Cerveira), só para citar as estações mais importantes (ALMEIDA CAB 2003). Depois é incontornável o importante trabalho desenvolvido por Mário Barroca no arrolamento das necrópoles do Entre Douro e Minho, estando referenciado um conjunto interessante de sepulturas tardias (BARROCA 1987), para além do muito importante contributo da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho no *Salvamento de Bracara Augusta* (DELGADO e LEMOS 1985; DELGADO 1987; FONTES 1987 e 1992; MARTINS e DELGADO 1989-90; MARTINS 1990 e 1991-92). A área que apontamos para estudo encontra-se, deste modo, bem abrangida por estudos importantes, propiciadores de importantes paralelos.

Para enquadrar a perspectivação sobre a organização do povoamento na bacia do Lima concernente ao período tardo-romano (Século IV-V) ensaiaremos, de seguida, uma curta exposição das problemáticas política, económica e social durante o Baixo Império, para o entendimento das grandes linhas orientadoras da vida quotidiana de

então; depois serão introduzidas a vivência da Península Ibérica, mas sobretudo do Noroeste, durante aquele período, tal como serão abordadas as problemáticas dos níveis de povoamento romano.

3.1. Política, Economia e Sociedade nos Séculos IV e V

O advento do século IV d. C. coincidiu com os efeitos colaterais da *crise do século III*, tal como das reformas perpetradas por Diocleciano, reformas essas aparecidas para combater a famigerada crise. Sem querermos entrar fundo na problemática deste período da História Romana, é lícito aludir a este fenómeno político, económico e social, pois foi na *crise do século III* que nasceu o Baixo Império.

Tal crise não foi mais do que a soma de múltiplos factores os quais perigaram a continuidade do Império Romano, a começar por uma grave instabilidade política, depois a pressão militar permanente junto ao *limes* germânico situado no eixo Reno/Danúbio, para além da crise monetária que empobreceu as camadas mais baixas da população, base da motora da economia romana.

A crise política surgiu pela associação de consecutivas aclamações e deposições de imperadores por via das armas com as revoltas populares, fruto do descontentamento dos mais desfavorecidos, e das investidas dos inimigos do Império, os quais aproveitaram sabiamente a fraqueza dos exércitos romanos para assim penetrar com violência nos territórios da *Magna Roma*. Os golpes palacianos foram perpetrados pelos chamados *imperadores-soldados*, chefes militares apoiados na força das armas, em especial na Guarda Pretoriana, tendo-se tornado prática corrente ascender ao poder com o apoio das legiões, ávidas do ouro dos cofres estatais (ROLDÁN HERVÁS et alii 1999: 237-240). Após uma guerra civil resultante do confronto dos exércitos estacionados na Síria, na Bretanha e no *limes* do Danúbio/ Reno chega ao poder Séptimo Severo, general do exército renano, sendo aclamado Imperador pelas suas tropas em 192, dando-se início, assim, à Dinastia dos Severos (192-235) (ROLDÁN HERVÁS et alii 1999: 241). Iniciou-se um aparente período de estabilidade política em que o poder acabou por ser gradualmente transferido para os chefes dos exércitos, usualmente conotados com o Imperador, em detrimento do Senado ou dos seus apoiantes.

A partir de 253, data coincidente com o Império de Valeriano, a pressão dos povos godos e germanos fez-se sentir com maior acuidade nas costas orientais do Mar Negro. A somar a este problema, registaram-se confrontos crescentes entre Sapor I da

Pérsia e os exércitos romanos a partir de 255, com grande intensidade no ano seguinte, data em que Valeriano foi feito prisioneiro pelos persas, tendo falecido em cativo (ROLDÁN HERVÁS et alii 1999: 278).

Sucedeu a Valeriano o seu filho Galieno. A governação deste Imperador marcou profundamente os tempos seguintes, dada a reestruturação que promoveu junto do exército, dando-lhe a mobilidade e agilidade necessárias ao policiamento eficaz das vastas fronteiras romanas. Este facto trouxe, contudo, problemas políticos graves: a dinâmica e relativa autonomia das legiões promoveram uma série de levantamentos e proclamações paralelas de imperadores, com especial incidência nos Balcãs e no Egipto, este último grande centro abastecedor de Roma; aproveitando o clima de guerra civil, os godos lançaram uma campanha devastadora contra a zona do Danúbio (ROLDÁN HERVÁS et alii 1999: 282). Em 268, ano em que Galieno foi assassinado, o Império estava gravemente fragmentado pelas lutas intestinas e pelo assédio continuado dos povos do noroeste às suas fronteiras. As fontes referem uma época dos *Trinta Tiranos*, ainda por comprovar, mas a sucessão de proclamações entre 256 e 268 não andaria longe daquela cifra (ROLDÁN HERVÁS et alii 1999: 277-282).

O período compreendido entre 270 e 275 pode-se considerar como uma ilha no restante panorama político do século III. É deste tempo a governação de Aureliano, o qual restituiu alguma sanidade económica ao Império, para além de promover a unidade territorial, malgrado as acções de uma série de usurpadores, aclamados e assassinados pelas próprias tropas, casos de Septímio, Domiciano e Urbano (ROLDÁN HERVÁS et alii 1999: 285). Não obstante a oposição acérrima do Senado à política imperial centralista, Aureliano acabou por controlar sabiamente aquele órgão político, pois cedo se verificou que a acção militar do Imperador na tentativa de preservar a unidade territorial do Império, malgrado as constantes pressões nos diferentes *limes*, era muito benéfica para os interesses de todos os quadrantes políticos (ROLDÁN HERVÁS et alii 1999: 285).

Com efeito, entre 271 e 273 os godos acoassavam continuamente as regiões da Ilíria, da Dácia e da Trácia, ao passo que a usurpação de Septímio grassava na parte oriental do Império, mormente na Ásia Menor e parte do Egipto, com as revoltas dos exércitos de Palmira, apoiados por Sapor I da Pérsia. A acção militar de Aureliano pôs cobro a estes assédios externos e internos. A isto deve adir-se a capitulação forçada de Tétrico, Imperador das Gálias desde 270 (ROLDÁN HERVÁS et alii 1999: 286-287). Para uma melhor compreensão da importância unificadora dos diversos triunfos de

Aureliano, basta referir os títulos outorgados ao seu *imperium*: *Gothicus Maximus* (271), *Parthicus*, *Persicus* (272); *Armeniacus*, *totius Orientis poseesor*, *restitutor orientis*, *pacatur orientus* (272-273), *Carpicus Maximus* (272) e *Britannicus Maximus* (273), ao passo que o Senado lhe concedeu os títulos de *maximus*, *magnus et invictus*, *indulgentissimus* e *pacatissimus* (ROLDÁN HERVÁS et alii 1999: 285-288). Reformou a moeda, consolidou a distribuição da *annona* pela plebe, reforçou a vigilância no *limes* renano-danubiano e amuralhou a cidade de Roma, empreendeu uma série de obras públicas, civis e religiosas, encetou uma pequena reforma agrária na Itália e perseguiu a ostentação dos luxos por parte das camadas altas da sociedade (ROLDÁN HERVÁS et alii 1999: 289-290). Os elementos acima mencionados mostram uma linha de acção que corta com o período anterior, pleno de instabilidade política e carestia económica. Caracala (211-217) havia sido o último Imperador reformista ao estilo de Aureliano, ainda que com uma acção bem mais violenta para com os seus detractores.

Aureliano morreu em 275 e o poder imperial passou por alguma inconstância política até à aclamação de Diocleciano como Imperador em 285. Oriundo da Ilíria, tal com Aureliano, promoveu uma série de reformas importantes, à semelhança do seu compatriota.

Até às reformas de Aureliano, o panorama político, económico e social no Império Romano era grave. A *crise do século III* foi, com acima se tentou sintetizar, política e militar. Se a pressão dos povos vizinhos das fronteiras do Império se fazia sentir com maior intensidade e de forma continuada, exemplo dos godos desde 250, os persas a partir de 260, e francos e alamanos entre 260 e 270, o panorama interno não se afigurava com melhorias. De facto, a ausência do grosso dos exércitos romanos regulares em campanha motivava a escalada de insegurança e a aclamação de imperadores a bom ritmo pelas diferentes legiões, o que proporcionou a fragmentação progressiva dos territórios imperiais e até a sua perda para o inimigo. Testemunho da instabilidade política da altura é a grande quantidade de imperadores assassinados, quer por inimigos, quer pelas próprias tropas. O número daqueles imperadores que faleceram por causas naturais é mesmo muito diminuto.

A crise económica derivou do fenómeno político-militar. As constantes movimentações militares provocavam não só gastos suplementares nos salários das tropas, mas também as razias e o esgotamento de recursos. A desvalorização da moeda tornou-se uma prática comum para compensar o muito empobrecido erário romano e daí se explica que Aureliano tivesse cuidado com esmero da estabilização monetária

(ROLDÁN HERVÁS et alii 1999: 289). O défice estatal forçou o aumento da carga fiscal, o qual, aliado à queda do comércio externo pelas ameaças contínuas nas grandes rotas do oriente, bem como a desagregação progressiva do circuito comercial interno, afectado pela desvalorização monetária e pelo aparecimento cíclico de bandos de salteadores que perigavam as rotas internas, golpeou quase fatalmente as camadas média/ baixa da população. Os efeitos mais visíveis desta decadência social parecem provir dos centros urbanos (ROLDÁN HERVÁS et alii 1999: 345), pois ali tanto se notou a quebra na produção industrial, como o crescimento dos indigentes, não só locais, como os fugidos dos campos (ROLDÁN HERVÁS et alii 1999: 345-346). Somente os senhores das *villae* permaneceram aparentemente alheios a estas realidades, tornando-se praticamente auto-suficientes e com maior controlo sobre as pequenas comunidades vizinhas constituídas por trabalhadores quase semi-escravizados pela carestia (ROLDÁN HERVÁS et alii 1999: 346).

À crise política, económica e social resta adir a demográfica: as epidemias foram noticiadas com frequência; o Imperador Cláudio II, por exemplo, morreu de peste em 270 (ROLDÁN HERVÁS et alii 1999: 283).

Diocleciano tornou-se Imperador em 285 e com ele surge uma nova forma de governo, a Tetrarquia. Tal sistema consistiu na partilha do governo com outro Augusto, Maximiano, assistindo-se à constituição de um governo bicéfalo; depois, cada um deles escolheu um lugar-tenente (um César) para a gestão de partes do território. A motivação por trás desta tetrapartição do poder prendia-se com a dotação de um governo imperial sólido e capaz de agir com celeridade e agilidade contra os previsíveis assédios ao poder, quer fossem por golpe de estado, quer por revoltas, quer por invasões inimigas. A divisão continuou com a fracção das províncias em unidades territoriais menos extensas, passando-se de 57 para 96 províncias, agrupadas por seu turno em 12 dioceses. Com esta divisão territorial era intuito dos Tetrarcas eliminarem possíveis focos de oposição e ameaças à sua governação, conquanto existia um maior domínio efectivo do aparelho público, para além de se poder efectuar um maior controlo censitário e fiscal. É desta altura a formação da província da *Gallaecia*, aglutinando territórios pertencentes aos antigos *Conventus Bracaraugustanus*, *Lucensis* e *Astur* (ALMEIDA CAF 1993: 192).

Com efeito, a grande reforma perpetrada por Diocleciano e seus pares foi, sem dúvida, a ocorrida na tributação. Promoveu-se a revisão geral dos cadastros tendo em vista o recenseamento fiscal exaustivo da população e dos seus bens, definindo-se os

centros urbanos como a base a partir da qual se processaria à colecta, num sistema renovado assente no pagamento *per capita*. Lactâncio, autor contemporâneo destas medidas, aqui citado por Joseph Salrach i Marés, reportou-se desta forma à acção dos censitores: “*es mesuren els camps fita per fita, es comptem els ceps de les vinyes i els arbres, s’inventaria el bestiar de tota mena, i s’anota individualment el nom de cadascú. A la ciutat s’agrupa la població del nucli urbà i del camp ... totham paga pel su cap*” (SALRACH i MARÉS 2002: 54-55). Esta medida, ainda que muito impopular e mesmo classificada de próxima à escravatura, pelas rigorosas penalizações que introduziu, serviu para repor os vazios cofres do erário público e dotar o Estado de condições materiais que lhe permitissem um progressivo equilíbrio financeiro.

O continuador da obra reformista de Diocleciano foi Constantino; este Imperador só obteve o poder absoluto depois de vencer os seus rivais pretendentes à supremacia da Tetrarquia, tendo governado entre 312 e 337. Desde cedo se revestiu do apoio da comunidade cristã, muito perseguida por Diocleciano (a *grande perseguição* data de 303), facto que o levou a emanar o édito de Milão (313), onde foi legalizado o culto cristão, e a presidir ao teologicamente importante concílio de Niceia (325). Era muito importante o apoio da igreja cristã, porque para além de se ter tornado um culto seguido por muitos e comum a todos os quadrantes da sociedade romana, começava a apresentar um interessante conjunto de grandes proprietários de vastos recursos. Depois, Constantino estava muito interessado em associar o seu poder à intervenção divina, como Aureliano o havia feito algumas décadas antes com a centralização no culto solar (ROLDÁN HERVÁS et alii 1999: 288)

Das mais importantes acções de Constantino, para além da legalização do culto cristão acima reportada, destacam-se a abolição da Tetrarquia, a estabilização da moeda, através da instituição do *solidus aureus*, a transferência da capital do Império para Constantinopla e a obrigatoriedade de os colonos, artesãos e demais trabalhadores e funcionários se fixarem no seu lugar de origem (332).

À morte de Constantino, o poder é repartido, por testamento, pelos seus três filhos e dois sobrinhos, facto que desencadeou uma nova crise política, assente nas disputas internas pelo poder e muitas vezes responsável por novas revoltas, só interrompidas pelas governações estáveis e reunificadoras de Juliano, o Apóstata (361-363) e Teodósio (379-395). Mas nestes tempos a pressão dos povos germânicos começava-se a fazer sentir com mais intensidade, muito por culpa dos movimentos expansionistas dos hunos.

No século em que Roma perdeu o estatuto de capital para Constantinopla e em que o Império se dividiu em Oriental e Ocidental, podemos distinguir três grandes linhas que perpassaram com grande influência para os séculos V e seguintes. Numa primeira análise foi a grande instabilidade política que nunca se conseguiu redimir dos golpes iniciados em finais do século II e com grande popularidade do século III: as ameaças militares externas, as revoltas internas e os variados períodos de guerra civil vinham desmembrando um já de si frágil Império. A presença de tribos germanas federadas em território romano, verificada com maior dimensão a partir de meados do século IV, abriu caminho para o desmembramento progressivo da barreira de segurança situada no *limes* do Reno/ Danúbio.

Depois, salienta-se o crescimento do número de seguidores do cristianismo, bem como da sua importância junto das altas esferas do poder político, económico e da sociedade, com especial destaque para as conquistas da liberdade religiosa com o édito de Milão de 313 e a declaração teodosiana de religião oficial em finais do século. O cristianismo viria a dar um novo fôlego à cultura romana durante os finais do século IV e inícios do século V (ALMEIDA CAF 1993: 192).

Outro legado do século IV foi as alterações trazidas ao mundo rural, a base da economia romana, através da associação da reforma fiscal de Diocleciano e a legislação emanada pelo édito de 332, no qual o Imperador Constantino obrigou a fixação dos trabalhadores aos seus lugares de origem. Apesar dos proventos fiscais trazidos para os cofres do Estado com estas das medidas, o que ressaltou a longo prazo foi o abalo da frágil independência de muitos pequenos proprietários e homens-livres. Como todos os habitantes, novos e velhos, eram obrigados a pagar tributo, houvesse recursos ou não, e como os colectores de impostos, numa primeira linha os grandes proprietários, pagavam por simpatia, isto é, eram responsáveis pelo cumprimento das maquiãs estabelecidas, começou-se a verificar um grande endividamento dos pequenos proprietários para com os colectores de impostos, normalmente o seu vizinho latifundiário. Do endividamento à servidão foi um instante, pelo que se assistiu ao aumento das grandes propriedades em detrimento da escassez da pequena propriedade, tal como se verificou o engrossamento da clientela dos grandes proprietários, quer de escravos, quer de servos, quer de trabalhadores livres, mas dependentes deles (SALRACH i MARÉS 2002: 31-34).

O século V começa praticamente com as migrações germanas. Desde 375 que os hunos, oriundos das estepes siberianas, progrediam rapidamente para ocidente, desmembrando os reinos ostrogodo e tervingio, confinantes com o Império no *limes*

setentrional da Trácia. Os planos de dominação húnica passavam pela vassalização dos territórios dominados ou a constituição de alianças com os povos providos de grande poderio militar. Mas a maior parte dos povos godos, agora encurralados entre as áreas dominadas pela cavalaria hunna e os territórios do Império Romano, começaram a sentir-se ameaçados pela presença daquele incómodo vizinho, organizando um audacioso plano de emigração para zonas mais ocidentais, zonas há muito deficientemente mal controladas pelos exércitos romanos (GARCÍA MORENO 1998: 29-33).

A partir de 395 intensificaram-se as pretensões godas de alcançarem um *regnum* dentro do Império Romano, nomeadamente com a revolta de Alarico; este rei godo começou a reunir em seu torno uma grande mescla de tribos godas, com o intuito de se lhe ver reconhecido, por parte do Império Romano, o título de *rex gothorum* (GARCÍA MORENO 1998: 38). Fracassadas as negociações, intensificaram-se as operações dos exércitos godos a partir de 401, alternando-se com as promessas do estabelecimento de *foedus* com os romanos, muitas vezes a única forma de apaziguar o expansionismo germânico: as tropas de Alarico invadem a Itália em 402; no verão de 406 foi a vez de Radagaiso quebrar a defesa do Reno, e no final desse ano, as tropas combinadas de um grupo de povos muito heterogéneo formado por vândalos, hérulos, saxões, sármatas, burgúndios, alamanos e panónios revoltados romperam o muito fragilizado *limes* renano, numa acção expansiva que García Moreno entendeu tratar-se de uma reacção para ocidente às pressões provocadas pelos hunos a oriente (GARCÍA MORENO 1998: 38-39).

A heterogeneidade tribal deste movimento migratório deu frutos, fundamentalmente ao nível da etnogénese. A união de uma grande parte destas tribos sem passado profundo, as quais estavam federadas em território romano ou próximo a ele, baseava-se na aceitação do fundo comum a todas elas, isto é, tratavam-se de povos suevos. E foi como suevos que a grande mole de povos de origens e proveniências trans-renanas avançaram para ocidente, mais concretamente para o centro da Gália, tal como o haviam feito vândalos silingos, vândalos asdingos e alamanos (GARCÍA MORENO 1998: 40). Por seu turno, Alarico aliou-se ao seu cunhado Ataúlfo em 409, alturas em que o seu já vasto exército passou a rondar a centena de milhar de homens. Com Ataúlfo chegam também cavaleiros greutungo-ostrogodos e hunos; a etnogénese da nação Visigótica havia, deste modo, acontecido (GARCÍA MORENO 1998: 45).

A entrada das tropas suevas, alamanas e vândalas na Península Ibérica deu-se, não por violência directa, mas por convite. Em 408 deu-se a usurpação do império por

parte de Constantino III, um romano-britânico. Os esforços político-estratégicos de Constantino III passavam prioritariamente pelo controlo da *Hispania*, onde o Imperador Honório possuía grande apoio, mormente dos seus familiares, terratenentes poderosos na *Lusitania*, por isso incumbiu um seu general, Gerônimo, de aplacar tal apoio e proceder ao controlo da província; face ao parcial insucesso da sua missão e adivinhando uma substituição desonrosa do seu cargo, Gerônimo revoltou-se contra Constantino III e aliou-se às hordas germanas, à altura além Pirinéus. A aliança foi aceite e suevos, vândalos asdingos, silingos e alamanos penetram na Península Ibérica, segundo Idácio⁸, implacáveis (CARDOSO 1982: 13), estendendo o terror que vinham provocando na Gália Meridional ao Norte da *Hispania*.

3.2. O Noroeste Peninsular no Baixo Império

Nos tempos anteriores à chegada dos invasores germânicos, a situação política e económica vivida na Península Ibérica era, certamente, semelhante à verificada durante o século IV para o restante Império. Um estudo de José Blázquez evidenciou uma relativa quebra produtiva verificada com a diminuição da exportação do azeite e até, pela presença de ânforas africanas na *Hispania*, um importante indicador de que esta província não conseguia satisfazer a procura interna (BLÁZQUEZ 1990: 140). O mesmo autor entendeu que a mineração de ouro e prata haviam entrado em grande declínio desde o final da Dinastia dos Severos, isto é, meados do século III (BLÁZQUEZ 1990: 140). O sal e o *garum* continuariam, contudo, a abastecer Roma e o Oriente, sendo reconhecida a sua qualidade pela corte de Juliano (BLÁZQUEZ 1990: 191).

Carlos Alberto Ferreira de Almeida, ao estudar as problemáticas da *Gallecia* do século IV e V, apontou a quebra dos vestígios arqueológicos nas zonas auríferas, dissociando a renovação ocorrida nas vias romanas nesta província atestada pelos miliários com uma reintensificação da exploração mineira (ALMEIDA CAF 1993: 192). Antes preferiu relacionar esta renovação viária com a dinâmica vivida nesta região, impulsionada, em parte, pelas reformas fiscais de Diocleciano; tais reformas teriam implicado um aumento do “arroteamentos e a extensão dos solos aráveis, até

⁸ Idácio foi bispo de *Aquae Flaviae*, pelo menos, em meados do século V, pois o relato histórico que produziu finda em 469; para o conhecimento desta obra leia-se TRANOY, Alain, *Hydace*, ; e *Crónica de Idácio. Descrição da Invasão e Conquista da Península Ibérica pelos Suevos (Séc. V)*, Versão e Anotações de José Cardoso, Braga, Universidade do Minho, 1982

por causa das novas exigências fiscais e da ‘annona’” (ALMEIDA CAF 1993: 192), facto verificável na grande quantidade de vestígios atribuíveis aos séculos IV e V.

A corroborar este renascimento da *Gallecia* são os testemunhos arqueológicos evidenciados pelos investigadores da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, no vasto plano de *Salvamento de Bracara Augusta*. Tudo aponta para que, a partir do século IV, a *civitas* capital da recentemente criada província da *Gallecia* tenha sofrido importantes obras urbanas de carácter público e privado, facto explicável pela tal subida de importância como centro administrativo (MARTINS e DELGADO 1989-90: 30). Os vestígios centram-se em torno das numerosas obras de reformulação cadastradas, quer na “presença de grande quantidade de cerâmica importada, designadamente de hispânica tardia e sigillata clara C e D” facto que “revela uma actividade comercial significativa” (MARTINS e DELGADO 1989-1990: 30). Abriram-se novas ruas e construíram-se imponentes edifícios, caso das Carvalheiras (DELGADO e LEMOS 1985: 160) e no quarteirão da Rua de Gualdim Pais (DELGADO 1987: 190). A valorização que os edifícios privados sofreram mostra bem a instalação de uma elite urbana (MARTINS e DELGADO 1989-1990: 31) certamente ligada aos poderes civis e religiosos, dado que Bracara Augusta se tornou sede de bispado em meados do século IV (MARTINS 1991-1992: 180).

Estas evidências arqueológicas verificadas no Noroeste Português pareem contrariar diametralmente as referências ao empobrecimento dos pequenos e médios proprietários sob o jugo fiscal da reforma de Diocleciano, em detrimento dos grandes proprietários, postas em evidência por autores da época, como o acima citado Lactâncio (SALRACH i MARÉS 2002: 54-55) e Salviano de *Massilia* (BLÁZQUEZ 1990: 205-239). No entanto, sendo esta uma área limítrofe e tradicionalmente avessa às inovações e grandes efeitos globais, porque a própria Romanização foi aqui mais tardia (ALMEIDA CAF 1972: 114), deixamos, para já, esta questão em aberto.

3.3. O Povoamento Tardo-Romano na Bacia do Lima

Era nosso intuito, quando se perspectivou a abordagem a esta época, diferenciar os vestígios de cronologia do Alto Império dos vestígios do Baixo Império, bem como a contribuição para a definição de um modelo que permitisse a aferição de tal distinção com segurança. Para tal havia de considerar as características dos locais onde ocorrem vestígios da Romanização, tendo por base a ocorrência do tradicional fósil director, a *tegula*, a ocorrência de cerâmica de técnica comum romana, aras, restos arquitectónicos

tradicionalmente conotados com este período, como é o caso das pedras almofadadas, fustes de colunas e capitéis, bem como a ocorrência de toponímia de raiz latina.

O arrolamento obtido (Fig. 2) foi o mais exaustivo possível, apesar de não termos acrescentado muita mais informação do que aquela que nos foi possível estudar no trabalho Brochado de Almeida (ALMEIDA CAB 1996a; 1996b). Em muitos dos locais não foi possível investigar qual o período cronológico em questão ou identificar o tipo de vestígio perante o qual nos achávamos, sendo impossível dissociar, por exemplo, a presença de restos de um *aedificium*, de um casal, de uma *villa*, de uma necrópole ou de um forno, quando ocorriam fragmentos de *tegula*, pois não foi possível associar restos de estruturas, de cerâmicas e, mesmo na presença destas, isolar a sua cronologia. Por isso se fez menção no nosso arrolamento aos sítios onde ocorre *tegula*, apesar da falta de elementos que permitissem a sua compartimentação em nichos mais precisos.

A partir dos dados recolhidos e através da ligação espacial entre eles, bem como a transposição dos mesmos aos vales limítrofes do vale do Lima, nomeadamente os vales do Minho, Coura, Âncora, Neiva e Cávado, foi-nos possível elaborar um razoável quadro de hipóteses sobre o povoamento romano neste local durante o século IV e século V, de modo a poder-se estabelecer uma base sólida onde radicam os modelos e formas de povoamento dos séculos seguintes.

Antes de se ensaiarem as explicações e se estabelecerem propostas de modelos relativos ao povoamento romano do Baixo Império para a nossa área em análise, cumpre estabelecer, desde já, uma definição das tipologias do *habitat* que, à altura, se conhecem sobre este período. A distinção efectuou-se, como é tradicional, tendo em conta a concentração ou a dispersão do povoamento. A questão, apesar de frequente nos trabalhos dedicados à problemática do povoamento romano não é clara: a definição do grau de povoamento não é consensual, dado que, consoante as áreas estudadas, surgem novos tipos de sítios cujos vestígios não fornecem informações fidedignas que contribuam para a correcta definição do tipo de povoado e seu grau de hierarquia (MARTINS 1990; LEMOS 1993; DIAS 1995; ALMEIDA CAB 2003). No caso do Norte de Portugal esse caso agudiza-se ainda mais, pois houve maior propensão à dispersão do povoamento, condição traduzida em maior ocorrência de *tegula* por todo este território. Só na área estudada por Brochado de Almeida, correspondente ao litoral minhoto, foram identificados por aquele autor duas centenas e meia de sítios onde pontifica aquele fósil director do mundo romano e suevo-visigodo (ALMEIDA CAB 2003: 220).

3.3.1. *Habitat Concentrado*

Nos sítios onde o povoamento era concentrado distinguíam-se aglomerados de três níveis: as *civitates*, os *vici*, e as aldeias. A *civitas* encerrava em si uma dúlice definição, segundo Jorge Alarcão, pois para além de representar nominalmente a cidade em si, designava da mesma forma a “*circunscrição político-administrativa a que a cidade presidia*” (ALARCÃO 1998: 177). Na nossa área de trabalho não encontramos nenhuma, somente nos achámos sob o aro da influência da *civitas Bracara Augusta*, capital da *Gallecia*, da qual esta área de trabalho dista 45 quilómetros. Por seu turno, o *vicus* representava uma unidade administrativa de grau inferior, constituindo povoados de média dimensão com uma função administrativa directamente dependente da *civitas*. Poderiam ser *castella* (ALMEIDA CAB 2003: 321) ou povoados abertos de dimensões apreciáveis (MARTINS 1991).

Depois existiam núcleos populacionais de terceira ordem, as aldeias. Estas unidades eram mais diminutas e sem as funções administrativas atribuídas aos *vici*, por isso têm vindo a ser associadas aos *pagi*. Isidoro de Sevilha distinguiu *vici*, *castella* e *pagi* da *civitas* tendo em conta a grandeza desta última em relação às diminutas dimensões dos primeiros (DAVID 1947: 15). Pierre David entendia que o termo *pagus* designava um cantão “*habité par une population distincte; le pagus est parfois designé par le nom de ces habitants, parfois par le nom du chef*” (DAVID 1947: 16). Almeida Fernandes, por seu turno, equacionou a hipótese de esta definição concorrer com aquela semântica em tempos mais recuados, pois ao tempo de Isidoro de Sevilha (Séc. VI), o termo *pagus* aplicar-se-ia com uma conotação religiosa, isto é, à margem do cristianismo, por oposição a *paroecia* (FERNANDES 1967: 278).

Não obstante a associação da unidade de terceiro nível à circunscrição administrativa inferior constituída pelos *pagi*, interessa-nos a caracterização deste tipo de povoados. Seriam pequenos povoados abertos, constituídos por 3/ 4 casas, no máximo 15/20 (PÉRES LOSADA 1998: 170), com cerca de 100 moradores. Dentro desta categoria podem-se incluir, sem dúvida, aqueles *castella*, cuja dimensão os impediu de alcançarem o estatuto de *vici*. Defende Jorge de Alarcão que as aldeias são conhecidas para a parte oriental de Trás-os-Montes, Chaves, *Tongobriga* e um pouco por todo norte e centro do país (ALARCÃO 1998: 181-185). Nas regiões de Viseu e do Entre-Douro-E-Minho as aldeias diluem-se porque ainda estavam ocupados os castros.

Pois os *castella*, diz o autor, “*não são, afinal, senão aldeias com uma posição topográfica especial e vindas de um tempo passado*” (ALARCÃO 1997: 137).

Nos estudos de síntese incidentes nas áreas coincidentes ou limítrofes àquelas que estudamos, a existência de povoamento concentrado parece ser encarado pelos seus autores com concordância, exceptuando-se uma ou outra derivação. Deste modo, Manuela Martins admitiu a existência de *civitas*, *castella* e povoados abertos, defendendo aliás uma íntima relação entre os *vici* e os povoados abertos (MARTINS 1991). Sande Lemos distinguiu *civitates*, *vici*, povoados e castros romanizados (LE MOS 1993), ao passo que Lino Tavares defendeu a existência de *civitas*, *vicus* e aldeias (DIAS 1995: 246). Brochado de Almeida considerou existir uma divisão entre cidades, castros romanizados, *vici* e povoados de tipo concentrado ou aberto, ainda que acautelando alguns povoados por serem tardios (ALMEIDA CAB 2003: 321-322).

Assim, para grande parte do Norte Português, a existência de *civitates*, *vici*, *castella* e aldeias é aceite por todos aqueles cujos estudos funcionam, para nós, como referencial, ainda que ao nível da precisão não haja homogeneidade. Quanto à evidência da concentração do povoamento, socorremo-nos da análise das dimensões do povoado, dispersão e qualidade dos vestígios que ocorrem no local, bem como das referências existentes aos mesmos.

Dos *habitats* concentrados (Fig. 3) podemos considerar deste período, com alguma fiabilidade, os casos de Fontão (Vila Franca), Paço (Santa Maria de Geraz do Lima), Nossa Senhora do Barco (Vitorino das Donas), Vilarinho (Seara), Louredo (Sá), Bouça do Crasto (Estorãos) e S. Gil (Perre). Caracterizam-se estes povoados pela não existência de fortificação ou pela sua dotação de estruturas defensivas em fase mais tardia (Nossa Senhora do Barco – Vitorino das Donas e talvez S. Gil - Perre). São os povoados abertos, ou aldeias, se assumirmos a existência nesta região de aglomerados de terceiro nível de dimensões diminutas, onde se construíram meia dúzia de habitações pertencentes a outras tantas famílias. Estas comunidades asseguravam a sua subsistência recorrendo à agricultura e à pastorícia, mas no caso da Bouça do Crasto (Estorãos) e de Roupeiras (Lanheses), pode-se muito bem associar a extracção mineira, dada a proximidade, respectivamente, da Corta de Casais (ALMEIDA CAB 1996: 113-115) e da área mineira da Bouça do Moisés (ALMEIDA CAB 1990: 205).

Para além dos povoados abertos, também estão documentados focos populacionais concentrados em *castella* com ampla perduração, como parece ser o caso de S. João do Monte (Correlhã), Roques (Vila Fria/ Vila Franca/ Subportela) e Santa

Luzia (Areosa/ Viana do Castelo). Nestes locais foram cadastradas evidências arqueológicas que documentam uma ocupação em torno dos séculos IV e V.

A par das cerâmicas de aspecto tardio, com algumas formas coincidentes com a fase I da Quinta do Paço Velho (Século IV-V), são as moedas que nos afiançam a segurança do povoamento naqueles locais. Em S. João do Monte (Correlhã) surgiram nos anos 60 do século XX um tesouro com cerca de seiscentos numismas, a maior parte dos quais datados de Constantino. Em Roques, apesar de menor quantidade, Quintas Neves noticiou a presença de moedas de Constantino a Valentiniano, igualmente do século IV. Em Santa Luzia, as moedas que se encontram no Museu Municipal de Viana do Castelo e as que se encontram espalhadas pelos Museus Nacional de Arqueologia e Etnografia e no Museu Dr. Mendes Correia, também apresentam cronologias coincidentes com os séculos IV e V. Por isso existe alguma segurança quando se alude à ocupação romana tardia destes povoados; mais difícil é a aferição da presença de vestígios suficientes para se apelidar algum deles de *vicus*.

Admitimos que o assunto é complexo e de sustentação difícil, mas no caso de existir um povoado de segundo nível na bacia terminal do Lima, os candidatos naturais a essa condição seriam Santa Luzia e/ ou Roques. A extensão dos povoados, apesar de o de Santa Luzia ser muito mais pequeno, mas principalmente pela qualidade e quantidade dos materiais ali exumados, associados à posição estratégica e centralismo relativamente aos restantes povoados de dimensões mais reduzidas, fazem destes locais exemplos privilegiados para a definição de um centro administrativo dependente da *Civitas Bracara Augusta*. A existência deste(s) hipotético(s) centro(s) urbano(s)⁹, onde coexistiriam alguns artesãos especialistas na produção seriada de cerâmicas ou na transformação de metais, para além de outros habitantes mais vocacionados para actividades comerciais de monta ou até, ocupantes de cargos administrativos de relevo, é, como já se apontou, muito difícil de provar, sendo necessária a continuidade da recolha de elementos, fundamentalmente os arqueológicos, para uma definição deste tipo de problemas.

Não obstante, a existência de povoamento concentrado na bacia terminal do Lima parece assegurada, concluindo-se existirem condições humanas, económicas e sociais para a concentração do *habitat*, tal como já havia evidenciado o Professor

⁹ O povoado castrejo de S. Lourenço, Vila Chã (Esposende) parece ter funcionado como *vicus*, tendo-se, inclusivamente, associado certas construções a determinados tipos de produção artesanal (ALMEIDA CAB 1998: 89)

Ferreira de Almeida (ALMEIDA CAF 1993: 193). De um modo geral, estas comunidades possuíam afinidades familiares, étnicas ou simplesmente económicas, congregando-se no mesmo espaço onde existiriam as suas habitações. A partir do povoado exploravam os recursos da área envolvente, sendo comum a todos eles, com maior ou menor especialização, a agricultura e a criação de animais. Em alguns povoados, aqueles que acima referimos serem mais desenvolvidos, como é o caso de Santa Luzia e de Roques, existiria mesmo uma especialização ao nível da produção artesanal, quer pela produção têxtil, quer cerâmica, quer metalúrgica. Noutros locais, como a Bouça do Crasto (Estorãos), Roupeiras (Lanheses) e S. João do Monte (Correlhã), a agro-pecuária seria complementada com a mineração, dada a proximidade de pontos de exploração.

Deveria existir, igualmente, uma relação entre os habitantes dos povoados e os proprietários das *villae*, pois não podemos descurar o facto de, dada a proximidade entre as duas formas de se ocupar os territórios, muitas vezes até com sobreposição dos territórios essenciais daquelas comunidades, os primeiros poderem trabalhar pontualmente ou mesmo continuamente, para os segundos. Mas a problemática da interacção entre povoamento concentrado e disperso será abordado especificamente mais à frente.

3.3.2. Habitat Disperso

No que diz respeito ao *habitat* disperso existente no mundo tardo-romano, podem-se distinguir seguramente as *villae*, os casais ou granjas e o *aedificium*. Nas áreas cruzadas por vias terrestres importantes deve-se considerar, todavia, a existência de estruturas de apoio à circulação viária, mormente as *mansio*, as *statio* e as *mutatio*. O assunto é menos controverso que na definição do *habitat* concentrado, mas importa aludir às diferentes abordagens ao tema feitas nos trabalhos que utilizamos como referencial (MARTINS 1990; LEMOS 1993; DIAS 1995; ALMEIDA CAB 2003).

O conceito *villa* seria, no Baixo Império, a junção da *pars urbana* e da *pars rustica* e do *fundus* (ALARCÃO 1997: 139). Deste modo, se antes havia uma distinção cuidada da *villa urbana*, da *villa rustica* e do *fundus*, respectivamente, a construção destinada à habitação do proprietário, os edificios anexos de apoio à exploração agrícola e os terrenos adjacentes a estes onde se faria a exploração económica (PERES LOSADA 1985: 90), no Baixo Império estas divisões acabaram por ser reunidas sob a semântica do termo *villa*, o qual encerrava em si os três significados.

Não existiram, no Noroeste Peninsular, as grandes *villae* que se conhecem em outros pontos da Península, mormente no sul e na zona oriental; porque Noroeste não apresentava condições topográficas nem geográficas para que se implantassem as ricas casas-ilha centradas num vasto *fundus*, muito menos as condições ecológicas essenciais para uma exploração agrícola de latifúndio com grande rentabilidade cerealífera, até mesmo na produção do vinho e azeite, os quais pudessem proporcionar lucro e crescimento económico bastantes que permitissem a ostentação de peristilos com colunas, mosaicos e termas, dão-nos motivos suficientes para compreender os valores propostos por López Quiroga e Rodríguez Martín, os quais calcularam terem existido 22 *villae* tardias no Noroeste Peninsular, num universo de 449 assentamentos deste tipo em toda a Península, ou seja, uma proporção de 4,5 % (L QUIROGA e MARTÍN 2000-2001: 141).

No dizer de Brochado de Almeida, no Entre-Douro-E-Minho as *villae* deverão ser procuradas pela soma de vestígios mais modestos, como “*as colunas, capitéis e bases, pedras almofadas, tijoleiras de pavimento, tijolos que incorporam colunas e estruturas das termas*” e “*a presença de mosaicos*” (ALMEIDA CAB 2003: 322). Ainda segundo aquele investigador, o número de *villae* para o Entre-Douro-E-Minho deverá ser superior ao esperado, facto já evidenciado por Manuela Martins (MARTINS 1990: 99; ALMEIDA CAB 2003: 322).

A existência de casais, isto é, unidades de exploração agrícola menos extensas que as *villae*, certamente habitadas por um casal de rendeiros que viviam de uma pequena parcela do *fundus* de uma *villa* ou da exploração de terreno próprio, tem vindo a ser notado com frequência (PERÉZ LOSADA 1998: 172; ALMEIDA CAB 2003: 322-323). Dada a pouca dimensão no espaço da distribuição dos vestígios, bem como a ausência de mais elementos que não sejam a pedra de construção, a *tegula* e a cerâmica comum romana, é difícil atribuir com segurança a terminologia *villa* ao um conjunto de vestígios globalmente mais pobres.

Os trabalhos de síntese apontados acima apresentam uma opinião mais consensual. No seu trabalho de Doutoramento, Manuela Martins, distinguiu o povoamento disperso romano entre *villa* e casal (MARTINS 1990: 224), mas depois estabeleceu a cisão entre *villae*, casais e *mansio* (MARTINS 1991). Sande Lemos, por seu turno, distinguiu o povoamento disperso em *villae*, casais, quintas, *mansiones*, *mutatio* e *statio* (LEMOS 1993: 385). Quanto a Lino T. Dias, este autor separou as *villae* dos casais (DIAS 1995: 246), ao passo que Brochado de Almeida defendeu a

existência de *villae*, casais e *aedificiae* (ALMEIDA CAB 2003: 321-322). Em jeito de súmula, pode-se dizer que estes investigadores entraram em concordância no que diz respeito à existência de *villae*, casais e *aedificia*, existindo derivações somente ao nível da presença de estruturas relacionadas com a rede viária, mormente uma hipotética existência de *mansiones* viárias.

Dos exemplos de *habitat* disperso arrolados para a feitura deste trabalho (Fig. 4), a grande maioria parece indicar a presença de casais, depois os *aedificia* e, em menor quantidade, as *villae*.

No que diz respeito a estas últimas, uma primeira informação deve ser colhida atendendo ao que consideramos *villa* e porque as distinguimos dos casais. A existência de vestígios indicadores deste tipo de *habitat* proposto por Brochado de Almeida (ALMEIDA CAB 2003: 322), como os capitéis, bases e fustes de colunas, os quais parecem indiciar a utilização do *peristilum* ou de estruturas alpendradas na construção, a existência de tijoleira de pavimento, pedra facetada em quantidade, bem como a silharia almofadada, é perceptível em cerca de dez sítios onde ocorre a *tegula* em maior abundância.

Para além disto, o local escolhido para a implantação dos assentamentos do tipo *villa* parece obedecer a uma estratégia pensada dentro dos modelos teorizados pelos autores clássicos (PERÉZ LOSADA 1985: 97), isto é, na proximidade de terrenos de boa qualidade para a prática agrícola, abundantes de água, mas enxutos, bem ventilados e sujeitos a um bom grau de insolação, de preferência implantados a meia encosta na proximidade das vias (PERÉZ LOSADA 1985: 97-101).

Depois foi considerada a posição deste assentamentos em relação a outros achados da mesma época, isto é, locais onde pontifica a *tegula*, mas onde se podem distinguir casais ou simples *aedificia* subsidiários das *villae* ou os vestígios das necrópoles.

Mediante a conjugação destes elementos, apuramos a existência de uma dezena de sítios arqueológicos com possibilidade de se definirem como *villae*, apesar de ser aceitável que outros exemplos poderão surgir, mas o estado dos nossos conhecimentos aconselham apenas a assumpção dos casos a seguir explicitados.

A distribuição espacial das *villae* ocorre com grande homogeneidade, por se encontrarem quase todos os locais apontados na parte oriental do território aqui

estudado. O único exemplo deslocado¹⁰ daquela área é a *villa* que existiu nas imediações da igreja da Areosa, que mais tarde teria derivado no *pagus* de *Ovinea* (FERNANDES 1967: 50; FERNANDES 1968: 27; ALMEIDA CAB 1990: 239; ALMEIDA CAB 1996b: 50-51). Este é o mais pobre dos exemplos de *villa* que apresentaremos, pois a quantidade dos vestígios aqui cadastrados quase não chegam para a definir como tal. Resumem-se estes a *tegula* em boa quantidade, cerâmicas comuns romanas e algumas mós manuais (ALMEIDA CAB 1996b: 50-51). A descaracterização do local motivado pela construção da igreja paroquial e do cemitério, bem como da linha de caminho-de-ferro e das demais habitações que ocupam a área onde se espalham os vestígios acima apontados, não nos fornecem a segurança necessária para ver aqui um povoado aberto, ao invés da *villa*. Não obsteu, contudo, que este *habitat* tivesse alcançado notória importância, algures no período tardo-romano, para ter sido incluída no rol dos *pagi* pertencentes à Diocese Tudense em meados do século VI (COSTA 1965: 23; LF: 11-12 de 569).

Os restantes exemplos passíveis de serem apelidados de *villae* podem-se agrupar sob dois eixos distintos, mas todos na metade oriental da área em análise. Um grupo compreende as *villae* do Passal (Vila Mou), Igreja (Deião) e Igreja (Geraz do Lima, Santa Maria), as quais parecem beneficiar das proximidades da via *Per Loca Marítima*, se aceitarmos como verosímil as propostas dos Professores Ferreira de Almeida e de Brochado de Almeida para aquele traçado, isto é Portela de Susã/ Lanheses/ Amonde (ALMEIDA CAF 1968: 36; ALMEIDA CAB 2003: 336).

Num outro eixo agrupamos as *villae* de Pentieiros (Arcos/ Estorãos), Boudilhão (Moreira), Chão de Gil (Sá), Paço e Igreja (Correlhã), Paço Velho e Prazil (Facha), orientadas desde o Vale da Facha e o prolongamento deste para norte, o vale do Rio Estorãos. Se no Vale da Facha parece indiscutível a existência de uma via romana secundária, que ligava os vales do Cávado e Neiva ao do Lima (ALMEIDA CAB 2003: 336), a existência secular de um ponto de travessia no Lugar do Barco (Vitorino das Donas) sugere a continuidade deste trajecto para norte, pelas margens do rio Estorãos até à Portela de Cabração e daí para norte, atestado por topónimos como Breia e Poldras (Estorãos e Cabração, respectivamente), para além da existência de vias secundárias

¹⁰ Este isolamento é apenas aparente. Com efeito, o alargamento da área a outras bacias hidrográficas, como a do Âncora e do Neiva, já nos permite a constatação da existência de outras *villae* nas imediações da Areosa. São exemplos Baganheiras (Afiife) (ALMEIDA CAB 1996: 29-32), Paço (Carreço) (ALMEIDA CAB 1996: 53) e Paço (Anha) (ALMEIDA CAB 1996: 43-44).

paralelas ao rio Lima, que fariam a ligação entre o litoral e o interior desta região (ALMEIDA CAB 2003: 336).

A *villa* situada nas imediações da igreja paroquial de Deião forneceu elementos cerâmicos de construção, como a *tegula* e a tijoleira, cerâmica de uso comum romano e algumas pedras almofadadas, as quais se podem admirar no interior da supracitada igreja paroquial. Por se achar implantado na veiga marginal ao rio Lima, este assentamento parece ter tido uma actividade fundamentalmente agro-pastorial. Da sua arquitectura nada sabemos, mas pela cerâmica que ali encontramos pode-se dizer, sem embargo, que deve ter perdurado para além do Mundo Romano, mormente ao período da ocupação sueva, por apresentarem fabrico similar à fase I da Quinta do Paço Velho (Século IV-VI).

Quanto à *villa* implantada no Passal de Vila Mou, pode-se dizer que é uma das grandes explorações existentes no período tardo-romano e com vestígios evidentes para se considerar a sua perduração pelos tempos altomedievais. Por ser difícil a compartimentação exacta dos vestígios relativos aos dois períodos, aconselha-nos o bom senso considerar-se que esta *villa* teria os seus alvares no período terminal do Mundo Romano, à semelhança do verificado na Quinta do Paço Velho. Deste modo, podemos atribuir a este período alguns elementos cerâmicos de uso comum, as *tegulae* e as tijoleiras. No que concerne aos vestígios arquitectónicos, a distinção é ainda mais difícil, porque a maioria dos elementos conhecidos, fundamentalmente os capitéis e impostas, parecem datar dos séculos VII-VIII e mesmo da fase pré-românica (ALMEIDA CAF 1986: 57). Até o conjunto sepulcral encontrado a nascente do Passal (MOREIRA 1982: 78; ALMEIDA CAB 1990: 187-188), constituído por *tegula* ou tijoleira e lajes de xisto, deve ser cuidadosamente ajuizado, pois estará mais relacionado com uma continuada ocupação altomedieval que com a *villa* tardo-romana, pois para aí apontam outros locais com características semelhantes (BARROCA 1987: 79). O aparecimento de uma ara com a inscrição *VICTORIAE* nas obras ocorridas na igreja paroquial (MOREIRA 1982: 79) não pode deixar de ser relacionado com a existência da *villa* na envolvente, ainda que com as devidas ressalvas cronológicas deste tipo de inscrição.

Esta *villa* centrava a sua economia na exploração agrária dos bons solos existentes na envolvente, mormente os que se estendem para norte e para sul, para além da criação de animais, os quais encontrariam pastagem nas veigas próximas ao rio Lima e nos montes que ladeiam o local. A proximidade das cortas do vale do Rio Tinto

(MOREIRA 1981: 405-407) sugere-nos uma relação estreita entre a *villa* e a exploração da riqueza mineral das imediações.

Da outra banda do Rio Lima existem sinais inequívocos da existência de uma *villa*, no local onde actualmente se acha a igreja paroquial de Santa Maria de Geraz do Lima. A presença de pedras almofadadas, colunas, capitéis e tijoleira (ALMEIDA CAB 2003: 350), fortes sinais arquitectónicos da existência de uma casa rica. No seu entorno, existem outros sinais que atestam a grandeza desta exploração, pois no seu entorno encontram-se *tegulae* nas Carvalhas (cerca de 200 metros para sul), Agros (com cerâmica comum e *dolium*, a cerca de 800 metros para sudoeste), Mondim (*tegula* a cerca de 600 metros para nordeste), certamente três casais subsidiários, bem como vestígios de enterramentos e a presença de uma ará anepígrafa na vizinha igreja paroquial de Santa Leocádia de Geraz do Lima (ALMEIDA CAB 2003: 351). Na Quinta do Paço, ainda em Santa Leocádia, 800 metros para sudeste da igreja e ocupando um outeiro bem dimensionado e cercado por terras e boa qualidade (ALMEIDA CAB 1996b: 57), onde a princípio notámos um povoado aberto, constatamos tratar-se de um bem dimensionado casal, o qual estaria vocacionada para a agricultura e para criação de gado, instalado no *fundus* da *villa* que correspondia praticamente a todo o Vale de Geraz.

Quanto às *villae* existentes no eixo Facha/ Cabração, os elementos verificados até à data conferem uma maior segurança na atribuição de tal estatuto, não só pelo dimensionamento, mas também pelos testemunhos arquitectónicos verificados em alguns dos assentamentos.

Da margem norte do Lima destacam-se as *villae* de Pentieiros (Arcos/ Estorãos) e do Boudilhão (Moreira do Lima).

No primeiro caso, a definição de *villa* é atribuída mais pela forte presença de cerâmicas comuns romanas, fragmentos de *dolia*, os pesos de tear e a grande quantidade de *tegula*, que pelos vestígios arquitectónicos, os quais se podem resumir à boa quantidade de pedra facetada que se encontra um pouco por toda a propriedade da Quinta de Pentieiros. A existência de *tegula* em Sanjemondes pode estar relacionada com a *villa* de Pentieiros, podendo-se tratar de um *aedificium* de reideiros ou mesmo restos de uma necrópole.

A *villa* de Pentieiros estaria vocacionada para a exploração do território numa base agro-pastoril, mas não se pode deixar de mencionar a proximidade do povoado da

Bouça do Castro e da Corta de Casais (ALMEIDA CAB 1996a: 113-115), o que pode deixar indícios de um controlo mineiro da região em evidência.

Na *villa* do Boudilhão, situada numa colina de encostas suaves, foram encontrados testemunhos que indiciam a existência de uma exploração agrária com origens no período final da Idade do Ferro, se atentarmos na existência das três casas castrejas (ALMEIDA CAB 1996a: 192). Mas parece possível que a referida exploração tenha perdurado para cronologias mais tardias no contexto da Romanização, com outra fisionomia arquitectónica, mormente pela comparação de elementos aqui aparecidos com os conhecidos em outros locais da nossa área de estudo, caso do forno cerâmico, da sepultura feita com *tegulae* e aparentemente sem espólio, para além de um capitel provincial toscano e das cerâmicas de fabrico comum romano (ALMEIDA CAB 1996a: 192-193). É que no Paço (Correlhã), Paço Velho e Prazil (Facha) ocorre a associação semelhante de vestígios deste tipo, pelo que começa a existir uma certa licitude para se agrupar os elementos e se apontar para o local a nomenclatura de *villa* tardia. Para mais, a existência na periferia do local de indicadores de povoamento menor, caso dos hipotéticos casais de Canadelo e Bouça do Cavalo, subsidiários da exploração maior, compõem o quadro arqueológico daquele sítio.

Esta exploração aproveitaria a sua excelente posição no centro do recanto da Serra de Antelas onde se acha actualmente a freguesia de Moreira para a prática da agro-pecuária. Como acima foi equacionado, a existência de dois casais na envolvente à *villa* do Boudilhão, parecem relacionar-se com a existência de caseiros que explorariam parte da propriedade do *dominus*, a qual possuiria necrópole e forno cerâmico próprios. Na margem sul do Lima surgem dois importantes exemplos desta articulação entre o edifício habitacional, o forno e a necrópole, nomeadamente o Paço (Correlhã) e Paço Velho (Facha), para além de duas explorações de semelhante importância e até articuladas territorialmente com aqueles dois sítios, respectivamente Igreja (Correlhã) e Prazil (Facha).

Na freguesia da Correlhã os vestígios do povoamento disperso atribuído à parte final da Romanização são notáveis. Em torno do Lugar do Paço, para onde se aponta uma *villa* (ALMEIDA CAB 1996a: 95-97), ocorre *tegula* em Barrô, Mourelo, Tesido e Pregal, para além de se conhecer bem um forno no Lugar do Pereiro (ALMEIDA CAB 1996a: 100-106). Estaremos, como considerou o Professor Brochado de Almeida, perante uma repartição do *fundus* da *villa* por uma série de rendeiros (ALMEIDA CAB 1995: 147)? Uma outra *villa* haveria na envolvente à igreja paroquial e da capela de

Santo Abdão, a atentar na grande quantidade de cerâmica comum romana, alguma dela até mais tardia, para além das grandes quantidades de *tegula* e fragmentos de *dolia*. Mas aqui não conhecemos mais sítios com vestígios na envolvente, o que torna mais difícil o estabelecimento de um quadro mais preciso na determinação do *fundus*, a não ser que a via romana secundária que atravessava este território tivesse funções de fronteira de territórios.

A cautela aconselha-nos a incluir a hipótese de terem existido necrópoles por entre algum destes vestígios, mas ressalvamos a pertinência da hipótese levantada pelo Professor Brochado de Almeida, no que concerne à existência de um grupo de rendeiros que explorariam parcelas do *fundus* da *villa* do Paço (ALMEIDA CAB 1995: 147).

O forno de Pereira é o único caso com segurança funcional, pois foi intervencionado arqueologicamente nos princípios da década de 90 (ALMEIDA et alii 1992: 481-482), e estaria seguramente ligado ao *dominus* daquela *villa* (ALMEIDA CAB 1995: 147).

Ambas as *villae* mencionadas acima praticariam a exploração agro-pecuária dos seus *fundi*, ainda que o caso da *villa* do Paço parece ter encontrado complemento económico com a produção industrial a partir do forno cerâmico do Pereiro.

No caso dos vestígios da freguesia da Facha, o panorama é semelhante ao verificado na Correlhã, mas pode-se afirmar, sem embargo, a existência de uma maior definição geográfica da distribuição e associação dos vestígios, até pela presença de uma barreira natural, o Rio Tinto, que separou os *fundi* das *villae* do Prazil e do Paço Velho. Esta distinção parece ter grande perduração, dado que actualmente ainda é vigente na freguesia da Facha a separação entre a Meia de Cima, onde se incluem os vestígios subsidiários à *villa* do Prazil, e a Meia de Baixo, onde se agrupam os vestígios conotados com a *villa* do Paço Velho.

A exploração agrícola centrada no Prazil parece ter-se iniciado algures durante o século I d.C., se atentarmos nas cerâmicas castrejas aparecidas durante as obras de construção de uma moradia (ALMEIDA CAB 1996: 130). A riqueza dos terrenos envolventes marcou a evolução da pequena exploração indígena para uma abastada exploração do tipo *villa*, cuja riqueza parece ser atestada no aparecimento de dois capitéis toscano provinciais nos terrenos de Tiandes, para além da profusão de *tegula*, *imbrex*, *dolia*, e as cerâmicas de uso comum romano (ALMEIDA CAB 1996: 130). Na envolvente do Prazil e Tiandes, a *tegula* ocorre pontualmente em Mende, Mangas e Telheiro.

Aparentemente relacionados com a *villa* do Prazil, mas com um carácter subsidiário a esta, estão os vestígios encontrados na Cividade, Frei, Forno, Juncal e Lourinho (ALMEIDA CAB 1996: 126-128), locais muito próximos entre si. Os vestígios aqui cadastrados comportam a *tegula*, a cerâmica comum romana de aspecto tardio e a pedra de construção, com especial incidência em Frei. Brochado de Almeida inclinou-se para uma menor dimensão deste assentamento relativamente aos exemplos do Prazil e do Paço Velho, referindo-se à existência de um casal abastado (ALMEIDA CAB 1996: 127). A proximidade deste núcleo com o de Prazil, aliado ao diferente e visível dimensionamento destes lugares, fez-nos equacionar uma relação mais estreita entre eles, partindo do pressuposto que, ou o conjunto Frei/ Forno/ Cividade/ Juncal/ Lourinho constituíam as dependências um casal autónomo ou o prolongamento funcional da unidade mais importante, a *villa* do Prazil, explorado ou arrendado a caseiros.

Não é difícil abstrair-se um *fundus* onde o edifício do *dominus* do Prazil coexistia com um casal menor, encarregue da exploração de parte da propriedade principal. A existência de *tegula* na orla do *fundus* podem traduzir a presença da necrópole, de fornos ou de *aedificia* ligados à exploração agrícola ou de habitação para os trabalhadores.

Do outro lado do Rio Tinto, mormente na Meia de Baixo, situava-se a grande propriedade cujo centro era, inquestionavelmente, a *villa* do Paço Velho. Como Brochado de Almeida enunciou, a ocupação deste território começou por acontecer nos terrenos coincidentes com a actual Quinta do Paço, pela descoberta de uma casa redonda de cronologia castreja (ALMEIDA CAB 1996: 120). Por “razões de ordem ambiental e sobretudo a maior necessidade da proximidade de uma fonte abastecedora de água – a nascente que serviu a *villa* e a actual casa do Paço encontra-se a escassas duas dezenas de metros – terão influído na decisão que terá conduzido à mudança” (ALMEIDA CAB 2003: 333); a *villa* seria implantada a partir do século IV d.C no local onde actualmente se acha o edifício da Quinta do Paço Velho (ALMEIDA CAB 1996a: 282-283). Nos fins do século IV ou inícios do século V a estrutura da *villa* já era bem visível, segundo documentou a intervenção arqueológica iniciada em 1985 (ALMEIDA CAB 1985: 124). O edifício foi ocupado em sucessivas épocas até ao século XI; dos períodos posteriores daremos nota mais à frente, pois agora interessa a fase correspondente ao Baixo Império.

Os elementos que estiveram na base da proposta de Brochado de Almeida, o qual apontou uma cronologia do primitivo edifício já bem próxima ou dentro do século V, são fundamentalmente cerâmicos. A inexistência de numismas que poderiam fornecer mais precisão às unidades estratigráficas exumadas, (ALMEIDA CAB 1996b: 287) não obstam a que se conclua uma ocupação neste local dentro do período tardo-romano, com maior expressão nos períodos seguintes.

Quanto aos restantes aspectos relacionados com o povoamento romano de carácter disperso, como os casais e os *aedificia*, presume-se que a existência de *tegula* evidencia a existência deste tipo de assentamentos, quando a mesma não traduz a existência elementos ligados a estruturas industriais, como os fornos, ou as estruturas ligadas ao enterramento, como as necrópoles ou sepulturas isoladas. Dos cerca de 35 locais com *tegula* que Brochado de Almeida cadastrou dentro da nossa área em análise (ALMEIDA CAB 2003: 295-298), já devidamente excluídos os casos onde se comprovou a existência de enterramentos ou a existência de *villae*, não existe grande fidelidade na distinção de *aedificia* ou de casais na grande maioria deles; pois se não se conhecem as limitações dos seus territórios, nem se conhecer grandes vestígios arquitectónicos, estes resumidos à pedra aparelhada ou facetada, muito menos a existência das cerâmicas comuns nos conduzem a tal partilha, porque tratando-se de locais ligados ao *habitat* doméstico, é natural que existam ali aquele tipo de vestígios da vivência quotidiana dos seus proprietários.

Sem outros elementos que nos permitam destrinçar a sua categoria, resta referir que independentemente da sua dimensão ou subdivisão arquitectónica, a funcionalidade destas estruturas exíguas era orientada para moradia de núcleos familiares diminutos, constituídos pelo casal e prole, dependentes do proprietário do *fundus* dentro do qual o casal ou *aedificium* se implantava. Os *aedificia* poderiam ser, ainda que com muitas reservas, estruturas isoladas para guarda de alfaias ou de apoio à actividade agrícola, mas este é um caso mais difícil de provar.

3.3.3. *Necrópoles*

Um último apontamento no que concerne ao povoamento baixo imperial está relacionado com as necrópoles. Aqui parece existir uma relação intrínseca entre o espaço de enterramento e os seus assentamentos, pois a execução dos enterramentos parece ter ocorrido sempre na periferia das *villae*, como é o caso de Canadelo e Boudilhão (Moreira do Lima), Igreja (Santa Leocádia de Geraz do Lima), Igreja (Vila

Mou), quer de povoados concentrados, como é o caso de Almuinhas (Vitorino das Donas), ainda que este exemplo tenha uma cronologia à volta do século II. No seguimento das impressões veiculadas pelo Professor Ferreira de Almeida (ALMEIDA CAF 1993: 192), muitos dos espaços noticiados como necrópoles acabam por padecer de uma indefinição da sua cronologia, impedindo a sua correcta compartimentação e correlação com os assentamentos limítrofes.

Ainda que a tipologia dos enterramentos possa não obedecer a uma homogeneidade total, os enterramentos do Baixo Império caracterizam-se pela planta rectangular ou subtrapezoidal, escavados no terreno, utilizando-se a *tegula* como lastro e paredes, para assim se delimitar a área de enterramento, ainda dentro das tradições do enterramento romano do Alto Império. Destaca-se, contudo, a escassez ou ausência de material votivo no interior das sepulturas, quer cerâmico, quer numismático, privilegiando-se a prática da inumação. Serão os sinais do avanço das práticas cristãs (BARROCA 1987a: 49) ou, da mesma forma, o reflexo de uma pobreza material destas comunidades? A questão fica em aberto, por falta de maiores evidências.

Por tudo isto, não temos problemas na aceitação da ideia do Professor Ferreira de Almeida expressou na sua última abordagem às questões do Baixo Império, que resumem a ideia geral deste segmento cronológico do povoamento nesta parte da Bacia do Lima, pela maior proliferação dos vestígios e uma maior ocupação dos territórios, afinal reflexo da tardia romanização do Noroeste peninsular: “*no decurso do século IV, a nova província da Galécia vai alcançar um notório desenvolvimento e mostra dinamismos que preparam o chamado ‘despertar cultural da Galécia’, dos finais do século IV e dos inícios do século V*” (ALMEIDA CAF 1993: 192).

4. A Germanização da Península Ibérica

O período que medeia os anos 409 e 711, datas da entrada respectivamente dos povos germanos e dos povos árabes na Península Ibérica, nem sempre forneceu grande solidez na interpretação histórica. As fontes não são em quantidade, muito pelo contrário, o que torna o processo de investigação arqueológica para estes períodos tarefa complexa e pouco apoiada. Depois, a relação dos vestígios conotados com os séculos V-VIII ainda está deficientemente explorado, não que exista incompetência por parte dos investigadores, mas sim pela escassez dos trabalhos monográficos.

De forma a tornar mais perceptível a questão do povoamento na nossa área em análise optámos por estabelecer uma divisão formal na análise dos factos políticos e geo-estratégicos das diferentes forças em questão, isto é, galaico-romanos e germanos, segundo dois grandes períodos: o primeiro, compreendido entre os anos 409 e 586, respectivamente, o ano da entrada dos germanos na Península Ibérica e a baliza cronológica da anexação do reino suevo à coroa todelana; um segundo, entre 586 e 711, ano da entrada do exército árabe na Península e consequente queda do reino visigodo. Faria sentido apresentar uma sub-divisão temporal, esta intermédia, de 409 e 476 a data onde coincidem a queda do Império Romano do Ocidente e a formação do reino suevo, mas como se verá, a escassez de elementos para a compreensão do reino suevo durante aquele período não são abundantes, muito pelo contrário, presumindo-se que existiu uma coexistência pacífica verificada até à supressão do reino suevo pelo visigodo Leovigildo. Para efeitos de estudo do povoamento, tratam-se de elementos indirectos e sem grande expressão

As relações entre suevos e galaico-romanos foram conturbadas no início, mas depois progressivamente toleradas, não temos elementos suficientes definir a fecha onde a tolerância e a miscigenação destes povos possa ter acontecido.

A compartimentação em duas fases permite-nos, da mesma forma, agilizar a compreensão dos sistemas da transição do povoamento entre o mundo romano e o germânico, se as mesmas se verificaram e em que termos, à luz de alguns aspectos que a arqueologia começa a mostrar como evidentes e com grande relação com a trama política e social que a seguir se abordará.

4.1. De 409 a 585: Constituição e Desagregação do Reino Suevo

Os efeitos da chegada dos suevos, vândalos e alanos contribuíram para agudizar o clima de instabilidade vivido na Península motivado pelas lutas internas entre os

defensores do Imperador Honório e as tropas de Gerônimo. De resto, o clima desorganizado favoreceu a implantação impune destas comunidades migrantes na Península. Idácio referiu-se a um sorteio dos territórios por parte das três comunidades migrantes: os vândalos asdingos instalaram-se no Norte da *Gallaecia*, os vândalos silingos e os alanos dividem a *Lusitania* e a *Betica*, ao passo que os suevos ocupam a região ocidental da Península, mormente na região meridional da *Gallaecia* em torno de *Bracara Augusta*. Os hispanos, por seu turno, refugiaram-se nas *civitates* e *oppida* (CARDOSO 1982: 13).

A ocupação esteve longe de ser pacífica, pois Idácio reportou a série de violências e destruições que acompanharam os movimentos das hordas invasoras. García Moreno considerou normal que estes povos, organizados segundo uma estrutura social complexa apoiado num regime monárquico rodeado por uma clientela militar de grande autonomia, se tenham apropriado de algumas *villae*, entretanto abandonadas pelos seus proprietários hispânicos, fugidos quer dos germanos, quer dos movimentos da guerra civil (GARCÍA MORENO 1998: 44-45).

Após uma série de pequenas redefinições territoriais, traduzidas por algumas escaramuças, quer entre suevos e vândalos, quer entre estes povos e os hispano-romanos, parece ter-se assumido uma espécie de período pacífico, em que os novos ocupantes do território exerciam um controlo militar sobre as cidades e áreas envolventes aos centros urbanos e taxavam os habitantes agora centrados nas *civitates* e nos *castella tutoria* indicados por Idácio (CARDOSO 1984: 13). Esta redefinição do povoamento parece estar bem documentada pela Arqueologia (ALMEIDA CAF 1972 e 1993), mas é assunto que trataremos com mais cuidado à frente.

O governo de Ravena não tardou a encetar manobras na tentativa de restabelecer a antiga ordem no ocidente da Península Ibérica. As lutas entre os partidários de Gerônimo, Constantino III e Honório tiveram como maior consequência política o esvaziamento militar e governativo da Península Ibérica, facto que facilitou a campanha das tropas *visigodas* entre 414 e 416 sob o comando de Ataúlfo e depois de Valia. Como este exército se viu encurralado na Península Ibérica, dado o fortalecimento das tropas fiéis a Ravena estacionados na Gália e do grande controlo que efectuava à fronteira pirenaica, Valia conseguiu o estabelecimento de um *foedus* com Constâncio (GARCÍA MORENO 1998: 46). Este importante facto político tornou todo o exército *visigodo* à disposição do Imperador Honório para assim atacar os ocupantes do ocidente da Península, pois o domínio das zonas meridionais da *Hispania*, sorteadas para os alanos e

os vândalos silingos, era crucial para se garantir o acesso à África, bem como o domínio das costas do Mediterrâneo Ocidental, áreas da maior importância económica e de circulação comercial.

Entre 416 e 417, Valia iniciou uma campanha militar que desmembrou por completo os exércitos vândalos silingos e alanos, os quais se preparavam para abordar o norte de África desde o Estreito de Gibraltar. Com grande parte do território hispânico fora do controle dos invasores, a corte de Ravena enviou tropas regulares para o Noroeste Peninsular de modo a acabar com a presença de suevos e vândalos asdingos na *Hispania* em 420, altura em que estas duas comunidades sobreviventes do grande movimento migratório entraram em disputa por maiores territórios (GARCÍA MORENO 1998: 50). A intervenção do exército imperial acabou por dar um desfecho diferente ao cerco dos Montes Nerbásios, onde os vândalos asdingos, agora reforçados pela união com os sobreviventes dos exércitos alano e silingo, haviam conseguido sitiar o grosso do exército suevo, quase os vencendo pela fome. Dada a perigosa aproximação das tropas regulares imperiais comandadas pelo *comes* Astério, os vândalos levantaram o cerco e dirigiram-se para o sul da Península, tendo entrado em *Bracara* e cometido muitas violências contra suevos que aí residiam (CARDOSO 1982: 17).

Entre 421 e 422, a corte ravenática incumbiu o general Castino de uma expedição com o objectivo de dar caça e desbaratar o cada vez mais poderoso exército vândalo, cujo seu monarca, Gunterico, ao perceber a impossibilidade de alcançar um *foedus* semelhante ao obtido pelos visigodos, tinha o Norte de África na sua mira. Após uma série de recontros, em que as tropas de Castino conseguiram algumas vitórias sobre os vândalos, deu-se uma reviravolta surpreendente dos acontecimentos e as tropas de Gunterico infligiram um profundo golpe nas tropas romanas. García Moreno considerou que este desastre militar “*debió significar una pérdida irreparable para la potencia militar del Imperio en España*” (GARCÍA MORENO 1998: 52), pois não mais se repetiram expedições desta envergadura no território peninsular por parte do Império. Até 429, ano em que Genserico conduziu finalmente os vândalos ao Norte de África, estas gentes haviam posto a *Cartaginensis*, a *Lusitania* e a *Betica* a ferro e fogo (GARCÍA MORENO 1998: 52).

Os suevos, após terem sobrevivido ao cerco nos Nerbásios por intervenção das tropas imperiais, nada interessadas que os vândalos engrossassem ainda mais as suas fileiras com a adição do exército suevo em caso de derrota deste último, como era costume germânico, acabaram por estabelecer o seu frágil domínio junto das áreas

urbanas em torno das *civitates* de *Bracara*, *Portucale*, *Lucus* e *Asturica* (GARCÍA MORENO 1998: 54). Para esta ineficácia na dominação efectiva do território concorreu, sem dúvida, a hierarquização social desta comunidade invasora. Assim, em torno do monarca orbitava uma aristocracia clientelar com grande vocação militar, vindos de diferentes tribos, ainda para mais com união recente sob a coroa sueva. A esta curta etnogénese enquanto nação, dever-se-á adir a pouca expressão da comunidade sueva no cômputo total da população da *Gallaecia*, representando cerca de 3%¹¹ (GARCÍA MORENO 1998: 55). Outro obstáculo a uma dominação capaz do território residia nas condições do terreno, favorável à fortificação das comunidades hispano-romanas em caso de ataque suevo.

As diferenças que opunham os suevos às elites aristocratas hispano-romanas deveriam ter-se apaziguado à volta de 438, mediante a celebração de um acordo de paz, tal como nos noticiou Idácio (CARDOSO 1982: 24). A partir deste ano, Réquila, filho do rei Hermenerico, avançou para expedições de saque contra o meio-dia peninsular, mormente a área do vale do Guadiana, tomando *Emerita Augusta* em 439, *Mirtilis* em 440 e *Hispalis* em 441 (CARDOSO 1982: 24-26). Estas conquistas coincidem com a maior expansão do domínio suevo na Península Ibérica.

Com a morte de Réquila em 448, sucedeu-lhe Requiário, o qual encetou uma campanha nas zonas orientais da Península, nomeadamente na *Tarraconensis*, entre 449 e 456 (CARDOSO 1982: 29-35); como as posições do Reino de Tolosa começassem a perigar, face às intensas depredações do exército de Requiário no Nordeste, Teodorico II, com ordem do Imperador Avito, lançou uma campanha contra os suevos. O ponto alto desta campanha parece ter-se dado nas imediações de *Asturica*, onde as tropas visigodas desbarataram o exército suevo. O avanço de Teodorico II foi bem relatado por Idácio, o qual pormenorizou as violências cometidas pelos godos em *Bracara*, mormente contra os lugares sagrados (CARDOSO 1982: 36). Em 457, Requiário foi aprisionado perto de *Portucale* e depois executado, ao passo que grande parte das suas tropas se entregou ao rei godo (CARDOSO 1982: 36). O exército suevo sofreu, desta forma, um grande revés, fragmentando-se e ficando entregue a uma guerra civil entre duas facções rivais (CARDOSO 1982: 37-39). Com efeito, até 465, altura em que Remismundo reunificou a nação sueva sob o seu governo, sucederam-se acções de

¹¹ García Moreno criticou os números propostos por Thompson, 20 000 a 25 000 de população total sueva num universo de 700 000 habitantes da província da *Gallaecia*, afirmando que o número pecará por excesso (GARCÍA MORENO 1998: 55)

pilhagem por parte das facções suevas e de piratas hérulos, com intensos combates por toda a *Gallaecia* e *Lusitania* entre suevos e hispano-romanos (CARDOSO 1982: 37).

O reinado de Remismundo redefiniu os territórios suevos, seguindo duas políticas distintas: por desposar uma tolosana escolhida por Teodorico II formalizou uma aliança e uma trégua com o Reino de Tolosa; mas após a morte de Teodomiro II (assassinado pelos sequazes de Eurico, seu irmão), a orientação política do novo monarca visigodo, mais interessada na inversão do *foedus* estabelecido com Ravena, para assim expandir o seu território a toda a Península Ibérica e Gália (GARCÍA MORENO 1998: 68), motivou a cisão entre suevos e godos em 467/ 468, alturas em que os primeiros conquistaram *Conimbriga* e *Olisipo* (CARDOSO 1982: 45-46). As fronteiras suevas e visigodas estariam definidas em 470 e estáveis até 572, estabelecendo-se um verdadeiro *limes* militar numa linha que partia pelo nascente de *Asturica* e *Viseo*, entre estas localidades e *Salamantica*, inflectindo depois para oeste, entre *Egitania/ Aeminium* e *Olisipo/ Scalabis* (GARCÍA MORENO 1998: 72 e 106). Entre este período, assistiu-se a uma coexistência pacífica entre as duas nações, ao mesmo tempo que o Império Romano da *Pars Occidentis* simplesmente deixava de existir.

Os tempos que medeiam os anos 470 e 560 são muito duvidosos para o Noroeste Peninsular. O relato de Idácio terminou em 469 (CARDOSO 1982: 49) e só em 550 começaram a vir à luz algumas informações pelo punho de Gregório de Tours. No dizer de García Moreno, mal grado o desconhecimento quase total da política sueva de então, não parecem restar dúvidas que este foi um período pacífico, em que a miscigenação da comunidade hispano-romana com o invasor suevo foi progressivamente consolidada, tal como Idácio havia gradualmente testemunhado (GARCÍA MORENO 1998: 70).

A ausência documental relativa ao período entre 476 e 550 não esconde, no entanto, o desenvolvimento ocorrido dentro das fronteiras suevas. A consolidação e estabilização do reino suevo tiveram, certamente, condicionalismos económicos e políticos importantes. Por um lado, é de supor, como nos diz Días Martínez, que a crescente tolerância entre os novos ocupantes do quadrante norocidental da Península Ibérica e a velha aristocracia galaico-romana contribuiu para uma estabilidade social de suma importância, pois se aos primeiros não era favorável uma colisão com os interesses de poderes instalados, aos segundos era fundamental a manutenção das suas regalias e poderes agregados desde a dominação Romana (DÍAZ MARTÍNEZ 1993: 218). Segundo aquele autor, a existir uma germanização, conceito associado à alteração

do *modus vivendi* das comunidades tardo-romanas, ela não foi notória; faz mais sentido falar de uma adaptação dos suevos às estruturas galaico-romanas: “*asumieran las formas y usos de la aristocracia galaico-romana, y de igual modo se integrarían en los esquemas productivos dominantes*” (DÍAZ MARTÍNEZ 1993: 219). Mas como entender a integração espacial dos suevos, dentro deste quadro integracionista?

O Professor Ferreira de Almeida aludiu a certa altura às *villae* novas, fruto da redefinição entre ocupantes e ocupados (ALMEIDA CAF 1993: 194). Essa definição espacial poder-se-ia explicar pela reocupação dos castros e o surgimento de povoados, facto que até tem algum eco na nossa área em análise, mas disso trataremos mais à frente. A questão é que os poucos elementos existentes não permitem averiguar com segurança a exactidão daquelas palavras.

O fortalecimento do reino suevo também passou pela política internacional. Ainda que não se possa ver o crescimento suevo como uma tentativa fugaz de fazer frente ao vizinho visigodo, é certo que os contactos encetados com os merovíngios e os bizantinos lhe deram uma grande força (ALMEIDA CAF 1993: 199). A conversão dos monarcas suevos ao catolicismo não foi mais que uma estratégia diplomática para reforçar aqueles laços e, daquela maneira, começar a sombrear um reino visigodo que dava sinais de espartilhamento fronteiriço e de fundas tensões internas. A vinda de Márcio Martinho desde a Panónia até ao reino suevo surge certamente dentro de um contexto de evangelização e maior reforço entre bizantinos e suevos (ALMEIDA CAF 1993: 199).

Se o relato de Idácio tivesse sido composto uma centena de anos mais tarde, certamente iria florear os anos que vão de 560 a 585 com os melhores signos de presságios: a chegada de Martinho, depois S. Martinho de Dume, coincidiria com a maior afirmação do poderio suevo, tal como o seu ocaso. O panoniano está ligado à conversão dos suevos e ao grande avanço do catolicismo, tal como Almeida Fernandes notou no *Parochiale Suevorum*, “*um instrumento martiniano, anti-herético*” (FERNANDES 1967c: 278). Foi a conversão dos suevos ao catolicismo que esteve na base da sua extinção enquanto reino. Isto e a política de um dos mais importantes reis visigodos, Leovigildo.

É importante abordar, por momentos, as importantes informações de índole administrativa eclesiástica contidas no *Parochiale Suevorum*, também denominado *Divisio Theodemiri* e Concílio de Lugo (COSTA 1965: 16). Servia aquele documento para definir as fronteiras das arquidioceses de *Lucus* e *Bracara*, a sua divisão por

dioceses e a subdivisão em paróquias (*parrocias*¹²) (LF 10 e 11 de 569; COSTA 1965: 18). A *parroquia* parecem apresentar o mesmo significado de *ecclesia*¹³, mas distingue-se de *pagus*, termo que é referido em algumas dioceses, caso de *Bracara, Potucale Castro Novo e Tude* (LF 10-11 de 569; COSTA 1965: 19 e 23). Deste problema nos debruçaremos quando tratarmos de *Ovinea* (Igreja, Areosa). A divisão territorial das arquidioceses e as subdivisões em dioceses, paróquias e pagos (?) sob o alto patrocínio da coroa sueva diz bem da importância dada por aquela à igreja, bem como o poder alcançado por esta última, traçando-se uma estreita relação entre as duas partes (a menção à pequena diocese de Dume consagra a presença da família sueva¹⁴), e o surgimento de uma divisão territorial assente em modelos ligados à instituição eclesiástica.

Em meados dos anos 60 do século VI, o reino visigodo achava-se muito fragmentado pela constante luta de caudilhos que queriam ascender à coroa e uma série de rebeliões de comunidades hispano-romanas tradicionalmente insatisfeitas com o domínio visigodo. Esta luta fratricida perigava a unidade territorial do reino, cercado com estava pelas potências merovíngia e bizantina, respectivamente pelo norte e pelo sul, bem como pelo reino suevo, pelo ocidente (GARCÍA MORENO 1998: 114-115).

Em 569, Leovigildo foi associado ao trono visigodo de Liuva e, logo no ano seguinte, lançou uma ofensiva contra a província bizantina do sul da *Hispania*, tendo em vista o domínio da rica depressão bética. Em causa estava também o controlo do Estreito de Gibraltar (GARCÍA MORENO 1998: 115). Em 573, à morte de Liuva, torna-se rei único. Neste ano há a notícia da campanha militar promovida por Miro, monarca suevo, contra um povo denominado *ruconnes*, aparentemente cántabro (GARCÍA MORENO 1998: 116-118). As manobras militares do monarca suevo junto ao *limes* oriental dos dois reinos teriam ensombrado os planos do monarca visigodo, que rapidamente encetou uma série de campanhas vitoriosas no norte da Península Ibérica, com o sentido de colmatar uma série de movimentos autonomistas na zona Duriense, aliado à pretensão implícita de chegar a *Bracara* e desmembrar o reino Suevo. Em 576 lançou uma ofensiva na parte oriental do reino suevo, mas Miro propôs-lhe tréguas, as quais foram aceites (GARCÍA MORENO 1998: 118). As condições de paz passariam

¹² “Sicque post hec per unaqueque cathedra dioceses et parrocias diviserunt ne inter episcopos contemptio aliquatenus fieret” (LF 10 e 11 de 569; COSTA 1965: 18).

¹³ “Ad Tudense ecclesias in vicino: Toreda, Tabodela, Locoparre (...) Item papa: Dunone, Sacria, Erbilione” (LF 10-11 de 569; COSTA 1965: 23).

¹⁴ “Ad Durnio familia servorum” (LF 10-11 de 569).

pela submissão de Miro a Leovigildo, estabelecendo-se uma relação clientelar em que o monarca suevo estaria certamente impedido de tomar decisões do foro da política externa (GARCÍA MORENO 1998: 118).

O outro momento crucial na integração do reino suevo sob a dominação visigoda centrou-se na conversão de Leovigildo ao arianismo, estratégia motivada pelo desejo da “ *fusión de los sentimientos visigóticos e hispanorromanos en un solo ente nacional integrador bajo el supremopatronato régio*” (GARCÍA MORENO 1998: 126). Mas esta política encontrou forte resistência do seu filho Hermenerico, o qual se havia convertido ao catolicismo, depois do casamento com uma princesa austrasia. O movimento rebelde de Hermenerico foi parcialmente rechaçada em 583, quando Leovigildo deitou cerco a Sevilha, cidade capital dos revoltosos. O rei suevo Miro, que correu em auxílio do seu aliado católico foi cercado por Leovigildo e forçado a depor as armas. Em consequência disso, Leovigildo recebeu “ *un derecho hegemónico de intervención sobre el reino suevo*” (GARCÍA MORENO 1998: 130). Esta situação toldava as relações políticas estabelecidas com os velhos aliados merovíngios e bizantinos, facto que não agradou a Audeca, genro de Miro, o qual tentou demarcar-se do seu patrono de armas, mas Leovigildo, livre da revolta de Hermenerico, assassinado em 585, ocupou o reino suevo, anexando-o (GARCÍA MORENO 1998: 132-133).

Ao que parece, a instalação dos visigodos no território anteriormente suevo não teria sido violenta. As intervenções arqueológicas realizadas na cidade de Braga têm demonstrado mais um movimento reestruturante da cidade romana que os sinais de uma destruição (MARTINS e DELGADO 1989-1990: 32). Estes sinais importantes fornecidos pela Arqueologia mais não são que uma prova do dinamismo da capital sueva em crescimento tal como havíamos considerado acima; as reformulações tardias, a continuidade do enterramento nas necrópoles romanas, o registo de um volume importante de cerâmicas de importação e a manutenção da produtividade artesanal patente nas cerâmicas regionais (MARTINS e DELGADO 1989-1990: 32-33; MARTINS 1991-1992: 181) dizem bem desse dinamismo e justificam até certo ponto o facto de *Bracara* persistir como centro eclesiástico na fase posterior à anexação visigoda.

4.1.1. O Povoamento do Século V-VI na Bacia do Lima

Os dados que possuímos sobre a presença das comunidades migrantes estabelecidas no Noroeste Peninsular a partir dos inícios do século V d.C.,

nomeadamente suevos e vândalos asdingos, e as relações com os povos indígenas são escassos, mas expressivos. Idácio forneceu-nos um relato de onde se podem retirar alguns dados concernentes às relações entre as duas comunidades; no princípio parecem estar pejudicadas de grandes atritos, pois Idácio enumera algumas violências praticadas pelos suevos contra os hispano-romanos, de entre os quais se destaca o próprio Idácio, preso pelos partidários de Frumário quando integrado numa embaixada em 462 (CARDOSO 1982: 41). Exemplo disso é a passagem do seu relato, referente ao ano 464, em que os suevos “*arrasam, como é habitual, diversas regiões da infortunada Galécia*” (CARDOSO 1982: 42).

Descontando-se o ódio patente na obra de Idácio, sentimento aliás compreensível pela experiência com o invasor, Garcia Moreno é de opinião, tal como acima reportamos, que se registou “*un cambio en la actitud de la antigua aristocracia senatorial de estas regiones occidentales de la península ibérica com respecto al poder suevo*” (GARCÍA MORENO 1998: 70). As motivações para este fenómeno prendem-se, segundo aquele autor, no facto das poderosas famílias hispano-romanos terem reconhecido a ineficácia da dominação romana, e conseqüente tentativa daquele sector da população em se aliar à coroa sueva para assim manter regalias socio-económicas (GARCÍA MORENO 1998: 70). Assim, se nos primeiros anos de ocupação os conflitos eram inevitáveis, numa época mais avançada os acordos seriam mais frequentes.

Este poderá ser, no nosso entender, um ponto de partida válido para se abordar a questão do povoamento e das características do mesmo durante todo o século V e a larga maioria do século VII.

Perante as intensas movimentações políticas e militares ocorridas nos territórios da *Gallaecia* no século V, era de esperar que surtiram efeitos visíveis na nossa área de análise. Ainda que não existam menções directas sobre o território do Baixo Lima, as referências documentais fornecidas por Idácio a locais próximos é frequente (CARDOSO 1982: 13-48).

Segundo o relato do bispo de *Aquae Flaviae*, podemos contabilizar uma série de movimentações por esta área, mormente no período sequente à distribuição dos territórios aquando do sorteio das regiões pelos invasores, em que a parte meridional da *Gallaecia* foi entregue aos suevos e a setentrional aos vândalos asdingos (411). Das condições de instalação dos suevos neste território nada sabemos, ainda que não seja difícil perceber, após a leitura dos escritos de Idácio, uma hostilidade activa ou latente dos hispano-romanos para com o invasor (CARDOSO 1982: 13). Nada sabemos,

também, dos efeitos da guerra entre vândalos asdingos e suevos em 419-420, tal como não sabemos se a força vândala de Gunderico passou por esta região quando fugia das tropas de Astério e entrou em *Bracara*. Depois existem notícias de violências cometidas pelos suevos contra zonas da *Gallaecia* entre 430-433 e 438 (CARDOSO 1982: 21-24), por visigodos em 431 (CARDOSO 1982: 21), vândalos em 445 (CARDOSO 1982: 27) e hérulos em 461 (CARDOSO 1982: 39). Depois temos a referência à grande campanha de Teodorico II em 456, com a qual entrou em *Bracara* e cometeu muitas violências contra os altares cristãos (CARDOSO 1982: 36). Em 457, bandos de salteadores apossaram todo o *conventus bracaraugustanos* (CARDOSO 1982: 37) e, a partir de 461 a 469, os suevos pilharam localidades no vale do Douro e em *Lucus*, para além de invadiram *Conimbriga* e *Olisipo* (CARDOSO 1982: 39-48).

As lutas acima relatadas não decorreram sempre nas imediações da nossa área de estudo mas, dada a proximidade de muitos dos combates, é natural que o clima de profunda instabilidade tenha tido grandes repercussões nos habitantes do vale do Lima e áreas adjacentes entre estes períodos, mormente um sentimento geral de insegurança.

4.1.2. *Habitat Concentrado*

Como vimos anteriormente, a população distribuía-se pelas aldeias, vulgo povoados abertos, e nos castros (alguns seriam *vici*?), isto quando o povoamento era concentrado, ao passo que a dispersão do habitat englobava as *villae*, os casais e os *aedificia*. Perante as informações que nos chegam do *Parochiale Suevorum* (LF 10 e 11 de 569; COSTA 1965: 18), acima levemente abordadas, como articular o problema da definição das categorias dos assentamentos? Explicitemos.

Como fizemos menção no número 4.1., o *Parochiale* apresenta-nos conceitos territoriais, ainda que eclesiástico, como dioceses, as unidades territoriais mais vastas, paróquias/igrejas e pagos (LF 10 e 11 de 569; COSTA 1965: 18-23). Como o rio Lima servia de fronteira entre as duas arquidioceses de *Lucus* e *Bracara* (FERNANDES 1967c: 282), a nossa área de trabalho correspondia às dioceses limítrofes de *Tude* e *Bracara*. Existem referências a um *pagus*, *Ovinia*, dentro da área que temos vindo a analisar¹⁵, possivelmente situado nas imediações da igreja da Areosa (FERNANDES 1967a: 50), com associação aos vestígios de uma *villa* que ali existiria.

¹⁵ Na envolvente, segundo Almeida Fernandes, existia a paróquia de *Agilio* na Gelha, Souto Rebordões, Ponte de Lima, situada no vale a nascente do Monte da Nó; e o *pagus Annove*, em Anova, Calheiros, Ponte de Lima (FERNANDES 1967a: 23 e 48). De referir a existência do *pagus* de *Leboreto* (Lavra?) e

O problema surge na determinação da tipologia de assentamento, dado que a probabilidade de ter existido uma *villa* no local é forte; depois concorrem as definições que Santo Isidoro associou aos *pagi* no século VI, claramente distintos dos *castella* e dos *vici* por uma questão de dimensionamento¹⁶, facto que levou Pierre David a considerar que o *pagus* era uma forma de povoamento concentrado onde a unidade étnica falava mais forte, já que seria “*parfois designé par le nom de ses habitants, parfois par le nom du chef-lieu*” (DAVID 1947: 15). Ora se Santo Isidoro refere o *pagus* como povoamento concentrado e na área da Igreja da Areosa, como a toponímia e a arqueologia atestam, parece ter existido uma *villa*, existe claramente um choque entre a funcionalidade do termo *pagus*, este com significado religioso ligado à heterodoxia, tal como Almeida Fernandes havia enunciado, por oposição a *parrochial ecclesia*, dando alguma consistência à tese daquele autor que viu no *Parochiale* um “*instrumento martiniano anti-herético*” (FERNANDES 1967c: 278). Há, por isso, que encarar com muitas reservas a utilização das terminologias eclesiásticas aplicadas no *Parochiale* para o povoamento deste período, ainda que seja admissível que muito falta para que se construa um quadro mais concreto.

A partir de certo momento, certamente relacionado com as sucessivas movimentações militares nesta área ou nas envolventes acima mencionadas, começou-se a assistir a um movimento de fortificação em alguns dos povoados abertos (ALMEIDA CAF 1972: 118-119), como é o caso da Senhora do Barco (Vitorino das Donas), Vilarinho (Seara) e Paço (Santa Maria de Geraz), tal como à reocupação de antigos castros de baixa altitude, exemplo de Eirado (Correlhã), Roupeiras (Lanheses) e Bouça do Crasto (Estorãos)¹⁷. Os vestígios da fortificação destes povoados de baixa altitude são muito semelhante entre todos eles, consistindo num talude e fosso, cujo material escavado era utilizado no reforço do talude, muitas vezes reforçado com um muro de pedra de aparelho tosco, o qual rodeava a coroa, muitas vezes aplanada, onde estariam fundadas as construções habitacionais.

Locoparre (Longos Vales; Monção) (LF 10 e 11 de 569; COSTA 1965: 19 e 24), estes algo mais distantes da Bacia do Lima.

¹⁶ “*vici et castella et pagi ii sunt qui nulla dignitate ciuitatis ornantur, sed vulgari hominum conventu incoluntur et propter parvitatem sui majoribus civitatibus adtribuntur*” (Isidoro de Sevilha, *Origines*, XX, cap. 2, II, Cf. DAVID 1947: 15)

¹⁷ Na área circundante ao nosso espaço em análise foram cadastrados, recentemente, povoados fortificados semelhantes aos apontados, como Queijeiros (Abade de Neiva, Barcelos), Adro Velho (Barqueiros, Barcelos), Crasto (Ucha, Barcelos), Paço (Freixo, Ponte de Lima), Monte de Casais (Friastelas, Ponte de Lima), Sabugueiro (Poiães, Ponte de Lima) e Outeiro (Alvarães, Viana do Castelo) (ALMEIDA CAB 2003: 403)

Alguns dos povoados abertos não sofreram, contudo, as obras de fortificação que os nomeados atrás, como é o caso de Fontão (Vila Franca), Vilarinho (Seara) e Louredo (Sá)¹⁸, facto que poderá indicar um abandono do local em caso de ameaça para posições fortificadas (Louredo tem próximo o Alto da Telha) e Fontão acha-se mesmo no fundo da encosta da Citânia de Roques) ou mesmo o abandono total em determinada época que não podemos precisar. Indefinido é o caso do povoado indicado por Brochado de Almeida, Castelão, (ALMEIDA CAB 2003: 403) que nós pretendemos ser S. Gil, na freguesia de Perre, Viana do Castelo, pois não são visíveis vestígios de defesas, tal como o caso do Paço de Santa Leocádia de Geraz. Nada obsta, contudo, a que estes locais as possuíssem, dado que são locais muito descaracterizados quer pelo recente avanço da construção, no primeiro caso, quer pela construção de socacos agricultados, no segundo.

Também os castros de média altitude viram o seu espaço reocupado durante este período, como é o caso do castro de S. João do Monte (Correlhã), Alto do Galeão (Darque) e Alto da Telha (Sá). Neste último caso a ocupação instalou-se na encosta poente do monte de Sto. Ovídio, onde existia um castro da Idade do Ferro. A reocupação de castros está, aliás, bem documentada pela Arqueologia um pouco por toda a área envolvente e em quase todo o Entre-Douro-E-Minho e Douro Litoral (ALMEIDA CAF 1980: 309-313; ALMEIDA CAF 1993: 198; ALMEIDA CAB 2003: 397)¹⁹, tal como Idácio noticiava ao definir a situação dos hispano-romanos, os quais “*castella tutoria retenebat*” (ALMEIDA CAF 1980: 306). Na nossa área de análise, para além dos vestígios cerâmicos que ocorrem nos povoados atrás mencionados com fortificação ou reocupação de castros, concorre a notícia do aparecimento de dois tesouros monetários, um em S. João (Correlhã) e outro no Alto da Telha (Sá). O primeiro anda associado a numismas de meados do século IV, mormente de Constantino, ao passo que no segundo os numismas apresentavam uma cronologia bem mais ampla, desde Constantino a Honório (HIPÓLITO 1960-1961: 15-16). A presença de entesouramentos com moeda dos séculos IV e princípios do século V concorrem

¹⁸ Brochado de Almeida apontou os seguintes povoados tardios sem fortificação na envolvente ao Vale do Lima no seu trabalho sobre povoamento romano: Igreja (Cristelo, Barcelos), Alvarão (Vila Cova, Barcelos) e Covelos (Vila Chã, Esposende) (ALMEIDA CAB 2003: 403)

¹⁹ O Professor Ferreira de Almeida referia, em 1980, uma série de castros que apresentavam vestígios de reocupação durante este tempo, nomeadamente Fiães (Feira), Porto, Guiões (Matosinhos), Mozinho (Penafiel), Sanfins (Paços de Ferreira), Castro de Fontes (Santa Marta de Penaguião), Castelo de Lanhoso (Póvoa de Lanhoso), Falperra (Braga), Bagunte (Vila do Conde), Faria (Barcelos) e Curalha (Chaves) (ALMEIDA CAF 1980: 309-313), para além de Alvarelos (Santo Tirso) (ALMEIDA CAF 1993: 198), S. Lourenço (Vila Chã, Esposende) e Lobelhe (Vila Nova de Cerveira) (ALMEIDA CAB 2003: 397)

grandemente para o enquadramento do impacto das primeiras incursões dos germânicos neste território e enfatizam o tal sentimento de insegurança vivido pelas comunidades *hispano-romanas de então*.

Em outros *castella* (ou *vici*?) de grande dimensão e de média altitude, como é o caso de Santa Luzia e Roques, onde se conhecem vestígios de povoamento durante os séculos III/ IV e, possivelmente, do século V, não é de excluir a hipótese do reaproveitamento das estruturas defensivas nestes tempos conturbados. No caso de Santa Luzia, foi cadastrado, nas sucessivas intervenções arqueológicas ali ocorridas, um conjunto interessante de numismas de Constantino a Honório, num total de cerca de seis dezenas (ALMEIDA CAB 1990: 239). Face à impossibilidade de se relacionar estes numismas a um tesouro monetário, fica a certeza de ter existido povoamento, pelo menos, em épocas posteriores aos inícios do século V, fruindo-se deste importante ponto estratégico da foz do Lima. Já Roques, tal como atrás se referiu, poderia ter funcionado como estrutura defensiva de refúgio temporário, residindo a população no povoado de Fontão. De qualquer das formas as obras de fortificação nestes sítios não seriam muito complexas, dado que os elementos defensivos herdados dos castrejos, mormente as muralhas, os taludes e os fossos, só necessitariam de reparações.

Estes esforços de fortificação geraram-se, indubitavelmente, a partir da insegurança vivida pelas populações, ameaçadas constantemente pelas investidas de suevos, visigodos, vândalos, hérulos, hispano-romanos e salteadores.

Esbatidas as questões de insegurança, no seguimento no que atrás se apontou sobre uma maior tolerância dos hispano-romanos para com os ocupantes suevos ocorrida a partir da década de 60 do século V (GARCÍA MORENO 1998: 70), mas segundo o Professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida tal fenómeno não seria tão notório e certamente mais tardio. Na sua opinião, a leitura de Idácio deixa a “*certeza de que suevos e galaico-romanos se terão mantido durante todo o século V como etnias apartadas, usando, como tais, signos padrões diferentes (...) os suevos aparecem ligados a certas guarnições militares e ao campo, ao passo que os galaico-romanos mantêm o domínio das cidades e dos centros mais fortes*” (ALMEIDA CAF 1980: 306). A oposição entre estes dois investigadores é, no nosso entender, relevante, ainda que muito difícil de destrinçar. Com efeito, porque se tratam de teses assentes no relato de Idácio, enfermam do desconhecimento do acontecido após o ano de 469, altura em que o relato do bispo de *Aquae Flaviae* se interrompe, pois as notícias conhecidas para o período sequente só aparecem pela mão do bispo de Gerona, o escalabitano João de

Biclaro, nos anos 70 do século VI (GARCÍA MORENO 1998: 113), ou pelo *Parochiale Suevorum* de 569 (LF 10-11; COSTA 1965: 14-23). Em síntese, sabemos que à volta de 570 o reino suevo se encontrava estabilizado e com capital em *Bracara*, que galaico-romanos e suevos se encontravam miscigenados, mas não temos indicações de quando ou como isso se sucedeu.

4.1.3. *Habitat Disperso*

A par do povoamento concentrado, também se cadastraram vestígios da persistência de povoamento nos assentamentos do tipo disperso, nomeadamente as *villae* (se assim pudermos nomear os assentamentos de tipo agrário centrados em torno de um *aedificium* de grandes dimensões equipado com estruturas anexas para assim dar resposta à actividade agrícola), os casais e pequenos *aedificia*. A perduração do *habitat* disperso ocorreu indubitavelmente neste espaço do vale do Lima, pois temos exemplos concretos disso mesmo. Alguns autores parecem querer atribuir a responsabilidade do povoamento disperso, mormente a reocupação ou continuidade em assentamentos do tipo *villae* apontadas no capítulo anterior, aos suevos, como o Professor Ferreira de Almeida, quando associou os galaico-romanos aos centros urbanos e os suevos ao mundo rural (ALMEIDA CAF 1980: 306), ou a sua instalação nas comunidades já existentes, pela divisão das propriedades, como pretende Brochado de Almeida, ao assinalar o assentamento de muitos “*povoadores menos predispostos à mudança para o interior do território, para locais desviados dos caminhos normais de trânsito, para vales mais abrigados ou chãs de montes até aí improdutivas por não arroteadas*” (ALMEIDA CAB 2003: 373).

Uma primeira ilação deve ser apontada, na assunção de que a maioria das *villae* apontadas no capítulo anterior dedicado ao Baixo Império ainda estavam ocupadas quando os migrantes germânicos chegam a este território: existem sinais da continuidade do povoamento nas *villae* da Igreja (Santa Maria de Geraz do Lima), Igreja (Deiã), Passal (Vila Mou), Pentieiros (Arcos/ Estorãos), Boudilhão (Moreira), Chão de Gil (Sá), Paço e Igreja (Correlhã), Paço Velho e Prazil (Facha), facto patente na presença de cerâmicas de características semelhantes às da Fase I da Quinta do Paço Velho (Facha), o assentamento que nos fornece mais elementos.

As intervenções arqueológicas na Quinta do Paço Velho entre 1985 e 1991 documentaram a perduração de um assentamento desde a fase tardo-romana (Fase I), coincidente com os inícios do século V (ALMEIDA CAB 2003: 333), passando pelo

período visigótico (Fase II) até aos finais da Alta Idade Média (Fase III) (ALMEIDA CAB 1996a: 303-305). A instalação deste edifício teria ocorrido, segundo Brochado de Almeida, pela partição do primitivo *fundus* ou a evolução a partir de um anterior edifício, facto que explicaria a quantidade considerável de materiais comuns romanos datados dos séculos II-III aparecidos em camadas de revolvimento (ALMEIDA CAB 1996a: 313-319). Como o único testemunho concreto que documenta a existência de ocupação germânica na villa do Paço Velho é a fivela de cinturão de bronze com a inscrição “*XPS (Christus) SIT TECUM X*” (Cristo Esteja Contigo), que Brochado de Almeida datou de meados do século VI/ inícios do século VII (ALMEIDA 1996a: 310-311), cronologia já na transição do reinado suevo para o visigodo, é mais seguro pensar-se a construção (ou seria remodelação de um edifício anterior) da *villa* num quadro ainda associado à comunidade galaica-romana, mais tarde ocupada ou mesclada com os suevos, não existindo, portanto, nenhuma evidência arqueológica de que a primeira fase da *villa* do Paço Velho tenha sido obra dos germanos, assim como não existem provas do contrário.

Aparentemente não está documentada qualquer destruição que associasse violências na chegada dos povos migrantes/ invasores, daí não se saber com certeza desde quando teria ocorrido (se desde o início, se em fase mais avançada) o processo de fusão entre as comunidades galaico-romanas e suevas. O aparecimento da supracitada fivela de cinturão em bronze com da inscrição “*XPS (Christus) Sit Tecum X*” demonstra que esse processo estaria ou muito avançado ou bem sedimentado em meados do século VI, aliás data coincidente com a mais funda estabilidade do reino suevo, como vimos anteriormente (GARCÍA MORENO 1998:106).

A *villa* do Paço Velho seria uma estrutura bem dimensionada, erigida em torno de um pátio amplo, funcionando como o *impluvium* (n.º 3 da Fig. 20). Brochado de Almeida assumiu a dificuldade da designação da tipologia desta estrutura, tendo em conta a existência de colunas, a partir do aparecimento de um capitel toscano (ALMEIDA CAB 1996a: 335). Com efeito, é difícil definir este espaço como sendo casa com pátio e colunas ou casa de átrio ou de peristilo. Mas a certeza, porém, de que esta estrutura tinha associada uma série de divisões cuja funcionalidade ainda não é totalmente perceptível, já que este assentamento não se encontra integralmente estudado. Mas alguns elementos permitem-nos concluir, quer pela qualidade dos vestígios, quer pelo tipo de organização e dimensionamento do espaço, a existência de uma *cocina* (n.º 7 da Fig. 20), 3 *cubicula* (n.ºs 1, 2 e 5 da Fig. 20) e um espaço votado

ao armazenamento, ou de víveres, ou de alfaias, dado o seu dimensionamento (n.º 8 da Fig. 20).

Em relação ao assentamento galaico-romano-suevo desta *villa*, importa considerar, da mesma forma, o tipo de materiais aqui exumados. As cerâmicas conotadas com a primeira fase do edifício, isto é, consentâneas com o período dos séculos V-VI, caracterizam-se por serem aparentadas ao nível da produção, às cerâmicas ditas paleocristãs estudadas por Rigoir²⁰ (ALMEIDA CAB 1996a: 319-321), com uma queda notória na qualidade das pastas, na grande homogeneidade das formas e do empobrecimento nos acabamentos. O recurso à cocção redutora, conferiu às peças uma tonalidade mais escura, ao passo que a utilização dos tornos de baixa rotação contribuíram para assimetrias dos perfis e um gradual engrossamento das paredes das peças, afinal as grandes características distintivas ao nível macroscópico das restantes produções romanas ditas de boa época. As formas abertas têm uma maior representatividade neste grupo cerâmico, em detrimento das fechadas, podendo-se isolar potes e panelas, em maior quantidade, depois pratos, tigelas e as jarras. Este quadro ceramológico não difere do modelo já equacionado pelo Professor Ferreira de Almeida, o qual considerou a barbarização das cerâmicas como um fenómeno posterior aos meados do século V, pois em Fiães e em Alvarelos, por exemplo, as cerâmicas até à data ainda apresentavam grande qualidade (ALMEIDA CAF 1993: 198).

As restantes informações retiradas do quadro do *habitat* disperso são francamente pobres. É lícito, contudo, equacionar a manutenção das antigas estruturas de tradição romana, caso dos *aedificia* e dos casais, uma vez que o sistema de exploração da terra e dos seus recursos envolventes não teria certamente cessado com a chegada dos germanos. E onde procurar esses vestígios? Brochado de Almeida defende que os antigos rendeiros e trabalhadores das terras preferiram o arroteamento zonas em maior altitude, em vez de se deslocarem da área de influência da monarquia sueva (ALMEIDA CAB 2003: 373). A ser verdade, os locais de maior altitude onde ocorre *tegula* são Perpesçoço e Agros (Santa Leocádia de Geraz do Lima), bem como Socrasto (Estorãos). Só no primeiro caso parece ocorrer cerâmica paleocristã, ao passo que em Agros só encontramos cerâmica comum romana e alguns fragmentos de *dolium*, por isso não é seguro que seja sinal seguro de que aquele modelo de povoamento tenha vingado após o século V e no século VI.

²⁰ RIGOIR, Jaqueline, *Céramiques Paléochrétiennes*, RAC, 11 (3-4), 1972

A explicação para o problema da situação dos casais e dos *aedificia* no mundo suevo-visigodo parece estar ligado ao incremento ao estabelecimento de relações laborais fruto de uma evolução do modelo económico escravagista romano, onde as populações livres dependiam do *dominus* da *villa*, situação que poderá fundear nas piores consequências do *iugatio capitatio* instituído por Diocleciano nos finais do século IV (SALRACH i MARÉS 2002: 50-51), pois as *villae* continuam a existir de forma pujante e até com redimensionamentos, como o documentado no Paço Velho aparentemente no segundo quartel do século VII, ao passo que o campesinato empobrecia (GARCÍA MORENO 1998: 218-220). A não ocorrência de cerâmicas em muitos locais onde surge a *tegula* poderá estar relacionada com esse tal empobrecimento.

Por outro lado, a pouca frequência de alegados assentamentos dispersos de hierarquia menor que a *villa* também poderá ter origens demográficas. Garcia Moreno, quando abordou a ocorrência das pestes bubónicas cíclicas nos anos de 410, 540-545, 577-590, 630-641 e 694-709, foi peremptório em afirmar que a taxa de mortalidade entre as camadas mais baixas da sociedade, desnutrida e exposta às baixas condições de salubridade das suas habitações, rondava os 50% (GARCÍA MORENO 1998: 218-220). Ainda que as pestes tivessem maior incidência nas cidades, esta área não estava longe de *Bracara*, tinha vias romanas principais e secundárias a cruzar o seu território e os contactos com locais distantes podem ser documentados. A placa de cinturão aparecida no Paço Velho tem enormes semelhanças com uma estudada por José proveniente de Ortigosa de Cameros, Logroño (VIVES 1969: 137) e um outro publicado pela TAPA proveniente de As Pereiras, Amoeiro (Ourense) (TAPA: 21). Não é difícil abstrair uma relação de proveniência, tal como não é difícil perceber o verdadeiro alcance das epidemias.

Assim poder-se-á compreender a pouca ocorrência de casais e *aedificia* com definição segura, pois só as intervenções arqueológicas poderão suprir esta importante lacuna na estruturação do povoamento dos séculos V-VI para esta área.

4.1.4. Necrópoles

Os avanços das epidemias poderão ter provocado fortes danos na demografia local, como acima foi sugerido, mas tudo isto não passa de uma equação. Seria necessário estarmos na posse de mais elementos, nomeadamente os necrológicos, para se poder traçar um quadro com alguma fiabilidade.

Ainda para mais a questão das necrópoles continua muito dúbia. Na Bouça da Gateira, a cerca de 150 metros da *villa* do Paço Velho, surgiu uma dezena de sepulcros, que apresentavam tipologias diferentes. A par do caso de Beiral do Lima (VIANA 1961: 115-123), importante necrópole arredada da nossa área de estudo, este será um dos exemplos mais coevos de uma estrutura fundiária, para além dos enterramentos relacionados com o forno da Quinta do Paço, associada da mesma forma à *villa* do Paço Velho (ALMEIDA 1990: 68; ALMEIDA CAB 1996a: 121).

Na necrópole da Bouça da Gateira três enterramentos foram executados com recurso a uma estrutura em forma de capela, isto é, o lastro em *tegula* e o mesmo material a organizar simultaneamente as paredes e a tampa. Numa delas apareceu um vaso que tem características de fabrico semelhantes aos identificados na Fase II da Quinta do Paço, isto é, entre o século VII e o VIII. Depois, apareceram cinco sepulturas abertas directamente no saibro, cuja tipologia parece ser a mais rudimentar e também mais antiga; as sepulturas vizinhas da Quinta do Paço também foram abertas no solo e apresentam materiais associados aos séculos V-VI, mas este tipo de enterramentos poderá alcançar o século VII (BARROCA 1987a: 77); as restantes foram construídas em caixa de pedra avulsa, podendo considerar-se já dentro da tipologia das sepulturas ditas populares do período concernente aos séculos IX-XI ou até mais tardias. Este tipo de sepulturas, ainda que com associação da *tegula*, apareceu nas igrejas de Santa Maria de Geraz do Lima, Santa Leocádia de Geraz do Lima e na Igreja Velha da Meadela, associadas a elementos pré-românicos (ALMEIDA CAB et alii 1992: 490).

São três formas de inumar tecnicamente distintas, mas relacionadas certamente com a *villa* do Paço Velho; as duas primeiras formas poderão ser coevas, das duas primeiras fases de ocupação, podendo-se até ver aqui um perfeito paralelo entre as três fases de ocupação e as três formas distintas de inumar, já que as cronologias entre as ocupações e as tipologias das inumações parecem ser consentâneas.

4.2. De 585 a 711: O Reino Visigodo

Entre a anexação do reino suevo ao reino visigodo, ocorrida pela acção de Leovigildo em 585, e a entrada dos árabes na Península Ibérica em 711, poucas foram as alterações notadas nos modelos de ocupação dos territórios e, conseqüentemente, do povoamento dos mesmos. O termo mais correcto para definir esta época será consolidação. De facto, o quadro político achava-se perfeitamente estabilizado, não

obstante umas quantas sedições ocorridas por povos tradicionalmente desejosos de autonomia ou pelos partidários de forças rivais aos poderes dominantes. No entanto será conveniente referir dois elementos que consideramos importantes e com implicações importantes ao fenómeno da ocupação dos territórios.

O primeiro desses factos está ligado à unificação religiosa do reino visigodo ocorrida em 589. Recaredo, filho e herdeiro do trono de Leovigildo, havia-se convertido ao catolicismo pouco tempo após a morte do pai. Ainda com o sonho imperial do seu progenitor, Recaredo promoveu o Concílio III de Toledo de onde foi emanada a renúncia da fé ariana e a constituição de uma verdadeira igreja nacional (GARCÍA MORENO 1998: 136). A partir daí o arianismo foi progressivamente erradicado do reino visigodo e assistiu-se a aprofundamento das relações entre a Coroa e a Igreja, tendo esta última um papel cada vez mais importante na administração do Estado e sobretudo, na legislação (GARCÍA MORENO 1998: 146).

Um segundo aspecto está relacionado com o fenómeno da proto-feudalização. Este fenómeno parece ter a seu nascimento nas consequências mais nefastas da Reforma de Diocleciano, mormente a questão ligada à tributação *per capita*, pois os pequenos proprietários não tinham, muitas vezes, a capacidade de prover a pesada tributação exigida pela administração romana; a única saída consistia na penhora dos seus bens ao responsável pela recolha dos tributos na primeira linha, muitas vezes um *dominus* de uma *villa* vizinha, acelerando-se, deste modo a degradação da condição social dos indivíduos livres agora tornados semi-livres (SALRACH i MARÉS 2000: 52-54). Tanto José Orlandis (ORLANDIS 1991: 38-39) como García Moreno (GARCÍA MORENO 1998: 250-253) consideraram que foi durante a partir dos meados do século VII que o fenómeno de proto-feudalização se desenvolveu com mais notoriedade, em que a questão das liberdades ou da relação entre o *dominus* e o rendeiro se estabelecia com as prerrogativas entre ambos: o *dominus* fornecia a protecção e acolhia o indivíduo sob a sua alçada, ao passo que este último, livre ou semi-livre, ao aceder à aludida protecção tinha de “*encomendar-se a él, comprometiéndose, como contrapartida, a prestarle determinados servicios y abonarle un cánon en pago a aquella protección*” (ORLANDIS 1991: 38).

4.2.1. O Povoamento na Bacia do Lima nos Séculos VII-VIII

A primeira ilação que retiramos referente aos modelos do povoamento nesta área durante os séculos VII-VIII, face os poucos elementos que possuímos de cronologia

consentânea com a hegemonia visigoda na Península Ibérica, é uma possível manutenção das estruturas herdadas dos meados do século VI. Com efeito, dos 14 locais com sinais de ocupação durante o reino visigodo, só temos elementos que consideramos fiáveis em pouco mais de metade deles.

Nos casos dúbios, apontamos a possibilidade da estrutura primitiva do forno de Pereira (Correlhã) poder ter sido construída por estes tempos, tal como havia enunciado Brochado de Almeida e os seus colaboradores (ALMEIDA et alii 1992: 399), bem como a continuidade do funcionamento do forno da Quinta do Paço (Facha), facto aceitável pela sua relação com a *villa* do Paço Velho. Em seguida, tendo em conta alguns materiais cerâmicos recolhidos nos sítios de Baltar e Perpesçoço (Santa Leocádia de Geraz do Lima), é possível que também aqui se verificassem ocupações, com fortes probabilidades no primeiro caso devido ao topónimo de origem germânica (de *Baltarius*, radical em *Balths*) (FERNANDES 1981: 152) ainda que as tais cerâmicas se resumam a quatro fragmentos informes; o tipo de pastas e as superfícies alisadas fazem parecer as cerâmicas que andam associadas à fase II da Quinta do Paço Velho. Seriam dois casais ocupados em continuidade desde os séculos IV-V? Não o podemos provar.

Por último, a situação do eremitério rupestre de Sabariz. Pelos dados que dispomos, este conjunto de celas cavadas no saibro poderia muito bem ter sido produzido em finais dos séculos VII, dentro da tradição ascética de inspiração *fructuosiana* (REAL et alii 1982: 17), ainda que os dados relativos à cerâmica façam adiantar as cronologias para os séculos X-XI (REAL et alii 1982: 18). Para os casos acima apontados ressalvamos, contudo, a muita cautela com que se devem encarar os estes parcos elementos.

Os restantes vestígios apontados para esta época parecem não oferecer tantas dúvidas como os acima sublinhados. Dentro destes vestígios podemos distinguir aqueles que poderão ser entendidos numa linha de continuidade com os assentamentos anteriores, caso da igreja de Santa Maria da Vinha (Areosa), onde existiria uma *villa* aparentemente documentada no Parochiale Suevorum em 569, *Ovinia* (LF 10-11 de 569; COSTA 1965: 23). Se o termo *Ovinia* se referia a este local, é bem possível que tenha perdurado aqui uma ocupação para além do século VI, ainda para mais com a manutenção do topónimo na envolvente à igreja até à actualidade, tanto da Santa Maria da Vinha, como no vizinho Porto da Vinha (FERNANDES 1968: 27 e 1980: 276 e 313).

Uma outra situação relaciona-se com a existência de povoados em altitude com sinais de reocupação. São dois os exemplos e talvez com funcionalidades idênticas. Um

dos exemplos é o Monte do Galeão (Anha/ Darque). Aqui encontramos um fundo de uma vasilha (panela?) com pasta cinzenta, bem cozida e feita a torno rápido, as linhas de construção bem vincadas e as superfícies ásperas ao toque. Cerâmica deste tipo encontra-se associada à fase II da Quinta do Paço Velho (Facha), isto é, do segundo quartel do século VII até meados do século VIII. Uma ocupação deste local deveria ter funções de vigilância da foz do Lima. Aliás as sucessivas ocupações do local, desde o período castrejo até ao século XI, pelo menos, parecem estar bem documentadas pelas cerâmicas daquelas épocas que ali encontramos.

O outro exemplo de ocupação em povoados de altitude é o Alto da Telha, no Monte de Santo Ovídio (Arcozelo/ Sá). Ali encontraram-se vestígios cerâmicos da mesma espécie dos que ocorrem na fase II da Quinta do Paço Velho, alguns deles publicados por Brochado de Almeida (ALMEIDA CAB 1996a: 32, n.º 3 e 4). Como a vida no povoado do Alto da Telha parece ter sido efémera (ALMEIDA 1996a: 29-30), talvez o nome de atalaia seja mais adequado ao local que o de *habitat* concentrado tradicional, ainda que apresente os sinais claros de que o tivesse sido durante os séculos V-VI. A vigilância da via secundária que descia a Portela da Facha e entroncava na da via XIX para cruzar o Lima na ponte romana sobre o rio, bem como as vias secundárias que o marginavam e a própria navegação fluvial (ALMEIDA CAB 1990: 244-256) justificam, no nosso entender, as razões que subjazeram à escolha do local para a implantação de um ponto de observação. É possível que a ocupação dos povoados que apontamos nos pontos 3.3.2. e 4.1.2. deste trabalho tenha tido continuidade, mas não possuímos os elementos suficientes para sequer poder tecer mais algumas linhas sobre o assunto.

A grande maioria dos vestígios que conotamos com o mundo visigodo dizem respeito a *villae*. Para além da indefinição anteriormente notada no caso da igreja de Santa Maria da Vinha, por falta de materiais mais consentâneos com a época em questão, temos o exemplo ainda algo indefinido da igreja de Santa Maria de Geraz do Lima. Na sua envolvente encontramos cerâmicas do mesmo tipo, não nos tendo sido possível apurar se essas cerâmicas se relacionam com as sepulturas ali encontradas na intervenção arqueológica realizada na igreja, ou se estariam relacionadas com uma hipotética continuidade de ocupação da *villa* patente em alguns restos arqueológicos (ALMEIDA CAB 1996b: 146). É possível, até, que as duas realidades coexistissem, isto é, o núcleo sepulcral estar na proximidade do edifício da *villa*, um pouco à semelhança da necrópole da Bouça da Gateira e da Quinta do Paço Velho.

As dúvidas parecem persistir quando orientamos a nossa análise ao caso do Paço da Correlhã. Os elementos cerâmicos ali recolhidos por nós falam-nos de tipologias de produção semelhantes às da fase II da Quinta do Paço, como são as pastas cinzentas e arenosas, de boa cozedura e ásperas ao toque, apesar de não ser possível apresentar uma única forma. José Augusto Veira, baseado em Pinho Leal, publicou o desenho de um *triente* de Recaredo proveniente das imediações deste local²¹ (VIEIRA 1886: 282). Este elemento por si só não é elucidativo, mas a associação às cerâmicas cinzentas pode ilustrar uma ocupação em torno do início meados do século VII. A ser verdade, também não será difícil perceber o funcionamento do forno de Pereira, ao qual aludimos algumas linhas atrás, em apoio à *villa* do Paço.

Os vestígios conhecidos para a Quinta da Torre/ Igreja de Vila Mou parecem ser mais facilmente enquadráveis no mundo visigodo, ainda que a funcionalidade do assentamento seja dúbio. Nos pontos prévios que consagramos ao povoamento disperso dos séculos IV-VI integramos este sítio como *villa*. O aparecimento dos capitéis coríntios que o Professor Ferreira de Almeida atribuiu aos séculos VI-VII, defendendo serem parte constituinte de um edifício religioso (ALMEIDA CAF: 1986: 40 e 42), lançam alguma confusão na nossa análise, mas é possível que a estrutura fundiária tenha dado lugar a um edifício religioso ou apresentar uma parte com essas funções. Não será de descartar também a hipótese das sepulturas de lajes de xisto e granito e fundo em *tegula* aparecidas a par dos capitéis terem uma cronologia consentânea.

Para o final deixamos os casos apontados para o vale da Facha. A *villa* do Prazil, que temos vindo a acompanhar desde o século I, parece ainda estar em funcionamento no dealbar do século VII. As cerâmicas vassouradas que poderão ser paleocristãs ou mais tardias, dos séculos VI-VII, tal como se verificou na Quinta do Paço Velho, estão ali presentes (ALMEIDA CAB 1996a: 130). A ocorrência de toponímia germânica como Prazil (*Placidi*), Mende (*Menendus*) e Tiandes (*Teonandus*) (PIEL 1937: 280-282) são outro elemento probatório da ocupação do local durante este período.

O caso mais seguro com ocupação dos séculos VII-VIII é a *villa* da Quinta do Paço Velho. O edifício construído na viragem do século IV para o V, tal como explicamos no ponto 4.1.3. estaria funcional na viragem para o século VII; mas a estratigrafia revelou uma remodelação de parte da estrutura, nomeadamente as

²¹ “A casa do Paço (...) dizem que tem aparecido por aqui vestígios da dominação romana e Pinho Leal descreve também uma moeda de ouro, da qual damos a gravura, achada n’estas veigas em 1865” (VIEIRA 1886: 282)

ampliações da cela sudoeste, da cozinha e do hipotético armazém (respectivamente as divisões n.º 1, 7 e 8 da Fig. 20), facto abstraído pela construção dos muros M1, M2, M14 e M17 (ALMEIDA CAB 1996a: 299), inaugurando-se, desta forma, a fase II da ocupação.

Esta remodelação apartou as cerâmicas ditas paleocristãs das cerâmicas que consideramos de produção visigoda. Estas últimas apresentam uma técnica de fabrico que nada tem a ver com o movimento de “*barbarização*” mencionado pelo Professor Ferreira de Almeida para os séculos V e VI (ALMEIDA CAF 1993: 198). De facto estamos perante peças feitas a torno de alta rotação, facto denunciado pelas estrias finas e o grande simetria quer das paredes, quer das linhas de construção, estas quase sempre bem demarcadas. As pastas apresentam-se bem depuradas e com tonalidades que oscilam entre o cinza claro e o cinzento escuro. A cocção foi redutora e existiu um cuidado nos acabamentos, verificando-se um alisamento das superfícies na maioria das peças, às vezes ocorre o polimento e mesmo a aguada cinzenta escura. Na decoração existiu uma clara preferência pelos meandros e pelas linhas incisivas verticais, vulgo o vassourado.

Relacionada com a *villa* está a necrópole da Bouça da Gateira. Já nos referimos a este sítio no ponto 4.1.4., pois é difícil definir a cronologia dos enterramentos ali verificados. O que ali escrevemos podemos voltar a incluir neste ponto, porque se é certo que o espólio existente, a jarra, poderá ser facilmente incluída na fase I da Quinta do Paço Velho (ALMEIDA 1996a: 332), existem fortes possibilidades de alguns dos enterramentos se associarem à fase II da Quinta do Paço Velho.

Duas ou três notas se podem abstrair a partir dos elementos aqui analisados. À semelhança do que foi referido nos casos do Monte do Galeão e do Alto da Telha, não possuímos os elementos necessários para defendermos uma continuidade do povoamento concentrado durante os séculos VII-VIII; fará mais sentido classificar aqueles dois exemplos como postos de vigilância ou atalaias.

No que diz respeito ao povoamento disperso, poder-se-á referir a presença de alguns casais, dos quais só temos alguns elementos para Baltar e Perpesçoço, casos difíceis de comprovar, como já dissemos. Já as *villae* parecem subsistir, algumas delas pujantemente, como é o caso da *villa* do Paço Velho. É possível que o avanço das investigações e a realização de intervenções arqueológicas em alguns dos locais referenciados como *villae* possam confirmar os sinais de desenvolvimento demonstrados pela Arqueologia no Paço Velho.

Faz sentido, por isso, lançar a questão: se é certo que as *villae*, como vimos, parecem ter continuidade, de que forma se articulariam os assentamentos de menor grau hierárquico, como o eram os casais e os *aedificia*? Teriam perdurado desde os séculos V-VI, com alterações ou deixaram simplesmente de existir? Parece-nos que esta segunda hipótese não terá grande força, pois existem muitos locais onde ocorre a *tegula* e onde poderão surgir exemplos daqueles tipos de assentamento, para além dos casos dúbios acima apontado de Baltar e Perpesçoço. Pode ser que em locais associados a toponímia de origem germânica, os tais sítios cuja micro toponímia poderá estar irremediavelmente perdida, pois falta-nos um estudo que compartimente a toponímia no terreno, sejam o único vestígio desses assentamentos. A não ocorrência de cerâmicas poder-se-á relacionar, igualmente, com o acaso, a uma prospecção deficiente, ou o mais certo, traduzir o empobrecimento das comunidades rurais ligadas às *villae* dentro desenvolvimento de um fenómeno laboral proto-feudal, tal como José Orlandis e García Moreno o enunciaram, em que os rendeiros e os colonos chegados ao limiar da pobreza haviam optado por se colocar debaixo da protecção do *dominus*, em troca da prestação de serviços e o pagamento de tributos sobre os géneros agrícolas (ORLANDIS 1991: 38-39; GARCÍA MORENO 1998: 250-253).

Ao nível do fenómeno funerário, não é possível verificar só pela tipologia das cavidades sepulcrais ou pela constatação dos materiais as cronologias dos moimentos. A presença de material votivo parece reportar-se a enterramentos ligados a práticas arianas, ao passo que o enterramento católico não associa espólio à inumação (BARROCA 1987a: 78). As sepulturas que indicamos para este período apresentam plantas rectangulares, subrectangulares e trapezoidais, a maior parte das vezes associando a tijoleira, a *tegula* e o granito ou o xisto na delimitação da cavidade feral (BARROCA 1987a: 79). Os exemplos da Bouça da Gateira (Facha) e da Quinta da Torre (Vila Mou) podem ser incluídos nestas cronologias, pela associação aos vestígios que lhes estão mais próximos, se bem que tanto possam ser mais tardios, como mais antigos.

5. Das Invasões Árabes à Segunda Reconquista: Factos e Problemas

Em 711²², uma força invasora estimada em cerca de 7000 guerreiros muçulmanos desencadeou a conquista da Península Ibérica, a qual estaria dominada em 714-716. O extraordinário avanço sem oposição dos muçulmanos, em número diminuto perante a extensão e população do espaço ibérico é facilmente explicável: se por um lado os exércitos invasores beneficiam de uma grande experiência de combate apreendida no movimento expansionista árabe, fundamentalmente ao nível das chefias, do lado visigótico não existia um exército nacional que assegurasse uma defesa eficaz do território peninsular. O exército reunido de emergência pelo rei Rodrigo para tentar travar o avanço árabe em 711 foi rapidamente desbaratado nas margens do rio Guadalete; a este desastre seguiu-se a capitulação dos principais centros urbanos e consequente expansão do domínio árabe para norte.

Não foi alheio, certamente, a esta facilidade de domínio, a partidarização da eleição de Rodrigo como monarca da coroa visigótica e o mal-estar vivido após a morte de Witiza em 710; o reino de Toledo encontrava-se dividido entre os partidários da centralização começada por Witiza e os aristocratas que apoiaram a eleição de Rodrigo. No meio desta peleja civil visigoda não repugna que os primeiros tenham orquestrado um acordo com o invasor, assinando a capitulação do território e o fim da elite governante visigoda (GARCÍA MORENO 1998: 189-190).

O território compreendido entre os rios Tejo e Douro foi ocupado pela rendição dos seus governantes, mas os cristãos permaneceram senhores das terras, dos seus bens e com liberdade de culto havendo lugar ao pagamento de um tributo (COELHO 1989: 58). Esta situação pode estar relacionada com o facto das tropas invasoras não possuírem recursos humanos suficientes para a ocupação militar efectiva, ainda para mais com o exército árabe repartido por tribos, facto que inviabilizaria uma repartição pacífica dos territórios por facções muitas vezes rivais.

A norte do Douro a situação seria mais problemática. Este é um território de mais difícil progressão e ali o invasor poderia sempre contar com a tradicional resistência dos povos de origem galaica e cantábrica, de personalidade avessa à dominação, a julgar pelos exemplos da dominação romana e germânica, o que pode ter resultado em sérios entraves a uma dominação efectiva por parte dos muçulmanos. A partir de meados do século VIII surgem notícias de factos políticos interessantes e cuja

²² *Era DCCXLVIII Sarraceni hispaniam adepti sunt regnante Roderico (PMH-Script: 8)*

associação pressupõe a redefinição da condição do território a norte do Mondego, passando de precariamente dominado para território sublevado.

No período coincidente com o reinado de Afonso I (739-757) começa uma campanha vitoriosa contra o invasor muçulmano, tendo como principal responsável aquele monarca, através de incursões militares bem ao estilo árabe. As crónicas asturianas aludem ao facto, evidenciando a violência destas manobras, ainda que não esteja cristalina a área abarcada, mas tradicionalmente registada entre Lugo e Viseu, a julgar pelo rol de *civitates* atacadas pelas forças asturianas: Tude, Chaves, Bracara, Portucale, Anégia e Viseu. É deste contexto que surge o primeiro celeuma no que concerne às teses do *ermamento*: segundo o biógrafo de D. Afonso III das Astúrias, Afonso I teria escoado de gentes estes territórios e transportado todos os cristãos para norte². Mas à frente esmiuçaremos esta problemática, devido à sua importância.

Depois, a partir de 756 desencadearam-se cisões importantes no seio das tribos que constituíam a frágil governação árabe, assente num complexa hierarquia de tribos e clãs, por sua vez ancoradas na flutuação política do oriente, dividida entre o poder das grandes comunidades comerciais das margens do Golfo Pérsico. Esta conflitualidade interna que perdurou durante toda a segunda metade do século VIII teve como repercussão principal um certo abandono das pretensões muçulmanas para o noroeste peninsular, interessando mais a questão do domínio político das grandes cidades do Garb que a dominação dos territórios próximos da marca do reino asturiano. Mas não se pense que os territórios do norte haviam ficado fora das rotas das razias árabes: entre os finais do século VIII e meados do século IX os exércitos muçulmanos desferiram importantes golpes nos territórios a norte do Mondego (NOVO GUI SAN 1992: 77-78), com especial incidência nas áreas envolventes ao Vale do Douro em toda a sua extensão. Este assédio constante às posições próximas do reino asturiano acarretava consequências evidentes na geração de um clima de instabilidade e tempo de guerra constante, mas também de pelejas internas, nomeadamente sublevações de algumas comunidades contra a coroa.

² *Crónica de D. Afonso III, versão Ovetense*: “*Simul cum fratre suo Froilane multa adversus Sarracenos praelia gessit, atque plurimas civitates ab eis olim oppressas cepit. Id est, Lucum, Tudem, Portucalem, Bracaram, Viseo, Flavias, Agatam, Letesman, Salmanticam, Zamoram, Abelam, Secobiam, Astoricam, Legionem, Saldaniam, Mabe, Amaiam, Septemancam, Aucam, Velegia, Alabense, Mirandam, Revendecam, Carbonariam, Abeica, Brunis, Cinisara, Alesanco, Oxoma, Clunia Argantia, Septempublica, ex cunctis castris cum villis et viculis suis. Omnes quoque arabes occupatores supradictarum civitatum interficiens, christianos secum ad patriam duxit*” (Cf. NOVO GÜISÁN, José Miguel, *Los Pueblos Vasco-cantábricos y Galaicos en la Antigüedad Tardía – Siglos III-IX*, Alcalá de Henares, Universidad de Alcalá, 1992, p. 146

Cavava-se, deste modo, um fosso entre o reino asturiano-leonês, a norte, e muçulmano, a sul; entre as duas potências demarcava-se um território desorganizado, governado por caudilhos sem ligação específica a qualquer das potências²⁴, quer a setentrional, quer a meridional, apesar de não ser difícil abstrair a adesão pontual a uma das facções, em determinados períodos, sempre que os territórios sob a sua tutela estivessem no caminho das investidas dos seus poderosos vizinhos, quer exploratórias, quer punitivas, quer de pura pirataria, de parte a parte, enfim, manobras diplomáticas que garantiriam a sobrevivência destas populações. Mas estas ilações não têm prova fácil, pelo que, para já, são apresentadas como uma suposição.

Em 850 sobe ao trono asturiano Ordonho I, cujo reinado apresenta uma primeira notícia da expansão para o meio-dia, através da organização do povoamento de Tui, com demarcação do seu domínio até ao vale do Lima. A partir deste momento existiu uma clara intenção da monarquia asturiana de assumir os territórios meridionais originando um movimento de presúria, termo mencionado em alguns diplomas da altura que define a acção do monarca ou dos seus *commites*, na demanda das terras anteriormente *ermadas*, com ocupação e sequente organização administrativa e económica dos territórios *despovoados* por Afonso I. O termo *reconquista* foi e é empregue pela historiografia portuguesa e espanhola para definir este movimento de anexação de terras ditas “*ermas*” mas, por se tratar de um conceito polémico na historiografia ibérica, será analisado mais à frente.

Como ressaltamos anteriormente, o estudo deste período compreendido entre os séculos VIII e XI em Portugal acaba por abarcar uma das épocas mais polémicas da historiografia portuguesa ou até ibérica. Tal período, árido de informações precisas, foi tratado pela historiografia peninsular com exacerbada polémica, cuja poeira levantada pelos remoques do conflito académico e científico só muito recentemente começou a assentar: para isso concorreu de sobremaneira uma nova forma de se entender a História e as suas fontes, para além de um precioso contributo da Arqueologia.

Não querendo abarcar aqui as perspetivações de uma série de autores de ambas as nações ibéricas sobre este período, demasiado extensa e complexa pelos variados enfoques à documentação medieval coeva, vamos-nos centrar na questão central da problemática do povoamento do Noroeste Peninsular destes séculos e que a historiografia ainda não conseguiu debelar: o *ermamento*.

²⁴ Rodrigo *El Cid* será um dos melhores exemplos.

As teses do *ermamento* relacionam-se com a possibilidade de ter existido uma espécie de terra de ninguém entre os territórios conquistados pelos muçulmanos e os territórios cristãos que promoveram a resistência ao invasor; essa terra de ninguém, erma de gentes, surgira fruto da acção de Afonso I, o qual pilhou e dizimou diversas cidades, nos meados do século VIII, aniquilando os árabes e evacuando todos os cristãos para o norte, despovoando as terras a sul de Lugo, tal como fizemos menção acima.

O primeiro autor a defender esta hipótese, ainda que despreocupadamente e balizando a terra de ninguém entre o Mondego e o Tejo, foi Alexandre Herculano, na sua *Historia de Portugal*. Alberto Sampaio secundou-o a princípio, mas alterou a sua posição quando reflectiu sobre a documentação presente nos *Diplomata et Chartae* e na *España Sagrada*: “nunca houve despovoamento – as cintas de deserto, com entendia Herculano (opinião que já segui também)... o que houve foi uma desordem profunda e prolongada, resultante da ausência de governo regular, das guerras incessantes” (SAMPAIO 1899: 285). Considerou ser impensável a ideia veiculada pelo cronista apologista dos feitos de Afonso I das Astúrias, “*christianos seum ad patriam duxit*”⁴ (Cf. *Crónica Ovetense* XVI, 3), dado que o termo foi “exagerado até ao extremo, pois era absolutamente impossível que toda a gente desde Lugo até à linha Vizeu-Salamanca-Segóvia, termos das campanhas de Affonso I, o acompanhasse ao seu dominio do norte”. Parte da população cristã acabou por permanecer no local: “a população existia, mas fugidiça sem posto d’apoio, justamente medrosa pelas violências a que estava sujeita numa terra sem leis nem autoridades” (SAMPAIO 1899: 284). O vazio seria, portanto, institucional e governativo.

A historiografia ibérica da década de 40 do século XX foi marcada indelevelmente pelo estigma de um profundo nacionalismo, aliás evidente no programa político tanto franquista, como salazarista. O fervor nacionalista impeliu uma série de investigadores na senda da procura da glória do Estado herdeiro/ descendente dos impérios romano e visigótico.

Se à primeira vista a questão do *ermamento* poderia não encontrar aqui grandes hipóteses de sobrevivência intelectual, o que se passou foi precisamente o contrário: Sanchés Albornoz, o mais radical defensor da tese do *despoblamiento*, não só confirmou a questão através da validação das crónicas asturianas, como refutou com

⁴ Cf. NOVO GÜISÁN, José Miguel, *Los Pueblos Vasco-cantábricos y Galaicos en la Antigüedad Tardía – Siglos III-IX*, Alcalá de Henares, Universidad de Alcalá, 1992, p. 146

grande conhecimento de fontes escritas a existência de um território ermo consentâneo com o vale do Douro português e grande parte da Meseta espanhola (SANCHÉZ ALBORNOZ 1966).

Em Portugal, Torquato de Sousa Soares retomou a perspectiva de Herculano e secundou as teorias de Sanchés Albornoiz para o território português com uma sùmula dos aspectos em torno da desertificação da bacia do Douro, o qual não seria tão profundo com no caso da Meseta, para além de outorgar aos moçárabes a responsabilidade desse repovoamento, com uma sequente continuidade dos valores cristãos e nacionalistas (SOARES 1962).

A validade do documento central desta polémica havia sido colocada em causa, nomeadamente pelo punho de Damião Peres, pois existia a hipótese, segundo aquele historiador, de se tratar de um texto engrandecido, dado ter sido produzido mais de um século após os factos nele relatados (PERES 1990: 40-41). Pierre David, por seu turno, contestou a possibilidade de *ermamento* através da análise do santoral do noroeste peninsular (DAVID 1947: 227-231), defendendo uma continuidade entre os hagiotopónimos verificados nas primeiras “*paroeciae*” formadas a partir dos “*fundi*” das “*villae*” tardo-romanas e as paróquias formadas nos séculos IX-XI, dando-lhes uma unidade evolutiva; se os casos se repetiam, não podia existir descontinuidade (DAVID 1947: 17). O seu discípulo, Prof. Avelino Jesus da Costa, prosseguiu a negação do *despoblamiento*, adindo-lhe mais elementos extraídos da análise do Censual do Bispo D. Pedro (COSTA 1959a: 139-206) e restante documentação medieval arrolada no chamado *Liber Fidei* (COSTA 1965,1978 e 1991), inviabilizando as teses do *ermamento*. Para o douto medievalista, o território português apontado como deserto durante os meados do século VIII e meados do século IX estava povoado, arrolando como prova uma lista de 166 (COSTA 1959a: 171-205) paróquias existentes nos séculos IX-X com recorrências à fórmula “*cum suis locis et terminus antiquis*”⁵, o que faz supor a antiguidade do povoamento e manutenção de limites durante, pelo menos três gerações anteriores à elaboração dos diplomas analisados (COSTA 1959a: 146-170).

O Prof. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, apoiado-se de igual modo na documentação medieval, mas associando-a à Arqueologia prospectiva, empeçou por confirmar os dados documentais relativos à área portuguesa, nomeadamente na análise

⁵ Entre vários exemplos vide PMH-DC: 19 [915]

do território da Silva Escura (Rio Covo Santa Eulália, Barcelos)⁶ (ALMEIDA CAF 1966; ALMEIDA CAF 1970). Para ele, “*averiguando que os actuais limites de Santa Eulália de Rio Covo correspondem aos da ‘villa’ de 906, o documento enriquece-se historiograficamente e torna-se um dos melhores testemunhos, embora parcial, contra a teoria do ermamento*” (ALMEIDA CAF 1970: 11).

A sucessão de defesa e ataque das diferentes posições em torno desta problemática podem ser sintetizadas pelas palavras proferidas por Rubén Garcia Álvarez numa conferência lida em Braga em finais dos anos 60: “*os dous [Silva Pinto e Avelino Jesus da Costa] están convencidos de que ‘é hoje ponto assente que nem as gazivas árabes, nem a migração dos cristãos para o norte, despovoaram em absoluto as terras minhotas’ como escreve Silva Pinto; de que Braga ‘não ficou despovoada nem em completa ruína’, como di o P. Avelino da Costa*” (GARCIA ÁLVAREZ 1969: 59) e “*non pode dubidarse da antiguidade i a veracidade do relato sobor das empresas devastadoras e migratorias de Alfonso I e de seu irmán Fruela no No peninsular. Pois, endemais, non existen testemuños en troques, de que Braga i o seu territorio quedaram com vida tras a despoboación alfonsi, nin de que se conservaron naquela núcleos humán dabondo que pideram servir de bolbos prá resureición da cidade e dos castelos, vilas e aldeas da mesma dependentes*” (ÁLVAREZ 1969: 59). Em finais dos anos sessenta vivia-se a polémica no seu pleno e cada vez mais se esgrimiam argumentos rebuscados de ambos os lados, quer dos defensores do *ermamento*, quer dos seus detractores.

Mais recentemente surgiram novas correntes sobre o assunto, por força de uma nova abordagem às fontes e pela implicação cada vez mais frequente da arqueologia no processo. Segundo alguns investigadores que contestaram recentemente as *Crónicas Asturianas* (FERNÁNDEZ et alii 1985), a validação do conteúdo daqueles documentos serviam os interesses da historiografia nacionalista de então; num plano teórico, a *Crónica de D. Afonso III* definia uma relação entre a monarquia asturiana e a coroa visigótica, outorgando a responsabilidade da revolta contra a ocupação muçulmana a Pelágio, um alegado nobre godo descendente da coroa Toledana. Mas na prática teria legitimado o processo de presúria, convenientemente denominado de *Reconquista*. Para a historiografia nacionalista serviu para se cavar um fosso entre cristãos e muçulmanos e ligar tanto a nação portuguesa, como a espanhola, a um passado antigo, cheio de

⁶ Apesar de na primeira abordagem (ALMEIDA CAF 1966) ter referido Silva Escura como pertencente à Maia, secundando a ideia expressa por Alberto Sampaio (SAMPAIO 1899: 283)

tradição e uma muito interessante, à época, origem centro-europeia. Só resta acrescentar que a validação das *Crónicas Asturianas* pressupunha a aceitação da teoria do *ermamento*.

Descendente desta problemática é a questão da utilização do conceito *Reconquista*. Admitir o *ermamento* no léxico historiográfico medieval ibérico implicou a existência de um território vazio à espera de homens que o povoassem, que o recuperassem ao invasor ismaelita. Ora, na sequência das tendências historiográficas de finais do século XIX, onde se defende e se legitima o movimento de presúria como um direito de retoma de terras usurpadas pelos árabes, contrariamente ao que se defende na actualidade, em que os governantes visigóticos terão entregue as terras ibéricas ao invasor (GARCÍA MORENO 1998: 190), as teses nacionalistas de inspiração cristã reforçaram aquela perspectiva, cavando uma funda trincheira entre cristãos e árabes, os primeiros com direitos legítimos à posse dos territórios do *ermo*, ao passo que os segundos, inimigos da fé, teriam de se contentar com a sua progressiva marcha para sul até à expulsão da Península Ibérica em 1492.

A Arqueologia Medieval, por seu turno, obteve um franco grau de desenvolvimento nas últimas décadas do século XX, facto que ajudou a identificar e evidenciar os testemunhos do povoamento no Noroeste Peninsular relativos à Alta Idade Média, fruto de trabalhos importantes, tanto do lado português como do lado espanhol⁷.

⁷ Destacamos os seguintes trabalhos de síntese: ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, *Povoamento Romano do Litoral Minhoto Entre o Cávado e o Minho*, Dissertação de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia, Porto, FLUP, 1996; ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Arquitectura Românica do Entre-Douro-E-Minho*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, FLUP, Policopiado, 1978, p. 68-80; ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Castelologia Medieval do Entre-Douro-E-Minho – Desde as Origens a 1220*, Trabalho Complementar para Prestação de Provas de Doutoramento em História da Arte, Porto, FLUP, Policopiado, 1978; ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *História da Arte em Portugal – Arte da Alta Idade Média*, Alfa, Vol. II, Lisboa, 1986; BAPTISTA, António José, 'Toponímia de Ponte de Lima – Levantamento Toponímico', *Arquivo de Ponte de Lima – Série Estudos e Documentos*, 1 (1), Ponte de Lima, 2001, p. 252-294; BARROCA, Mário Jorge, *Sepulturas Medievais de Entre-Douro-E-Minho (Séculos V a XV)*, Porto, FLUP, 1987; BARROCA, Mário Jorge, 'Do Castelo de Reconquista ao Castelo Românico (século IX a XII)', *Portugalia*, Nova Série, Vol. XI-XII, Porto, IAFLUP, 1990-1991, p. 89-136; BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422). Corpus Epigráfico Medieval Português*, Vol. II, Tomo I, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação Ciências e Tecnologia/ Ministério da Ciência e Tecnologia, Porto, 2000; LOPÉZ QUIROGA, J., *Du Miño au Douro: Histoire et Archéologie du Peuplement Entre L'Antiquité Tardive et le Haut Moyen Age (Ve-Xe s.)*, Université de Paris-Sorbonne, Paris, 1996; MARTÍN VISO, Iñaki, *Poblamiento y Estructuras Sociales en el Norte de La Península Ibérica – Siglos VI-XIII*, Salamanca, Ediciones Universidade de Salamanca, 2000; NOVO GUIÁN, José Miguel, *Los Peblos Vasco-Cantábricos y Galaicos en la Antigüedad Tardia – Siglos III-IX*, Memorias del Seminario de Historia Antigua, 2, Alcalá de Henares, Universidad de Alcalá, 1992; RODRIGUEZ LOVELLE, M., *Du Golfe Cantabrique au Mino : Histoire et Archéologie du Peuplement Entre l'Antiquité Tardive et Le Moyen Age (Ve-Xe s.)*, Université de Paris-Sorbonne, Paris, 1996

Estes novos elementos são fruto de uma reequação da metodologia em Arqueologia Medieval que, apesar das propostas de investigação de Lopez Quiroga e Mónica Lovelle Rodriguez para as bacias do Alto Lima e do Alto Tâmega desde os inícios da década de 90 do século XX (LOPÉZ QUIROGA e LOVELLE RODRIGUEZ 1991), baseados aliás na mais desenvolvida escola medieval francesa, onde se privilegia a prospecção arqueológica assente nos dados fornecidos pela documentação da época e conseqüente cruzamento dessas informações, tiveram no Professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida um utilizador assíduo dessa metodologia, definindo-a como modelo a partir de 1970 e confirmando-a nos seus trabalhos de finais dessa década (ALMEIDA CAF 1966; ALMEIDA CAF 1972; ALMEIDA CAF 1978a e 1978b; ALMEIDA CAF et alii 1981), tendo essa metodologia passado para os seus discípulos.

Fazemos parte do grupo daqueles que equacionam a Arqueologia do povoamento à luz destas perspectivas, pelo que ensaiamos, de seguida, uma série de questões ligadas à ocupação humana do espaço durante esses tempos conturbados, reportando-nos a elementos documentais, indicadores toponímicos e a testemunhos arqueológicos, afinal, a base de trabalho da Arqueologia Medieval actual. O fim último apresenta-se como um ensaio de modelo de povoamento para os séculos VIII-X nesta área.

5.1. Problemas ao Estudo do Povoamento dos Séculos IX e XI na Bacia do Lima

O entendimento dos modelos e características do povoamento concernentes à época compreendida entre os inícios do século IX e os finais do século XI continua difícil para todo o Norte de Portugal e em particular para o espaço do Entre-Douro-E-Minho. Concorre para isto o carácter deficitário de factores tidos cruciais na análise das problemáticas do povoamento de uma qualquer área de análise. Por um lado refira-se a escassez de elementos arqueológicos relativos a este período e os que existem, como é o caso dos poucos vestígios arrolados para esta área, apresentam-se muito destruídos e descontextualizados, com ténues elementos identificativos, muitas vezes minúsculos fragmentos de realidades cuja expressão não conseguimos abarcar com segurança e de difícil enquadramento cronológico.

Para além da escassez de elementos arqueológicos, saliente-se alguma aridez documental conhecida para esta época, essencialmente durante o século VIII e meados do século IX, fruto da desorganização política e administrativa que varreu a região naqueles tempos, mormente pela invasão árabe e a queda da monarquia visigoda. Os

parcos elementos documentais concernentes à nossa área de estudo resumem-se a algumas referências maioritariamente indirectas a locais povoados presentes na Diplomática do *Tombo de Celanova* (SAEZ e SAEZ 2002), no *Liber Fidei* (COSTA 1965) e nos *Diplomata et Chartae* (PMH-DC).

A análise da toponímia também não adiu muito mais àquilo que indicamos atrás para o povoamento durante este período. Por um lado há a referir um levantamento exaustivo com análise filológica da toponímia em toda a nossa área de estudo (BAPTISTA 2001; FERNANDES 1984; FERNANDES 1985; FERNANDES 2001), aliás sem par no país⁸, para além de dois trabalhos de referência dentro do género, respectivamente *Um Examen Antropotopónimo* (FERNANDES 1982) e *Os Nomes de Possessores Latino-Cristãos ...* (PIEL 1948).

Como encarar esta omissão de dados?

De um modo geral, as informações traduzidas pela análise da toponímia são muito falhos, no que concerne a este período. Era um dos objectivos deste trabalho reconhecer toponímia de origem árabe, isolar a toponímia germânica resultante da ocupação visigótica da resultante do povoamento posterior à presúria, e identificar, da mesma forma, toponímia latina oriunda do mundo romano, da paleo-cristã e da época pós-presúria. Tudo isto se processaria através da associação entre topónimo e vestígios arqueológicos observados no local.

Dos topónimos de origem árabe, por exemplo, só dois nos parecem localizáveis como macro-topónimo – Mazarefes e Darque (FERNANDES 1981b: 306-307 e 294-295), correspondendo a nomes de freguesias, o que não nos forneceu localizações precisas. Enquanto Mazarefes é um topónimo claramente árabe (FERNANDES 1981b: 306-307), a mesma certeza não parece subsistir quanto a Darque. Almeida Fernandes apontou uma possível origem árabe para o termo, palavra de origem animal – *Darqui*, ou relacionado com o nome *Tariki*, ainda que com dúvidas (FERNANDES 1981b:294-

⁸ A bacia do Lima encontra-se bem coberta por este tipo de estudos, salientando-se o papel do P.e António José Baptista e do Dr. Almeida Fernandes: BAPTISTA, António José, 'Toponímia de Ponte de Lima – Levantamento Toponímico', *Arquivo de Ponte de Lima – Série Estudos e Documentos*, 1 (1), Ponte de Lima, 2001, p. 252-294; FERNANDES, A. de Almeida, 'Como Nasceu Viana', *Arquivo do Alto Minho*, 8 (2), Viana do Castelo, 1958, p. 105-186; FERNANDES, A. de Almeida, 'Ponte de Lima na Alta Idade Média (Como se Fundou a Vila)', *Arquivo do Alto Minho*, 9 (2), Viana do Castelo, 1959, p. 73-239; FERNANDES, A. de Almeida, 'Ainda Ponte de Lima Altomedieval', *Arquivo do Alto Minho*, 11, 1º volume da 2ª Série, Viana do Castelo, 1962, p. 5-264; FERNANDES, A. De Almeida, 'Algumas Informações Toponímicas Acerca das Villas na Área do Concelho de Ponte de Lima', *Almanaque de Ponte de Lima*, 1980; FERNANDES, A. de Almeida, "Toponímia Vianense", *Cadernos Vianenses*, V, Viana do Castelo, 1981, p. 139-207; FERNANDES, A. de Almeida, *Meadela Histórica*, Viana do Castelo, 1984; FERNANDES, A. de Almeida, 'Toponímia de Ponte de Lima – Análise Toponímica', *Arquivo de Ponte de Lima – Série Estudos e Documentos*, 1 (2), Ponte de Lima, 2001

295). Outros autores relacionarem o nome com o *mons arculum*, estando implícita uma relação latina ao topónimo, através da consulta da documentação (ALMEIDA CAF 1978: 29; ALMEIDA e ABREU 1983: 53; ALMEIDA CAB 1990: 30-31; ALMEIDA CAB 1996: 83-85).

No que diz respeito os restantes topónimos de origem árabe arrolados nesta área de trabalho, é interessante a concentração dos mesmos na zona envolvente a Mazarefes⁹: Safrões, em Mazarefes, Mouro e Mouros, cadastrados em Deocriste e Mazarefes, e Muhamate, situado em Darque. Almeida Fernandes coloca Safrões dentro dos topónimos antropónimos não genitivos de origem árabe (FERNANDES 1981b: 314-315). Mouro e Mouros, topónimos registados, respectivamente, em Mazarefes e em Deocriste, parecem provir de “*mauris*”, segundo documentação do século XI, denominação dada a populações moçárabes ou árabes, facto muito encontrado na toponímia, ainda que a maior parte destes topónimos traduzam a presença de monumentos antigos cuja produção foi atribuída pelas populações cristãs medievais e modernas aos mouros, como foi usual no Minho¹⁰; os restantes parecem provir do antropónimo “*maurus*”, de origem latina (FERNANDES 1981a: 183). Por último, refira-se o micro-topónimo “*mahumate*”, hoje perdido, o qual se relacionava com um talhão salineiro documentado no século XI (LF 288, 294 e 304).

Estas informações da toponímia podem-nos traduzir povoamento por parte de árabes cristianizados ou cristãos convertidos ao Islamismo, mas são muito lacunares, quer pela imprecisão geográfica da sua situação original, quer pela impossibilidade da definição cronológica dos mesmos. De facto, não conseguimos apurar qualquer informação coeva para os anos que medeiam os inícios do século VIII e os finais do século IX, ou mesmo para períodos mais avançados. O topónimo “*mohamate*”, aquele que parece ser o micro-topónimo mais seguro, aparece em documentos dos finais do século XI (LF 288). A grande concentração de topónimos na margem sul do Lima referida anteriormente é o único elemento consistente a retirar, por agora, da toponímia árabe.

Saliente-se, depois, a presença de três demonímicos na área em análise, Estourãos, Estorãos e Lanheses, não obstante ser-nos impossível aferir cronologias e

⁹ Na envolvente existem ainda Chafé, de *Xafede*, Vila Nova de Anha (FERNANDES 1981b: 323), Segurelha, de *Zakariyelli*, em Castelo do Neiva (FERNANDES 1981b 315) e Moldes, também em Castelo de Neiva, o qual deriva do termo árabe *muwalladi-muladies-mollites-moldes*, isto é, o nome dado aos cristãos convertidos ao islamismo (FERNANDES 1981a: 204; MATTOSO 1985: 9).

¹⁰ Por exemplo Casa da Moura, Picouto dos Mouros, Fonte da Moura, Alto da Moura e Pulho da Moura

localização precisa dos mesmos, pois tratam-se de macro-topónimos. Assim, Estourãos, sito na freguesia de Santa Leocádia de Geraz do Lima, apresenta-se como um demonímico de valor semelhante ao macro-topónimo Estorãos, freguesia do Concelho de Ponte de Lima, que Almeida Fernandes e o P.e António Baptista defendem indicar a presença de *asturianos* (FERNANDES 1981a: 201; BAPTISTA 1984: 290) revelador, portanto, de uma comunidade proveniente das Astúrias que ocupou estas regiões no movimento de presúria. Quanto a Lanheses, trata-se de um demonímico que parece demonstrar, da mesma forma, um conjunto de colonos que se transferiram para esta zona da bacia do Lima desde Laias, Ribadavia. A apoiar esta tese de Almeida Fernandes está a origem do nome, bem como o facto de a padroeira das duas povoações ser Santa Eulália (FERNANDES 1981a: 202-203).

Constatou-se, da mesma forma, uma grande dificuldade no isolamento de antropónimos de origem germânica sueva ou visigoda dos de origem germana astur-leonesa que permitissem a associação a sítios de *habitat* do período anterior à invasão árabe e a fase posterior ao movimento de presúria na região. As informações evidenciadas por Piel quando arrolou os topónimos de origem germânica na documentação asturo-galego-portuguesa, atribuíam aos *repovoadores* do território do Entre-Douro-E-Minho as responsabilidades quase integrais na formação da neotoponímia dos séculos IX-XI (PIEL 1948: 34-38). Mais tarde este autor evidenciou existirem fortes indícios de parte da toponímia ser originária do mundo suevo-visigótico e, até, de alguma perduração latina (Cf. MATTOSO 1997: 402).

Esta questão afigurou-se-nos problemática devido às características geográficas da região em análise. A existência secular do regime de minifúndio na região do Entre-Douro-E-Minho, em especial na área que comporta este estudo, permitiu-nos verificar a existência ou manutenção de numerosos topónimos de origem germânica, mas cujo período de formação é impossível de aferir pela inexistência de vestígios arqueológicos que os confirmem. Mesmo que estejam ligados a elementos arqueológicos fiáveis, não podemos confiar na sincronia entre a formação do topónimo e a existência do fóssil director que date, com fiabilidade, tal topónimo.

Outra situação deriva do simples facto de, num terreno onde ocorre um topónimo de origem de qualquer época, não existir qualquer tipo de vestígios de povoamento, dado que muitos investigadores da área parecem esquecer. Quando se processou o arroteamento ou declaração de posse de qualquer imóvel, a denominação do mesmo através da distinção por características intrínsecas (*geo/zoo/fito/oro*

toponímia) ou por nomeação antropotoponímica do seu proprietário, não implicou, de forma alguma, que este último produzisse ali vestígios que nos indiciassem, na actualidade, razões para a definição de uma cronologia, isto é, não é forçosa a existência de vestígios romanos sob toponímia latina, por exemplo, ou a existência de toponímia latina não implica a existência de vestígios romanos ou de qualquer outra época. O mesmo se passa na relação aos vestígios de uma qualquer época que se encontram em território nomeado ou denominado tardiamente. Estas situações devem ser acauteladas e explicam, em nosso entender a falibilidade da toponímia latina e germânica, tendo-se, contudo, estabelecido alguma dicotomia entre vestígios e toponímia em trabalhos de charneira abrangentes deste período.

5.2. O Povoamento

Dos vestígios arqueológicos arrolados nesta área para a época compreendida entre os séculos IX-XI, contam-se os grandes grupos de vestígios de raiz comum, concernentes ao povoamento, como são o caso das paróquias, os restos de edifícios religiosos, as necrópoles, os locais fortificados e alguns vestígios pontuais ligados à viação medieval.

5.2.1 A villa, fenómeno de dispersão

Na documentação medieval encontramos referências a limites de certas unidades territoriais vulgarmente designadas como *villa*. Podemos perceber que o conceito, retirado do léxico latino, designava uma propriedade que englobava uma série de equipamentos destinados à habitação e ao apoio à exploração dos recursos daquele território. Num diploma datado de 1064 encontram-se definidos os limites da “*villam quam uocitat cornelianam ripa limie*” (PMH, DC 469 de 1064). Naquele documento, D. Fernando confirma a doação da *villa* aos clérigos de S. Tiago de Compostela efectuada pelo Rei Ordonho, em 915³², ao mesmo tempo que tenta atrair população para o local, de modo que refere explicitamente os limites da supracitada “*villa*”: “*stet ipsa villa per terminus de uulturino usque in fosse de turuela et de riuulo limie in monte annor*”, isto é, entre Vitorino das Donas e a foz do Trovela e do rio Lima até ao monte da Nó, correspondendo aos limites actuais da freguesia da Correlhã. Outro exemplo semelhante

³² “*concedimus et damus in ripa limie villam quam uocitat cornelianam cum uiculis et adiacentiis seu cunctis prestationibus quicquid ad eandem villam pertinere uidetur per omnes suos terminos antiquos in omni circuitu et in ea ecclesiam Sancti thome Apostoli*” (PMH, DC 18 de 915)

é conhecido para o vale do Cávado, evidenciado pelo Prof. Carlos Alberto Ferreira de Almeida a partir da análise do célebre *Documento XIII dos Diplomata et Chartae* (ALMEIDA CAF 1966 e 1970), para a freguesia de Rio Covo, Santa Eulália, onde se confirmou que os limites da localidade em 906 são coincidentes com os da actualidade (PMH DC 13 de 906). O documento nº 488 dos *Diplomata et Chartae* de 1070 onde se participou a venda de um terreno em Cossourado (Barcelos), consagraram-se as componentes desse território “*mea hereditate que habeo in uilla goterre subtus mons cossoirado discurrente ribulo neuia ... potueritis inuenire in quintanas in casas in montes in fontes in pumares*” (PMH DC 488 de 1070).

Mas o conceito *villa* evoluiu de forma a corresponder a uma circunscrição mais vasta, pelo avanço dos arroteamentos ou anexação de propriedades. A constante referência de subdivisões dentro do seu espaço visível na interposição de termos em diferentes diplomas a *quintana*¹², *hereditate*¹³, *casale*¹⁴ e *corte*¹⁵, obriga a presunção de que sejam subdivisões espaciais de uma unidade territorial mais vasta. O espaço da *villa* seria constituído por um conjunto de herdades, quintas ou casais; as cortes seriam divisões de talhões salineiros, pois as referências conhecidas surgem fundamentalmente em diplomas de venda ou doação de salinas de Vila do Conde, Fão e Darque (PMH DC 77 de 959; LF 103 de 1078; 104 de 1078; 288 de 1085; 290 de 1085; 294 de 1086; e 304 de 1091), com limites assentes nos acidentes geográficos mais importantes, como os cursos de água de grande e médio caudal e as elevações.

No que concerne à ocupação destes territórios por elementos arquitectónicos ligados à habitação, os vestígios que conhecemos são, exclusivamente documentais. O Documento 19 dos *Diplomata et Chartae* alude claramente a casas e edifícios¹⁶, a par de vinhas, pomares e pesqueiras no Lima (ALMEIDA CAB 1995:137). Nada conhecemos, no entanto, relacionado com a forma de construir, tipo de organização espacial das construções ou mesmo os materiais empregues nas mesmas. Mas tudo leva a concluir que, face à abundância de matéria-prima utilizada secularmente na região, quer o

¹² “*ipsa hereditate in uilla adalanes subtus mons bastucio teritorio bracalensis discurrente ribolo katabo in loco predicto in illa quintana doneca*” (PMH-DC: 254)

¹³ “*autem hereditates habent iacentiam videlicet illa de espadanido sub monte curugarie*” (LF 423)

¹⁴ “*ad radicem sancti micahelis de laurdelo duos casales*” (LF: 497)

¹⁵ “*in darqui maior in illa corte de mapomate et ipso de gomece in illa corte de bario sub monte arculo, rivulo limia*” (LF: 288)

¹⁶ “*cum cunctis adiuntionibus suis et prestationibus, id est domos uel edificiis intrinsecis suis pomares vineas salta uel omnia que iuri nostro ibi manere potuerunt usque hodie, et piscarias de ipso riuo*” (PMH-DC:19)

granito, quer o xisto, quer a madeira, as construções fossem levantadas com recurso àqueles materiais.

A intervenção arqueológica na Quinta do Paço Velho, na Facha, mostrou a existência de uma estrutura de aparelho tosco (ALMEIDA CAB 1996a: 287), associada a cerâmicas medievais tradicionalmente conotadas com os séculos IX-XI, tendo os responsáveis por aquela edificação reaproveitado algumas paredes remanescentes da antiga *villa* suevo-visigótica. Para tal reconstruíram parte das estruturas visíveis, recorrendo a novos muros e estruturas de madeira, no sentido de organizarem renovadas construções ou divisões do espaço. Uma das lareiras foi mesmo colocada por cima de um dos antigos muros (ALMEIDA CAB 1996a: 305), o que diz bem da ruína do edifício, bem como a não obediência a certos cânones arquitectónicos por parte do reocupante. Este momento corresponde à fase III da Quinta do Paço Velho.

Num outro local, em S. Gil, Perre, fomos confrontados com a referência à existência de cerâmicas medievais num pequeno outeiro sobranceiro à estrada que liga Perre a Outeiro (PAÇO e PAÇO 1956: 87). Essas cerâmicas haviam sido definidas por Afonso do Paço como semelhantes àquelas ocorridas no castelo de S. Martinho. Cerca de 150 metros para poente, no local conhecido como Castelhão existiam duas sepulturas cavadas na rocha (PAÇO e QUESADO 1956a: 87; BARROCA 1987a: 148-149; ALMEIDA CAB e ABREU 1988: n.º 77; ALMEIDA CAB 1990: 218-220; ALMEIDA CAB 1996b: 131). É possível que neste local tenham existido um pequeno casal, dado que este topónimo (*Soegildi*) se encontra documentado desde os finais do século IX (FERNANDES 1958: 113-114; COSTA 1981: 89). No lado oposto a este pequeno outeiro fica o lugar de Vila Meã, local também arrolado (*Vila Mediana*) na lista de propriedades dotadas pelos descendentes de Paio Vermudes ao Convento da Torre (FERNANDES 1958: 113-114; COSTA 1981: 89), mas ali não conseguimos descortinar vestígios cerâmicos. Testemunhos deste tipo são ainda reportados para Carreço, nomeadamente Montedor (*Oori*) (FERNANDES 1958: 113-114; COSTA 1981: 89), onde apareceram talhões salineiros junto à Feitosa¹⁷ e onde encontramos cerâmicas de aspecto pré-românico.

Num plano mais alargado da margem norte do Lima, são conhecidas provas documentais de que nos finais do século X, inícios do século XI, existiam as *villae* de

¹⁷ Segundo a informação prestada pelo Professor Brochado de Almeida, a qual agradecemos, surgiram talhões salineiros junto à praia da Feitosa, Carreço, semelhantes às que ele havia estudado entre os rios Cávado e Neiva (ALMEIDA CAB 1979: 5-20)

Afife (*Fifi*), Amonde (*Onomondi*), Areosa (*Vinha*), Carreço (*Karrez*o), Meadela (*Medialbi*), Montaria (*Espantar*), Perre (*Pirri*), Figueiredo (*Figueireto*), Foz (*Foce*), Castro e Vila Mou (FERNANDES 1958: 113-114; COSTA 1981: 82-92) para a margem norte do Lima, e Geraz (*Jerazi*) (LF: 432), Vitorino das Donas (*Vulturino*) (LF: 14), Correlhã (*Villa Corneliiana*) (PMH-DC:18 e 19), Mazarefes (COSTA 1959: 205) e Darque (LF: 288, 290, 294, 304 e 315) na margem sul, as quais se perfilavam num claro sentido de aumento populacional que lhes granjearia, em pouco tempo, a capacidade de possuir *ecclesia*, funcionando como protótipos das hodiernas paróquias.

Do lado sul, só pelo evidenciado pelo Professor P.e Avelino Jesus da Costa no estudo do *Censual de D. Pedro* (COSTA 1959) se pode aferir a grande densidade populacional nos finais do século XI. As actuais paróquias correspondentes à nossa área de estudo já estavam constituídas e algumas delas divididas. Fica aqui a referência presente no *Censual* às paróquias dos finais do século XI: “*Sancto Micahale de Laurdelo*” e “*Baloco*” (Facha), “*Sancto Thome de Corneliiana*” (Correlhã), “*Paradela*” (Seara), “*Sancta Maria de Barco*” e “*Vulturino*” (Vitorino das Donas), “*Sancta Leocadia de Jaraz*” (Santa Leocádia de Geraz do Lima), “*Sancta Maria de Jaraz*” (Santa Maria de Geraz do Lima), “*Sancta Marina de Lauredo*” (Moreira de Geraz do Lima), “*Sancto Petro de Deiam*” (Deião), “*Sancto Mamete de Deo Christi*” (Deocriste), “*Sancto Petro de Cortegaza*” (Subportela), “*Sancto Micahale de Ceguelos*” (Vila Franca), “*Sancto Martino de Villa Frigida*” (Vila Fria), “*Sancto Simeon de Junqueira*” (Mazarefes) e “*Sancta Maria de Darqui*” (Darque) (COSTA 1959b: 121-147).

Não podemos omitir o papel dos mosteiros na organização do povoamento neste período. Para além do caso da Torre, fundado por Paio Vermudes na área de Vila Mou e depois refundado na vizinha freguesia da Torre em 1068 (GUERRA 1891: 1-5; MOREIRA 1985: 77-78; BARROCA 1995: 91), teve associado um importante território, expresso pelo documento de dotação, que se estendia desde o Atlântico até ao Rio Podre, nos limites das actuais freguesias de Lanheses e Vila Mou, e desde o Lima até ao Âncora (GUERRA 1891: 1-5; COSTA 1981: 98-99; MOREIRA 1985: 77-78). Mas este é a única referência de que dispomos com alguma fidelidade, pois as restantes, como a existência hipotética de um mosteiro na Bouça das Freiras (Nogueira) (BARROCA 1987a: 147), de um mosteiro em Louredo (Sá) e um em Vitorino das Donas (ALMEIDA CAB 2003: 393), carecem de mais elementos probatórios.

Por definir estará o papel do eremitério rupestre de Sabariz, pois dadas as características fructuosianas que subjazeram à sua construção (REAL et alii 1982: 17-

18), não podemos falar aqui de um pólo de desenvolvimento do povoamento, antes mais um testemunho do povoamento.

5.2.2 A Fortificação

Sobre este caso tem-se aceite, sem grande contestação, o ensaio sobre o assunto organizado pelo professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida (ALMEIDA CAF 1978b), a partir da recolha de referências na documentação astur-galaico-portuguesa. Aqueles diplomas fazem menção, segundo aquele autor, a uma série de pontos fortificados por iniciativa da população, designando-o de “*mons*” ou “*alpe*”, situando-se as propriedades *subtus* ou *ad radicem*.

O assunto foi abordado por ele pela primeira vez em 1966 (ALMEIDA CAF 1966), valorizando a associação das localidades e propriedades aos termos “*subtus castro*”, dando como prova a localização de Rio Tinto (Gondomar) sob a alçada de dois castros, Gondomar e Alto da Maia, distantes e sem ligação visual directa, em detrimento do ponto orográfico dominante ser a Serra de Valongo, para a qual não surge qualquer referência (ALMEIDA CAF 1966: 8-10). A presença do termo *subtus castro* seria no mundo medievo um referencial geográfico com conotação administrativa semelhante ao actual concelho (ALMEIDA CAF 1966: 9). No seu trabalho complementar às provas de doutoramento (ALMEIDA CAF 1978b), aquele autor ensaiou a existência de locais fortificados referenciais das localidades com a associação dos termos *ad radicem* e *subtus* aos substantivos *mons* e *alpe*, num vasto arrolamento na área do Entre-Douro-e-Minho (ALMEIDA CAF 1978b: 28-43).

O fenómeno do *incastelamento* não é cristalino para este território. Das dezenas de referências que o insigne investigador arrolou para a área do Entre-Douro-E-Minho, alguns situam-se dentro da nossa área de estudo; é o caso de S. Miguel da Facha³⁹ (ALMEIDA CAF 1987b: 33), Monte do Galeão⁴⁰ (ALMEIDA CAF 1978b: 29) e S. Martinho ou Alto de Tarruge⁴¹ (ALMEIDA CAF 1978b: 40). No rol que subjaz a este nosso ensaio, sítios há que estão desprovidos de documentação desta época. Não obstante, todos aqueles sítios apresentam fortes sinais de fortificação roqueira, como é o caso de Formigoso-Vigia (Outeiro). O caso do castro de S. João (Correlhã) também não foi anotado no trabalho do Professor Ferreira de Almeida, mas poderá relacionar-se com

³⁹ “*ad radicem Sancti Michaelis de Laurdelo*” (LF 497)

⁴⁰ “*Arculo*” (LF 288, 290 e 304)

⁴¹ “*subtus mons tarrugio*” (DRI 154)

o monte da Nó referido na documentação medieval. Apresentamos uma referência acima citada, presente na carta de doação de D. Fernando a Santiago de Compostela, documento 429 (1061) dos *Diplomata et Chartae*: “*villam quam uocitatt cornelianam ripa limie quos auus noster Rex domnus Hordonius testauit sancto iacobo ut stet ipsa villa per terminus de uulturino usque in fosse de turuela et de riuulo limie in monte annor*” (PMH DC 429 de 1061)²¹.

Aquele autor assinalou, da mesma forma, dois locais onde não foi possível descortinar elementos comprovativos: falamos de Torre, na freguesia com mesmo nome (ALMEIDA CAF 1978b: 43), e S. Veríssimo, Vila Franca (ALMEIDA CAF 1978b: 40), ambas no concelho de Viana do Castelo. O primeiro local parece estar relacionado com o mosteiro de S. Salvador, fundado por Paio Vermudes em finais do século IX (COSTA 1981: 92), estando a sua localização incerta. É possível que estivesse nas imediações da actual igreja paroquial. O monte S. Veríssimo não nos forneceu elementos arqueológicos, mas não é de excluir a hipótese de se tratar de uma referência deslocada à Citânia de Roques.

O exemplo do Castelo da Formiga (Arcos, S. Pedro/ Estorãos) foi apontado pelo Professor Ferreira de Almeida tendo em conta os dados arqueológicos, já que não parece subsistir documentação coeva que faça menção àquele local (ALMEIDA CAF 1978b: 37).

A proposta do Prof. Ferreira de Almeida estará, no nosso entender, próxima da realidade, mas ressalve-se que a relação entre *mons* e o castelo está longe da plenitude estatística, apesar da taxa de frequência entre os dois factores ser muito alta.

Mas é preciso encontrar a explicação para a questão da sobreposição de sítios com *incastelamento* nos locais associados às designações *subtus mons* e *ad radice mons*. É que as circunscrições territoriais das quais os castelos eram o centro albergam por vezes dois ou mais locais com vestígios de *incastelamento*. O nosso melhor exemplo é o monte da Nó. Aparece, como vimos, como área de circunscrição dos

²¹ Existe um outro documento, o n.º 837 do *Liber Fidei* que se reporta à “*villa de varzena que est subtus monte naaor*”, que o Prof. Ferreira de Almeida associou, numa primeira análise, ao Monte Maio, mais sobranceiro à freguesia da Várzea, Barcelos (ALMEIDA CAF 1978b: 40). Mais tarde, o Prof. Brochado de Almeida identificou o castelo da Vaia como sendo o “*monte naaor*” da documentação, facto que obteve a concordância do professor Ferreira de Almeida (ALMEIDA CAB 1999: 36-37). Uma nova leitura do documento, porém, fez-nos reequacionar a localização desta “*villa de varzena que est subtus monte naaor discurentibus aquis ad ribolum de Nevia*” (LF 837), pois parece-nos que se refere a uma propriedade actualmente chamada Varziela, situada nas encostas do monte da Nó, sobranceiro ao Rio Neiva, isto é, na freguesia de Fojo Lobal.

terrenos envolventes, quer para a banda do norte, Correlhã, quer para a banda nascente, Souto-Rebordões, Friastelas, Fojo Lobal; ora ali conhecemos três locais com vestígios de ocupação medieval: no monte de S. Cipriano (Facha) aparecem cerâmicas dos séculos XII-XIII, o castro de Trás-da-Cidade (Facha/ Vitorino de Piães) e o Castro de S. João (Correlhã). A qual destes sítios atribuir o centro da circunscrição? É um estudo que valia a pena efectuar²².

A presença de lugares fortificados ou refortificados na paisagem da bacia terminal do Lima entre os séculos IX-XI traduz a presença de populações, as quais, fruto da sua iniciativa ou orientados pelos homens da presúria, gizaram formas de se defender nestes tempos de instabilidade militar (BARROCA 1991: 91; BARROCA 2001: 90). Como atrás se referiu, esta região era, ao tempo, fronteira entre duas unidades políticas distintas, a cristã a norte e a muçulmana a sul, para além de ser permeável às incursões periódicas da pirataria nórdica, dada a sua grande abertura para o Atlântico. Não havia outra solução para os pouco numerosos casais que populavam o território limiano que promover a própria defesa, dada a inexistência de um exército organizado e permanente que policiasse e garantisse a protecção das populações. Este mecanismo militar só reaparece na região com a chegada dos presores, os quais promoveram a defesa do território e o reorganizaram (BARROCA 2001: 90).

Como obras de arquitectura incipiente que eram, por não se distinguir uma harmonia e padronização das técnicas construtivas (BARROCA 2001: 94-95), são muito difíceis de identificar. Mas não faltam elementos que parecem ser de raiz comum ou de divulgação regional que a seguir expomos.

A arquitectura defensiva para esta região deve ser analisada à luz de duas perspectivas. Por um lado é conveniente verificar a implantação dos pontos defensivos;

²² Fora da área de amostra que propomos, conhecem-se os exemplos de Castelo (Cambezes, Monção), (PORTUGUÊS 2002: 93) para o qual não se conhecem referências documentais para aquela fortificação, por não ser um posto sobranceiro, antes um cone implantado no centro do vale extenso que liga Monção à Portela do Extremo, muito menos do monte Crasto, também ele com sinais de ocupação altimedieval. A existência de um diploma que alude à “*vilam de cambeses cum suis hominibus*”, doada à Diocese de Tui em 991 (COSTA 1981: 87; PORTUGUÊS 2002: 120) onde nada é dito sobre a tal atalaia parece contribuir para o que vimos dizendo. Outro exemplo é o do castelo roqueiro da Vaia (Rio Covo – Gamil, Barcelos), o qual domina a área englobada pelo famoso documento 13 dos *Diplomata et Chartae* (ALMEIDA CAF 1970) do século X. À semelhança do que seria norma na Diplomática altimedieval, nenhuma referência surge a respeito da alçada de um castelo, nem que seja como ponto de referência. Esta atalaia roqueira não é o ponto mais extremo da linha do horizonte, antes um pequeno esporão a meia encosta do monte da Vaia (ALMEIDA CAB 1999). Mas existe um outro ponto defensivo roqueiro, com o sugestivo topónimo Castelos, na freguesia de Airó, Barcelos, que domina o vale do Rio Covo (SOEIRO 1983: 69), onde há pouco tempo recolhemos cerâmicas datáveis do século IX-XI, à semelhança dos minúsculos fragmentos que levantamos na Vaia.

por outro, convirá estabelecer-se uma relação entre os responsáveis pela defesa e aquilo que se quis defender, facto que, como à frente se demonstrará, está estritamente relacionado com as implantações dos redutos defensivos.

Em primeira análise, os centros militares apontados com cronologias relativas aos séculos IX-XI, a avaliar pela técnica de edificação castrense e materiais cerâmicos associados, bem como pelo registo documental, tem uma grande coerência de implantação, recursos defensivos e métodos construtivos. Exceptuando-se o caso do Monte do Galeão (Anha/ Darque), onde se pode constatar uma topografia menos acidentada e com funções mais dadas ao controlo do tráfego marítimo e fluvial nas imediações da foz do Lima, bem como dos talhões salineiros de Darque (ALMEIDA CAF 1978a: 29), todos os outros locais apontados como castelos roqueiros (Santo Ovídio, Formigoso-Vigia, S. Martinho, Formiga, S. Miguel e S. João) foram implantados em cabeços de forma cónica, de vertentes bem pronunciadas (a inclinação das vertentes varia entre os 45% e os 65%), com a particularidade de existir boa visibilidade entre todos eles, exceptuando-se o caso de Formigoso-Vigia que, dado a presença da serra de Perre, só dispõe de contacto visual com o Monte do Galeão e S. Martinho²³.

As condições geológicas do terreno onde se implantaram os redutos são comuns a todos eles: de base granítica, caracterizadas pelos afloramentos de grandes batólitos entremeados por diaclases mais ou menos anchas, organizando uma topografia de difícil progressão. A difícil acessibilidade seria, aliás, o forte motivo na selecção de um local para a implantação do castelo roqueiro.

A presença do granito em abundância parece, no entanto, não estar na base da arquitectura da fortificação dos primórdios da Reconquista para esta região, tal como o que foi verificado por Mário Barroca em Castelo de Matos - Baião, devido a dificuldades variadas, como é o caso da inexistência de canteiros em número capaz, a ausência de conhecimentos de engenharia e as elevadas despesas na construção em alvenaria (BARROCA 1988: 164). A presença dos afloramentos e a abundância da madeira motivou, pelo contrário, a construção de estruturas defensivas em materiais perecíveis. Os blocos graníticos toscamente talhados serviriam para reforço de taludes e para vedar ou encher as diaclases e fissuras entre batólitos.

²³ Também se avistam outros centros roqueiros do Formigoso-Vigia, mas já fora da área deste trabalho, como Castelo de Neiva (Viana do Castelo) e o Crasto de Aldreu (Barcelos)

A presença de entalhes de secção complexa no Castelo de S. Miguel, de S. Martinho, no Castelo da Formiga e no Castro de S. João⁴⁵, indicia, no nosso entender, não o desbaste produzido para o assentamento de pedra para, deste modo, se facilitar o adossamento de um muro à penedia, mas sim, o desbaste de penedia para a colocação de barrotes e vigas de madeira encravados na penedia com sistema de cunhas. Estas estruturas de vigamento funcionariam como esqueleto de uma estrutura toda ela construída em paliçada. Mais tarde, fruto do desenvolvimento da arte bélica, estas estruturas foram sendo progressivamente aperfeiçoadas e substituídas por estruturas pétreas.

As facilidades na acessibilidade aos pontos de defesa eram colmatadas com pequenas obras de terrapleno, corte de penedia (Castelo da Formiga, S. Martinho e S. Miguel) onde esta se apresentava mais permeável e fecho das diaclases com blocos de granito de corte irregular (Formigoso e Vigia, S. Martinho, S. Miguel e Castelo da Formiga). No Monte de Santo Ovídio, mais concretamente no Alto da Telha (Arcozelo/Sá), comprovou-se a existência de uma muralha em pedra, a qual estará dentro destas cronologias, de acordo com os materiais medievais ali aparecidos (ALMEIDA CAB 1996a: 29).

Tendo em conta estes elementos, estaremos em presença de estruturas defensivas incipientes mais apoiadas na questão da inacessibilidade do que na segurança das obras de fortificação, daí o gosto pela implantação em locais estilo *ninho de águia*. A fruição destes espaços estaria, nos tempos compreendidos entre os séculos IX e XI, destinada às populações que, em caso de perigo de ataque quer de cristãos, quer de muçulmanos, quer da pirataria nórdica, encontrava refugio para si e para os seus haveres, com especial incidência para o gado. O Professor Ferreira de Almeida já havia apontado a existência de uma série de sítios associados a hagio-toponímia relacionada com S. Mamede, S. Martinho e S. Miguel, que apresentavam restos de muros mas que não apresentam restos de habitações ou cerâmica. Seriam cercas para o gado (ALMEIDA CAF 1978b: 49). Se no caso do Formigoso (Outeiro) a existência da cinta murada no plano inferior pode indicar os restos do sistema defensivo do antigo castro (ALMEIDA CAB 1990: 216 e 1996b: 224), na vizinha Vigia existe um pequeno recinto murado que pode muito bem ter sido utilizado como refúgio para animais em caso de ataque. A

⁴⁵ Conhecemos mais exemplos de entalhes de secção complexa indicadores da existência de estruturas em madeira em Castelo e Crasto (Cambezes, Monção), S. Martinho da Penha da Rainha (Abedim, Monção), Castelo de Neiva (Viana do Castelo) e Ermida (Ponte de Lima). Há a notícia de entalhes desta natureza igualmente no castelo de Crestuma, Gaia (GONÇALVES e GONÇALVES 2002: 46)

mesma função se pode aplicar ao comprido muro existente na face setentrional do cabeço situado para norte do castelo de S. Martinho, organizando-se, deste modo, um amplo espaço para a guarda de animais⁴⁶.

Quanto à habitação de carácter permanente neste locais, convém referir que a existir, ela seria protagonizada pelos membros das guarnições acantonadas nos castelos. Ressalve-se que isso poderá ter acontecido mais para o arranque do século XI, pois nesses tempos já existia uma organização social e administrativa capaz de apoiar guarnições militares. A presença dos *tabuleiros* de alquerque nos castelos de S. Martinho e de S. Miguel denunciam a presença permanente de guarnições e a necessidade de ocupação dos tempos de ócio.

No Castelo da Formiga foram apontadas sepulturas cavadas na rocha (AZEVEDO 1896: 256; FIGUEIREDO 1896: 165; CORTEZ 1948: 15-21; TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 40; BARROCA 1987a: 145; ALMEIDA CAB 1990: 164-166; ARAÚJO 1991: n.º 37; ALMEIDA CAB 1996a: 17-19), situação que não pudemos constatar, mas um sério indicador da permanência de uma comunidade⁴⁷ ou de uma guarnição militar.

Outro indicador da permanência da ocupação parece provir da cerâmica. As formas mais friáveis e tecnicamente mais primitivas, identificadas em S. Miguel, em S. Martinho, S. João e Castelo da Formiga, são particularmente escassos em detrimento das cerâmicas mais bem cozidas e de formas mais complexas cuja datação mediará os séculos XII-XIII. No castelo de S. Martinho surgiram os dois tipos quando se fez uma busca no local. O mesmo aconteceu no castelo de S. Miguel, pois encontramos pequenos fragmentos informes de cerâmicas escuras de paredes finas e pastas muito friáveis, em contraponto ao aparecimento de cerâmicas contemporâneas às aparecidas nos níveis mais tardios do Castro de Sto. Estevão (ALMEIDA CAF et alii 1980: 26). Para aqueles autores, a presença o final da ocupação medieval em Sto. Estevão está ligado ao um abandono da posição defensiva de S. Miguel, numa época em que a linha de fronteira se havia colocado mais para sul (ALMEIDA CAF et alii 1980: 11-12).

A associação entre os dois tipos de cerâmicas, isolando-se em dois grupos distintos, à semelhança do que havia sido publicado pelo Professor Ferreira de Almeida

⁴⁶ Exemplos semelhantes são o espaço entre muralhas do Castro de S. Lourenço (Vila Chã, Esposende) e no Castelo de Faria (Gilmonde - Barcelos) (ALMEIDA CAB 1996c: 156)

⁴⁷ Existe na Capela de Santa Justa um antiquíssimo culto da fertilidade, pois era advogada “*daquelles, que não tem filhos, & quando lhos vão pedir, lhe levam de oferta frangos, & frangas brancos*” (COSTA 1868: 183).

a partir dos dois níveis resultantes da sondagem efectuada no Castelo de S. Miguel (ALMEIDA CAF 1978b: Est. VIII) parece-nos indicar que entre os séculos IX e XI havia ocupação nos sítios roqueiros de S. Martinho, Formigoso-Vigia, Monte do Galeão, Castelo da Formiga, Castro de S. João e S. Miguel; na viragem para o século XII nota-se o abandono de algumas destas posições, como é o caso do Castelo da Formiga, castro de S. João e Formigoso-Vigia, ainda que neste último, não seja muito líquida a continuidade da sua relação com o castelo de S. Martinho. O castelo de S. Miguel, dotado talvez no século XII com uma muralha e torre e evidenciando claros sinais pré-românicos e o arco da porta de tradição moçárabe (ALMEIDA CAF 1986b: 156), acaba por perder a sua importância militar no controle da estrada Braga – Tui a par da deslocação da linha de fronteira para paragens mais meridionais. O mesmo parece ter acontecido com o castelo de S. Martinho. Mas o seu papel político administrativo parece arrancar nos finais do século XI, alturas em que se teriam tornado Castelos Cabeças de Terra.

A funcionalidade da fortificação parece, deste modo, apresentar duas variantes. Numa primeira época, coincidente com os séculos VIII-XI, existe uma clara intenção de se utilizar o castelo como ponto de refúgio e defesa, com um forte controlo do tráfego marítimo e viário nesta zona do rio Lima, mediante as penetrações cristãs, muçulmanas ou normandas. Estes são os castelos²⁷ levantados por iniciativa das populações, construídos para seu refúgio em caso de ataque ou iminência dele. Por isso foram levantados na zona costeira e junto às vias terrestres (ALMEIDA CAF 1978b: 44). Depois, a estabilização da área a partir de finais do século XI, mormente no período sequente às campanhas de D. Fernando, permitiu a dotação do território com duas posições centrais, os castelos de S. Martinho e de S. Miguel, ambos Cabeça de Terra, assistindo-se ao progressivo abandono das restantes estruturas. O castelo passou a ser então responsabilidade de um *tenens*, o qual, alcandorado no alto, começou a desenhar o seu poder político e a gerir de forma mais ágil e eficaz, a defesa dos territórios debaixo da sua alçada.

²⁷ Os mosteiros também promoviam a construção casteleja; Ferreira de Almeida abordou claramente o problema e referiu a responsabilidade dos clérigos na construção de castelos e na defesa dos mosteiros, para a protecção das relíquias e das populações (ALMEIDA CAF 1978b: 45-46). Exemplo disso será a fortificação que aparentemente existia ao pé do mosteiro de S. Salvador da Torre, Viana do Castelo (ALMEIDA CAF 1978b: 43; MOREIRA 1985: 79), o caso de Castro Malo, junto ao Mosteiro de S. Romão do Neiva, Viana do Castelo (PMH DC 680: 1087) e o Monte Crasto (Aldreu – Barcelos), sobranceiro ao Mosteiro de Palme (ALMEIDA CAB 1997a: 51)

5.2.3 *Arquitectura Religiosa*

Os vestígios cadastrados conotados com os séculos IX-XI, mormente aqueles indicados no arrolamento de vestígios proposto atrás, são, na sua esmagadora maioria, pequenos restos arquitectónicos parciais e enquadrados em edifícios religiosos. O único elemento que não está associado a edifícios religiosos é o resto de um arco de produção moçárabe identificado por Ferreira de Almeida como pertencente à porta da pequena cerca do castelo de S. Miguel da Facha (ALMEIDA CAF 1986b: 157). Recapitulando, conhecem-se vestígios pré-românicos que datarão dos séculos X-XI, de inspiração moçárabe, como é o caso das pedras almofadadas com axadrezado de orientação diagonal da capela de S. Simão (Mazarefes), Santo Abdão (Correlhã), S. Lourenço (Darque), igreja paroquial de Bertandos e Igreja Velha da Meadela. Depois há um fragmento de um friso na igreja de S. Cláudio (Nogueira), em relevo e de inspiração geométrica, que parece apresentar os pergaminhos da arte de inspiração árabe. Para além destes poucos vestígios, foram identificados, ainda nesta área, a presença de ajimezes em Santa Leocádia de Geraz do Lima (BARROCA 1990: 104) e Santa Maria de Geraz do Lima (BARROCA 1990: 105) e fora dela, em Vitorino de Piães (Ponte de Lima) (ALMEIDA CAF 1978: 80) e na igreja de S. Martinho de Mondim (Panque – Barcelos) (BARROCA 1986:10).

Apesar de não existirem em quantidade significativa, são importantes elementos indicadores do povoamento e de fenómenos a ele ligados, depreendendo-se a existência de comunidades algo populosas que justificariam a constituição de uma comunidade paroquial (COSTA 1959: 91-98). Não passam de pequenos restos arquitectónicos, sempre associados a edifícios religiosos, como a silharia almofadada no adro da capela de S. Simão (Mazarefes), S. Lourenço (Darque), igreja velha da Meadela, igreja de Bertandos e igreja de Santa Maria de Geraz do Lima, os fragmentos de molduras ou bandas na igreja de S. Cláudio de Nogueira e na capela de Sto. Abdão da Correlhã, bem como o eremitério rupestre de Sabariz (Vila Fria).

Quanto aos silhares almofadados de S. Simão (Mazarefes) e S. Lourenço (Darque), os quais se podem colocar com segurança no mundo moçárabe, a atentar na gramática decorativa geométrica do almofadado, o que aliado à presença de toponímia de raiz árabe, como Darque e Mazarefes, Muamate, Chafé e Moldes, parece atestar a presença de uma comunidade com fortes influências do mundo árabe entre o Lima e o Neiva, mas com especial incidência na margem esquerda do primeiro. A documentação expressa referências ao povoamento durante o século X em torno destes locais, pelo que

se pode associar aqueles vestígios aos séculos X-XI. Depois, constata-se facilmente a relação entre os silhares almofadados da igreja de Santa Maria de Geraz do Lima com o aparecimento de fragmentos de dois ajimezes, com datação dos inícios do século XI (BARROCA 1990: 105; BARROCA 2000: 69). O ajimez aparecido em Santa Leocádia de Geraz do Lima também é datável dos inícios do século XI (BARROCA 1990: 104).

As pedras almofadas da Igreja Velha da Meadela datarão da mesma altura, associadas à existir referência documental a *Medialbi* no século X (COSTA 1981: 89). Por associação de ideias também se incluem neste período os vestígios pré-românicos da igreja de Bertiaandos.

O caso dos vestígios pré-românicos da Capela do Espírito Santo (Moreira) poderá ser entendido sob dois eixos: ou traduzem os restos de um edifício primitivo existente no local, ou tratam-se dos vestígios do traslado da Capela de S. Cipriano (BARROCA 1995: 83) para um local mais próximo da comunidade ali residente.

Os fragmentos de molduras ou bandas pré-românicas cadastradas na igreja de S. Cláudio de Nogueira e na capela de Santo Abdão da Correlhã denunciam, ao nosso entender, a existência de edifícios primitivos aos construídos, respectivamente, no século XI (BARROCA 2000: 114; PEIXOTO 1993: 98-99) e XII (BARROCA, ALMEIDA CAF 1978a: 213). No caso da Correlhã, o fragmento de moldura seria um elemento salvo da primitiva igreja paroquial e reutilizado no pavimento de acesso à capela de Santo Abdão, pela sua qualidade e raridade, juntamente com a inscrição romana (ALMEIDA CAB 1996a: 90); ao tal edifício primitivo associamos, do mesmo modo, as sepulturas cavadas na rocha e os sarcófagos.

Quanto ao caso de S. Cláudio, o fragmento da moldura estará de acordo com um edifício anterior ao século XI e cujos restos parecem ainda ser visíveis nas três fiadas junto à base do alçado norte, cujo aparelho de grandes silhares de corte irregular está muito afastado da regularidade isódoma colocada nas fiadas superiores. É difícil subscrever as opiniões de Mário Barroca que indicou existirem ali sinais de um sarcófago medieval reaproveitado na parede, voltado para dentro (BARROCA 1987: 99), ou de Brochado de Almeida, que pretendeu, no caso de não se tratar de um sarcófago, um hipotético miliário romano (ALMEIDA CAB 1996: 56), mas só um pouco improvável desmonte da parede poderia desfazer as dúvidas.

A maioria dos vestígios arquitectónicos aqui arrolados parecem pertencer cronologicamente ao século XI, mas a prudência aconselha a que as cronologias sejam recuadas, pois no século X aquelas comunidades já seriam bem expressivas, conforme o

que se pode verificar na documentação medieval portuguesa (COSTA 1959: 146), ou mesmo mais avançadas no tempo, até ao século XII⁴⁹. A presença de edifícios primitivos ou com características arcaizantes poderá ter alguma consistência, tal como o Professor Ferreira de Almeida escreveu sobre o colapso dos edifícios pré-românicos, pois “*a actividade construtiva dos séculos XII-XIII (...) deve ter substituído, sistematicamente, os edifícios pré-românicos que não deveriam apresentar programas muito grandiosos ou desenvolvidos e que seriam motivos para a sua conservação*” (ALMEIDA CAF 1978a: 70).

5.2.4. *Necrópoles*

Um dos indicadores do povoamento nesta área em análise é a presença de um conjunto significativo de referências a sepulturas cavadas na rocha um pouco por todo o vale do Lima. Dado que a cronologia destes vestígios é geralmente aceite em torno dos séculos IX-XI (BARROCA 1987: 130), a inclusão de tais elementos neste trabalho tornou-se obrigatória para apoiar os restantes dados concernentes ao período que medeia os séculos VIII-X. Também se incluíram as referências aos sarcófagos arrolados no mesmo trabalho, tendo em conta que abrangência cronológica dos mesmos.

Este tipo de vestígios já mereceu um profundo estudo por parte do Prof. Mário Jorge Barroca (BARROCA 1987a), tendo aquele autor procedido a uma recolha exaustiva dos exemplares sepulcrais deste tipo por todo o Entre-Douro-E-Minho⁵⁰, ao mesmo tempo que os enquadrava nas diferentes problemáticas que esta forma de sepulturar suscitou nos diversos investigadores os quais sobre o assunto se debruçaram.

⁴⁹ Outros vestígios pré-românicos ocorrem na nossa área de estudo e em torno dela, mas sempre relacionados com evidências templos mais tardios. Na capela do Espírito Santo, em Moreira do Lima, conta-se uma inscrição de 1030, “+P(er)FECTUM/ AEST TEMPLUM TEMPLU(m)/ AB DIDAGU C(on)F(rater)/ IN ERA M2XVIII” (BARROCA 2000: 78), tal como um cuidado ajimez, elementos que parecem provenientes de uma arruinada capela S. Cipriano no Monte de Antelas. Não obstante estes restos pré-românicos, todo o edifício apresenta fortes características do Românico, com modilhões fantásticos datados de finais do século XII (ALMEIDA CAF 1978a: 217). Verificam-se, da mesma forma, a existência e vestígios pré-românicos um pouco por todo o vale do Lima e do Neiva, como é o caso dos fragmentos de ajimezes em Piães (ALMEIDA CAF 1978), Geraz Santa Maria e Santa Leocádia (BARROCA 1990), Panque (BARROCA 1986), capitéis pré-românicos em Santa Cruz e em Ponte de Lima (ARAÚJO JR 1991: n.º 37), tal como na igreja de Aguiar (Barcelos).

⁵⁰ Mário Barroca assinalou as sepulturas cavadas na rocha na área do Entre-Douro-E-Minho, das quais fazemos menção os moimentos pertencentes aos concelhos de Ponte de Lima e Viana do Castelo que não estão implantados na área de estudo proposta: um número indeterminado na Bouça Longa – Cabaços e duas sepulturas em Refoios (Ponte de Lima), juntando-se o grupo do Folgadoiro, Amonde e o exemplar da Espirada de Afife (Viana do Castelo) (BARROCA 1987: 145-149). Rosa Araújo cita ainda um caso junto à igreja de Labruja (ARAÚJO JR 1991: n.º 37), ao passo que Brochado de Almeida reportou um exemplar em Mujães (ALMEIDA 1996:)

Não nos foi possível, contudo, proceder ao cadastro e estudo da maior parte dos locais referenciados pois, devido às condições do terreno ou devido à destruição dos vestígios, não pudemos arrolar as suas coordenadas absolutas de implantação nem descortinar as suas características.

Desde o início sabíamos que as sepulturas da Pia dos Eidos (Areosa) e Castelhão (Perre) estariam destruídas (VIANA 1955: 13-15; PAÇO e PAÇO 1956: 87; BARROCA 1987a: 148; ABREU e ALMEIDA 1988: n.º 118), à semelhança do que verificamos à existente em Cardielos (BARROCA 1987a: 148, n.º 23). Quanto à pretensa sepultura rupestre existente nas imediações da capela de Nossa Senhora do Olival (Perre) (PAÇO e PAÇO 1956: 82; BARROCA 1987a: 148; ABREU e ALMEIDA 1988: n.º 122), soubemos por fonte fidedigna tratar-se de um sarcófago sem decoração que acabou por ser incorporado na parede da capela³⁰.

Procuramos as do núcleo rupestre do Castelo da Formiga (Estorãos) (CORTEZ 1948: 20; TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 40; BARROCA 1987a: 146, n.º 16) e a sepultura de Sanjemondes (S. Pedro de Arcos) (PEREIRA 1929: 5; TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 40; BARROCA 1987a: 145, n.º 12), mas não houve sucesso naquela demanda, devido à intensa arborização daqueles locais e à deposição de húmus pelas áreas assinaladas, nem os habitantes das imediações souberam dizer se existiam; a somar a isto registre-se a notícia da destruição de um núcleo existente no lugar do Eido e da Veiga, Areosa (VIANA 1950: 15; BARROCA 1987a: 148, n.º 22). No que concerne aos exemplares aludidos para o monte de Geraz (BARROCA 1987: 148, n.º 25).

A alegada sepultura cavada na rocha sepultura de Sto. Ovídio, Arcozelo (BARROCA 1987: 145, n.º 13) é um sarcófago trapezoidal depositado numa estrutura que já foi abobadada. Havia ainda a referência a uma sepultura existente em Santa Luzia (BARROCA 1987: 149, n.º 29), mas não conseguimos qualquer avanço na localização ou identificação desse moimento. Os únicos exemplares que conseguimos estudar foram os que se acham no adro da igreja paroquial da Correlhã (BARREIROS 1926: 23; PEREIRA 1927-29: 44; BRITO 1930-1931: 91; TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 41; BARROCA 1987a: 145-146).

No que concerne aquele tipo de enterramentos, verifica-se uma distribuição coerente, não só pela base material utilizada, o afloramento granítico, mas também os locais de implantação dos moimentos: nas áreas envolventes a edifícios religiosos sede

³⁰ Um indivíduo, morador no Lugar do Vieito, Outeiro, trabalhou nas obras da capela e assistiu ao que aqui expomos.

de paróquia, como no caso da Correlhã, nas áreas próximas dos pontos de defesa do território, como no caso do Castelo do Formigoso e na encosta do Monte de Geraz, ou ainda na proximidade de caminhos, caso de S. Gião (Perre), Sanjemondes (S. Pedro de Arcos), Pia dos Eidos (Areosa) e Bouça das Freiras (Nogueira).

Numa segunda análise, é interessante verificar-se o facto de, nas sepulturas conhecidas e referenciadas com existentes, todas as sepulturas se encontram na orla ou nas imediações de caminhos ou vias de circulação antigas, exceptuando-se as referidas para o Castelo da Formiga, moimentos provavelmente pertencentes à guarnição ali acantonada. As de São Gil (Perre), foram mesmo mutiladas pelo alargamento do caminho (ABREU e ALMEIDA 1988; PAÇO e QUESADO 1956: 87; BARROCA 1987a: 149).

Depois confirma-se uma certa cumplicidade entre estes testemunhos e a existência de outros vestígios arqueológicos atribuíveis à mesma época. Apesar da grande dificuldade no estabelecimento de uma amplitude cronológica fiável para este tipo de vestígios, pela descontextualização estratigráfica e a desassociação material que lhes forneça correspondência temporal, tal como já foi bem evidenciado por Mário Barroca no seu trabalho sobre necrópoles medievais (BARROCA 1987a:103), é da aceitação comum que pertençam, pelas características intrínsecas que lhes estão associadas, ao quadro dos séculos IX-XI (BARROCA 1987a: 103-141). As sepulturas de S. Gil, Perre, encontravam-se na encosta sobranceira a um povoado onde surgem cerâmicas do século IX-XI; o mesmo se passa no Castelo do Formiga. A acompanhar as sepulturas da Correlhã existe um resto de friso pré-românico a compor o lajeado do pequeno adro da capela de Santo Abdão, para além de serem frequentes as referências documentais àquela localidade desde os finais do século X (PMH DC 19 de 915).

Quanto aos testemunhos de enterramento denominados sarcófagos monolíticos, aparecem em número interessante, ainda que seja possível admitir que poderia ser bem mais significativo, pois muitos exemplares foram certamente destruídos sem que deles houvesse notícia, enquanto que outros permanecem subterrados e, por isso, anónimos.

Não obstante estes dois apontamentos, conhecemos três exemplares na Facha, um em Cardielos, três em Santa Maria de Geraz do Lima, um em Serreleis, três em Vila Franca, dois em Santa Leocádia de Geraz do Lima, um na Capela de Nossa Senhora do Olival, um em Santo Ovídio (Arcozelo/ Sá), e um (ou dois?) em Nogueira. Como estes elementos apresentam cronologias entre os séculos X e XI (BARROCA 1987a: 178-

179), é mais um importante contributo para a cartografia do povoamento deste período na região.

6. Conclusões

Os objectivos formulados para a realização deste trabalho compreendiam diferentes abordagens aos problemas do povoamento da Bacia do Rio Lima na sua parte terminal, dentro de três perspectivas sincrónicas: a relativa ao período tardo-romano, a concernente ao período germânico e a respeitante ao período da chamada Reconquista.

Em jeito de síntese, pode-se referir que os resultados que nos propusemos atingir são satisfatórios, ainda que existam muitos aspectos lacunares relativos a muitos dos sítios arqueológicos identificados. Concorre para isso a imprecisão tipológica e cronológica de grande parte daqueles locais, a descontextualização estratigráfica de alguns e a difícil articulação com o meio envolvente de outros.

Um tão amplo âmbito cronológico, bem como a riqueza arqueológica do vale do Lima nos 278 km² que compõem a área definida para este trabalho, permitiram-nos arrolar 81 sítios no nosso inventário. Para um melhor discernimento e interligação entre os locais inventariados, até porque uma parte significativa deles apresenta vestígios de épocas distintas, preparou-se um quadro sinóptico geral desses sítios, onde se propõe o seu enquadramento cronológico dentro de três épocas distintas: os vestígios do Baixo Império, os vestígios datáveis dos séculos V-VI, os vestígios dos séculos VII-VIII e os vestígios cujas características se enquadram nos séculos IX-XI (Quadro I).

Esta compartimentação não é pacífica e somos os primeiros a reconhecê-lo. A maior dificuldade residiu na definição de locais com determinados tipos de assentamento, quando os materiais se resumiam a fósseis directores sem outros elementos, como por exemplo a *tegula*. As condições de habitabilidade dos sítios e as suas qualidades ecológicas, bem como referências documentais e a toponímia, também foram levadas em conta para a melhor definição da tipologia dos assentamentos ou dos vestígios.

Um dos primeiros problemas surgiu precisamente com a *tegula*. O fóssil director por excelência da Romanização verificou-se em alguns casos associado a vestígios bem mais tardios, sugerindo-lhe uma mais ampla diacronia. Temos *tegula* a indiciar locais com possível assentamento populacional desde os primórdios da dominação romana até aos finais da Alta Idade Média. Se já alguém alertou para isso em diversas ocasiões (ALMEIDA CAB et alii 1992: 490; ALMEIDA CAB 2003: 293), ao analisar-se a associação entre aquele elemento a vestígios pré-românicos em Santa Leocádia de Geraz do Lima, Santa Maria de Geraz do Lima, na Igreja Velha da Meadela e no adro da igreja paroquial de Deocriste, sítios com exemplos de sepulturas onde a *tegula* foi

(re)utilizada, ficamos com a ideia cristalina de que a ocorrência daquele tipo de vestígio poderá ser revelador: da existência de um *aedificium*, de um casal, de uma *villa*, de povoamento concentrado do tipo aberto ou fortificado, de uma necrópole ou de uma estrutura industrial tipo forno, isto para os tempos da Romanização; dos mesmos tipos de assentamento durante a dominação germânica, tanto no período suevo como no visigodo, para além de aparecer associada a enterramentos e até estruturas industriais que guarneciam os respectivos assentamentos (o caso do forno da Pereira, Correlhã, juntamente com o forno da Quinta do Paço, Facha, serão os melhores exemplos); de estruturas sepulcrais atribuíveis os séculos IX-X, se as sepulturas de formato trapezoidal associadas a pedras avulsas e sem espólio forem coevas dos elementos pré-românicos aparecidos nos lugares acima indicados (caso das igrejas de Santa Maria e Santa Leocádia Geraz do Lima).

Este facto constituiu um sério entrave à definição das tipologias de assentamento bem como a determinação de cronologias nos locais onde a *tegula* pontua. Não obstante, pela associação da *tegula* com outros vestígios, como as cerâmicas e alguns elementos arquitectónicos, quer de cronologia romana, quer de cronologia altomedieval, foi possível isolar alguns desses locais e compartimentá-los à luz das correntes teóricas em vigor sobre assentamentos romanos de tipo disperso e concentrado, daqueles que conhecemos como restos de necrópoles e até as unidades industriais.

Como o propósito deste trabalho era estudar as formas e estratégias de assentamentos e alguns indicadores populacionais, afinal dados directamente relacionados, aqueles vestígios que traduzem alguns indicadores económicos, como as actividades extractivas, caso da mineração metalífera e a extracção salineira, bem como as antigas vias foram colocadas de parte no nosso rol vestígios, a não ser que a proximidade daqueles elementos justificasse a sua referência em correspondência com as estratégias de assentamento. Dos locais que consideramos de época tardo-romana existentes na nossa área de estudo, foi possível definir com alguma segurança diferentes tipos de povoamento comuns à época romana, podendo-se referir, sem qualquer dúvida a existência de *aedificia*, casais, *villae*, povoados abertos e *castella*, bem como os vestígios das suas necrópoles.

Uma palavra inicial para a distribuição espacial da *tegula*. A distribuição dos sítios onde ocorre a *tegula*, incluindo-se as referências do nosso catálogo aos vestígios indefinidos, por não oferecerem qualquer garantia funcional, na impossibilidade de se tratarem de necrópoles, fornos, casais, *villae* ou *aedificia*, pode-se considerar como

abrangente a toda a área em estudo. É possível, no entanto, estabelecer uma relação apriorística entre a ocorrência de vestígios e a altitude, pois são poucos os locais documentados com vestígios romanos acima da curva de nível dos 250 metros: somente o Castelo da Formiga (Estorãos), o Castelo de S. Martinho (Nogueira/ Portuzelo), Agros (Santa Maria de Geraz do Lima), Perpesçoço (Santa Leocádia de Geraz do Lima) e Roques (Subportela/ Vila Fria/ Vila Franca). Desta meia dúzia, três das ocorrências produziram-se em antigos castros romanizados (Roques, S. Martinho e Formiga). É, portanto, bem visível a predilecção dos romanos e seus sucessores pelos terrenos situados a meia encosta.

No que diz respeito à tipologia dos assentamentos, os casos mais difíceis de verificar foram os *aedificia* e os casais. A aplicação destes conceitos obedeceu a uma lógica de associação entre locais onde a *tegula* pontuava a espaços e dentro de áreas à partida conotadas com os *fundus* de *villae*, estando implícita uma relação entre um *dominus* e um conjunto de rendeiros que explorariam parcelas de terras. Para provar isto apoiamo-nos nas ideias expressas pelo Professor Brochado de Almeida que, ao analisar a relação entre os vestígios de *tegula* existentes à volta do Lugar do Paço na Correlhã, como Mourelo, Pereira, Tesido, Barrô e Pregal, considerou tratar-se de restos dos *aedificia* ou casais que arroteavam e cultivavam parcelas do *fundus* da *villa* existente no Paço (ALMEIDA CAB 1995: 144). O mesmo panorama parece verificar-se no vale da Facha, onde parecem ter coexistido duas *villae*, uma na Quinta do Paço Velho e outra no Prazil, cujos *fundi* faziam fronteira no Rio Tinto (Fig. 7). Em torno da *villa* que existiu no Prazil contam-se uma série de campos onde aparece *tegula*: Mende, Tiandes, Jorge, Telheiro e Forno (ALMEIDA CAB 1996a: 129-130), sítios que devem indiciar, até pela proximidade, os edifícios componentes da *villa*, nomeadamente os que se prestavam a funções de apoio à actividade agrícola; já os casos da Cividade, certamente um casal, e Frei, Maria Velha e Juncal (ALMEIDA CAB 1996a: 126-127) podem estar articulados com a *villa*, denunciando a presença de rendeiros dependentes daquela. No caso da *villa* existente no Paço Velho, os locais com *tegula* que podem traduzir a existência de rendeiros subsidiários estão presentes em Gondim, Fojo e talvez no Soalheiro (ALMEIDA CAB 1996a: 134-145).

A integração espacial destes conjuntos de vestígios podem traduzir a presença dos *aedificia* e dos casais, mas não existe uma forma concreta, a não ser pela escavação, de os definir correctamente. É possível, contudo, que alguns dos locais apontados não se reportem nem a casais nem a *aedificia*, mas a restos de necrópoles, como a aparecida

nas Agrads de Gondim, esta mais antiga, e a da Bouça da Gateira (ALMEIDA CAB 1996a: 143-145), ou a fornos, como o topónimo nas imediações do Prazil parece indicar.

Ainda dentro do fenómeno dos assentamentos do tipo disperso, é verificável a existência de um conjunto interessante de *villae*. À semelhança do que se escreveu nas páginas relacionadas com o *habitat* tardo-romano, as *villae* devem ser procuradas pela soma de elementos cerâmicos de construção, como a *tegula*, a tijoleira e os tijolos, a cerâmica de uso doméstico de melhor qualidade e cerâmica de importação, bem como pelos elementos arquitectónicos, como os fustes, bases e capitéis, pedras almofadadas e mosaicos (ALMEIDA CAB 2003: 322). Os locais onde se puderam verificar a associação destes elementos, com excepção da ocorrência de mosaicos foram na Igreja da Vinha (Areosa), Pentieiros (Arcos/ Estorãos), Igreja (Deão), Paço e Igreja (Correlhã), Prazil e Paço Velho (Facha), Boudilhão (Geraz do Lima), Igreja (Santa Maria de Geraz do Lima) e Passal (Vila Mou). É possível que no período tardo-romano tenham existido mais exemplos, mas pela análise dos territórios potenciais de cada uma delas, não sobrava espaço para que sejam identificadas muitas mais.

O vale da Facha parece ter sido repartido entre a *villa* do Paço Velho e a do Prazil, com o Rio Tinto como divisória dos *fundi*. Na área da Correlhã, por seu turno, o terreno também parece ter sido partido em dois, com uma *villa* desde o Rio Lima até à via romana secundária, a partir da qual se desenvolvia o *fundus* ao da *villa* existente nas imediações do local onde actualmente se acha a igreja paroquial da Correlhã. O alvéolo onde existe a freguesia de Moreira do Lima parece ter sido um único *fundus*, pertencente à *villa* cujos vestígios se podem documentar no Boudilhão (ALMEIDA CAB 1996a: 192). Em oposição, do outro lado do Rio Estorãos, que lhes dividiria os territórios, existiria uma *villa* na área em torno à Quinta dos Pentieiros. Esta presunção assenta mais na divisão do espaço em questão, isto é, o vale do Rio Estorãos, que pela grandiosidade dos vestígios, ainda que à volta dos Pentieiros se conheça *tegula* na Igreja de S. Pedros dos Arcos, na Quinta da Laje (ALMEIDA CAB 1996b: 20-22) e Sanjemondes. Estes locais poderão traduzir a existência de vestígios de *aedificia* ou casais de rendeiros, assim como outras estruturas, como necrópoles ou mesmo um forno.

De grandes dimensões parece ser, também, o *fundus* da *villa* identificada nos terrenos onde se implantou a Igreja de Santa Maria de Geraz do Lima, o qual deveria abarcar toda a chã de Geraz e mesmo as zonas de meia encosta, aglutinando os casais

(ou *aedificia*?) de Perpesçoço, Agros e Rendeiros (Santa Maria de Geraz do Lima), bem como o Paço e Mondim (Santa Leocádia de Geraz do Lima). Já o *fundus* da *villa* do Passal de Vila Mou não seria tão extenso, a não ser que ultrapassasse a pequena barreira geográfica constituída pelo monte da Cividade e se estendesse pelas Rasas até Vilar de Murteda e Lanheses; como nestes locais não se identificou nenhum assentamento do género, é possível que fosse um *fundus* bem mais extenso do que à primeira vista faria supor.

Depois refiram-se dois exemplos que parecem mais desligados de concorrência directa de explorações de grande extensão: a *villa* existente nas imediações Igreja de Deião, cujo *fundus* ocuparia certamente, grande parte da veiga limiana, desde o rio até ao monte de Roques, e a *villa* situada em torno da Igreja da Areosa (*Ovinia*?), cujo *fundus* se estenderia desde a encosta do castro da Areosa até ao mar, colidindo a sul com o Rio Lima e a Norte com o *fundus* ou de uma *villa* situada no Paço (Carreço) ou nas Baganheiras (Afife) (ALMEIDA CAB 1996b: 29-32), locais externos à nossa área de trabalho.

De todos estes exemplos sobram-nos poucas áreas onde se poderiam implantar *villae*: no vale de Perre não parecem existir sinais de uma grande propriedade, à semelhança do vale de Nogueira e na área entre Mazarefes e Darque. A não ser que as *tegulae* aparecidas na Quinta do Carteadado (Darque) sejam os testemunhos superficiais de uma *villa* na vertente do Alto do Galeão.

O quadro do povoamento disperso parece traduzir, deste modo, uma centurição harmoniosa dos territórios, se a mesma ocorreu da forma como acima propusemos. Um aspecto que poderá colidir com o modelo proposto reside no facto de se verificar a existência de povoamento concentrado, para além dos *castella*, do tipo povoado aberto, cujos territórios parecem abarcar áreas respeitantes aos *fundi* das *villae* vizinhas, ao passo que entre eles essa concorrência não se verifica (Fig. 6).

Conseguimos verificar a existência de povoamento concentrado para o período tardo-romano em Fontão (Vila Franca), Paço (Santa Maria de Geraz do Lima), Nossa Senhora do Barco (Vitorino das Donas), Roupeiras (Lanheses) Vilarinho (Seara), Eirado (Correlhã), Louredo (Sá), Bouça do Crasto (Estorãos) e S. Gil (Perre). Todos eles seriam povoados abertos, ainda que em fase posterior (século V?) alguns deles tenham conhecido obras de fortificação, como é o caso de S. Gil, Bouça do Crasto, Nossa Senhora do Barco e Vilarinho.

A análise de um mapa elaborado a partir de territórios hipotéticos dentro de uma circunferência de 1 quilómetro de raio¹ permite-nos vislumbrar uma certa harmonia na implantação dos povoados, pois nenhum deles concorre directamente com os territórios do demais, excepto o caso de Vilarinho e Eirado. No alargamento da linha para 2 quilómetros de raio, isto é, 30/ 40 minutos, já se verifica uma sobreposição de territórios, logo de concorrência. O interessante é existir uma associação entre estas aldeias e os *fundi* das *villae*, dado que a maior parte da área consignada teoricamente aos povoados colide com uma área semelhante atribuída da mesma forma teórica às *villae* ou aos casais. A explicação deste fenómeno deve passar pela existência de aldeias de trabalhadores independentes (ou até escravos?) que habitavam as aldeias situadas dentro do *fundus* de uma *villa*, que pontualmente efectuariam serviços para o *dominus*, ou seriam trabalhadores que, ao invés de se estabelecerem em casais, viviam em comunidades concentradas e directamente dependentes do *dominus*? Uma outra hipótese poderia advir da existência de pequenos aglomerados de trabalhadores especializados na extracção mineira, por exemplo, como parece ser o caso da Bouça do Crasto, afinal próxima da Corta do Moisés, em Estorãos.

Estas três equações parecem-nos viáveis, ainda que seja impossível verificar qual a mais consentânea com a realidade e daí explicar-se a razão da sobreposição dos territórios de *villae* e de aldeias.

O período seguinte começa a trazer-nos alguns problemas: até que ponto se podem reconhecer os sinais da entrada dos germanos, principalmente dos suevos neste território? O primeiro desses sinais surge da fortificação dos povoados abertos, caso de Nossa Senhora do Barco (Vitorino das Donas), Bouça do Crasto (Estorãos), Vilarinho (Seara), Roupeiras (Lanheses) e possivelmente S. Gil (Perre), sítio actualmente muito descaracterizado. As cerâmicas de imitação que por diversas vezes foram encontradas quer em intervenções arqueológicas quer por prospecção em alguns daqueles locais falam-nos de assentamentos com nítidas preocupações defensivas. A juntar a este panorama há que mencionar a reocupação no Monte de Santo Ovídio (Arcozelo/ Sá),

¹Apresentamos este modelo baseando-nos nas premissas dos territórios hipotéticos mas com alterações visíveis ao nível das áreas definidas *a priori*. A adequação deste modelo assentou na aceção de uma determinada área em torno dos *habitats*, não muito extensa mas rica em território, dado a escassez de habitantes dependentes deste. Tendo em conta esta presunção teórica e a constatação no terreno de que a maior parte destes *habitats* se encontram bem definidos geograficamente pela existência de barreiras naturais as quais impossibilitariam um alargamento das áreas teóricas a territórios de 1 hora ou mesmo 30 minutos, cuidamos estabelecer um modelo mais consentâneo, estabelecendo-se um círculo de 1 quilómetro de raio, correspondente a cerca de 15/20 minutos a pé e a uma área de aproximadamente 4,7 hectares.

mais concretamente no Alto da Telha, bem como do Castro de S. João do Monte (Correlhã).

Estes parecem ser os únicos sinais de alguma instabilidade vivida no período que vai dos inícios e os meados do século V; a *villa* do Paço Velho (Facha), construída entre os fins do século IV e o século V, não apresenta sinais de destruição na sua estrutura.

A certeza começa a delinear-se quanto às estratégias de assentamento no decurso dos séculos V e VI. A instalação das comunidades suevas no decurso destas centúrias foi, mal grado alguns conflitos pontuais mas aparentemente descentrados da nossa área de estudo, parece ter obedecido a uma lógica de adaptação às condições do local, sem que para isso procurassem o conflito com os anteriores habitantes dos locais, nomeadamente os mais poderosos, leia-se, os *domini* das *villae*. É possível que com a chegada das comunidades migrantes alguns sectores da população se tenham visto forçados a ocupar outros terrenos na periferia dos seus anteriores assentamentos, mas não temos provas concretas disso. Contudo pode-se falar na perduração dos assentamentos do tipo concentrado, se bem que com tendência à dissolução durante os século VI, ao passo que os assentamentos tipo *villae* continuam ocupadas. No Paço Velho (Facha) a fase I estende-se até aos princípios do século VII aparentemente sem constrangimentos. Mas outras *villae*, caso do Boudilhão (Moreira do Lima), Prazil (Facha), Paço (Correlhã), Igreja (Vila Mou), Igreja de Santa Maria de Geraz do Lima, Igreja de Deião e Igreja da Vinha (Areosa) apresentam sinais de persistência das ocupações durante este período.

Quanto às outras formas de assentamento disperso, como os casais e os *aedificia*, não possuímos muitos elementos para provar a sua existência ou perduração para além do século V. Mas tudo leva a crer que sim, pois se as *villae* funcionavam, então certamente que deviam apresentar um grupo de rendeiros que trabalhava as terras dos *fundi*.

Com o fim do reinado suevo, por anexação em 585, o panorama dos assentamentos não se alterou, imperando as formas de assentamentos verificadas atrás, mas com um óbice: o povoamento concentrado parece ter desaparecido, pois os locais que sugerem uma concentração de habitat podem-se relacionar mais com atalaias de vigilância de vias e foz do Lima, que aldeias, caso do Monte do Galeão (Anha/ Darque) e do Alto da Telha no Monte de Santo Ovídio (Arcozelo/ Sá).

Os vestígios que conhecemos do século VII são mais escassos que os cadastrados referentes às outras épocas. A fase II da *villa* do Paço Velho (Facha) datará

do segundo quartel do século VII (ALMEIDA CAB 1996a: 287), assistindo-se a uma ampliação em algumas das divisões que compunham a estrutura habitacional, parecendo ter alcançado o seu auge neste tempo. Existem sinais da continuidade da ocupação na *villa* do Prazil (Facha), bem como no Boudilhão (Moreira do Lima) e na Igreja de Santa Maria de Geraz do Lima, ainda que nós coloquemos aqui algumas reservas, pela presença de sepulturas no interior da igreja que poderiam ter associado espólio votivo e cerâmicas que apontamos para os séculos VII-VIII.

Quanto ao povoamento disperso, a questão é tão ou mais complicada de definir que o verificado para os séculos V-VI. Tal como nesse período, o funcionamento das *villae* necessitava dos trabalhadores para a exploração da terra e dos recursos à disposição no *fundus*. Como nos é impossível calcular a quantidade de escravos à disposição destas *villae*, temos de pensar que esses teriam funções domésticas, estando os trabalhos ligados à agricultura e à pastorícia entregues aos rendeiros. Mas não conseguimos verificar a existência de casais ou *aedificia* que servissem de habitação a esses rendeiros, apesar de termos muitas suspeitas em relação aos casos de Baltar e Perpesçoço (Santa Leocádia de Geraz do Lima).

O colapso do reino visigodo pela investida dos árabes entre 711 e 715 na Península Ibérica levou à desarticulação institucional dos territórios envolventes à zona do Douro, não se podendo falar de vazio populacional. A desarticulação originou uma reestruturação que aconteceu a partir dos inícios do século IX, mas houve certamente comunidades que não abandonaram este território, ainda que seja difícil fornecer uma cifra ou até fornecer elementos arqueológicos precisos. O único local onde isso poderia ter sido documentado, a Quinta do Paço Velho (Facha) não nos forneceu elementos seguros quanto às cronologias da ocupação ocorrida na fase III. Também não ficamos com certezas quais as motivações que subjazeram ao abandono desta estrutura, aparentemente no decurso do século VIII, mas estarão relacionadas directa ou indirectamente com o avanço das forças árabes, provocando a fuga dos habitantes da *villa*.

Na fase pré-nacional, sinónimo de desorganização e um autêntico período de trevas bem documentado na mentalidade popular portuguesa, que atribui os vestígios da antiguidade aos mouros, afinal a última baliza cronológica mental das comunidades medievais, teve no avanço das presúrias, fundamentalmente a partir dos meados do século IX, a progressiva reestruturação do povoamento, quer pelo desenvolvimento de comunidades aqui existentes. A presença dos demiurgos Estorãos (de *Asturianos*) e

Lanheses (de *Laias*, Ribadavia) parecem indiciar a presença de comunidades deslocadas daqueles centros para esta região do Lima (FERNANDES 1981a: 202-203).

As grandes linhas do desenvolvimento do assentamento populacional deste período passaram pela dispersão do povoamento pelos vales, mas com reagrupamento circunstancial das fortificações existentes, em caso de ataques quer de cristãos, quer de muçulmanos, quer de pirataria normanda, ou em fortificações construídas para o efeito. Dentre deste caso poder-se-á enquadrar o Castelo de S. Miguel (Santa Leocádia de Geraz do Lima/ Facha), que terá surgido por esta altura. Encontramos sinais de reocupação de antigos castros em S. João do Monte (Correlhã), Castelo da Formiga (Arcos S. Pedro/ Estorãos), S. Martinho (Portuzelo/ Nogueira), Monte do Galeão /Anha/ Darque) e Santo Ovídio/ Alto da Telha (Arcozelo/ Sá). A situação estratégico-defensiva destes locais aliada à existência de algumas das estruturas castrenses dos antigos povoados da Idade do Ferro, estiveram certamente na primeira linha da escolha desses pontos de refúgio para as populações locais.

Um dos elementos reordenadores da paisagem foi, certamente, o mosteiro. No caso do de S. Salvador da Torre, refundado em 1068 pelo descendente de Paio Vermudes, D. Ordonho (GUERRA 1891: 1-5; MOREIRA 1985: 77-78), agregava em seu torno uma grande quantidade de território, conforme o que se pode verificar na quantidade de *villas* a ele atribuídas (MOREIRA 1985: 88).

Não obstante, os vestígios que conhecemos para o período que vai do século VIII para o Século X são escassos.

Parece que a não ocorrência de vestígios em quantidade e em qualidade em toda esta área, facto que se pode estender à restante região do Entre-Douro-E-Minho, estará relacionada, fundamentalmente, com dois factores primordiais: a quantidade de população existente na área e as formas da sua organização e distribuição pelo espaço.

Em primeira análise é importante inferir se as invasões árabes afectaram o equilíbrio demográfico da região, devendo-se, por isso, estimar a quantidade de indivíduos que ocupavam esta área.

Um dos indicadores poderá vir da continuidade dos assentamentos em *villae*. Não conhecemos o número de habitantes dependentes daquelas estruturas, pois temos de colocar ali o *dominus* e a sua família, os escravos e os trabalhadores semi-livres e livres, isto é, os rendeiros. Conhecemos vestígios de ocupação durante o século VII nas *villae* do Paço Velho (Facha), Prazil (Facha), Passal/ Quinta da Torre (Vila Mou), Boudilhão (Moreira do Lima) e Paço (Correlhã), mas é possível adicionar o caso da

Igreja da Areosa e o da igreja de Santa Maria de Geraz do Lima. Poderemos partir deste referencial, se admitirmos que estas unidades fundiárias eram o elemento central de uma orgânica de assentamento, em que a villa funcionava como centro aglutinador de pequenos casais, subsidiários.

Lançar um número preciso para cada um destes assentamentos visigodos, se é que o foram (só temos a certeza no caso do Paço Velho da Facha), é tarefa impossível, mas se partirmos de um número médio de 35/ 45 indivíduos por *villa* (7 indivíduos em média por cada família do *dominus*, incluindo ascendentes e descendentes; 5 a 7 escravos por cada edificio do *dominus*, podendo aumentar ou reduzir consoante as posses de cada *villa*; 3 a 4 famílias de reideiros - mesmo os *fundi* mais extensos não comportariam muitas mais famílias - à razão média de 5/ 7 pessoas por cada uma², por isso entre 15/ 30 indivíduos), poderemos chegar a um número mínimo de habitantes para os 278 km² que compõem a área definida para este trabalho: entre 250 a 350 indivíduos. Esta é apenas uma suposição tendo por base ilações abstraídas dos assentamentos possíveis apontados acima, por isso este números devem ser entendidos unicamente como uma tal. Mas estes números poderão fazer sentido para os séculos VII/ VIII se atendermos ao reduzido número de necrópoles até agora conhecidas nesta área e a própria escassez de moimentos no seio delas.

Se a estimativa apontada estivesse perto da realidade, nem que fosse dobrado, poderíamos ter encontrado uma explicação para a pouca quantidade de vestígios existentes relativamente ao período dos séculos VII-VIII, apesar da riqueza dos encontrados, e explicar o decréscimo dos vestígios que transitariam para o século IX. É de supor que as diferentes investidas árabes³ e, da mesma forma, as cristãs, tenham condicionado o frágil equilíbrio demográfico desta área, mas são evidências para as quais não possuímos, à data, de prova cabal.

Deste modo, a escassez da população pode explicar a ausência de vestígios em quantidades aceitáveis para uma boa amostra, pela não produção de testemunhos suficientes para se observar o seu quotidiano. O carácter rural destas comunidades favoreceu a sua dispersão; os campos arroteados não seriam extensos e a agricultura

² Não é difícil abstrair esta situação, dado que a esperança de vida deveria ser curta e as condições biológicas e de salubridade deveriam infligir grandes danos na curva da natalidade e até fertilidade (GARCÍA MORENO 1998: 240-246).

³ Al-Maqqari, cronista árabe, referiu, a propósito da campanha de Muza de 714 e período sequente, que “*não ficou igreja que não fosse queimada, nem sino que não fosse partido*” (Cf: ÁLVAREZ 1969: 53), aludindo claramente à grande queda da curva demográfica na sequência das primeiras incursões

produzida neles não produziria muitos excedentes. O cultivo complementar-se-ia com a criação de animais, nomeadamente o gado vacum e o ovicaprino, cujos derivados seriam empregues na alimentação e no vestuário. A exploração dos recursos florestais, nomeadamente os matos e a lenha, bem como a madeira, encerraria a base económica destas comunidades cujo centro seria, muito certamente, o casal. Este era um regime de ocupação mais assente em movimentos sazonais do que numa ocupação continuada, com mais tempo para práticas artesanais, facto que reforça a ideia da não existência de vestígios arqueológicos, quer arquitectónicos, quer quotidianos.

Uma outra explicação para esta aparente falta de vestígios parece provir da intensidade do povoamento posterior nesta área. De facto, só muito recentemente se verificou a expansão do povoamento por áreas anteriormente destinadas à floresta ou ao cultivo agrícola, por se verificar um crescimento demográfico interessante contrapondo o movimento ténue durante séculos anteriores. É que os locais onde assentaram os primitivos casais, quer os de tradição goda, quer os da reorganização do povoamento subsequente à presúria, foram continuamente ocupados pela construção ou pelo cultivo.

Ora, um milénio de ocupação e agricultura intensiva, ainda que com alguma intermitência, acabaram por ocultar ou destruir os ténues vestígios desses assentamentos, daí que as referências que conhecemos são quase exclusivamente documentais. Depois concorrem os problemas apontados para a distinção toponímica e seu isolamento cabal na realidade arqueológica. A omissão dos vestígios arqueológicos também condicionou fortemente a capacidade documental da toponímia, por não existir ou reduzir a associação entre os dois termos.

No quadro onde apresentamos uma possível relação entre os vestígios arqueológicos inseridos em zonas com toponímia latina e germânica que se repete pelo nosso território (Quadro II)⁴, não ficamos com grandes certezas quanto à observação de determinados vestígios associados a determinados grupos de topónimos. Parte dos exemplos apontados permanecem indefinidos, por não ainda não terem ocorrido vestígios, outros estarão perdidos, outros são macro topónimos, facto que impede a associação de alguns vestígios aparecidos. Contudo, deve-se ressaltar uma relação

muçulmanas. Este indicador deverá ser entendido com as devidas reservas, dado tratar-se de uma fonte demasiada próxima do regime biografado e, portanto, um pouco afastada da imparcialidade.

⁴ Arrolamos estes topónimos quando se verificavam por mais de uma vez e socorremo-nos das excelentes publicações que este território dispõe quanto a este assunto: ALMEIDA CAB 1996a e b; BAPTISTA 1980a: 63-67; BAPTISTA 1980b: 91-102; BAPTISTA 1981: 91-101; BAPTISTA 1982: 295-319; BAPTISTA 1983: 115-137; BAPTISTA 1984: 219-314; BAPTISTA 1993: 137-182; BAPTISTA 2001;

interessante nos casos de Geraz, o macro topónimo que está representado em três freguesias (Santa Leocádia, Santa Maria e Moreira), onde ocorrem vestígios que vão desde a romanidade até aos fins da Alta Idade Média; os topónimos derivados de *Soegildi*, casos de S. Gil (Montaria, Nogueira, Perre), Sãomil (Fontão) e Chão de Zil (Sá), pois ocorrem vestígios com cronologia tardo-romana associados em Perre e Sá; Mende, que na freguesia da Facha apresenta vestígios tardo-romanos e possivelmente suevo-visigodos em relação com a *villa* do Prazil; Mondim (Santa Leocádia de Geraz do Lima), onde ocorre *tegula*, à semelhança do que acontece no Lugar de Mondim, Panque (Barcelos) (ALMEIDA CAB 1997a: 136-138); os macro topónimos derivados de *Sala* (Sá e Serreleis), onde se verificam vestígios de época romana e altimedieval no aro da freguesia de Sá (Alto da Telha; Chão de Zil) e apareceu um sarcófago altimedieval na envolvente à igreja de Serreleis; e o topónimo Sabariz, que na nossa área⁵ ocorre como macro topónimo na freguesia de Vila Fria, local onde é possível recolher cerâmica tardia romana e *tegula*, para além de apresentar um eremitério rupestre com uma cronologia em trono dos séculos VII-XI (REAL et alii 1982: 17-19). Destaque-se, de igual forma, a ausência quase total de vestígios, até à data, nos sítios onde o topónimo apresenta uma raiz em *ufe* (Galhufe, Guilhufe, Manufe, Manhufe, Merufe, Marufe) e os de raiz em *mundis* (Samonde e Amonde).

A retirar-se uma conclusão desta tentativa de sistematização, ela poderá sustentar-se na ideia, para já somente estatística, que os topónimos *Soegildi*, *Savarici* e *Iarazi* poderão ser conotados com o mundo suevo-visigoso, ao passo que os topónimos com raiz em *ufe* (Galhufe, Guilhufe, Manufe, Manhufe, Merufe, Marufe) e *mundis* (Samonde e Amonde), bem como os topónimos *sendinus* (Sendim) e *roderici* (Roriz), poderão corresponder a territórios reocupados durante as primeiras presúrias.

Este apontamento só terá validade se a frequência destas ocorrências se provar em áreas mais vastas, importando um cadastro mais rigoroso dos terrenos cuja toponímia terá origem latina ou germânica, bem como uma prospeção de qualidade nos referidos territórios.

O povoamento da bacia terminal do Lima entre os séculos IV e XI não se pode definir como contínuo; antes continuado. Não conhecemos nenhum assentamento que

FERNANDES 1981a: 139-207; FERNANDES; 1981b: 277-347; FERNANDES 2001; PIEL 1937; PIEL 1948

⁵ Em Carapeços (Barcelos) existe um lagar escavado na rocha no sítio de Sabariz (ALMEIDA CAB 1997a: 93-94)

tenha visto a totalidade desse período, mas é indesmentível nas áreas adjacentes à maioria dos locais arrolados apresentam vestígios de todas aquelas épocas. As condições geo-estratégicas da bacia do Lima, bem como as suas qualidades ecológicas sempre motivaram a permanência de grupos humanos neste local. Teria sido no século II/III d.C. que se tivesse iniciado um processo até hoje imparável da dispersão do povoamento, mas ele teve um grande impulso a partir do século IV (ALMEIDA CAF 1993: 193); se até ali o *habitat* concentrado ainda era procurado, fruto da organização espacial e as actividades económicas especializadas, como era o caso da mineração, gradualmente se foi diluindo, acabando por perder o estatuto de assentamento continuado durante o século VI, para só ressurgir a espaços a partir do século VIII, nitidamente por razões relacionadas com a defesa.

Por seu turno, as *villae* comportaram-se sempre como os centros da orientação do povoamento ao longo daqueles séculos, estruturando os assentamentos menores, como os casais, os *aedificia* e mesmo o *habitat* concentrado; essa tendência verificou-se até aos inícios do século VIII; o termo *villa* dos séculos posteriores acabará por coincidir numa perspectiva da circunscrição territorial ligada à grande propriedade, mas nunca com a conotação tardia romana, o conjunto de edifício do *dominus* mais os seu *fundus*.

Por fim, surgem as bases do povoamento rural moderno, as paróquias, grande parte delas estabilizadas nos finais do século XI, tal como se pode verificar no *Censual de D. Pedro* (COSTA 1959). Neste território tão rico em recursos, a dispersão foi claramente determinada pela ausência de condições para concentração do *habitat*, a pobreza das comunidades, bem patente nos escassos elementos artísticos que conseguimos arrolar conotados com esta época, prova de que as populações dos séculos X-XI ainda não haviam encontrado a estabilidade necessária para encetar o desenvolvimento que se conhece a partir do século XII, do qual o Românico será o melhor testemunho.

Tal desenvolvimento lançaria as condições para o surgimento de novas formas de *habitat* concentrado, com as comunidades agrupadas em torno das Vilas da Baixa Idade Média, a par da persistência sempre actual, da dispersão.

No final deste trabalho, as incertezas que nele colhemos são muitas e as certezas são poucas. Todavia, o nosso interesse por esta área saiu reforçado. Muitos apontamentos ficaram aqui por desenvolver, mais pela lógica de enquadramento que por falta de vontade. O aprofundar dos estudos ceramológicos relativos às épocas aqui tratadas impera, bem como o avanço de intervenções em estações arqueológicas que possam, à semelhança do Paço Velho da Facha, reforçar os conhecimentos ainda tão escassos sobre o povoamento tardio romano e altimedieval.

Ma certeza fica. Este trabalho nunca foi um ponto de chegada mas de partida, pois ele aí está para ser confirmado ou rebatido, quer sejam pelos outros, quer por nós próprios. E como na analogia que o Professor Ferreira de Almeida utilizou quando prefaciou o trabalho *Proto-História e romanização da Bacia Inferior do Lima*, de Brochado de Almeida (ALMEIDA CAB 1990: 12), fica-nos a sensação que ainda estamos agora *a matar a raposa*.

INVENTÁRIO ARQUEOLÓGICO

1. Castelo da Formiga – Arcos (S. Pedro)/ Estorãos

- Castro
- Atalaia Medieval
- Sepulturas Rupestres?
- N 41°46'28''
- E 00° 28'12''
- 388 metros

O Castelo de Formigoso, também conhecido como *Castelo da Formiga* (COSTA 1868: 183), implanta-se no esporão sudeste da Serra de Arga que recebeu o nome de Estorãos (Fig. 8.1). Este é o território onde as rochas filonianas existentes a leste da Serra de Arga (TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 33) se mesclam com a mancha de xisto envolvente à capela de Santa Justa. A presença do granito de grão médio (TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 27) na mancha xistenta originou um cone de vertentes pronunciadas onde se implantou o povoado do Ferro e a fortificação medieval. A qualidade do granito, aqui existente sob a forma de grandes batólitos, motivou a instalação de uma pedreira que esventrou parte da encosta norte do monte. O topo é aplanado e encontra-se densamente florestado por austrálias, giestas e matos, que dificultam muito a progressão para o topo, a circulação e a prospecção na coroa (Fig. 8.2).

A antiguidade da ocupação humana no local é conhecida desde há muito. A. Carvalho da Costa reportou-o como o “arruinado *Castello da Formiga*” (COSTA 1868: 183) ao passo que as *Memórias Paroquiais de 1758* aludiram a “*hum monte que se chama o Castello da Formiga*” (CARDOSO 1758: t14 fl.765). Pinho Leal chamou-lhe “*Castelo de Amorim*” (LEAL 1873: 233), ao passo que José Vieira retomou a nomeação de “*monte da Formiga*” (VIEIRA 1886: 253). De facto, a existência de uma fortificação medieval parece ser indubitável, mas existem, da mesma forma, vestígios de um povoado castrejo (ALMEIDA CAB e BAPTISTA 1981: 306) e de povoamento mais antigo, patente numa vintena de *fossetes* alinhadas num pequeno penedo.

Se às *fossetes* não podemos atribuir uma cronologia fiável, o mesmo já não acontece no que concerne aos pequenos fragmentos de cerâmica castreja que recolhemos. Foram cerca de uma dezena, caracterizando-se por pastas homogêneas micácias feitas ao torno lento, com predomínio das formas abertas. Estes fragmentos estão relacionados com uma fase da ocupação da coroa a par dos primeiros trabalhos de

fortificação do local, assente numa muralha em talude mais notável na vertente norte. As condições geográficas do sítio garantiam a inacessibilidade do local.

Estas obras defensivas antigas, aliadas ao excelente domínio estratégico do vale do Lima e do vale do rio Estorãos desde a portela de Cabração, motivaram uma ocupação medieval, visível pelas obras de fortificação, pela presença de *imbrex* e de entalhes para assentamento de traves, quer pelos minúsculos fragmentos cerâmicos de paredes finas, cozedura redutora e pastas cinzentas muito friáveis que nada têm a ver com o mundo castrejo. Estes fragmentos são tradicionalmente apontados para os séculos IX-XII.

De entre as obras defensivas verificadas salienta-se um desbaste efectuado no lado norte, à cota dos 360 metros, onde se reforçou a já íngreme vertente; depois foram rasgados entalhes na penedia que aflora na coroa, de modo a assentarem traves para o lançamento de uma estrutura do tipo torre, permitindo deste modo o reforço da capacidade de observação desta atalaia.

A existência de sepulturas cavadas na rocha antropomórficas foi reportada por Russel Cortez (CORTEZ 1948: 20) e depois por Carlos Teixeira (TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 40); Mário Barroca também as mencionou no seu trabalho sobre necrópoles medievais (BARROCA 1987a: 146) e Brochado de Almeida assinalou um exemplar na sua dissertação de Doutoramento (ALMEIDA CAB 1996a: 18). Apesar das nossas tentativas de localizar o núcleo sepulcral, falhámos nos nossos intentos, em parte devido à densa arborização e à acumulação de uma espessa manta vegetal que impossibilita a visualização de toda a superfície dos afloramentos graníticos.

Os habitantes de Estorãos assinalaram a existência deste conjunto sepulcral junto aos alicerces de uma capela dedicada a Santa Rufina, actualmente um montão de pedras, ao que parece, localizada entre o lugar de Cerquido e a capela de Santa Justa. Não conseguimos encontrar nem os vestígios da capela nem o supracitado núcleo sepulcral, porque toda essa área foi plantada com pinheiros os quais, por não terem sido mondados, acabaram por ocultar grande parte do terreno.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 164-166; ALMEIDA CAB 1996a: 17-19; ALMEIDA CAB e BAPTISTA 1981: 287-309; ARAÚJO 1991: n.º 37; AZEVEDO 1896: 256; BAPTISTA 1984: 294; BARROCA 1987a: 145; CORTEZ 1948: 15-21; COSTA 1868: 206; FIGUEIREDO 1896: 165; LEAL 1873: 233-234; PEREIRA 1907: 149; MELO 1967: 60; SILVA 1986: n.º 107; TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 40

2. Igreja – Arcos (S. Pedro)

- *Tegula*

- Sepulturas monolíticas

- N 41°45'49''

- E 00°28'45''

- 45 metros

A igreja paroquial de Arcos S. Pedro é uma construção de traça Setecentista, mas com alguns elementos arquitectónicos que denunciam um passado medieval, quer pela cachorrada estilizada, quer pela porta lateral norte com moldura bem ao estilo de Quinhentos (ALMEIDA CAB 1996a: 21).

No adro e nos campos envolventes aparece *tegula*, mas sem mais elementos que confirmem um assentamento do tipo casal ou algo mais importante. Brochado de Almeida relacionou a presença de *tegula* com enterramentos de cronologia pós-visigótica (ALMEIDA CAB 1996a: 21), já que foram encontradas duas sepulturas monolíticas, uma das quais apetrechada com tampa em estola, elementos funerários cuja cronologia está correntemente associada aos séculos X-XII (BARROCA 1987a: 241)

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1996a: 21; BARROCA 1987a: 241

3. Pentieiros – Arcos (S. Pedro)/ Estorãos

- *Tegula*

- *Cerâmica Romana*

- Casal? *Villa*?

- N 41°46'22''

- E 00°28'50''

- 40 metros

A Quinta de Pentieiros acha-se na extrema de Arcos S. Pedro com a freguesia de Estorãos; ao que parece a casa é meeira. A quinta constitui-se por uma série de edifícios de vocação agrária, centrado numa propriedade vasta de pastagens e mata, mas que recentemente foi parcialmente transformada em unidade hoteleira.

Nos terrenos próximos à Estrada Municipal 525 é possível encontrar tegula em boa quantidade, para além de alguns fragmentos de panças de cerâmica de uso doméstico de cronologia romana, bem como alguns fragmentos de *dolium*. Brochado de Almeida refere o aparecimento de pesos de tear (ALMEIDA CAB 1996a: 22).

Estaremos na presença de um casal abastado ou de uma *villa*, cujos proprietários aproveitaram os solos bem arejados e com excelente exposição solar para assim desenvolver a agricultura? Faltam-nos elementos mais concretos para uma definição mais precisa da tipologia e cronologia deste assentamento.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1996a: 22; MELO 1967: 121; SILVA 1986: n.º 108; TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 39

4. Quinta da Laje – Arcos (S. Pedro)

- *Tegula*

- N 41°45'59''

- E 00°29'01''

- 20 metros

O aparecimento de *tegula* neste local pode ser um sinal de assentamento do tipo *aedificium*, casal, *villa* ou mesmo de necrópole. A indefinição estende-se às cronologias que poderão partir dos inícios da Romanização até à Alta Idade Média.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1996a: 21

5. Sanjemondes – Arcos (S. Pedro)

- Tegula
- Sepultura Rupestre?
- N 41°46'14''
- E 00°28'49''
- 40 metros

O Lugar de Sanjemondes situa-se na extrema da freguesia de Arcos S. Pedro, entre os lugares de Paredes e da Portela e a freguesia de Estorãos, na encosta sul do Monte do Formigoso, onde se acha o Castelo da Formiga. É um local constituído por pequenas parcelas de exploração agrícola, as quais se acham dispostas em torno das habitações agrupadas entre a Estrada Municipal 525 e o monte.

Existia a referência a uma sepultura rupestre existente neste lugar, “*trapezoidal, os cantos arredondados*” (PEREIRA 1927-1929: 4-5; BRITO 1930-1931: 91; TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 40; BARROCA 1987a: 144). Deslocamo-nos ao sítio, no sentido de estudar a “*pedra do lagar*” (BRITO 1930-1931: 91), mas os habitantes não nos souberem fornecer indicações do seu paradeiro ou características mais do que aquelas que acima se expuseram. É possível que lá se encontre, disfarçada pela vegetação, ou que a construção de alguma moradia a tenha feito perder irremediavelmente. Nas nossas buscas encontramos, porém, alguns fragmentos de *tegula*, numa bouça próxima à Estrada Municipal. Como este local não se encontra muito distante da Quinta dos Pentieiros, onde parece ter existido ou um casal ou uma *villa* romana (ALMEIDA CAB 1996a: 22), não é de descartar uma relação entre aqueles dois locais.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1996a: 22; BARROCA 1987a: 144; PEREIRA 1927-1929 4-5; TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 40

6. Igreja – Areosa

- Vestígios romanos
- *Pagus* suevo
- N 41°
- E 00°

Nas imediações da igreja paroquial da Areosa, situada entre a Estrada Nacional 13 e a linha de caminho de ferro, apareceram fragmentos de mós manuais, *tegula*, *imbrex* e cerâmica comum romana de cronologia atribuível ao Baixo Império (ALMEIDA CAB 1990: 239; ALMEIDA CAB 1996b: 50). Estes vestígios encontram-se dispersos pela área do adro da igreja, passal, cemitério e pelos campos de cultivo situados para poente, na zona conhecida como Veigas e Campo Novo.

Este é o local que muitos autores sustentam ser o *pagus* suevo *Ovinea*, reportado no *Parochiale Suevorum* (DAVID 1947: 44; COSTA 1965: 23; FERNANDES 1967a: 50; 1968: 27 e 1980: 276 e 313) cuja corrupção originou o topónimo Vinha, aliás o nome primitivo da paróquia da Areosa até ao século XIV, Santa Maria da Vinha (FERNANDES 1967a: 50; FERNANDES 1968:27).

L. Figueiredo da Guerra citou um documento¹ de doação da igreja de *Vinea* por Ordonho II à Sé de Lugo em 915 “*atque condonamus per suis terminus antiquiscum omnia sua hereditate, et familiae villas et ecclesias cum villa videlicet, et ecclesia nuncupata vinea in litore maris per suis terminis*” (GUERRA 1891: 5). Mais tarde, em 1137², D. Afonso Henriques, fez carta de couto do termo da *Vinea* à Sé de Tui: “*facio Karta fir/mitatis et cauti ualitudinis d'uilla illa que dicitur uinea ecclesie Sancte marie tudensi*”, sendo bispo daquela diocese D. Pelagio (ADT Perg. 5.3).

Em fase posterior ao século XIV (FERNANDES 1967a: 50), o avanço das areias forçou certamente a alteração para um topónimo mais consentâneo com a realidade geográfica verificada então, *Areias*, *Areosa*, em detrimento do topónimo Vinha. Mas ele ainda está presente na actualidade para designar, na praia, a pequena enseada rochosa defronte da igreja, da qual dista 500 metros, o Porto da Vinha.

ALMEIDA CAB 1990: 239; ALMEIDA CAB 1996b: 50-51; ADT Perg. 5.3; COSTA 1965: 23; DAVID 1947: 44; FERNANDES 1967a: 50; FERNANDES 1968: 27; FERNANDES 1980: 276 e 313; GUERRA 1891: 2-5; LF 10-11 de 569;

¹Citação de *España Sagrada*, Tomo XL, ap. XXI, 397 (GUERRA 1891: 5)

²“*Era M.C.LXXV*” (ADT Perg. 5.3)

7. *Pias dos Eidos/ Veiga – Areosa*

- Sepulturas cavadas na rocha
- N 41°41'50''
- E 00°17'30''
- 20 metros

Abel Viana noticiou o aparecimento de sepulturas rupestres na freguesia da Areosa, bem junto ao limite com Monserrate: uma surgida em 1923 no sítio da Pia dos Eidos, onde se recolheu na mesma altura um machado de diorite (VIANA 1955: 13-14); depois havia surgido um conjunto de sepulturas idênticas não muito longe, desta vez nos terrenos da Veiga, as quais foram destruídas com a construção de uma unidade industrial (VIANA 1955: 15). A atentar no desenho apresentado por Abel Viana, tratava-se de uma sepultura de planta trapezoidal. Estes moimentos estariam relacionados com um núcleo populacional, ou de Santa Maria da Vinha ou da antiga paróquia de Figueiredo da Foz do Lima.

Bibliografia: BARROCA 1987a: 148; VIANA 1955: 13-15

8. *Igreja – Bertiaandos*

- Vestígios pré-românicos
- N 41°46'03''
- E 00°30'27''
- 18 metros

Nas obras de restauro ocorridas na igreja paroquial de Bertiaandos apareceram alguns silhares almofadados com decoração losangular (ALMEIDA CAB et alii 1992: 490), à semelhança do que se pode verificar em S. Simão da Junqueira (Mazarefes), na Igreja de Santa Maria de Geraz do Lima e na Igreja Velha da Meadela.

No interior da igreja existem duas inscrições inventariadas por Mário Barroca (BARROCA 1995:180), uma de carácter funerário³ e outra alusiva à construção do

³ “O SEPULCRO PRº S/UOS SAICPAUTU/UNMEABRIRE/EQUI ME [...]” (BARROCA 1995: 180)

templo (1145)⁴. As pedras almofadadas traduzirão reminiscências de um templo anterior ao erigido no século XII?

Bibliografia: ALMEIDA CAB et alii 1992: 490; BARROCA 1995: 180

9. Igreja – Cardielos

- Sepultura monolítica
- Sepultura cavada na rocha
- N 41°41'20''
- E 00°20'32''
- 22 metros

No adro da igreja paroquial de Cardielos existe um sarcófago monolítico de planta trapezoidal sem antropomorfismo, com “*torção axial para o lado direito*” (BARROCA 1987a: 199; ALMEIDA CAB e ABREU 1988: n.º 37). Existe também a notícia da existência de uma sepultura cavada na rocha nos afloramentos existentes a 30 metros para norte da igreja que terá sido destruída (ARAÚJO 1962: 64; BARROCA 1987a: 148; ALMEIDA CAB e ABREU 1988: n.º 36). Estes dois elementos traduzem a prática de enterramentos com cronologias situadas entre os séculos IX-XII (BARROCA 1987a; 140-141 e 180-181), facto que revela o assentamento de uma comunidade estável daquele período nesta freguesia ou sua envolvente.

Bibliografia: ALMEIDA CAB e ABREU 1988: n.º 36 e 37; ARAÚJO 1962: 64; BARROCA 1987a: 148 e 199

10. Paço – Cardielos

- Tegula
- N 41°41'19''
- E 00°20'29''
- 27 metros

⁴ “[in]ERA MC2XXXIII [...] / [CR]JESCONIO FECIT + ECCLESIA [...]” (BARROCA 1995: 180)

No Lugar do Salgueiro situa-se o sítio do Paço. Aqui existe *tegula* (ALMEIDA CAB 1996b: 56; ALMEIDA CAB e ABREU 1988: n.º 38), a qual pode indiciar a presença de assentamentos tipo *villa*, casal ou *aedificium*, ou mesmo restos de uma necrópole ou mesmo um forno. A ausência de outros indicadores de povoamento e espólio, propícios ao estabelecimento de uma cronologia mais concreta que a ampla diacronia deste tipo de vestígio, comum da Romanização à Alta Idade Média, impedem-nos uma definição quer do tipo de vestígio, quer da sua datação. É de somar a este elemento a existência nas imediações dos topónimos Breia e Padrão, ambos indicadores de vias antigas de ascendência romana (ALMEIDA CAB 1996b: 56).

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1996b: 56; ALMEIDA CAB e ABREU 1988: n.º 38

11. Igreja – Carreço

- *Tegula*

- N 41°44'57''

- E 00°16'11''

- 45 metros

No terreno adjacente ao adro da igreja paroquial de Carreço, lado norte, é possível observar uma apreciável quantidade de *tegula*. Apesar disto, não foi possível encontrar mais elementos, como a cerâmica de uso doméstico, a qual poderia ilustrar com maior precisão o tipo de assentamento aqui existente, a existência de uma necrópole ou até um enquadramento cronológico dos vestígios, pois a cronologia da *tegula* abarca os períodos correspondentes à Romanização e à Alta Idade Média.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1996b: 58

12. Montedor - Carreço

- Cerâmica Altomedieval

- Salinas

- N 41°45'01''

- E 00°15'41''

- 55 metros

Nos campos de cultivo que bordejam um caminho agrícola paralelo à Estrada Nacional 13, para poente desta, detectamos fragmentos cerâmicos de aspecto medieval que parecem estar ligados a algum casal aqui existente. O terreno, enquadrado pelas manchas de pinhal a nascente e a colina onde sita o farol de Montedor para poente, encontra-se bastante revolvido pelo cultivo. Se alguns fragmentos parecem ter um aspecto baixo-medieval, pelas formas e perfis bem definidos, outros aparentam-se com as cerâmicas ditas proto-românicas, pela sua característica friabilidade, cor acinzentada e perfis rectos. Infelizmente não conseguimos nenhum fragmento que nos fornecesse uma forma.

Concorre para uma explicação destas cerâmicas a referência ao topónimo *Oori* (Montedor) documentado no século X, figurando no testamento dos herdeiros do presor e reorganizador da Terra Vinha Paio Vermudes (GUERRA 1891: 2-5; COSTA 1981: 89; MOREIRA 1985: 90 e 104). Tratar-se-ia de um pequeno casal dependente do cultivo de algumas terras da planura periféricas, bem como da exploração dos recursos marinhos que o Atlântico fornecia, caso do peixe, mariscos, ou mesmo dos talhões salineiros de perfil medieval, aparecidos recentemente na vizinha praia da Feitosa, à semelhança dos estudados por Brochado de Almeida no litoral de Esposende (ALMEIDA CAB 1981).

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1981; ALMEIDA CAB 1996b: 62; FERNANDES 1980: 181; GUERRA 1891: 2-5; MOREIRA 1985: 90 e 104

13. Barrô - Correlhã

- *Tegula*

- N 41°44'50''

- E 00°31'24'

- 20 metros

No Lugar de Barrô é possível encontrar *tegula* (ALMEIDA CAB 1996a: 100). A omissão de outros vestígios ou elementos que poderiam precisar quer a tipologia de

assentamento, quer a sua cronologia, apesar de lá existir um topónimo Gondarém com presumível origem germânica (PIEL 1937: 156; FERNANDES 1982: 125), não nos fornecem mais ilações do que tratar-se de vestígios de um *aedificium*, de um casal ou mesmo de uma necrópole, todos elementos satélites do vizinho assentamento do Paço (ALMEIDA CAB 1996a: 95-97), com cronologias que poderão mediar o Alto Império e o mundo altimedieval.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1996a: 100; FERNANDES 1982: 125; PIEL 1937: 156

14. Eirado- Correlhã

- Castro Agrícola
- Cerâmica Romana Tardia
- N 41°44'27''
- E 00°30'59''
- 28 metros

O castro agrícola do Eirado, um característico povoado agrário comum a outros existentes na Bacia do Lima (ALMEIDA CAB et alii 1985: 281), situa-se no Lugar da Anta⁵, bem próximo da Estrada Nacional, lado Norte. Encontra-se coberto de mato, com alguns pinheiros e eucaliptos. A toda a volta acham-se campos de cultivo, excepção feita à banda sul, onde começa a proliferar a habitação e até uma pequena unidade industrial.

De reduzidas dimensões e com vertentes pronunciadas que chegam a ter 12 metros de altura do lado nordeste, este local foi certamente afeiçoado às necessidades defensivas de uma comunidade que ali se terá estabelecido à volta do câmbio da Era e com reocupação nos séculos IV-V (ALMEIDA CAB 1996a: 94). Na intervenção arqueológica realizada por uma equipa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, liderada por Brochado de Almeida, foram identificados os aspectos defensivos deste povoado, bem como os seus momentos ocupacionais, mal grado a coroa do sítio

⁵ Parece-nos possível que o topónimo Anta se deve ao acidente orográfico constituído pelo terraço fluvial onde assenta o Castro do Eirado, uma confusão entre os vestígios megalíticos que tradicionalmente receberam aquela denominação e os vestígios da antiguidade existentes neste local.

ter sido terraplenada durante modernidade e transformada em eira, alturas em que recebeu o nome de Eirado (ALMEIDA CAB et alii 1985: 287).

Este povoado apresentava um fosso actualmente entulhado e transformado em caminho nos lados poente, sul e nascente que circundava a coroa. Da escavação do fosso aproveitou-se o material para se produzir um talude, sobre o qual se construiu um muro de protecção e reforço da estrutura de terrão (ALMEIDA CAB et alii 1985: 285-286). Na sondagem da coroa identificaram-se uma camada ocupacional (nível 4 e 5) de cronologia castreja tardia (ALMEIDA CAB et alii 1985: 284-285), ao passo que no estrato superior, a camada de revolvimento de terras (nível 1), foram identificados “os produtos típicos da cerâmica comum de época romana, caso das tigelas, dos fundos mais ou menos planos e das imitações de pratos romanos, como da Goud. 36A e da Drag. 36” (ALMEIDA CAB et alii 1985: 283-284), para além de uma imitação de “*Terra Sigillata Clara D com decoração tipo A*” (ALMEIDA CAB 1996a: 94) cujas cronologias poderão ser compreendidas entre o século I d.C. e os inícios do século V.

Perante estes dados arqueológicos, é lícito considerar o castro do Eirado como um exemplo da reocupação de povoados de baixa altitude por parte das populações limítrofes quando do período de instabilidade vivido nos inícios do século V, como a existência daquelas cerâmicas parece indicar. Não sabemos é se esta reocupação tardo-romana foi momentânea ou mais prolongada.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 100-105; ALMEIDA CAB 1996: 92-95; ALMEIDA CAB e BAPTISTA 1981: 297-309; ALMEIDA CAB et alii 1985: 281-298; MELO 1967: 64; QUEIROGA 1992: n.º 353; SILVA 1986: n.º 120; VIANA 1926: 111-113; VIANA 1932: 11-24

15. Igreja – Correlhã

- Tegula
- Cerâmica romana
- Inscrição romana
- Lagar
- Sepulturas cavadas na rocha
- Vestígios pré-românicos
- Sarcófagos altimedievais

- Igreja e capela românicas
- N 41°44'36''
- E 00°31'46''
- 60 metros

No local onde a Serra da Nora se começa a diluir na planura da veiga limiana, acha-se a igreja paroquial da Correlhã, edifício com restos de arquitectura românica do século XIII, coeva da capela de Santo Abdão⁶, esta com uma função funerária (ALMEIDA CAF 1987: 110-111) (Fig. 10.1). Em torno destas duas estruturas, mais que evidente fulcro do quotidiano medieval da paróquia da Correlhã, acham-se uma série de vestígios que atestam a antiguidade do povoamento no local, como é o caso da cerâmica romana tardia, fragmentos de *tegula*, uma inscrição votiva romana, um lagar cavado na rocha, para além de vestígios pré-românicos, como são o caso das sepulturas cavadas (Fig. 9) na rocha e um fragmento de moldura e sarcófagos altimedievais.

A riqueza arqueológica aqui patenteada oferece elementos interessantes para o entendimento da evolução da ocupação humana nesta área, mas coloca, contudo, alguns problemas de articulação dos diferentes vestígios.

Da Romanização são, seguramente, a *tegula* e as cerâmicas domésticas atribuíveis ao Baixo Império, de boa cozedura e pastas semelhantes àquelas exumadas no povoado de Vilarinho da Seara, no Castro de S. João e no Paço Velho da Facha, que surgem nos campos situados a norte do caminho municipal, em frente à capela de Santo Abdão. Da mesma época parece ser o lagar, ainda que possa ser mais tardio (ALMEIDA CAB 1996a: 98).

Não é de estranhar que uma exploração agrícola se tenha estabelecido aqui durante a dominação romana (ALMEIDA CAB 1990:118-119; ALMEIDA 1996a: 99), já que o terreno é excelente para o cultivo, aliás ainda visível por ser zona de quintas e quintais produtivos. Da mesma época será o fragmento de uma inscrição votiva a servir de lajeado no adro da pequena capela de Santo Abdão que Brochado de Almeida leu: “*DEMIAN [...]?/OVIAN[...]*” (ALMEIDA CAB 1996a: 90); o levantamento por nós efectuado (Fig. 11. 2) coincide com o apresentado por aquele autor, mas preferimos uma

⁶ Santo Abdão parece atestar a grande afinidade existente entre a Correlhã e Santiago de Compostela, já que se lhe atribui, enquanto peregrino de S. Tiago, a passagem por este local: “*Santo Abdão, o homme boõ de santa vida que foi de rromaria a Santiago e entrado no reino de Portugal chegou a hum couto de aSantiago que há nome Cornelloa que jaz cabo do rio a que chamam Limia*” (Cf. ALMEIDA CAB e MATOS 1999: 10).

outra leitura (Fig. 10.1): DEANIGIS [...] / OVIAN. O significado desta inscrição parece prender-se com a oferta de um ovino (ALMEIDA CAB 1996a: 90) a uma divindade *Dea Nigis*... (?) que desconhecemos.

Estes elementos parecem evidenciar uma prolongada ocupação romana até aos séculos IV e V. A partir daqui não possuímos elementos que atestem o povoamento, pelo menos, até ao século X. É deste período, 915, a referência documental à “*villam cornelianam*”, num testemunho da doação da propriedade de Ordonho II à catedral de Santiago de Compostela (PMH DC 18⁷ e 19⁸).

Entre a capela e a igreja existe um afloramento rochoso, outrora coberto parcialmente por um coreto, mas actualmente mais visível e dignificado pelas recentes obras de beneficiação, onde se pode constatar a existência de quatro estruturas, três de enterramento cavadas na rocha (BARREIROS 1926: 23; PEREIRA 1927-29: 44; BRITO 1930-1931: 91; TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 41; BARROCA 1987a: 145-146) e uma de funcionalidade aparentemente mais duvidosa, mas que alguém já apontou ser um lagar (Fig. 10.2) (ALMEIDA CAB 1996a: 98), opinião com a qual concordamos. Uma outra situação prende-se com a informação da existência de mais sepulturas, em número que não é precisado, as quais foram encobertas por obras de nivelamento do adro ocorridas à século e meio (BARREIROS 1926: 23).

Das três sepulturas, apenas uma se encontra em bom estado de conservação (S1), não obstante algumas fissuras existentes ameacem deteriorar a sua estrutura. Tem 1,92 metros de comprimento, com 0,24 metros de largura na cabeça, 0,54 metros nos ombros (largura máxima) e 0,43 metros nos pés. A profundidade média é de 0,42 metros (Fig. 12.1).

No que concerne ao moimento que nomeamos S2, ela encontra-se fracturada sensivelmente a meio, no sentido longitudinal, acidente ocorrido muito certamente durante as obras de alargamento do adro e acesso à igreja paroquial. Contudo, apesar desta mutilação, é possível aferir o comprimento, 1,88 metros, tal como a altura média, 0,28 metros, registando-se ainda uma largura mínima de 0,48 metros. Não apresenta sinais de antropomorfismo e encontra-se orientada N-S.

⁷ PMH-DC 18 [915] “*concedimus et damus in ripa limie villam quam uocitat cornelianam cum uiculis et adiacentiis seu cunctis prestationibus quicquid ad eandem villam pertinere uidetur per omnes suos terminos antiquos in omni circuitu et in ea ecclesiam Sancti thome Apostoli*”

⁸ PMH-DC 19 [915]: “*territoro galletie secus fluium limie cum ecclesia sancti thome apostoli per omnes suos terminos antiquos in omni circuitu, et cum cunctis adiunctionibus suis et prestationibus, id est domos uel edificiis intrinsecis suis pomares vineas salta uel omnia que iuri nostro ibi manere potuerunt usque hodie, et piscarias de ipso riuo*”

Quanto à sepultura S3, ela não passa de um tentame de construção de uma sepultura, já que se notam os rastros provocados pelos utensílios empregues no desbaste do granito, traduzindo-se num primeiro aplanamento da área. Denota-se, de igual forma, a marcação que o artífice efectuou desenhando os contornos da sepultura tendo mesmo iniciado o trabalho, já que do lado poente é visível um desnível considerável em relação à zona aplanada orientado pela linha desenhada. A completar o quadro, é visível uma curva da linha interior desbastada a uma profundidade de 5 centímetros a qual mostra claros indícios que esta sepultura, a ser concluída, teria contornos antropomórficos. As medidas apuradas são de 1,81 metros de comprimento máximo por 0,52 metros de largura mínima.

O lagar é uma estrutura rectangular bem definida, com 1,73 metros de comprimento por 1,14 metros de largura. Apresenta as paredes aprumadas e tem cerca de 0,15 metros de profundidade média. Junto à parede nascente, a meio do piso, existe uma pequena concavidade de planta ovóide com 10 centímetros de fundo. Esta pequena depressão serviria para se recolher o líquido resultante da espremedura, funcionando este tanque rectangular como *lacus* de um *torcular*, com uma prensa em madeira amovível.

Uma análise à tipologia dos sepulcros, tendo em conta a sua orientação e características mais relevantes, é leva-nos a referir que existiu uma tendência clara de se aproveitar ao máximo o afloramento existente a par dos edificios religiosos. Também é importante relacionar o lagar com as sepulturas. A estrutura de vinificação será mais antiga que os moimentos, facto que explica a orientação da S1 e o alinhamento paralelo das S2 e S3, estas a utilizarem o ‘espaço vago’ do afloramento. O lagar poderá datar do Baixo Império, em clara associação com as *tegulae* e as cerâmicas existentes na quinta situada 30 metros para norte, mas poderá ser bem mais tardio.

As sepulturas poderão estar relacionadas com uma primitiva estrutura paroquial, anterior à actual, já que este edificio possui epigrafada sobre a porta norte a data 1140⁹ (BARROCA 1995: 173). Para isso concorre a existência de um fragmento de moldura que pensamos pré-românica de inspiração moçárabe, pelo tipo de gramática decorativa que apresenta, uma série de linhas orientadas a partir de dois centros, divergindo a partir

⁹ Mário Barroca leu a inscrição “*IN ERA IC2XXVIII SUA[rius] (?)*” (BARROCA 1995: 173), com a qual concordamos; mais recentemente António de Matos Reis leu ICCLXXXIII [1274] (REIS 2003: 255), mas parece-nos induzido em erro pela não interpretação da possível abreviatura de *Suaris*.

destes, simetricamente (Fig. 11.1). Este fragmento encontra-se colocado ao lado da inscrição romana apontada acima, a servir de laje do patamar de acesso à capela.

Outro facto que corroborará a existência de um templo paroquial anterior ao existente prende-se com a existência de um conjunto de sepulturas monolíticas depositadas em torno da capela de Santo Abdão. São três túmulos de planta subtrapezoidal, sem qualquer decoração e sem sinais de antropomorfismo. Além destes elementos existem duas tampas de sepultura, uma com uma cruz grega e outra com decoração em estola.

Se as sepulturas cavadas na rocha têm sido datadas dos séculos IX a XI (BARROCA 1987a: 140-141), já os sarcófagos com as características acima apontadas estão conotadas com os séculos X-XII (BARROCA 1987a: 180-181), datações contemporâneas da inscrição do portal norte da igreja paroquial da Correlhã.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990:118-119; ALMEIDA CAB 1996a: 98; ALMEIDA CAF 1987: 110-111; BARREIROS 1926: 23; BARROCA 1987a: 145-146; BARROCA 1995: 173; BRITO 1930-1931: 91; PEREIRA 1927-29: 44; PMH DC: 18 e 19
TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 41

16. Mourelo - Correlhã

- *Tegula*

- N 41°44'48"

- E 00°31'20"

- 32 metros

No Lugar de Mourelo surgiram fragmentos de *tegula* (ALMEIDA CAB 1996a: 101), mas tal como em muitos outros locais, este é o único sinal de povoamento antigo que por ali existe. Apesar da filiação latina do topónimo, de *maurelos* ou *maurus* (PIEL 1948: 104-106), não sabemos discernir outras evidências, compartimentando-se este local como possível assentamento do tipo *aedificium*, casal ou mesmo restos de uma necrópole, nem precisar a sua cronologia, já que este tipo de elemento tem uma ampla perduração pela dominação romana até bem dentro do período altomedieval. Resta referir que o forno de Pereiro (ALMEIDA CAB et alii 1992: 481) distava deste local cerca de 200 metros para norte, por isso a relação entre estes sítios não será de descartar.

17. Paço - Correlhã

- *Villa*
- Moeda de Recaredo
- N 41°45'06''
- E 00°31'20''
- 22 metros

O Lugar do Paço situa-se na extrema da freguesia da Correlhã com o Rio Lima, a norte da antiga via romana secundária que desde a Portela da Facha de dirigia para a ponte romana em Ponte de Lima (ALMEIDA CAB 1996a: 95). O local compreende um pequeno conjunto de habitações rodeadas por campos de cultivo. Numa área considerável em torno do núcleo de construções é possível encontrar grande quantidade de *tegula*, para além de outros elementos que motivaram Brochado de Almeida a considerar este local como um assentamento tipo *villa* (ALMEIDA CAB 1996a: 95). São eles a presença de um capitel toscano e uma pedra decorada com um tríscele, para além de grande quantidade de pedra facetada de construção e alguma cerâmica tardia no contexto da Romanização (ALMEIDA CAB 1996a: 95-97).

A existência de outros locais vizinhos com *tegula*, como Mourelo, Pregal, Tesido e Trevasselos, este último confinante com os terrenos do Paço, parecem estar em articulação com este local, revelando a existência de estruturas subsidiárias da *villa*, como *aedificia*, casais ou vestígios de necrópoles. No sítio da Pereira existiu um forno cerâmico (ALMEIDA CAB et alii 1992: 482), cuja primeira fase de funcionamento poderia estar ligada à produção de materiais, quer de construção quer de uso doméstico para abastecimento da *villa* (ALMEIDA CAB 1996a: 96-97), ou mesmo indicador de assentamentos por todo o *fundus* em fase posterior, mormente a altimedieval.

José Augusto Vieira publicou no seu *Minho Pittoresco* uma imagem de uma moeda de ouro de Recaredo comemorativa do III Concílio de Toledo¹⁰, que alegadamente teria sido recolhida nas imediações do Lugar do Paço em 1865 (VIEIRA 1886: 286; REIS 2003: 256). Apesar das nossas reservas por se tratar de um testemunho

¹⁰ Leitura do numisma: anverso “+RECCAREDVSREX”; reverso “TOLETOPIVS+” (VIEIRA 1886: 286).

indirecto e algo descontextualizado, não se poderá desvalorizar esta notícia, pois poderá atestar povoamento visigodo neste local em torno dos finais do século VI, inícios do século VII, pois o III Concílio de Toledo ocorreu em 589¹¹.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 119; ALMEIDA CAB 1995: 140; ALMEIDA CAB 1996a: 95-97; ALMEIDA CAB et alii 1992: 481-506; REIS 2003

18. Pereira - Correlhã

- Forno

- *Tegula*

- N 41°44'47''

- E 00°31'23''

- 30 metros

Nas traseiras do Centro Paroquial da Correlhã apareceu, durante as obras daquele equipamento, os restos de um forno de cerâmica.

A intervenção de limpeza e estudo deste forno levada a cabo por uma equipa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob direcção de Carlos Brochado de Almeida (ALMEIDA CAB et alii 1992: 481-506), descobriu uma estrutura constituída por dois elementos distintos: uma grelha, sobre a qual se achava a carga de telha *nacional* e alguns fragmentos cerâmicos, bem como os elementos da sustentação da grelha, constituídos por um conjunto de 11 pilares, feitos com tijolo e pedra grosseiramente afeiçoada, dispostos em duas fileiras assimétricas (5+6). O acesso à câmara de aquecimento era efectuado por um corredor, completamente destruído, com um simples arco em pedra encostado à grelha (ALMEIDA CAB et alii 1992: 483-486).

Em princípio, a existência de materiais na câmara de cozedura em cru, isto é, não chegaram a ser cozidos, motivado por abandono dos operadores do forno (ALMEIDA CAB 1996a: 105), dava um enquadramento cronológico que não era consentâneo com o período que nos propusemos abordar, pois pertenciam à Baixa Idade Média (séculos XIII-XIV) (ALMEIDA CAB et alii 1992: 488). No entanto, surgiram na câmara de aquecimento alguns fragmentos de *tegula* claramente reaproveitados e alguns

¹¹ ORLANDIS, José, *La Vida en España en Tiempo de los Godos*, Ed. RIALP S.A., Madrid, 1991, p. 103

fragmentos de cerâmica tardo-romana, facto que, segundo Brochado de Almeida, estará ligado ao momento da construção do forno, traduzindo uma perduração desta estrutura desde os séculos IV-V até ao século XIII (ALMEIDA CAB 1996a: 105-106) com provas de que esta estrutura industrial cozia telha e cerâmica doméstica (ALMEIDA CAB et alii 1992: 486-487).

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1995: 143; ALMEIDA CAB 1996a: 103-106; ALMEIDA CAB et alii 1992: 481-506;

19. Pregal - Correlhã

- *Tegula*
- N 41°44'43''
- E 00°31'20''
- 20 metros

Nos campos conhecidos por Pregal aparece *tegula*. A inexistência de outros vestígios, impedem-nos de tecer apontamentos quanto à especificidade de um possível assentamento do tipo *aedificium* ou casal, ou mesmo os restos de uma necrópole, mas é possível que este local esteja articulado com o *fundus* da *villa* apontada para os terrenos coincidentes com o Lugar do Paço, da mesma freguesia (ALMEIDA CAB 1996a: 95).

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1996a: 101-102

20. S. João do Monte - Correlhã

- Castro
- Cerâmica romana tardia
- N 41°44'13''
- E 00°32'04''
- 244 metros

O Castro de S. João, assim chamado por ser esta a primitiva localização da capela trasladada algures em meados do século XVII (ALMEIDA CAB 1990: 106),

acha-se num dos pontos mais setentrionais da Serra da Nó, ocupando uma elevação cónica cujo ponto mais alto tem 188 metros de cota (Fig. 13.1). Por entre os afloramentos de granito que compõem parte da elevação, divisam-se facilmente os restos de um povoado castrejo, pelos restos de estruturas, as muralhas de aparelho ciclópico e a grande quantidade de *tegula*, *imbrex* e cerâmica.

O povoado possuía duas muralhas que circundavam a coroa aplanada que funcionou como acrópole; nos lados norte e poente o sistema defensivo ainda é visível, ao passo que a nascente se encontra mais diluído na vertente, graças à existência de um caminho de apoio à exploração florestal. A sul, o lado mais acessível do povoado, foi construído um fosso actualmente transformado em caminho.

Em alguns dos penedos encontram-se vestígios da adaptação de estruturas aos batólitos, através do corte e/ou afeiçoamento da penedia, como são os buracos de poste, desbastes para colocação de pedras e até degraus de uma elementar escadaria. É possível vislumbrar, da mesma forma, um entalhe de grandes proporções de planta rectangular (0,67mx0,40mx0,20m) e que parece estar em conexão com um outro, situado cerca de 4,50 metros para sudeste, organização que nos faz lembrar a técnica de assentamento de barrotes e traves que cadastramos no castelo de S. Miguel da Facha, no castelo da Formiga (Estorãos) e no castelo de S. Martinho (Nogueira - Portuzelo). Deste modo poderemos estar na presença de uma estrutura defensiva roqueira, construída em madeira e apoiada pelas obras castrenses deixadas pelos antepassados castrejos e romanos.

Ao nível do espólio, para além da cerâmica de construção como a *tegula* e o *imbrex*, recolheram-se fragmentos cerâmicos que abarcam diferentes cronologias, desde a cerâmica castreja de boa época, a cerâmica comum romana, *dolia*, ânfora, alguns fragmentos de vidro cor verde azeite, a cerâmica paleocristã (Fig. 14.2) e uns poucos fragmentos de cerâmicas similares àquelas encontradas nos castelos roqueiros, datáveis dos séculos IX-XI (Fig. 14.1). O destaque vai para o importante tesouro monetário encontrado na acrópole em 1967, constituído por cerca de 600 numismas, dos quais só se salvaram alguns exemplares, atribuídos a Constantino (HIPÓLITO 1960-1961: 15; ALMEIDA 1990: 106).

Os habitantes do povoado explorariam os recursos minerais da serra da Nó, mas também a pastorícia e a agricultura, já que os campos situados nas proximidades, quer a poente, quer a nascente, prestavam-se a esse fim. Brochado de Almeida viu nesta tríplice exploração as razões de este povoado ainda apresentar povoamento em meados

do século IV (ALMEIDA CAB 1996: 87), mas a presença de cerâmicas aparentadas às formas e pastas tardo-romanas surgidas no Paço Velho da Facha, podem aumentar a diacronia ocupacional deste povoado para o século V d.C., ao passo que a presença de cerâmicas concernentes ao período da Reconquista e a existência de entalhes de colocação de estruturas de madeira podem indiciar uma ocupação bem mais prolongada, até ao século X-XI.

ALMEIDA CAB 1990:106-107; ALMEIDA CAB 1995: 140; ALMEIDA CAB 1996a: 86-88; ALMEIDA e BAPTISTA 1981: 287-309; HIPÓLITO 1960-1961: 15; QUEIROGA 1992: 352; REIS 1978: 36; SILVA 1986: n.º 120; TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 40; VIANA 1926: 88-90; VIANA 1932: 11-24

21. Tesido - Correlhã

- *Tegula*
- N 41°44'30''
- E 00°31'03''
- 18 metros

À semelhança dos sítios de Mourelo, Pregal e do vizinho Barrô (ALMEIDA CAB 1996a: 100-102), também no sítio de Tesido as evidências arqueológicas resumem-se à existência de *tegula*. A proximidade da hipotética *villa* do Paço (ALMEIDA CAB 1996a: 95) pode fornecer algumas hipóteses para a definição da tipologia de assentamento, restos de *aedificium* ou casal, ou até restos de uma necrópole, mas não esclarece as cronologias, pois este material tem uma ampla perduração na Romanização até à Alta Idade Média.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1995: 147; ALMEIDA CAB 1996a: 102

22. Alto do Galeão – Darque/Anha

- Castro
- Atalaia altimedieval
- N 41°40'45''

- E 00°20'15''

- 169 metros

O Alto do Galeão é uma elevação sobranceira à vila de Darque, dominando a paisagem sul da foz do rio Lima, em oposição ao monte de Santa Luzia. Com um terreno constituído por granitos de grão grosseiro ou médio a grosseiro (TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 23), cuja qualidade motivou uma grande procura deste material por toda a crista do monte, a atentar nos restos de blocos partidos e os buracos dos guilhos dos canteiros, foi este local escolhido, pelo menos a partir do mundo castrejo, como ponto de observação e controlo do trânsito marítimo e fluvial, sobre os quais desfrutava, de resto, de ampla sobrancearia.

O povoado castrejo desenrolou-se entre os três cabeços que compõem a chã do Alto do Galeão (Fig. 13. 2), mas a instalação das antenas de telecomunicações, cujas obras de implantação infligiram uma atroz destruição na parte da acrópole e encosta sul do povoado, bem como a exploração do granito em toda a área, descaracterizaram-no irremediavelmente. Possuía duas ordens de muralhas e um fosso, agora parcialmente transformado em estradão florestal (ALMEIDA CAB 1990:30).

No cabeço ocidental, onde se acham as antenas, é possível verificar-se a presença de vestígios de habitações circulares à superfície, bem como os fragmentos de *tegula* e *imbrex*, em especial na vertente norte do povoado e na acrópole, local onde foi encontrada uma quantidade apreciável de cerâmica, malgrado o terreno se encontrar muito revolvido pela extracção do granito e pelas obras de implantação das antenas, mas são fragmentos que apresentam poucos dados no que concerne às formas.

Podemos dividir as cerâmicas cadastradas em três grupos distintos: um primeiro grupo onde se enquadram as cerâmicas de pasta homogénea com grande concentração de desengordurantes micácios, de cozedura predominantemente redutora e feita a torno lento, datáveis da Idade do Ferro III; um segundo grupo engloba os materiais de cozedura oxidante e pastas homogéneas bem depuradas, feitas a torno rápido e sem decoração, que se podem atribuir à transição do Baixo Império para o reinado suevo ou até mais longe, ao mundo visigótico (Est. 14.3); e um terceiro grupo onde se inserem as cerâmicas de pasta homogénea resultante de uma boa cozedura redutora que lhes conferiu a característica cor cinzenta, de paredes alisadas e paredes muito finas, com grande concentração de desengordurante micácio e estrias muito finas a denunciar a

feitura ao torno rápido, que estão a ser compartimentadas num nicho cronológico que vai desde o século IX ao XI.

Quanto à ocorrência de cerâmica de importação, neste caso específico, a ânfora, salienta-se a semelhança com os exemplares que cadastramos na citânia de Roques, quer ao nível das pastas dos bojos quer pela degradação das superfícies, e a presença de uma camada de pez muito fragmentada.

Se o grupo I está perfeitamente ligado ao castro ali existente, as cerâmicas do grupo II explicam-se pela importância deste acidente geográfico como ponto de controlo da foz do Lima durante o mundo romano e na fase da dominação germânica. As cerâmicas mais tardias vêm apoiar as referências documentais ao *monte arculo* (LF 288, 290 e 304; ALMEIDA CAF 1978b: 29; ALMEIDA CAB 1996b: 85) ou a existência de uma pequena atalaia roqueira de controlo e defesa à zona salineira de Darque (ALMEIDA CAF 1978b: 29) durante o movimento de presúria.

No cabeço que existe a nascente do local onde se acham todos estes vestígios, existem restos de uma estrutura ovóide, com cerca de 4 metros de maior comprimento que, a avaliar pela tosca técnica de construção e a sua planta irregular, não parece ser os restos de uma habitação castreja, antes os restos de uma pequena torre de vigia. A aferição da cronologia é difícil, mas não nos repugna a ideia de ser um posto de apoio à atalaia medieval, já que neste ponto se poderia complementar o controle de tráfego para todo o vale do Lima até ao monte de Geraz, bem como as antigas vias romanas secundárias, subsidiárias da *per loca marítima* que cruzavam este espaço, quer em ambas as margens do Lima, quer junto à linha costeira (ALMEIDA CAF 1968: 38; ALMEIDA CAB 1990: 252-255).

Bibliografia: ABREU e ALMEIDA 1988: n.º 53; ALMEIDA CAB 1990: 30-31; ALMEIDA CAB 1996b: 83-85; ALMEIDA CAF 1968: 38; ALMEIDA CAF 1978: 29; COSTA 1978: n.º 288, 290 e 304; TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 23

23. Quinta do Carteador – Darque

- Tegula

- N 41°40'48''

- E 00°20'50''

- 70 metros

Na Quinta do Carteado surgem fragmentos de *tegulae* que à primeira vista parecem, pela quantidade, pertencer a restos de um modesto casal implantado na encosta nascente do Monte do Galeão. Mas como não encontramos outros elementos que provem esta tipologia de assentamento, há que assumir a possibilidade de se tratarem de restos de uma necrópole, de um *aedificium* ou de um casal. Quanto às cronologias, a questão é igualmente dúbia, pois não sabemos se pertencem à Romanização ou ao período da Alta Idade Média.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 31; ALMEIDA CAB 1996b: 85; ALMEIDA CAB e ABREU 1988: n.º 55

24. S. Lourenço - Darque

- Vestígios Romanos

- *Fanum?*

- N 41°41'47''

- E 00°18'26''

- 3 metros

A jusante da ponte velha de Viana, na freguesia de Darque, encontra-se uma pequena ermida dedicada a S. Lourenço, protegida do caudal do rio e do avanço das marés por um paredão de silharia regular. A capela em si é uma estrutura alterada por obras ocorridas em meados do século XX, se bem que a mesma parece ser fruto de uma reformulação havida nos inícios do século XIX. Pela sua localização, quase fundada no rio Lima e, conseqüentemente, voltada aos avanços e recuos das marés e da acção das cheias, está praticamente abandonada.

No convento de S. Domingos de Viana do Castelo encontram-se depositados algumas peças recolhidas, alegadamente, nas imediações desta capela. De entre os materiais, onde pontua a *tegula*, fustes e pedras almofadadas, destaca-se a presença de uma ara anepígrafa com cerca de 0,50 metros de altura (ABREU e ALMEIDA 1988 n.º 54; MOREIRA 1982: 68; ALMEIDA CAB 1990: 30; ALMEIDA CAB 1996b: 82). O seu razoável estado de conservação permite verificar a existência do *foculus* arredondado e de um quadro decorativo assente num toro e canelura. O campo epigráfico foi moldurado, mas não recebeu qualquer inscrição. Brochado de Almeida

considerou a hipótese de estes vestígios provirem de um *fanum* de culto ao rio ou às águas, pela ligação que este local teria a uma via romana secundária. Pelos elementos de que dispomos não o podemos precisar ou refutar.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 30; ALMEIDA CAB 1996b: 82; DIAS 1982; ALMEIDA CAB e ABREU 1988: n.º 54; MOREIRA 1982: 68

25. Igreja – Deão

- Tegula
- Cerâmica tardo-romana
- Vestígios Pré-românicos
- N 41°42'20''
- E 00°42'20''
- 10 metros

A igreja paroquial de Deão situa-se junto à estrada Nacional 203 que liga Darque a Ponte de Lima, no limite entre os terrenos que descem desde a encosta e o início da planície de aluvião recente da veiga limiana. Os terrenos, próximos de água e de excelente exposição solar, são muito favoráveis à prática da agricultura, aliás bem patente pela utilização da maior parte da área envolvente ao adro paroquial para o cultivo de milho, batata e produtos hortícolas. Em torno da igreja construíram-se meia dúzia de moradias, onde podemos incluir a residência paroquial, bem como um equipamento social vocacionado para a solidariedade social da responsabilidade da paróquia.

Este movimento de urbanização descaracterizou a área da igreja, templo de traça rectangular do século XVIII, mas com sinais claros de restos arquitectónicos pertencentes a outras épocas, tal como as pedras almofadadas à maneira romana¹² (ALMEIDA CAB 1990: 36-38), o portal Quinhentista e as paredes com um aparelho tosco, quase caótico, onde pontuam silhares de grande dimensão a par de outras peças de menores dimensão, a lembrar muito a alvenaria de cronologia pré-românica, com

¹² É possível, segundo o Professor Brochado de Almeida, que estas pedras almofadadas existentes na igreja paroquial de Deão tenham uma cronologia mais avançada, mormente do século XVII. Agradecemos ao Professor Brochado de Almeida esta informação.

alguns silhares em U e algumas rolhas. A apoiar estes elementos surgem os dois sarcófagos depositados no quintal da residência paroquial, sem decoração e não antropomórficos.

Associados às pedras almofadadas visíveis no interior da igreja estarão, certamente, as *tegulae* visíveis nos muros e nas testeiras dos campos, bem como os fragmentos cerâmicos tardo-romanos encontrados por Brochado de Almeida: “*para aí apontam as pastas acastanhadas e acinzentadas e os acabamentos a denotarem imperfeição (...) as carenadas e as taças de maior ou menor diâmetro de abas largas levemente descaídas para o exterior*” (ALMEIDA CAB 1996b: 91-92).

Na área onde actualmente se implanta a igreja de Deão é possível, portanto, distinguir vestígios de dois momentos de ocupação: um assentamento tardo-romano, do tipo casal ou mesmo uma pequena *villa*, de cronologia tardo-romana ou mesmo sueva, para além da igreja que apresenta alguns sinais pré-românicos, quer nos paramentos do tipo *blocaje*, quer na existência de vestígios de enterramento com cronologias tradicionalmente apontadas entre os séculos IX e XII (BARROCA 1987a: 180-181).

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 36-38; ALMEIDA CAB 1996b: 91-92; ALMEIDA CAB e ABREU 1988: n.º 59

26. Aldeia - Deocriste

- *Tegula*

- N 41°42'20''

- E 00°26'50''

- 45 metros

No Lugar da Aldeia aparece *tegula* (ALMEIDA CAB 1996b: 94), sinal que pode ser entendido como vestígios de assentamento, quer *aedificium*, quer casal, assim como o vestígio da presença de uma necrópole. A ausência de outros elementos não nos permite a distinção exacta da tipologia dos vestígios, muito menos das suas cronologias.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1996b: 94

27. Igreja – Deocriste

- Tegula
- Necrópole
- N 41°41'28"
- E 00°26'05"
- 48 metros

Brochado de Almeida referiu que a existência de *tegula* em torno da igreja paroquial de Deocriste se devia à existência de uma necrópole (ALMEIDA CAB 1996b: 94). É possível que assim seja, mas é conveniente referir que a existência de *tegula* poderá traduzir vestígios de assentamentos domésticos próprios do povoamento romano disperso romano ou mesmo altimedieval, como é o caso dos *aedificia*, os casais ou mesmo as *villae*, ainda que não tenha, surgido mais elementos que possam definir o tipo de vestígios e a sua cronologia.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 240; ALMEIDA CAB 1996b: 94; ALMEIDA CAB e ABREU 1988: n.º 60

28. Bouça do Crasto – Estorãos

- Castro
- Ocupação Romana
- N 41°47'24"
- E 00° 29'12"
- 33 metros

No Lugar da Pedreira, entre a estrada que liga o centro da freguesia aos distantes lugares de Mãos e Cerquido e o rio Estorãos, acha-se a Bouça do Crasto ou Alto do Crasto, como também é conhecido. É um cabeço de razoáveis proporções, de forma cónica, com vertentes pronunciadas na vertente norte, onde ainda subsiste a bouça de pinheiros e eucaliptos, ao passo que para as bandas nascente e poente apresenta um pendor mais suave, onde se sorribaram socalcos destinados ao plantio de castanheiros. A descaracterização que terá sofrido com a expansão do lavradio por arroteamentos e pela abertura da estrada que liga a ponte Quinhentista de Estorãos à estrada do

Cerquido, levou Brochado de Almeida a considerar que “*a superfície do velho castro é, na actualidade, francamente deprimente*” (ALMEIDA CAB 1996a: 109).

Foi aqui que, em finais dos anos 40, o Professor Martins efectuou uma sondagem onde se cadastram estruturas angulares e fragmentos cerâmicos, os quais resultados foram evidenciados por Russel Cortez (CORTEZ 1948). A sondagem, ocorrida na vertente meridional do povoado, denunciou estruturas habitacionais de planta angular bem como um forno, provavelmente doméstico (ALMEIDA CAB 1996a: 109). De igual forma, exumaram-se cerâmicas castrejas, cerâmica comum romana, *Terra Sigillata Clara*, pesos de tear e mós manuais (CORTEZ 1948: 16-20), espólio actualmente depositado no Museu de Antropologia Doutor Mendes Correia.

Exceptuando um ténue talude na vertente norte, este castro não apresenta mais vestígios do seu sistema defensivo, mas os mesmos poderão ter desaparecido pelo cultivo secular. Brochado de Almeida apontou a existência de duas linhas de muralha e um fosso (ALMEIDA CAB 1996a: 109), associando este povoado às minas de Casais, dada a curta distância que separa estes dois sítios, para além de evidenciar uma forte propensão dos seus habitantes para a exploração agrícola dos bons solos que envolvem o local (ALMEIDA CAB 1996a: 110).

Quanto à cronologia, é lícito situar-se o início da ocupação à volta do câmbio da Era, se bem que as estruturas angulares aparecidas façam expandir o âmbito cronológico deste povoado para os séculos IV-V d.C., conjuntamente com alguns fragmentos de cerâmica comum romana tardia ou mesmo da transição para o reino suevo.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 167-169; ALMEIDA CAB 1996a: 109-110; ALMEIDA e BAPTISTA 1981: 287-309; CORTEZ 1948: 15-21; QUIROGA 1992: n.º 356; SILVA 1986: n.º 109; VIANA 1932: 11-24

29. Socrasto - Estorãos

- *Tegula*

- N 41°48'10''

- E 00°30'38''

- 370 metros

No Lugar do Cerquido, numa suave vertente denominada Socrasto, apareceram *tegulae* (ALMEIDA CAB 1990: 176; ALMEIDA CAB 1996a: 110), facto que, se não estão ligadas ao topónimo, podem muito bem ser o testemunho de assentamento do tipo *aedificium* ou casal. Também não será de desconsiderar a hipótese de se tratar de vestígios de uma necrópole. Quanto à definição das cronologias, essa questão é mais complexa, dada a ausência de outros materiais que sustentem uma compartimentação dentro da Romanização ou até da Alta Idade Média, já que o emprego da *tegula* abarca esses períodos.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 176; ALMEIDA CAB 1996a: 110-111

30. Castelo de S. Miguel – Facha/ Geraz do Lima (Santa Leocádia)

- Castelo Medieval

- 41°42'12''

- 00°29'22''

- 440 metros

Na encosta do Monte de Geraz, na divisória entre as freguesias de Santa Leocádia de Geraz do Lima e a Facha, encontra-se implantado num cabeço cónico (Fig. 15.1) e de vertentes íngremes o Castelo de S. Miguel da Facha (ALMEIDA CAF 1978b: 33 e 40; ALMEIDA CAB e BAPTISTA 1981: 306; ALMEIDA CAF 1986b: 157).

O local é excelente em termos estratégicos, pois dali se pode observar com qualidade o trânsito fluvial no Lima, mas também o terrestre pelas suas margens, e da Portela da Facha até à Correlhã. Estes percursos terrestres decalçariam os traçados medievais de tradição romana, especialmente o que ligava a Portela da Facha até à ponte romana sobre Lima, desde o vale do Neiva (ALMEIDA CAB 2003: 340).

A primeira notícia documental que conhecemos referente a este castelo data de 1131 e refere-se à posição de dois campos doados por Marinha Sesnandes à Sé de Braga: “*ad radicem sancti micahelis de laurdelo duos casaes quos marina sesnandiz testatur ad sanctam mariam de bracara pro anima sua*” (LF 491). Já então havia uma ligação de S. Miguel a este castelo, devendo ter existido aqui uma ermida dedicada ao Arcanjo, facto aliás frequente, pois tratava-se de uma invocação ao “*chefe das milicias celestes*” (ALMEIDA CAF 1978b: 49) e com outro exemplo bem perto deste local,

nomeadamente no Monte de Santo Ovídio, antigamente S. Miguel de Aurega¹³ (ALMEIDA CAB 1996a: 24).

Na depressão existente entre o cabeço onde se implantou o castelo e a vertente do Monte de Geraz aparece muito *imbrex* que poderá estar relacionado com restos de habitações, até porque aquele local e sua envolvente é conhecida por Chã do Castelo. Mas também pode ser o testemunho de uma ermida a S. Miguel que aparentemente existia por ali, como se pode inferir das Inquirições de 1220 e 1258. Em 1220, os rendeiros dos casais do Rei teriam de contribuir com dois soldos e meio para a festa de S. João, mas se não quisessem, teriam de pagar três soldos e um frango para a festa de S. Miguel¹⁴ (PMH *Inquis.*, p. 48). As Inquirições de 1258 aludiram à presença de três ermidas em terras realengas, caso de S. Cipriano, Santo Adrião e S. Miguel do Castelo¹⁵ (PMH *Inquis.*, p. 342).

O castelo achava-se no topo do cabeço (Fig. 15.2), ocupando a plataforma natural do cimo mas estendendo-se para o socalco existente na vertente poente. Ali existe uma grande concentração de pedra miúda e foi lá que o Professor Ferreira de Almeida descobriu uma aduela “*típica de arco moçárabe*”¹⁶ (ALMEIDA CAF 1986b: 157), cuja classificação, segundo o investigador, se depreende pela “*existência de um arco ultrapassado, com o seu intradorso acompanhado de moldura diédrica em negativo*” (ALMEIDA CAF 1986b: 157). Esta aduela pertenceria, segundo o mesmo autor, à porta de uma cerca (ALMEIDA CAF 1986b: 157) a qual deveria proteger o acesso ao cimo onde deveria estar uma estrutura construída com pedra, ainda que não seja de todo descabido considerar a hipótese de ali ter funcionado uma estrutura em madeira, à semelhança do que deveria ter acontecido no Castelo de S. Martinho (Nogueira/ Portuzelo). É que no cimo existem três entalhes bem delineados, dois dos quais perfeitamente legíveis e que não nos deixam dúvidas terem sido lavrados para assentamento de traves, certamente a armação de alguma torre de madeira para aumentar o campo de vigilância ou mesmo, uma estrutura em paliçada (Fig. 16.1 e 2).

¹³ “*ecclesiam sancti Michaelis de Aurega in Ripa Limie*” (PMH-DR, I, n.º 70)

¹⁴ “*habet ibi dominus Rex viiij casalia, et dant inde terciam panis, et dant pro directuris ij ij solidus et medium pro porco pro festo sancti johannis, et si non acceperint eis illos dabunt pro festo sancti michaelis iij iij solidos et singulos frangaos*” (PMH *Inquis.*, p. 48)

¹⁵ “*dixerunt que in esta collatione ha iij ermidas que seen in herdades regaengas, scilicet, sanctus ciprianus de monte, et sanctus adrianus, et sanctus michael do castello*” (PMH *Inquis.*, p. 342)

¹⁶ O Professor Ferreira de Almeida considerou tratar-se, inicialmente, de um elemento gótico (ALMEIDA CAF 1978b: 52).

Ao nível do material cerâmico e tirando o *imbrex* que abunda no topo tal como na Chã do Castelo, pode-se dizer que é quase nulo, a não ser pelos três pequenos fragmentos que recolhemos por entre o mato e o fraguado. São restos de cerâmicas com pasta friável e muito arenosa, de cor cinzenta clara, de paredes finas muito friáveis. Parecem-nos algo distantes das peças evidenciadas pelo Professor Ferreira de Almeida em 1978, em complemento de uma sondagem feita no castelo reveladora de dois níveis estratigráficos com espólio (ALMEIDA CAF 1978b: 53), a não ser dois bordos quase verticais ALMEIDA CAF 1978b: Est VIII. 4 e 5); todos os outros parecem pertencer a formas medievais mais tardias, entre os séculos XII e XIII, principalmente os bordos bem delineados e com ressaltos para receber testo (ALMEIDA CAF 1978b: Est. 6 e 9), tal como a asa bilobada decorada com incisões em espinha (ALMEIDA CAF 1978b: Est. 3).

Em jeito de conclusão, pode-se dizer que existem fortes inícios que este castelo teria uma ocupação temporária desde os séculos X-XI, se não fosse mais cedo e com ocupação continuada a partir de finais do século XI, alturas em que passou certamente a ter grande importância geo-estratégica e política (ALMEIDA CAF 1986b: 157).

Bibliografia: ALMEIDA CAB e BAPTISTA 1981: 306; ALMEIDA CAF 1978b: 49 e 53; ALMEIDA CAF 1986b: 157

31. Bouça da Gateira – Facha

- Necrópole
- N 41°43'18''
- E 00°29'24''
- 115 metros

Na Bouça da Gateira, propriedade arborizada situada a cerca de 100 metros para norte da Quinta do Paço Velho, apareceu uma necrópole em 1974 (BAPTISTA 1974). Esta necrópole contava dez enterramentos, mas as soluções tipológicas das sepulturas não foram empregues de forma homogénea. Três das sepulturas foram feitas com *tegula* estilo capela, com fundo e paredes convergentes a formar um telhado, duas foram construídas com recurso a pedras que organizaram a caixa de inumação e as restantes cinco foram abertas directamente no saibro (ALMEIDA CAB 1996a: 331).

O espólio que acompanhava as sepulturas era escasso. Para além de um conjunto de pregos e de cantos de ferro, que nos indicam a aplicação de caixas de madeira no enterramento, só apareceu um copo, de paredes bem vincadas e pasta de cor cinzenta (ALMEIDA CAB 1996:331), consentâneo com os fabricos do século VII-VIII.

Mais que um indicador da pobreza das populações aqui inumadas, temos de inferir o avanço das práticas sepulcrais cristãs, as quais privilegiaram enterramentos dissociados do espólio. No entanto, há que distinguir a presença do copo do século VII-VIII numa das sepulturas em capela, talvez associado a práticas arianas introduzidas por suevos ou visigodos, facto que poderá contribuir, não só para a definição de uma cronologia para este tipo de enterramentos, mas também as provas de uma maior amplitude diacrónica para o emprego da *tegula*.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 72-77; ALMEIDA CAB 1996a: 330-334; ALMEIDA CAF et alii 1981: 6; BAPTISTA 1974; REIS 1978: 43

32. Cividade – Facha

- *Tegula*

- Cerâmica romana

- Casal romano

- Paróquia de Santo Adrião de Boco

- N 41°42'10''

- E 00°30'30''

- 90 metros

Os terrenos conhecidos por Cividade situam-se na orla da antiga via romana secundária apontada por Brochado de Almeida no fundo da encosta ocidental do Monte da Nó, desde a Portela da Facha até à Correlhã (ALMEIDA CAB 1990: 253). Em torno da Cividade, num raio de 800 metros, acham-se locais onde aparece *tegula*: Frei, Forno, Juncal, Lourinho, Maria Velha, Pedra e Sopena (ALMEIDA CAB 1990: 71). Exceptuando este último local, todos os outros se acham a menos de 200 metros da antiga via.

A colocação da Cividade como centro destes vestígios não é meramente formal, pois a hierarquia destes vestígios de assentamento, ou de alguma necrópole, parece ser

defensível, tratando-se de um casal romano com alguma grandeza, com alguns *aedificia* e estruturas de apoio à exploração agrícola no seu entorno. Na Maria Velha foi encontrado um peso de tear (ALMEIDA CAB 1996a: 139) e da Pedra parece ter vindo o capitel que se acha numa casa no Lugar do Soalheiro (ALMEIDA CAB 1996a:141-142).

A hipótese da presença de um casal neste local ganha mais consistência se o relacionar-mos como subsidiário da *villa* existente no Prazil, distante 1500 metros. Assim teríamos um casal dependente do Prazil que explorava os recursos da metade sul do *fundus* daquela *villa*. Os demais locais onde surge a *tegula* poderão estar ligados a *aedificia* ou aos restos arquitectónicos das estruturas que compunham o casal. Este assentamento terá persistido através das centúrias posteriores e terá culminado na criação da paróquia de Santo Adrião de Boco.

Este é um outro elemento relativo ao povoamento altomedieval no vale da Facha. Existia nas imediações deste lugar a sede da paróquia do século XI "Baloco" (COSTA 1959b:143). Na vertente poente da Serra da Nó, junto à antiga via romana secundária e por cima dos campos da Cidade, persiste o topónimo Boco e até Santo Adrião, este ao lado da Fonte da igreja. São indicadores que devem ser levados em conta numa eventual definição da localização física da paróquia de Boco, extinta entre 1220 e 1258¹⁷;

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 71; ALMEIDA CAB 1996a: 141-142; ALMEIDA CAF et alii 1981: 9-10; COSTA 1959b: 143

33. Fojo – Facha

- N 41°43'00''

- E 00°29'00''

- 130 metros

- *Tegula*

- Lagares

¹⁷ Nas Inquirições de 1220 aparece como "Sancto Adriano de Baoco" inserida na Terra de Ponte (PMH-Inquir., p. 47), ao passo que a paróquia de "Sancto Michaele de Fascha" pertencia à "Terra de Sancto Stephano de Ripa de Limia" (PMH-Inquis., p. 48). Nas Inquirições de 1258 já só aparece a referência a "Sancti Michaelis de Fascha", mas com a menção à ermida de "sanctus adrianus" (PMH-Inquis., p. 342), o que baliza a extinção da paróquia de Boco (1220-1258).

No sítio do Fojo, situado a poente da freguesia da Facha, para Ocidente de Gondim e a norte do Monte do Castelo, aparece *tegula* e alguma cerâmica de cronologia tardia no contexto da Romanização (ALMEIDA CAB 1996a: 136). Poderá ser o sinal de um *aedificium* ou mesmo de um pequeno casal existente dentro do hipotético *fundus* da *villa* da Quinta do Paço Velho, já que as cronologias aparentadas pelas cerâmicas são coincidentes, isto é, entre o século V e VI.

Mais difícil de enquadrar é a datação dos dois lagares cavados na rocha publicados por Brochado de Almeida (ALMEIDA CAB 1990: 72-78; ALMEIDA CAB 1996a: 13-137), mas é admissível que se tenham lavrado durante a dominação romana e depois sucessivamente reutilizados ao longo dos tempos até bem próximo da actualidade.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 72-78; ALMEIDA CAB 1996a: 136-137; ALMEIDA CAF et alii 1981: 6

34. Igreja – Facha

- Sarcófagos monolíticos
- N 41°43'15''
- E 00°31'00''
- 90 metros

Na igreja paroquial da Facha acha-se um sarcófago monolítico, de planta rectangular e sem antropomorfismo. Nos topos apresenta cruces gregas (BARROCA 1987a: 198). Segundo Mário Barroca, quando este foi descoberto, haviam aparecido mais dois exemplares, mas foram ambos destruídos. Não apresentavam sinais de antropomorfismo ou decoração (BARROCA 1987a: 198).

Estes elementos têm uma cronologia que ronda os séculos X-XI (BARROCA 1987a: 181), o que vem acrescentar mais dados ao povoamento em torno da paróquia da Facha, já citada no *Censual de D. Pedro* dos finais do século XI como "*Sancto Micahelle de Laurdelo*" (COSTA 1959b: 143).

Bibliografia: BARROCA 1987a: 182 e 198

35. Prazil – Facha

- Assentamento castrejo
- *Villa*
- N 41°43'10''
- E 00°30'30''
- 60metros

O sítio do Prazil acha-se quase no centro do vale da Facha, a meia distância entre o Rio Tinto (a poente) e a Estrada Nacional (a nascente). O terreno tem uma ocupação maioritariamente agrícola, com algumas pequenas bouças de mato e pinheiros, mas já se pode registar o avanço da construção. De resto, a escavação de alicerces para a construção de uma moradia trouxe à superfície vestígios de ocupação castreja tardia (ALMEIDA CAB 1996a: 129-130).

A excelente qualidade do local, mormente a sua propensão para a agricultura esteve na base do desenvolvimento deste assentamento, certamente com as mesmas características da casa castreja aparecida do outro lado do Rio Tinto, na Quinta do Paço (ALMEIDA CAB e LEAL 1988: 11), para um edifício mais ao estilo romano, com alguns edifícios de apoio à exploração do local e mesmo a instalação de algum casal de reprodutores nas imediações.

Do edifício cabeça da *villa* não se conhecem provas cabais da sua existência ou da sua localização, mas se juntarmos os dois capiteis encontrados em Tiandes, as grandes quantidades de *tegula* e *imbrex* em torno do Prazil, como Mangas, Jorge, Tiandes, Telheiros e Mende, a existência de pedra de construção e de uma *tegula* óculo (ALMEIDA CAB 1996a: 129-130), compõem-se um quadro que concorre para a definição das proporções e características de uma construção bem dimensionada mais aproximada à *villa* que aos assentamentos mais reduzidos, como são os *aedificia* ou os casais. As cerâmicas de uso comum romano, alguma delas tardias (ALMEIDA CAB 1996a: 130), os pesos de tear e os fragmentos de *dolia* falam-nos da vivência quotidiana no local.

Para além dos sítios acima referidos que apresentam uma relação próxima com o Prazil, como Mende, Tiandes, Mangas, Telheiros e Jorge, existem para sul mais vestígios que nos podem afiançar uma relação com o hipotético *fundus* desta *villa*: é o

caso dos terrenos em torno do sítio da Cidade, onde aparece muita *tegula*, o que parece indiciar a presença de um casal subsidiário.

De qualquer das formas, temos indicadores bastantes para se definir um assentamento muito interessante no quadro da evolução dos edifício de origem castreja para construções à maneira romana, desde o Século I d.C até ao século V, mas com grandes hipóteses de alargamento destas cronologias para os séculos posteriores, neste caso presença das cerâmicas penteadas parecem indicar e dos topónimos Prazil (de *Placidi*), Mende (*Menendus*) e Tiandes (de *Teonandus*), de ascendência germânica (ALMEIDA CAB 1996a: 130-132).

A existência de uma outra grande propriedade no mesmo vale que o Prazil, isto é, a Quinta do Paço Velho, leva-nos a equacionar os limites entre os *fundi* das duas propriedades. Como ambos os locais eram atravessados por troços de via romana secundária (ALMEIDA CAB 1996a: 129), a divisão deveria ser feita pelo curso do Rio Tinto, barreira natural equidistante entre as duas explorações, desenvolvendo-se os respectivos *fundi* mais em largura que em comprimento, ainda que seja difícil definir os limites orientais no caso do *fundus* do Prazil, ou ocidentais, no caso do Paço Velho. É possível que fossem respectivamente os cumes dos montes na Nó e do Castelo.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 68-71; ALMEIDA CAB 1996a: 129-132

36. Quinta do Paço - Facha

- Casa Castreja
- Forno cerâmico
- Necrópole
- N 41°43'00''
- E 00°29'35''
- 70 metros

A Quinta do Paço situa-se na Meia de Baixo da freguesia da Facha. Tal como a tradicional casa agrária limiana, situa-se junto à via de circulação, voltada para o caminho, com a propriedade a estender-se para trás, apresentando um belo edifício, ao que parece “*com resquícios arquitectónicos que remontam ao século XIV*” (ALMEIDA CAB 1996a: 119).

A abertura de valas para o plantio de vinha expôs uma série de elementos arqueológicos de relevante interesse, como é o caso de uma habitação castreja isolada, um forno cerâmico e uma necrópole (ALMEIDA CAB 1996a: 120).

A casa castreja, afastava-se, mais pela sua localização incaracterística do que pela morfologia, dos modelos de povoamento castrejo do câmbio da Era; não é natural a existência de uma casa de planta redonda numa encosta desguarnecida de obras de fortificação, mas Brochado de Almeida valorizou esta “marginalidade” como a génese da futura *villa* do que se instalou no Paço Velho, afinal distante dali apenas duas centenas de metros (ALMEIDA CAB 1996a: 120). O espólio recolhido durante a intervenção arqueológica ali realizada datou aquela estrutura como pertencente ao século I d.C. (ALMEIDA CAB e LEAL 1988: 11).

O forno, considerado pelos responsáveis pelo seu estudo como parte integrante do *fundus* da Quinta do Paço Velho, até pela similitude entre os materiais cerâmicos, quer de uso doméstico encontrados em ambos os sítios (ALMEIDA 1990: 68; ALMEIDA CAB 1996a: 121), estava muito destruído pela acção das retro-escavadoras. Mantinha, contudo, o suporte da grelha, constituído por seis arcos (apenas um estava intacto, com 27 tijolos) e o corredor de acesso formado por blocos graníticos de dimensão considerável (ALMEIDA CAB 1996a: 121). A cronologia, tal como os materiais exumados no interior e envolventes, parece apontar para os séculos IV-V. Todavia é difícil definir um uso em época anterior ou mesmo posterior.

Segundo Brochado de Almeida, a necrópole de quatro covachos abertos no saibro exumados nas imediações do forno pertence aos oleiros operários do forno (ALMEIDA CAB 1996a: 122). Os cadáveres foram colocados directamente sobre o fundo das covas e não se tiveram maiores cuidados da inumação que a colocação de alguns recipientes cerâmicos, a maior parte copos e taças, estas últimas responsáveis pela precisão da cronologia dos enterramentos, em especial uma “*taça de aba horizontal, muito próxima à forma 70 de Hayes*” (ALMEIDA CAB 1996a: 122), o que traduz uma datação entre os meados do século IV e os meados do século V.

A relação entre estes dois últimos elementos, o forno e a necrópole, com a *villa* do Paço Velho, quer a nível cronológico, quer a nível funcional, em que os primeiros dependem da segunda, parece comprovada, alicerçando os dados sobre a implantação deste tipo de estruturas industriais no *fundus* da *villa*, situação semelhante à verificada no caso do forno de Pereira na Correlhã e a sua posição próxima à *villa* do Paço na mesma freguesia. Numa última análise, tal como considerou Brochado de Almeida, até

poderá fornecer elementos mais concretos sobre a forma de organização económica dos trabalhadores ou rendeiros dependentes do *dominus* da *villa* (ALMEIDA CAB 1996a: 125).

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 58-68; ALMEIDA CAB 1996a: 119-125; ALMEIDA CAB e LEAL 1988: 9-28

37. Quinta do Paço Velho- Facha

- *Villa* tardo-romana
- *Villa sueva-visigoda*
- Assentamento pré-românico
- N 41°42'50''
- E 00°29'27''
- 110 metros

A Quinta do Paço Velho situa-se na meia vertente sobre o Rio Tinto, na Meia de Baixo da freguesia da Facha. No seu entorno, à semelhança do que acontece com o restante vale da Facha, existem bons campos de cultivo, facilidade de acessos e até a protecção dos ventos que sopram do norte, por ter o Monte de Santo Estevão a fazer-lhe protecção.

A excelente localização, sobranceira a todo o vale, mereceu, em tempos idos, da atenção de uma família que ocupou esta parcela de terreno, começando por se instalar, ao que parece, na vizinha Quinta do Paço, onde apareceu um forno cerâmico, uma casa castreja, uma necrópole e ocorrem vestígios cerâmicos que podem indiciar a presença de uma estrutura do tipo *villa* (ALMEIDA CAB 1996a: 119-125 e 282-283). Não obstante, os habitantes deste edifício procuraram outro local para assentar o seu quotidiano, num momento que poderá ter ocorrido em torno do século V, motivados, segundo Brochado de Almeida pela demanda de melhores condições ambientais, tal como o abastecimento de água e maior salubridade da área (ALMEIDA CAB 2003: 341). Esse local foi encontrado pouco mais de 300 metros para poente da Quinta do Paço, na Quinta do Paço Velho.

Os vestígios que surgiram na Quinta do Paço Velho não estão isolados: na Bouça da Gateira apareceu uma necrópole em 1974 que revelou um conjunto de

enterramentos certamente ligados a este assentamento; na Quinta do Paço apareceu o supracitado forno cerâmico, juntamente com uma pequena necrópole (dos trabalhadores do forno), que parece estar também ligado ao Paço Velho, para além de uma outra necrópole nas Agradas de Gondim, mas de cronologia mais antiga, do séc. I-II (ALMEIDA CAB 1996a: 140), bem como os lagares possivelmente romanos em Soalheiro e Fojo (ALMEIDA CAB 1996a: 135-137), servem, *à priori*, para a definição de um possível *fundus* desta *villa*, à semelhança do apontado para o sítio do Prazil (n.º35) e da hipotética relação entre os vestígios arrolados no seu entorno.

Os resultados da intervenção arqueológica da Quinta do Paço Velho foram publicados por Brochado de Almeida na sua dissertação de Doutoramento (ALMEIDA CAB 1996a: 281-330), pelo que vamos introduzir apenas as referências mais importantes para a compreensão deste importante sítio arqueológico.

Ao nível das condições do terreno, as estruturas aparecidas (Fig. 17), tal como as sequências estratigráficas enfermaram do facto de estarem implantados em campos de cultivo. Foi de resto a acção do arado, em lavragens mais fundas, que evidenciou os vestígios das estruturas (ALMEIDA CAB 1996a: 283). Com efeito, a baixa potência estratigráfica que poucas vezes ultrapassou a altura de 1,5 metros, aliada ao cultivo cíclico dos campos e sucessivas aragens, bem como a existência de árvores de fruto pelos campos cujas raízes violaram as camadas e misturaram estratos, acarretaram grandes problemas para a prática arqueológica, principalmente ao nível da interligação de espaços e interpretação dos mesmos (ALMEIDA CAB 1996a: 287).

Apesar de todos estes problemas que impedem uma maior qualidade na leitura dos vestígios, as estratigrafias cadastradas (Servimo-nos das leituras 6 - Fig. 18- e a leitura 7 - Fig.19) pela equipa de Brochado de Almeida contém elementos suficientes que permitiram a relação contextual entre as diferentes estruturas, através da qual se definiram momentos ocupacionais concretos da estrutura, bem como momentos de abandono (ALMEIDA CAB 1996a: 287-302). Foram definidos três momentos ocupacionais distintos (ALMEIDA CAB 1996a: 287), perspectiva com a qual concordamos.

As sete leituras publicadas por Brochado de Almeida abarcam as estruturas mais significativas e traçam uma relação perfeitamente válida entre elas¹⁸. Nessas leituras

¹⁸ Para um enquadramento gráfico adaptamos as leituras 6 e 7 publicadas por Brochado de Almeida (ALMEIDA CAB 1996a: 301-302), pois abarcam a quase totalidade das camadas cadastradas, excepção feita aos estratos 12, 13 e 16.

foram definidos 17 camadas, agrupadas em três grandes momentos ocupacionais (Quadro III).

As duas camadas superficiais, os estratos 1 e 2, correspondem aos níveis actuais de cultivo, ainda que a camada 2 seja mais estável e funcione como lastro da primeira. São estratos naturais aparecidos pela eolização e/ou deposição natural de terras, ainda que se registem movimentações cíclicas na primeira e violações pontuais na segunda devido à prática agrícola. Os materiais aqui cadastrados abarcam horizontes culturais distintos, desde o Ferro III até à actualidade (ALMEIDA CAB 1996a: 288).

O primeiro momento ocupacional das estruturas cadastradas compreende duas deposições artificiais (camadas 3 e 5) e uma camada natural (camada 4). A camada 3 corresponde a uma lareira que assenta sobre o M9, ao passo que a camada 4 corresponde ao abandono da estrutura visigoda. A camada 5 é o resultado do enchimento do muro M4. Este momento ocupacional é traduzido pela reocupação de alguns pontos deste local, num período posterior ao abandono da estrutura sueva-visigoda. Segundo Brochado de Almeida, os materiais presentes nestas camadas compreendem cerâmicas que poderão datar da Reconquista ou mesmo do século XI (ALMEIDA CAB 1996a: 300).

O segundo momento ocupacional está relacionado com o edifício visigodo (Séc. VII-VIII). Dele fazem parte as camadas 6, 7 e 8, todas relacionadas nas leituras apresentadas, com a estrutura M2, a qual parece ser fruto, à semelhança do M1 e do M7, de uma remodelação ocorrida algures durante a fase visigoda do edifício (ALMEIDA CAB 1996a: 299).

O terceiro momento ocupacional está associado às camadas 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15. Estas camadas documentam a construção da *villa* algures entre os finais do século IV, inícios do século V.

O edifício tem uma planta angular aparentemente centrado à volta de um *impluvium*. Dizemos aparentemente porque o local só se encontra parcialmente escavado, não se conhecendo as reais dimensões e funções da *villa*. Na planta publicada por Brochado de Almeida, que reproduzimos para um melhor enquadramento visual das diferentes estruturas (Fig. 20) são apontados 18 muros que organizam 8 divisões distintas (ALMEIDA CAB 1996a: 289).

Os muros que parecem estar na génese do assentamento são os M3, M5, M6, M7, M8, M9, M10, M11, M12 e o M13, estes datáveis pela estratigrafia e com recurso às cerâmicas ditas paleocristãs dos finais do século IV até finais século VI. A camada

10, associada a estas estruturas, que representa a fase de ocupação/ abandono das mesmas, forneceu a placa de cinturão, a qual parece datar de meados do século VI/ inícios do século VII (ALMEIDA CAB 1996a: 311).

Num período que poderemos situar até aos meados do século VII, o edifício foi ampliado, tendo-se reformulado o espaço da cozinha e aumentado o espaço da divisão 1. São dessa reformulação os muros M1, M2, M14 e M17.

Após o abandono do edifício, seguramente a partir de meados do século VIII, houve um hiato temporal que poderá ser observado pela espessura da camada 4, como vimos, uma camada aparentemente natural. É que sobre ela foi levantado um muro, o M4, para além das lareiras que foram lançadas sobre estruturas derruídas, caso do M16. Esta reocupação, certamente ocorrida em torno dos séculos IX-XI parece ter aproveitado alguns muros que não estariam totalmente derrubados, caso do M7, M11 e M8, tendo-se construído o M4, estrutura de técnica muito inferior quando comparada com os existentes. É possível que os espaços abertos pela ruína tivessem sido fechados com recurso a materiais perecíveis, tal como considerou Brochado de Almeida (ALMEIDA CAB 1996a: 289).

No que respeita às divisões, aquelas que parecem fornecer mais segurança na interpretação funcional são a n.º 3 e a n.º 7, respectivamente, o já aludido *impluvium* e a cozinha (ALMEIDA CAB 1996a: 303), ainda que esteja apontado que as divisões 1 e 2 possam ter funcionado como quartos de dormir (*cubicula*) (ALMEIDA CAB 1996a: 303). O grande problema da interpretação funcional do edifício prende-se com o facto de ele se encontra ao nível de alicerces. Não obstante, parece-nos que a divisão 5, pelo seu dimensionamento semelhante à 1 e 2, poderia ter sido um *cubiculum*; a divisão 8, pela sua proximidade à 7, a cozinha, poderia ter funcionado ou como despensa ou como armazém de víveres.

Por definir está a questão da existência ou não de um *peristilum*. A presença de um capitel toscano provincial nas imediações do terreno onde se implanta a *villa* pode ser a prova de uma estrutura alpendrada, possivelmente do lado sul do edifício, ou mesmo os restos da colunata que suportava o telhado do *impluvium* (ALMEIDA CAB 1996a: 303). A inexistência de mais capitéis e dos fustes poderá estar relacionada com o valor destas peças, as quais seriam recolhidas e transportadas para outros locais. É possível que alguns capitéis aparecidos no vale da Facha possam ser provenientes do Paço Velho, como o exemplar do Soalheiro (ALMEIDA CAB 1996a: 303). A falta de mais elementos impede-nos de avançar mais nas especulações. Existe ainda a hipótese

de este edifício poder ter um piso elevado, mas tal não passa do campo das ideias, pois não existem elementos estruturais que o confirmem ou o neguem. Com base no que acabamos de reportar, organizamos uma proposta de reconstituição do edifício, tendo em atenção a estrutura ampliada do século VII (Fig. 21), bem como uma ilustração com a proposta do sistema de cobertura em algumas das divisões (Fig. 22).

Os materiais exumados na intervenção arqueológica são quase exclusivamente cerâmicos, à parte de uns bons milhares de fragmentos só apareceu a placa de cinturão paleocristã e um capitel toscano provincial. A ausência de moedas é um problema crucial, pois à parte das considerações que se podem tirar por associação de tipologias cerâmicas, o único elemento que poderá fornecer alguma datação credível, ainda que não inteiramente consensual, é a placa de cinturão (Fig. 23).

Este elemento tem forma rectangular e nas extremidades apresenta o passador, onde a tira do cinto entrava, mas o fusilhão está perdido. Na base apresenta os ressaltos vazados que permitiam a colocação ou de veios, ou de gatos, para assim se fixar a fivela ao cinto (ALMEIDA CAB 1996a: 310). A presença da inscrição “*XPS SIT TECUM X*” (ALMEIDA CAB 1996a: 303) vem fornecer elementos importantes para a datação da peça, pois é um elemento claramente paleocristão. O *crismon* é aliás frequente nas produções cerâmicas deste período. Esta peça é semelhante a outros dois exemplares que conhecemos, nomeadamente o publicado por Vives proveniente de Ortigosa de Cameros, Logroño (VIVES 1969: 137) e um outro publicado pela TAPA proveniente de As Pereiras, Amoeiro (Ourense) (TAPA: 21) parece contribuir para a definição da proveniência desta peça. Para Brochado de Almeida, a cronologia desta placa de cinturão afasta-se do século V proposto por José Vives, podendo-se enquadrar, até pelo espólio cerâmico associado, na segunda metade do século VI, inícios do VII (ALMEIDA CAB 1996a: 311).

Os materiais cerâmicos provenientes da villa do Paço Velho apresentam uma cronologia bastante ampla, existindo exemplares que datam do castrejo até à actualidade (ALMEIDA CAB 1996a: 311). Como o propósito do nosso trabalho é analisar alguns aspectos ligados ao período tardo-romano e altimedieval, refira-se que as cerâmicas anteriores a este período encontram-se bem representadas, caso de alguns fragmentos de cerâmica castreja, cerâmica cinzenta fina, um fragmento de uma peça de pasta esbranquiçada e outro de cerâmica bracarense, bem como algumas formas de imitação (ALMEIDA CAB 1996a: 313-314). Depois existe uma interessante quantidade de

fragmentos de cerâmica comum romana (ALMEIDA CAB 1996a: 3315-319), os quais poderão ter cronologia mais tardia que o século III, mas muito difícil de precisar.

A partir dos elementos que estudamos e que apresentamos em anexo, podemos referir que a grande parte das produções pertencem aos séculos VII-VIII, depois as produções dos séculos V-VI, e por fim, as menos representadas, as cerâmicas associadas aos séculos IX-XI.

As cerâmicas dos séculos V-VI, as que surgem nas camadas associadas à fase I, caracterizam-se por uma menor qualidade técnica daquelas que estamos habituados a observar quando abordamos a Romanização. A produção das peças incidiu na escolha de pastas geralmente bem depuradas, com desengordurantes de calibre fino e o levantamento ocorreu em torno de baixa rotação, o que lhe confere uma maior largura de paredes e uma assimetria geral das formas. A cocção é feira com boas temperaturas, facto visível na dureza das peças, mas tanto pode ser redutora como oxidante, ainda que se note uma preponderância da primeira em relação à segunda. O cuidado com o acabamento nota-se pelo alisamento das superfícies, algumas aguadas e muito poucas peças com decoração.

As formas abertas parecem ocorrer em maior quantidade, destacando-se as panelas, os púcaros e os *dolia*.

As cerâmicas que correspondem aos séculos VII-VIII, isto é, da fase II, representam uma melhoria técnica em relação aos dos períodos anteriores. A utilização de tornos de alta rotação é visível pelo curto espaçamento entre as estrias e a regularidade das assimetrias. As paredes são mais finas que as formas vistas acima, denotando-se as linhas de construção que são bem vincadas. As pastas são na quase totalidade de coloração cinzenta clara, bem depurada. A cocção é redutora, a altas temperaturas, facto que se pode perceber pela aspereza das peças quando só são alisadas. Este facto deve explicar o porquê do polimento ser utilizado em algumas peças que nos parecem mais preciosas, talvez de mesa, notados pelos brunidos verticais. Regra geral as peças são alisadas e a decoração apresenta algumas incisões meandradas, ou senão o vassouramento.

As formas verificadas concorrem entre abertas e fechadas, não se notando prevalência de uma sobre outra, podendo-se distinguir as panelas, os alguidades, os *dolia*, os púcaros e os potes.

No que concerne às cerâmicas recolhidas em contexto atribuível aos séculos IX-XI, isto é, da fase III da Quinta do Paço Velho, registou-se um retrocesso das técnicas

No que concerne às cerâmicas recolhidas em contexto atribuível aos séculos IX-XI, isto é, da fase III da Quinta do Paço Velho, registou-se um retrocesso das técnicas empregues nas produções dos séculos VII-VIII. A escolha das pastas não é bem cuidada, pois surgem desengordurantes com grãos de calibre entre os 2 e os 4mm. Para o levantamento recorreu-se aos troncos de baixa rotação, apesar de existir estreiteza das paredes, mas a assimetria das mesmas é notável. A cocção foi exclusivamente redutora, a baixa temperatura, pois tratam-se de peças com a pasta muito fiável. O acabamento por excelência destas peças foi o alisamento das superfícies e utilizou-se a decoração por vassouramento. A única forma que conseguimos apurar foi a panela (ola), mas estudamos uns fundos que podem pertencer a potes.

Todos estes elementos associados traduzem um quadro precioso ainda sem paralelo para o vale do Lima. As diferentes épocas cadastradas e de fechadas com alguma fiabilidade, conferem à *villa* do Paço Velho um importante estatuto na Arqueologia tardo-romana e altimedieval portuguesa.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1985: 124-127; ALMEIDA CAB 1990: 73-77; ALMEIDA CAB 1996a: 281-337; ALMEIDA CAB 2003: 341; ALMEIDA CAB e LEAL 1988: 9-28

38. Soalheiro

- Lagar
- Capitel toscano provincial
- N 41°42'17''
- E 00°30'06''
- 120 metros

No Lugar do Soalheiro, situado a meia encosta da vertente nascente do Monte do Castelo, acham-se alguns elementos que poderão ter filiação romana, nomeadamente um bloco de granito onde se podem admirar as depressões típicas de um lagar, um capitel toscano provincial e dois fustes, bem como uma mó circular (ALMEIDA CAB 1996a: 134).

Como todos estes elementos se acham metidos na parede de uma casa, excepto o lagar, que se encontra metido numa parede de socalco, devem ser entendidos como

elementos descontextualizados. Por isso é difícil de associar estes vestígios a outros de época romana ou mais tardia, pois sabemos bem a ampla perduração quer dos capitéis, quer dos lagares cavados na rocha.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 78; ALMEIDA CAB 1996a: 135-136

39. S. Cristóvão – Fontão

- Atalaia romana?
- N 41°45'16''
- E 00°28'42''
- 90 metros

O monte de S. Cristóvão situa-se na parte oriental da freguesia de Fontão, em posição sobranceira ao sapal do rio Estorãos. É um cabeço constituído por penedia e, tal como referiu Brochado de Almeida, “*pouco convidativo à fixação humana*” (ALMEIDA CAB 1996a: 151). É possível encontrar nas imediações da capela, contudo, restos de muralha e algumas pequenos fragmentos cerâmicos que atribuímos à fase tardo-romana. Como não parecem existir ali vestígios castrejos (ALMEIDA CAB 1996a: 151), só se pode explicar a existência de estruturas defensivas e a cerâmica como vestígios de uma pequena atalaia de cronologia tardo-romana ou mesmo mais tardia. Tal facto não é inédito, pois no Concelho de Barcelos parece ter existido um assentamento semelhante no Monte de S. Lourenço, na Alheira (ALMEIDA CAB 1997: 55-56).

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 172; ALMEIDA CAB 1996a: 151-152

40. Agros - Geraz do Lima (Santa Leocádia)

- *Tegula*
- Cerâmica comum romana
- Casal romano ou altimedieval?
- N 41°41'00''
- E 00°27'33''
- 370 metros

O Lugar de Agros está situado na encosta nascente do monte, a uma altura de metros. Aqui é fácil encontrar *tegula* e alguns fragmentos de *dolium* (ALMEIDA CAB e ABREU 1988: 83; ALMEIDA CAB 1990: ALMEIDA CAB 1996b: 142). A presença de algumas cerâmicas de cronologia difícil de situar, levou Brochado de Almeida a considerar este um local propenso à instalação de um casal que “no mínimo remonta à Alta Idade Média ou mesmo ao mundo romano” (ALMEIDA CAB 1996b: 142).

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 40; ALMEIDA CAB 1996b: 142; ALMEIDA CAB e ABREU 1988: n.º 83

41. Baltar – Geraz do Lima (Santa Leocádia)

- *Tegula*
- N 41°41'50''
- E 00°28'46''
- 230 metros

No Lugar de Baltar surge *tegula* (ALMEIDA CAB 1990: 40), que poderá estar relacionada com algum *aedificium* ou casal de cronologia romana ou mesmo altimedieval, a fazer fé na germanidade do topónimo Baltar (ALMEIDA 1996b: 144). A prudência aconselha-nos, também, a relacionar estes vestígios com os restos de uma necrópole, dentro dos mesmos quadros cronológicos.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 40; ALMEIDA 1996b: 143

42. Igreja – Geraz do Lima (Santa Leocádia)

- *Tegula*
- Vestígios romanos
- Vestígios pré-românicos
- N 41°42'34''
- E 00°28'04''
- 35 metros

Na igreja paroquial de Santa Leocádia de Geraz do Lima apareceram importantes vestígios romanos e pré-românicos nas obras ali efectuadas em 1989-1990. Este templo de aspecto setecentista de filiação românica, tal como evidenciou Ferreira de Almeida (ALMEIDA CAF 1978a: 84 e 226), possui uma data epigrafada na parede lateral sul, onde se pode ler “*ERA MCCX*” [1172] (BARROCA 1995: 311). Mas tudo leva a crer que existiu um templo anterior ao românico.

Os vestígios romanos, se não mais tardios, compreendem quatro fustes e uma base, para além de um capitel provincial toscano (Fig. 24.1 e 24.2) e uma ara anepígrafa (ALMEIDA CAB e ABREU 1988: n.º 85; ALMEIDA CAB 1990: 40; ALMEIDA CAB 1996b: 146). O aparecimento de uma sepultura de planta trapezoidal feita com *tegula* e tijoleira, com cronologia aparentemente altimedieval (ALMEIDA CAB 1996b: 146) pode ser associada aos elementos evidenciados por Mário Barroca que havia visitado o local e deu nota da inscrição datada existente num silhar guardado na sacristia, para além de evidenciar a existência de restos de um ajimez no Museu Pio XII, em Braga (BARROCA 1990: 104-105). A inscrição estaria associada à construção de um templo pré-românico, podendo-se ler “*TIUDIL(a)/ GIRUINA/ERA M21*”. A cronologia proposta por Mário Barroca vai de 1013 até 1059, pois a parte final da inscrição está incompleta (BARROCA 1990: 104). Para além disto, refira-se a existência de parte de um sarcófago monolítico nas imediações da igreja paroquial e um outro numa casa particular (BARROCA 1987a: 199; ALMEIDA CAB e ABREU 1988: n.º 85). Estes elementos só vêm dar materialidade à referência documental evidenciada pelo chamado *Censual de D. Pedro* de finais do século XI, onde esta paróquia já era conhecida pela designação de “*Sancta Leocadia de Jaraz*” (COSTA 1959b: 145).

A soma dos vestígios na igreja paroquial de Santa Leocádia de Geraz permitiu, assim, uma associação entre a sepultura feita com *tegula* e alguns elementos pré-românicos, o que contribui para uma redefinição da ampla perduração daquele fóssil director, para além de existir uma clara demonstração da existência de um centro de povoamento neste local durante o século XI.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 46; ALMEIDA CAB 1996b: 146; ALMEIDA CAB e ABREU 1988: n.º 85; ALMEIDA CAF 1978a: 84 e 226; BARROCA 1987a: 199; BARROCA 1990: 104-105; COSTA 1959b: 145

43. Mondim - Geraz do Lima (Santa Leocádia)

- *Tegula*

- N 41°42'42''

- E 00°28'20''

- 50 metros

No Lugar de Mondim, sítio constituído pelos campos que se situam 150 metros para norte da igreja paroquial de Santa Leocádia de Geraz do Lima, aparece *tegula* (ALMEIDA 1996b: 144). Estes vestígios podem reflectir a existência de estruturas pertencentes a um *aedificium*, um casal ou mesmo sepulturas. A proximidade com os vestígios aparecidos na igreja paroquial pode bem dizer de uma relação entre os dois locais, porém difícil de comprovar. À semelhança das questões da tipologia de assentamento, também ao nível das cronologias é difícil estabelecer um quadro preciso, dado que a *tegula* tem uma ampla perduração dentro da Romanização, estendendo-se até à Alta Idade Média, o que não é estranho, até pela presença do topónimo Mondim (ALMEIDA 1996b: 144).

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1996b:144; ALMEIDA CAB e ABREU 1988: n.º 86

44. Paço – Geraz do Lima (Santa Leocádia)

- *Tegula*

- N 41°42'24''

- E 00°27'27''

- 42 metros

Na envolvente da pequena colina onde se acha a Quinta do Paço, é possível encontrar *tegula* e alguns fragmentos cerâmicos (ALMEIDA CAB 1996b: 142) que podem provir de uma ocupação do tipo *aedificium* ou mesmo casal. Quanto à cronologia, é possível que tenha sido uma ocupação dos fins da Romanização ou mesmo a Alta Idade Média, mas não podemos precisar aqueles indicadores, pois a cerâmica não fornece segurança interpretativa.

45. Perpesçoço – Geraz do Lima (Santa Leocádia)

- Casal tardo-romano
- Cerâmica altimedieval
- N 41°41'41''
- E 00°29'00''
- 255 metros

Perpesçoço é o mais alto lugar habitado da freguesia de Santa Leocádia, achando-se na encosta do Monte de Geraz, no local onde actualmente terminam as bouças e começam os socalcos agricultados, funcionando o estradão florestal como linha divisória. Os campos foram organizados ao longo das curvas de nível, as quais, devido à inclinação da encosta, tornaram-nos mais compridos do que largos. Aqui se cultiva a batata, o milho e as hortaliças, com a vinha e as árvores de fruto a ocuparem as orlas das leiras, como é típico do Minho.

Percorremos os terrenos em socalcos e as bouças demandando as *tegulae* e as cerâmicas que foram identificadas e publicadas em mais do que um lugar (ABREU e ALMEIDA 1988: n.º 84; ALMEIDA CAB 1990: 40; ALMEIDA CAB 1996b: 142), sendo possível verificar a sua ocorrência na parte onde existem os campos, isto é, abaixo do estradão, nomeadamente nos muros de suporte dos socalcos. As cerâmicas são produções romanas tardias, sem possibilidade de se aferir a forma, mas claramente aparentadas às aparecidas na Quinta do Paço Velho (Facha) e no Castro de S. João (Correlhã), de coloração castanha escura e pasta arenosa, cujas datações medeiam os séculos IV e VI.

A uma cota superior, para nascente do estradão florestal, é possível encontrar-se o *imbrex*, à mistura com pequenos fragmentos cerâmicos muito semelhantes às produções medievais dos séculos IX-XI que encontramos em outros locais, como por exemplo no vizinho castelo de S. Miguel (Facha/ Santa Leocádia) e no Castelo da Formiga (Arcos S. Pedro/ Estorãos). Recolhemos também dois pequenos fragmentos de cerâmica cinzenta clara bem cozida e se superfícies ásperas que fazem lembranças as peças da fase II da Quinta do Paço Velho (Facha). Contudo, a prudência aconselha-nos a não

ênfatizar estes vestígios, porque são de reduzida dimensão, o que nos poderá induzir no erro.

A construção dos socalcos alterou a fisionomia do local, o qual, pela presença das *tegulae* e das cerâmicas romanas, são um forte indicador de ter existido aqui um modesto casal com vocação agro-pastorial, tendo-se verificado, posteriormente, uma reocupação nos séculos IX-XI, mas não nos é possível deduzir se estamos em presença de um casal ou de um conjunto de habitações desencadeador do lugar de Perpesçoço.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 40; ALMEIDA CAB 1996b: 142; ABREU e ALMEIDA 1988: n.º 84

46. Igreja – Geraz do Lima (Santa Maria)

- Cerâmica castreja
- *Tegula*
- Cerâmica romana
- Vestígios Suevo-Visigóticos
- Vestígios Pré-românicos
- Vestígios Românicos
- N 41°42'18''
- E 00°27'52''
- 42 metros

A igreja paroquial de Santa Maria de Geraz do Lima acha-se numa pequena elevação que domina, pelo poente, a ribeira de Agras. Os terrenos graníticos enxutos provenientes de depósitos coluvionares que envolvem o local são excelentes para a exploração agrícola, facto facilmente verificável pela ampla ocupação do terreno pelas explorações de milho e alguma vinha nas imediações da igreja, destoando disto, somente, a presença do cemitério, a residência e o centro paroquial.

A propensão para a agricultura desta área parece ter favorecido o aparecimento do povoamento num período próximo do mundo romano, a atestar a presença de *tegulae* e tijoleira nos terrenos envolventes à igreja.

Nas obras ocorridas na igreja entre 1989 e 1991 foi possível verificar-se um importante conjunto de vestígios suevo-visigóticos, através da presença de algumas

cerâmicas e importantes testemunhos pré-românicos e românicos, aparecidos na intervenção arqueológica aí ocorrida, intervenção essa motivada pelo aparecimento de enterramentos no interior do templo, alguns dos quais empregavam *tegula* na sua construção. A par de um notável e variado conjunto de restos arquitectónicos salienta-se o aparecimento de cerâmicas castrejas e romanas, fragmentos cerâmicos com cruciformes atribuíveis ao paleo-cristianismo e cerâmicas de pastas e acabamentos acinzentados de cronologia visigótica (ALMEIDA CAB 1996b: 146).

Grande parte dos restos arquitectónicos aparecidos está exposta no adro da igreja, compondo-se um pequeno mas interessante núcleo museológico. A par das sepulturas de caixa com fundo em *tegula* e paredes de pedra reaproveitada de soleiras de porta remontadas no adro, pontuam três sarcófagos, um dos quais com tampa em estola (BARROCA 1990: 106), um par modilhões românicos lisos, dois blocos com inscrições e sinais cruciformes, restos de ajimezes (BARROCA 1990: 105), um dos quais com inscrição, um bloco vazado que parece ser um resto de gelosia, dois silhares almofadados com decoração losangular (Fig. 25), um capitel provincial toscano e um par de fustes (ALMEIDA et alii 1992: 490).

Estamos na presença de um sítio arqueológico muito interessante e a associação de todos estes elementos pode fazer luz sobre a ocupação da parte poente do vale de Geraz. A presença de cerâmicas castrejas pode estar relacionado com a descida de alguma família habitante do Castro do Peso que se instalou neste local, à semelhança do que acontece em tantos outros locais do vale do Lima, como na vizinha freguesia da Facha, onde se cadastrou a existência de uma casa castreja isolada a meia encosta da Quinta do Paço (ALMEIDA CAB 1990: 58). Depois, existem claramente vestígios pertencentes ao Império ou que ultrapassam o fim da dominação romana, mormente o capitel e restos de fustes, as *tegula* e as tijoleiras. Poderemos estar na presença de uma *villa*, cujo espaço foi mais tarde recuperado pelos povos germânicos, o que explica a presença das sepulturas de caixa de pedra e fundo de *tegula*, as cerâmicas com cruciformes e as pastas cinzentas micácias bem cozidas.

A construção de um templo nos alvares do século XI, se atentarmos na inscrição presente num fragmento de ajimez evidenciada por Mário Barroca “[...] STE [...] TRI” (BARROCA 1990: 106; BARROCA 1995: 52), produziu certamente a série de elementos arquitectónicos atribuíveis ao pré-românico, como é o caso dos cinco fragmentos de ajimez que “*devem ter pertencido a pelo menos duas peças distintas*” (BARROCA 1990: 105), aquilo que parece ser um fragmento de gelosia e os silhares

almofadados com decoração losangular. Ligeiramente mais tardios serão os sarcófagos com tampas em estola, fruto dos enterramentos imediatamente posteriores à construção do templo. Todos estes elementos não são mais que o reflexo de uma importante comunidade paroquial em franco desenvolvimento durante o século XI, tal como é possível verificar no *Censual de D. Pedro* onde a paróquia era nomeada de "*Sancta Maria de Jaraz*" (COSTA 1959b: 145).

Do românico são os modilhões e as sepulturas populares de caixa de pedra, bem contemporâneos da inscrição de sagração do templo em 1173¹⁹ (PEIXOTO 1994: 96; BARROCA 1995: 320).

Tal como já foi evidenciado por Brochado de Almeida, aqui se verificou a relação tardia da *tegula* com vestígios pré-românicos (ALMEIDA et alii 1992: 490), sendo que aquele fóssil director do mundo romano perdura até aos séculos VI-VII e, mesmo, até ao século X-XI.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 42; ALMEIDA CAB 1996b: 146; ALMEIDA et alii 1992: 490; BARROCA 1995: 320; BARROCA 2000: 105-106; COSTA 1959b: 145; PEIXOTO 1994: 96

47. Paço – Geraz do Lima (Santa Maria)

- Povoado tardo-romano
- N 41°42'08''
- E 00°28'28''
- 110 metros

No local denominado Paço, a cerca de 300 metros para noroeste da igreja paroquial de Santa Maria de Geraz do Lima, podem-se observar os poucos vestígios de um pequeno povoado fortificado que Brochado de Almeida havia considerado em tempos como um "*castro agrícola*" (ALMEIDA CAB 1990: 46-48). Mais tarde acabou por definir a sua condição de povoado, opinião que secundamos (ALMEIDA 1996b: 152). Para esta situação contribui a existência de um resto de talude na parte norte, bem

¹⁹ "ERA≡Ma≡CCa≡XIa≡III°≡KALENDAS [maii] DEDICATA≡FUIT EC(c)L(esi)A [ista] QUAM FECIT≡DEDI[care] MARTINUS≡PRESBITER [...]" (PEIXOTO 1994: 96; BARROCA 1995: 320)

com um fosso muito descaracterizado, não obstante a pressão da construção que ameaça a destruição integral do sítio.

A *tegula*, alguma tijoleira (ALMEIDA CAB 1990: 46) e a cerâmica de cronologia tardo-romana, juntamente com aquele sistema defensivo fosso e talude, indiciam a presença de um povoado semelhante ao existente na envolvente à capela de Nossa Senhora do Barco – Vitorino das Donas (ALMEIDA CAB 1996a: 263) e Vilarinho (ALMEIDA CAB 1996a: 242-244), cuja cronologia assenta no período final da dominação romana e da insegurança vivida durante os primeiras décadas do século V d. C..

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 46-48; ALMEIDA CAB 1996b: 152

48. Rendeiros/ Carvalho da Vinha – Geraz do Lima (Santa Maria)

- *Tegula*

- N 41°47'12''

- E 00°27'51''

- 55 metros

A cerca de 300 metros para sul da igreja paroquial encontra-se o sítio de Rendeiros onde, nos campos confinantes com os de Carvalho da Vinha, se encontra *tegula*. Como não surge cerâmica associada, não podemos assegurar a relação entre este local e os vestígios romanos existentes na igreja, sendo possível tratar-se dos restos de um pequeno *aedificia*.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 42; ALMEIDA CAB 1996b: 146

49. Roupeiras – Lanheses

- Povoado romano

- Necrópole

- N 41°44'48''

- E 00°27'03''

- 60 metros

No Lugar das Roupeiras apareceu, em 1907, um dúzia de sepulturas feitas com *tegula* e tijoleira (GONÇALVES 1986). Ao que parece, não apresentavam qualquer tipo de espólio associado (ALMEIDA 1990: 204). A presença deste vestígios poderá estar ligada a um possível povoado aberto situado a cerca de 50 metros para poente, actualmente muito descaracterizado pelo cultivo intensivo e pelo avanço da construção. Se algum dia se confirmar esta hipótese, poder-se-á equacionar uma relação entre este povoado e a grande quantidade de minas de tradição romana existentes nas imediações de Lanheses, Vila Mou e Vilar de Murteda (MOREIRA 1981: 395-423; ALMEIDA CAB 1990: 205-206), à semelhança do que parece ter acontecido com o povoado da Bouça do Crasto (Estorãos) e a corta dos Casais (ALMEIDA CAB 1996a: 113-115).

Não obstante, as cronologias deste tipo de assentamento parecem ser tardias no quadro da romanização.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 203-204; ALMEIDA CAB 1996a: 101-102;
GONÇALVES 1986

50. S. Simão da Junqueira - Mazarefes

- Veiga de S. Simão - Mazarefes
- Vestígios Pré-Românicos
- Canoa Monóxila
- N 41°41'30''
- E 00°20'45''
- 10 m

Na ampla planura de aluvião da margem do Lima correspondente à freguesia de Mazarefes, conhecida como Veiga de S. Simão, situa-se a pequena ermida dedicada aquele santo. Por ser um terreno alagadiço e imbuído de uma série de canais que aqui desaguam no rio, mormente o braço chamado de ribeira de S. Simão, acha-se a capela numa pequena elevação artificial que a protege das cheias.

A capela, de aspecto setecentista (Fig. 26.1), ainda que com uma reformulação arquitectónica de época que não conseguimos precisar, apresenta um conjunto de elementos que lhe podem atribuir uma origem medieval, nomeadamente pelas suas

diminutas dimensões, as frestas estilo seteira existentes nas paredes norte, nascente e sul, o alpendre, ainda que alterado, com púlpito, e as pedras do pequeno adro, estas com fortes sinais de terem sido reaproveitadas de uma anterior estrutura.

Dos silhares que compõem o muro do adro, 45 são paralelepípedos bem esquadriados e de dimensões homogêneas (cerca de 1 metro de comprimento por 0,40 metros de largura e 0,40 metros de altura), dos quais 32 apresentam almofadado do tipo axadrezado losangular de orientação diagonal. Destes, 27 apresentam almofadado losangulado em pelo menos uma face (Fig. 26.2), 3 em duas faces e 2 em três faces. Como a capela se encontra parcialmente rebocada a argamassa, não sabemos se nas suas paredes ocorre silharia com as mesmas características, facto não observado nos panos interiores. Estes elementos decorativos, que têm sido atribuídos à fase pré-românica, pela inspiração geométrica de raiz moçárabe (ALMEIDA CAB et alii 1992: 490), são semelhantes aos aparecidos na Igreja Velha da Meadela e na Igreja de Santa Maria de Geraz do Lima.

Este facto reporta-nos ao antigo couto de Mazarefes, cujo orago era precisamente o mártir S. Simão, tal como nos é referido na documentação do século X, uma do ano 959, relatando a posição de uma propriedade “*in hora maris villa vocicata mazarefes*” (COSTA 1959: 205) e outra noticiando a doação de propriedades ao apóstolo S. Tiago promovida por *tellus* e sua esposa *mumma*, propriedades essas sitas “*in couto sancti simeonis de mazareffes*”, na era de 1023, ano 985 (S. PAYO: 149-150). Em 1258, nas *Inquisitiones* de D. Afonso III, a designação de couto “*Sancti Simeonis de Mazarefes*” ainda subsistia (PMH, *Inquir.*, 315).

O que se verifica é a antiguidade de uma propriedade clerical atestada na documentação comprovada pela presença de elementos de gramática decorativa atribuíveis ao período moçárabe, isto é, os silhares almofadados losangulados. Mas os elementos da fase pré-românica não se ficam por aqui. Em 1996 comunicou-se o aparecimento de uma canoa monóxila a cerca de 200m metros para jusante da foz da Ribeira de S. Simão (N 41°41'33''/ E 00°21'14''), semelhante aquela aparecida em Moreira de Geraz do Lima (ALVES 1986: 209-233). Tivemos a oportunidade de visitar a casa onde se encontrou depositada²⁰ provisoriamente pelo achador, Sr. Barreto, antes de ser recolhida pelos técnicos da Câmara Municipal de Viana do Castelo. Ali se verificou a semelhança entre as duas embarcações, quer nas dimensões (cerca de 5

²⁰ Juntamente com Carlos Loureiro, João Antunes, Mário Almeida e o Prof. Doutor Brochado de Almeida.

metros de comprimento, por 0,60 metros de largura e 0,40 de altura dos flancos) quer na técnica de produção, por desgaste com utensilagem metálica. Uma novidade em relação à embarcação de Geraz é a presença de três pares de entalhes, espaçados entre si, que denunciam a colocação de travessas para conferir mais estabilidade à navegação e maior conforto aos passageiros, funcionando com bancos. Não foi possível aferir o tipo de árvore utilizada ou a datação concreta da embarcação, mas pela tipologia não deverá diferir da canoa de Geraz do Lima, isto é, utilizou-se um tronco de carvalho roble (*Quercus Robur*) nos meados do século X, inícios do século XI.

Estamos em presença, tal como nos casos de Moreira de Geraz do Lima e Lanheses, de um ponto de travessia do rio Lima? Tudo indica que sim, pois são apontamentos que se conjugam perfeitamente com a proximidade das vias medievais de tradição romana apontadas por Brochado de Almeida (ALMEIDA CAB 1990: 243-251).

ALMEIDA CAB 1990: 243-251; ALVES 1986: 209-234; COSTA 1959: 205; S. PAYO 1928: 136-149

51. Igreja Velha/ Ameal - Meadela

- Tegula

- Ara

- Vestígios pré-românicos

- N 41°42'24"

- E 00°27'55"

- 15 metros

A Igreja Velha da Meadela situava-se na área actualmente sobreposta pelos acessos ao IC-I, mais concretamente nos terrenos existentes a cerca de 200 metros para sul da Estação Meteorológica de Viana do Castelo. Quando se projectou a construção dos referidos acessos, realizou-se uma intervenção arqueológica de salvamento no local em 1991, cujos resultados não foram ainda publicados²¹.

²¹ Agradecemos ao Sr. Dr. Alberto Antunes de Abreu as informações prestadas sobre este sítio arqueológico.

Dos elementos arqueológicos ali encontrados, destaca-se o aparecimento de uma ara, a necrópole e os alicerces da Igreja Velha. Segundo nos informaram, surgiram alguns fragmentos de *tegula* e algumas pedras almofadadas com decoração losangular, semelhantes às aparecidas em Santa Maria de Geraz do Lima, S. Simão de Mazarefes e Igreja de Bertandos (ALMEIDA CAB et alii 1992: 490).

Os terrenos onde se implantava a Igreja são conhecidos como Adro Velho, e onde coincide o topónimo Meadela (de *Amoenetella*), estando na origem da designação que hoje denomina a freguesia (FERNANDES 1983: 217). Já os terrenos adjacentes pela parte do poente àqueles onde a Igreja Velha se localizava são conhecidos como Ameal. Este local remonta ao século X, pois existe a referência documental à *villa Medialbi* (COSTA 1981: 89; MOREIRA 1985: 89), com ligação a *Meialdi* (séc XIII) e *Meial: Medialdi-Meialdi-Meial-Ameal* (FERNANDES 1994: 63).

Estes elementos falam de uma relação entre a *tegula* e elementos pré-românicos, relação essa já documentada em Santa Leocádia de Geraz do Lima e em Santa Maria de Geraz do Lima (ALMEIDA CAB et alii 1992: 490), para além de atestar o povoamento em torno dos séculos X-XI neste local.

Bibliografia: ALMEIDA CAB et alii 1992: 490; COSTA 1959: 89; FERNANDES 1994: 63

52. Quinta da Torre – Moreira de Geraz do Lima

- *Tegula*

- N 41°42'32''

- E 00°26'46''

- 20 metros

Nos campos envolventes à Quinta da Torre, no Lugar da Vila Nova, aparece *tegula* (ALMEIDA 1996b: 113), facto que poderá indiciar a presença de vestígios de um *aedificium*, de um casal ou mesmo de restos de uma necrópole. A cronologia é indefinida, pois tanto poderá indicar vestígios da Romanização, como da Alta Idade Média.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 42; ALMEIDA 1996b: 113-114

53. *Veiga – Moreira de Geraz do Lima*

- Passagem?
- Canoa piróxila
- N ?
- E ?
- 0 metros

No lugar da Veiga, nas margens do rio Lima, foi encontrada, em Março de 1985, a cerca de um quilómetro para jusante da ponte que liga Moreira de Geraz do Lima a Lanheses, uma embarcação de travessia escavada num só tronco de árvore, denominada genericamente de canoa monóxila (ALVES 1986: 211). A impossibilidade de se aferir um contexto arqueológico para este achado, dado que a canoa foi encontrada por populares que a retiraram do banco de areia onde se achava parcialmente soterrada, cedo levantou as maiores interrogações sobre a cronologia do vestígio. Por outro lado, tornou-se de sobremaneira difícil a constatação da proveniência do mesmo, dado que a hipótese de ter sido arrastado pela correnteza do rio em épocas mais caudalosas não deve ser colocada de parte, o que motiva uma série de interrogações quanto ao seu verdadeiro ponto de origem, o qual deverá ser assumido, sempre, como um ponto localizado para montante daquele onde a canoa foi recolhida.

Admite-se que a situação de origem deste vestígio não seja muito distante do seu ponto de achamento, dado que à altura eram recentes as obras de fundação da ponte de Lanheses e efectuavam-se importantes dragagens no leito do rio Lima com vista à exploração económica das areias (ALVES 1986: 212).

A produção desta embarcação aconteceu à volta do Ano Mil, segundo a datação obtida por radio carbono calibrada (ICEN-20: 998-1031 d.C.) (ALVES 1986: 234). Utilizou-se um tronco de *Quercus Robur*, o carvalho roble ou alvarinho, espécie muito frequente nesta região, obtendo-se uma canoa de fundo chato, com 4,35 metros de comprimento e larguras internas de 0,35 metros na proa e 0,45 metros na ré, larguras externas de 0,50 metros na proa e 0,60 metros na ré, e com uma altura nos flancos de 0,30 metros (ALVES 1986: 212-221).

Para a obtenção do tronco oco concorreu a utilização de ferramentas metálicas, cujo negativo se pode observar facilmente no casco, quando se procedeu ao desbaste

progressivo da madeira até se atingirem os orifícios guias ainda visíveis no fundo da canoa (ALVES 1986: 216-218).

Este é um vestígio que está, inequivocamente, ligado a uma via importante que utilizava as condições propícias do rio Lima neste ponto para travessia, recorrendo-se a este tipo de embarcações. É que este local e imediações é, desde à séculos, um local de afluência de duas vias importantes, nomeadamente aquela que parte do Porto, via Barca do Lago, Palme, ponte de Fragoso, Portela de Susã, Suportela, Moreira de Geraz do Lima e daqui para Lanheses, Orbacém e Amonde (ALMEIDA CAB 1990: 252-255). A presença desta embarcação, bem como das outras cadastradas nas imediações, atesta bem a importância deste local de travessia alternativo às pontes.

Relacionados estão, certamente, os vizinhos topónimos Passagem (Moreira de Geraz do Lima) e Barco (Vitorino das Donas) que comprovam a antiguidade, importância e tradição deste tipo de travessia.

Bibliografia: ALVES 1986: 209-234

54. Bouça do Cavalo – Moreira do Lima

- Tegula

- N 41°46'30''

- E 00°30'18''

- 25 metros

A poente dos terrenos do Boudilhão, onde parece ter existido uma *villa* (ALMEIDA CAB 1996a: 192), acha-se a Bouça do Cavalo. Aqui podem-se encontrar *tegulae*, facto que nos fala de vestígios de assentamento do tipo *aedificium* ou casal, ou mesmo uma necrópole, mas a não ocorrência de outros vestígios impedem-nos de traçar com mais precisão a tipologia do vestígio e até a sua dimensão cronológica, a qual poderá datar da Romanização ou mesmo da Alta Idade Média.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 175; ALMEIDA CAB 1996a: 195-196

55. Boudilhão – Moreira do Lima

- *Villa*
- Necrópole
- Forno
- N 41°46'32''
- E 00°30'47''
- 50 metros

Nos inícios dos anos 80, tal como noticiou Brochado de Almeida (ALMEIDA CAB 1990: 175), apareceram vestígios de uma pujante ocupação romana do tipo *villa*, quando o Sr. José Lago, no sítio do Boudilhão. Tais vestígios contam restos de estruturas de cronologia castreja, bem como do seu quotidiano, como eram as três casas castrejas e a cerâmica daquele horizonte cultural e algumas mós manuais (ALMEIDA CAB 1990: 175). Mais tardios parecem ser outros vestígios, como os pesos de tear, a *tegula*, a cerâmica comum romana, um capitel toscano provincial, um forno cerâmico e uma sepultura, esta em capela (ALMEIDA CAB 1996a: 192-193).

A existência das casas circulares em altitudes na planura não é facto novo, pois já na Quinta do Paço (Facha), por exemplo, se havia verificado situação idêntica (ALMEIDA CAB e LEAL 1988: 11). E tal como no Paço da Facha, também aqui deveria ter existido uma evolução das estruturas castrejas para um edifício mais consentâneo com a romanidade, de que o capitel poderá ser um indicador de qualidade, a par da grande quantidade de materiais cerâmicos.

Os vestígios associados, caso do forno e da sepultura vem reforçar a hipótese de ter existido aqui uma *villa*, pois não é estranho existirem estes elementos nas imediações das grandes unidades fundiárias, como no já citado Paço Velho (ALMEIDA CAF e LEAL 1988: 9-29) e no Pereiro (Correlhã) com ligação à *villa* do Paço na mesma freguesia (ALMEIDA CAB et alii 1992: 481-506).

A sepultura foi construída com recurso a *tegulae* e aparentemente sem espólio, o que poderá indiciar uma cronologia tardia (ALMEIDA CAB 1996a: 192-193).

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 175; ALMEIDA CAB 1996a: 192-193; MORAIS 1990: 21

56. Capela do Espírito Santo – Moreira

- Vestígios pré-românicos
- Inscrição
- N 41°47'20''
- E 00°31'04''
- 80 metros

A capela do Espírito Santo, situada no Lugar do Couto em Moreira do Lima, apresenta um interessante conjunto de vestígios arcaizantes atribuídos ao Românico, mas que poderão ter uma relação com um templo pré-românico. Deslocamo-nos ao local devido à inscrição de 1030 evidenciada por Mário Barroca, mas ao que parece deslocada, dado que a sua situação primordial seria na capela de S. Cipriano existente na Serra de Antelas (BARROCA 1995: 83). A leitura proposta por aquele investigador é: “+P(er)FECTUM/ AEST TEMPLU(M)/ AB DIDAGU C(on)F(rater)/ IN ERA M2XVIII” (BRROCA 1995: 83).

Uma volta pelo adro da capela revelou-nos alguns elementos os quais, se não são pré-românicos, são de certeza arcaicos. A saber: na parede da capela-mor acha-se uma fresta de dupla luz, a qual, apesar da elegante arcatura de enquadramento, parece ser um ajimez (Fig. 27.1). A confirmar-se a nossa perspectiva, será mais um exemplar identificado no vale do Lima, onde já haviam sido cadastrados fragmentos de dois em Santa Maria de Geraz do Lima e restos de um em Santa Leocádia de Geraz do Lima (BARROCA 1990: 104-105).

Na parede norte no edifício podem-se verificar dois outros elementos. A linha de cachorros com figurações humanas e zoomorfas é bruscamente interrompida por um capitel de aspecto bem ao gosto do pré-românico, de perfil cúbico mas em forma de taça (Fig. 27.2). Existem capitéis com esta aparência associados a cronologias pré-românicas em S. Pedro de Rates e na Sé de Braga (ALMEIDA CAF 1986b: 154) e em S. Cláudio de Nogueira (ALMEIDA CAF 1986b: 152), para não falar do capitel do *orante* proveniente de Vila Mou (ALMEIDA CAF 1986b: 150). Depois é atentar no pano do alçado norte: um número expressivo de pedras com formato em L e algumas rolhas, falam-nos de uma arquitectura ainda pouco preocupada com a construção pseudo-isódoma.

Todos estes elementos por si só não teriam grande significado, mas o seu conjunto é muito expressivo. No seu trabalho sobre o Românico de Entre-Douro-E-Minho, o Professor Ferreira de Almeida datou esta capela de finais do século XII,

devido à aparência dos capitéis, mas também referiu que o templo teve uma remodelação no século XIV, pois a porta principal terá já uma influência gótica (ALMEIDA CAF 1978a: 217).

Interrogámo-nos se estes vestígios não teriam mesmo uma origem no pré-românico, em consonância com a inscrição, pois tanto esta, como o ajimez, o capitel-imposta e a alvenaria em *blocage* poderiam muito bem ter sido trasladadas para este local nos finais do século XII, providas da capela de S. Cipriano, essa sim, verdadeira ermida pré-românica?

Bibliografia: ALMEIDA CAF 1978a: 217; BARROCA 1995: 83

57. Canadelo – Moreira do Lima

- Necrópole
- 41°46'22''
- E 0°28'50''
- 80 metros

No sítio do Canadelo apareceu uma sepultura feita com *tegula* (ALMEIDA CAB 1996a: 193). A tipologia deste moimento parecia ser em *capela*, isto é, com fundo em tegula e com telhado em duas águas, facto que lhe confere uma cronologia tardia no quadro da Romanização (ALMEIDA CAB 1996a: 194). Este é um local actualmente cultivado e é possível encontrar no local fragmentos de *tegula*. Pode ser que os fragmentos traduzam uma maior quantidade de sepulturas, ou mesmo de uma estrutura do tipo *aedificium* ou até um casal, mas nunca o castro que muitos indicam para este local. Quanto à cronologia do local, seja ele qual for, esta deverá ser consentânea com o quadro proposto acima para a sepultura, mas é admissível que possa ser mais tardia ou até mais recuada.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 173-174; ALMEIDA CAB 1996a: 193-194; MELO 1967: 59; TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 39; VIANA 1958: 3-56

58. Bouça das Freiras – Nogueira

- Convento?
- Sepulturas cavadas na rocha
- N 41°45'50''
- E 00°22'31''
- 250/270 metros

Na vertente oriental da Serra de Perre, na parte norte da freguesia de Nogueira, onde a mancha de granito da Serra de Perre converge para a mancha xisto grauváquica silúrica de Amonde-Nogueira (TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 14), acha-se uma depressão rica em nascentes de água que dão origem à Ribeira de Nogueira, denominada de Bouça das Freiras. A tradição local refere a existência de um antigo convento de monjas do qual se podem observar restos de muros e pias onde as freiras lavavam a roupa, o que explica o topónimo. A estes elementos deve adir-se duas sepulturas cavadas na rocha as quais, para além das referências bibliográficas (BARROCA 1987a: 148; ALMEIDA CAB e AREU 1988: n.º 66), têm existência confirmada pelos habitantes da freguesia. Dizemos isto porque, apesar de nos termos deslocado por diversas ocasiões ao local, não encontramos as sepulturas. É que uma série de incêndios consecutivos alteraram a paisagem florestal deste local, anteriormente um extenso pinhal que ligava o Alto da Bouça das Freiras até ao Alto do Folgadoiro, estando agora o terreno densamente povoado de eucaliptos juvenis e mato denso, elementos que impossibilitam uma leitura abrangente do terreno.

Das características das sepulturas sabemos que apresentam plantas rectangulares e não possuem sinais de antropomorfismo (BARROCA 1987a: 148). A existência de um caminho que se desenvolve a meia encosta desde ao vale de Nogueira até à portela do Folgadoiro e daqui para Amonde e ponte de Tourim, pode ter alguma relação com a existência de sepulturas, dado que as notícias da fundação de um convento neste local são muito esbatidas. A cerca de 1 quilómetro para nordeste acha-se o Alto do Folgadoiro onde é referenciada a existência de um núcleo de sepulturas cavadas na rocha e um conjunto de estruturas que alguns autores pensam tratar-se de um eremitério rupestre (VIANA 1955: 16; BARROCA 1987a: 147; ABREU e ALMEIDA 1988: n.º 20). Apesar das nossas tentativas, também não foi possível encontrar estes vestígios.

Bibliografia: ABREU e ALMEIDA 1988: n.º 20; BARROCA 1987a: 147; VIANA 1955: 16

59. Igreja de S. Cláudio - Nogueira

- Tegula

- Vestígios Pré-românicos

- Igreja Românica

- N 41°43'52''

- E 00°24'23''

- 31 metros

A igreja românica de S. Cláudio de Nogueira encontra-se implantada na vertente sudoeste do Lugar de Outeiro, voltada para a Auto-Estrada recentemente construída. Este é um dos exemplares da arquitectura românica do vale do Lima com maior divulgação, pela qualidade da sua arquitectura, pelos problemas arqueológico-artísticos que levanta (ALMEIDA CAF 1978a: 239; ALMEIDA CAF 1987: 90-91) e pela sua implantação paisagística, digna de figurar entre os melhores postais turísticos da região (Fig. 28.1).

Na envolvente da celebrada igreja românica ocorrem fragmentos de *tegula*, a par de outros vestígios da romanidade. A inexistência de dados cerâmicos de uso doméstico impossibilitam estreitar as hipóteses quanto à dimensão e cronologia da ocupação romana, ou porventura de tempos mais adiantados. Mas os vestígios arqueológicos não se ficam por aqui, podendo-se adir àqueles alguns vestígios pré-românicos que passamos a analisar.

Na parede norte do edifício encontram-se pedras almofadadas (ALMEIDA 1990: 240-241), para além de um bloco de secção cilíndrica (Fig. 28.2) o qual, se não corresponde a um miliário (ALMEIDA 1990: 241), pode muito bem ser um sarcófago monolítico (BARROCA 1987a: 199), talvez semelhante ao que se encontra depositado nas traseiras do templo (BARROCA 1987a: 180 e 199). Este túmulo encontra-se fracturado (Fig. 29.3), não apresenta decoração e tem planta rectangular de paredes arqueadas (BARROCA 1987a: 180). Depois existem quatro epígrafes: uma na cabeceira da igreja (BARROCA 1995: 182), outra junto à porta lateral norte (BARROCA 1995: 103), uma outra na esquerda do portal (BARROCA 1995: 508) e a existente num silhar depositado no interior do templo (BARROCA 1995: 376).

A inscrição mais antiga é aquela existente no alçado norte do edifício, junto à porta lateral: “*Era MCXXII*”, ano de 1084 (ALMEIDA CAF 1978a: 239; ALMEIDA

CAF 1987: 91; PEIXOTO 1993: 98²²; BARROCA 1995: 103). Mário Barroca considerou tratar-se de uma data relacionada com um momento importante da construção do templo, destacando-se a “*forma arcaica do M, reflectindo ainda alguma influência moçárabe*” (BARROCA 1995: 104). Já a inscrição da cabeceira, “*Era MC2XXX/III*” (ALMEIDA CAF 1978a: 239; ALMEIDA CAF 1987: 91; PEIXOTO 1993: 99; BARROCA 1995: 182), ano de 1145, está relacionada, para aquele autor, com o edifício anterior ou a construção da cabeceira (BARROCA 1995: 182).

As restantes inscrições parecem ser mais facilmente compreensíveis, pois parecem apresentar uma certa complementaridade. A inscrição que se encontra no interior do templo parece apontar o início da sua construção, 1183 (BARROCA 1995: 508): “*D(omi)NI=N(ost)RI=IH(es)U XPI MARTINUS FECIT=HOC AB / [...] =HONORE=[ecclesia=is]T[a=in] =E(ra) =MCCXXI*” (BARROCA 1995: 376). Já a inscrição lavrada na lateral à porta principal traduz o momento da consagração do templo, 1201 (ALMEIDA CAF 1978a: 239²³; ALMEIDA CAF 1987: 91; BARROCA 1995: 508): “*SUB=E(ra) =M=CC=/ XXX=VIII=ET/ QUOD III/ N(oha)S LANUA/ RII=PET(r)US TUD(ens)IS/ EpisCopuS CONSECR/AVIT HANC/ EC(c)L(esi)AM IN HONO/R=SanCti CLAUDI=IN DIEBUS [...]*” (PEIXOTO 1993: 100; BARROCA 1995: 508).

A presença desta quantidade de epígrafes, todas datadas, serve-nos para retirar duas conclusões. Se as duas mais recentes parecem concorrer para a datação das obras de construção do templo românico, as mais antigas, 1084 e 1145 parecem estar relacionadas com um edifício primitivo, ao qual estaria associado um pequeno fragmento de moldura existente na parede norte do templo (Fig. 29.2) perto da inscrição de 1084, e com gramática decorativa geométrica, tão ao gosto dos artífices moçárabes.

Carlos Alberto Ferreira de Almeida atribuiu a estas datas uma função funerária (ALMEIDA CAF 1978a: 239), mas tal não deverá ser possível, pois desse modo as datas deveriam ser posteriores e não anteriores à construção do templo. Este autor alterou mais tarde a sua opinião, relacionando estas datas com um edifício anterior, datado de meados do século XII (ALMEIDA CAF 1987: 91).

Some-se a isto o aparelho mais tosco existente na parede norte do templo, onde se pode observar alguma tendência para a *blocage* nas fiadas inferiores, onde existem silhares desproporcionados (o alegado miliário ou a sepultura), bem como as pedras

²² Neste trabalho, o autor leu *EMCXXI*, fornecendo o ano 1083 (PEIXOTO 1993: 98)

²³ Neste trabalho, o autor refere a data de 1200 (ALMEIDA CAF 1978a: 239)

almofadadas, contrastando nitidamente com o cuidado aparelho pseudo-isódomo que associamos à construção românica de finais do século XII.

Tanto a presença dos elementos romanos ou até germânicos, como a *tegula* e as pedras almofadadas, como os elementos pré-românicos (ALMEIDA CAF 1986b: 157) que estariam na génese do actual templo de S. Cláudio, atestam o interesse do Homem por este pequeno vale de encostas suaves, bem nutrido de águas e sol para assentamento e doravante, centro de uma comunidade pré-nacional.

ABREU e ALMEIDA 1988: 67; ALMEIDA CAB 1990: 240; ALMEIDA CAB 1996: 119-121; ALMEIDA CAF 1978a: 86 e 239; ALMEIDA CAF 1987: 91; BARROCA 1987a: 180 e 199; BARROCA 1995: 103-104, 182, 376 e 508; PEIXOTO 1993: 98-100

60. Formigoso/ Vigia – Nogueira/ Outeiro

- Castro
- Atalaia Medieval
- N 41°44'59''
- E 00°22'03''
- 350 metros

Na encosta Ocidental da Serra de Perre acham-se duas elevações de perfil mais ou menos cónico (Fig. 30.1), com restos de fortificação e ocupação humana: o cabeço mais a norte, aquele que parece apresentar sinais de um castro chama-se Formigoso (PAÇO e QUESADO 1956a: 89-90; PAÇO e QUESADO 1956b: 173; ALMEIDA CAB 1990: 216); o outro, caracterizado por um íngreme maciço de batólitos, está situado a cerca de 100 metros de primeiro e é conhecido localmente como a Vigia (Fig. 30.2).

No Formigoso notam-se facilmente duas linhas de muralha. Uma cerca a meia encosta do monte e a outra existe bem em cima da coroa. No interior destas fortificações é possível encontrar uns pequenos fragmentos de cerâmica de técnica castreja, de pastas muito micácias e feitura a torno lento. Para além disto foi possível identificar dois fragmentos de cerâmica de aspecto altimedieval, com pasta escura, arenosa e com finas paletas de mica, de paredes esguias e verticais, sem que fosse possível verificar a forma a que pertencem. São elementos que nos reportam a existência de um local fortificado na coroa deste antigo castro em tempos da Reconquista?

Este cenário ganha força se atendermos à presença do maciço da Vigia. Com efeito, este ponto é um entrave à visibilidade desde o Formigoso para sul, ao passo que o ponto de observação na Vigia permite um controlo de todo o vale de Perre. Daí que não seja descabida uma associação entre as duas elevações, pela sua complementaridade na vigilância da via de penetração no vale do Lima desde a Portela de Valadares.

Uma outra ilação advém da situação deste local em relação ao castelo de S. Martinho, situado a cerca de dois quilómetros para sudeste, dado que existe um contacto visual entre os dois sítios, tal como parece existir similitude cronológica das cerâmicas de labor medievo que encontramos em ambos os locais. Poder-se-á, então, falar de uma ligação estreita entre eles, tendo o conjunto Formigoso-Vigia funcionado como posto avançado da cabeça de terra de S. Martinho?

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 216; PAÇO e QUESADO 1956a: 89-90; PAÇO e QUESADO 1956b: 173

61. Castelo de S. Martinho – Nogueira/Portuzelo

- Castro
- Castelo cabeça da Terra de S. Martinho
- Facho
- N 41°44'24''
- E 00°22'03''
- 305 metros

O local onde se acham os vestígios do castelo cabeça da Terra de S. Martinho (ALMEIDA CAF 1978b: 40) é um cone de vertentes pronunciadas e difícil acessibilidade, no prolongamento para sul da Serra de Perre ou da Agueira²⁴ (Fig. 31.1).

O local é estratégico. Para além de controlar visualmente a barra do Lima e o seu curso até à depressão dos vales dos rios Tinto e Estorãos, permite a observação de todo

²⁴ A designação do cabeço onde se acha o castelo não é pacífica: o Pe. Carvalho da Costa referiu-se às “ruínas de Castello antigo chamado da Agueira, aonde está o facho” (COSTA 1868: 172), enquanto que o Professor Ferreira de Almeida aludiu ao Alto de Tarruge, relacionando-o com o *mons tarrugio* da documentação medieval (DRI p. 154) (ALMEIDA CAF 1978b: 40). Localmente não conhecem o sítio por aqueles nomes.

o vale de Nogueira e parte do vale de Perre. Como a parte setentrional deste vale se encontra tapado pelos montes do Cálvario (Perre) e do Formigoso (Nogueira/ Outeiro), não é difícil de se aceitar que neste último se tenha colocado um posto avançado, tal como o topónimo Vigia faz supor, para além dos vestígios medievais existentes no Formigoso. Estes vales constituem vias naturais de passagem entre os vales dos Âncora e do Lima, daí a importância do sítio.

As excelentes condições estratégicas, a existência de território com condições para a prática agro-pastoril, motivaram a instalação de um interessante povoado castrejo que ocupou a pequena depressão situada entre os dois outeiros que compõem o alto (Fig. 31.2).

Ao nível das estruturas é possível observar os restos de três linhas de muralhas, duas das quais no entorno do cabeço meridional e a mais exterior a envolver também o cabeço norte. A zona habitacional deveria achar-se do lado sul do povoado, pois a parte norte é mais exposta aos ventos e é quase integralmente área de penedias. E é no lado sul onde se pode encontrar mais cerâmica castreja, bem como a pedra toscamente facetada, *tegula* e *imbrex*, afinal os restos das habitações.

A qualidade estratégica do local motivou, mais tarde, a instalação do castelo, ainda que seja admissível tratar-se originariamente de uma pequena penela que mais tarde serviu de centro à Terra de S. Martinho. Mas as construções medievais parecem ter-se instalado somente no topo do cabeço sul, onde os trabalhos de fortificação podem ser lidos segundo duas perspectivas. Para além de se ter aproveitado as duas cintas de muralhas castrejas, condicionou-se a acessibilidade à coroa pelo desbaste da penedia e preenchimento das diaclases com pedras de grande porte, definindo-se um caminho de acesso o qual, desde o lado sul percorria a vertente nascente até à base do cabeço, onde inflectia novamente para sul por entre dois maciços graníticos até a uma escadaria parcialmente talhada no afloramento até ao topo.

Aqui há uma série de entalhes, alguns dos quais de secção complexa, cujo alinhamento permite-nos abstrair uma estrutura de planta rectangular, com uma outra, de planta rectangular adossada. O material de construção aplicado nesta estrutura deveria ser o granito, até pela abundância desta matéria-prima. No entanto, a existência de entalhes, alguns deles com uma secção muito complexa para se apoiar os cunhais dos ângulos da estrutura sobre o afloramento (Fig. 32.1) leva-nos a considerar a hipótese de, tal como aconteceu no Castelo de Matos (Baião) (BARROCA 1988: 164) ter-se aqui construído uma estrutura em madeira. Os entalhes receberam os barrotes na vertical,

tendo-se aplicado um sistema de cunhas que travavam a estrutura, conferindo-lhe estabilidade; depois pranchas ou toros eram dispostos na horizontal, formando uma base onde depois se colocavam os troncos na vertical, lado a lado, organizando-se uma parede.

Podemos estar perante um dos exemplos de mota castral, tal como Mário Barroca defendeu para o caso do Castelo de Matos (Baião): “*A proliferação de castelos erguidos com materiais perecíveis e abundantes, de fácil manuseamento, que não requeriam mão-de-obra especializada nem grandes conhecimentos de engenharia, e que podiam ser construídos com o contributo dos habitantes das áreas vizinhas, mais dependentes dos Senhores, marcou a paisagem europeia a partir dos fins do século IX ou inícios da centúria seguinte, sob a forma de mota castral. Só a partir dos finais do século XI a Europa assistiria ao fenómeno de petrificação das estruturas defensivas*” (BARROCA 1988: 164). No entanto, só uma intervenção arqueológica cuidada poderá revelar provas concretas desta estrutura.

Um dos elementos que podem concorrer para o apoio desta teoria é a existência de alguns fragmentos cerâmicos que nada têm a ver com a técnica oleira castreja nem com os fragmentos cerâmicos de fabrico medieval corrente nos povoados medievais e castelos dos séculos XII-XIII, como é o caso do castro de Santo Estevão (ALMEIDA CAF et alii 1981: 21-27), Castelo de S. Miguel (ALMEIDA CAF 1978b: Est. VIII), Castelo de Faria e Neiva (ALMEIDA CAB 1990: 183) e Castelo de Penafiel de Bastuço (FONTES e REGALO 1997: 208-217). Com efeito, encontrou-se meia dezena de fragmentos de cerâmicas de paredes finas, com pastas muito friáveis e cor cinzenta clara a escura, de cozedura redutora e feitura a torno lento. O desengordurante é constituído por pequenas paletas de mica e pequenos grãos de quartzo. Apesar de não conseguirmos definir com precisão as formas, podemos garantir pelo menos um perfil extrovertido, o que sugere a existência de formas abertas mas de diminutas dimensões (copas e olas?). A decoração é inexistente. Pelo aspecto e pela falta de apuro técnico, pode-se enquadrar este pequeno conjunto nas cerâmicas ditas da Reconquista (BARROCA 1987b: 8) com cronologia à volta dos séculos IX-XI.

No cimo, para além de *imbrex* em grandes quantidades, é possível encontrar fragmentos cerâmicos medievais semelhantes aos fabricos com as cerâmicas aparecidas em S. Miguel da Facha e no Castro de Santo Estevão (ALMEIDA CAB 1990: 183). Destacamos o arranque de uma asa com decoração por puncionamento e um fundo (Est. 3), pois não encontramos fragmentos indiciadores de formas definidas. Tratam-se de

peças feitas a torno rápido, com pastas bem depuradas de cor castanha ou cinzenta escura, alguns com sinais de fuligem. O toque metálico bem definido demonstra a qualidade da cozedura redutora. A decoração só foi identificada num bojo que apresenta uma pequena corda com incisões em espiga. Pela técnica de obtenção e mesmo pela semelhança da decoração patente no fragmento de asa, pode-se associar estas peças às produções de Prado (BARROCA 1993: 167).

Por tudo isto, podemos considerar estas peças como cronologicamente mais avançadas que os elementos apontados acima, talvez posteriores ao século XII, existindo, deste modo, evidências de duas fases medievais neste castelo, uma relacionada com o castelo roqueiro e a outra com o castelo Cabeça da Terra de S. Martinho.

Cerâmica:

- Forma indeterminada. Bordo ligeiramente extrovertido com lábio redondo de peça feita em torno lento, de paredes muito finas. A cozedura foi redutora, evidenciando uma pasta de cor castanha, com desengordurante micácio <1mm, muito friável. As superfícies estão muito degradadas, mas foram alisadas e não apresenta decoração. Séc. IX-XI? (Fig. 32.2)

- Forma indeterminada. Bojo de peça obtida por feitura em torno lento e cozedura redutora. A pasta é friável e tem uma coloração cinzenta clara, com desengordurante micácio de calibre <1mm. As superfícies foram alisadas e não tem decoração. Séc. IX-XI?

- Forma indeterminada. Bojo de peça obtida por feitura a torno lento e cozedura redutora. Apresenta cuidado na depuração da pasta com desengordurante micácio de calibre < 1mm. A pasta tem cor castanha escura e é homogénea. As superfícies foram alisadas e apresenta um pequeno segmento de uma corda com decoração incisa a imitar espiga. Séc. XII-XIII?

- Forma indeterminada. Bojo com arranque de asa torsa, com puncionamento a servir de decoração. De cozedura redutora e feitura a torno lento, denota uma boa depuração da pasta, ainda que existam alguns grãos de quartzo de calibre <2mm entre as finas paletas de mica de calibre <1mm como desengordurantes. A pasta tem cor cinzenta escura e é homogénea. As superfícies foram alisadas. Séc. XII-XIII.

- Forma indeterminada. Fundo de peça com fuligem na superfície exterior. A cozedura redutora e feitura a torno lento. A pasta foi bem depurada, de cor castanha escura, com

cerne heterogéneo e desengordurante micácio de calibre <1mm. As superfícies foram alisadas e não apresenta decoração. Séc. XII-XIII? (Fig. 32.3)

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 182; ALMEIDA CAB 1996b: 119-121; ALMEIDA CAB e ABREU 1988: n.º 68; ALMEIDA CAF 1978b: 40; COSTA 1868: 172; COUTO et alii 1935: 27-30; PAÇO e QUESADO 1956a: 88-89; PAÇO e QUESADO 1956b: 173; PAÇO e QUESADO 1957: 112-113; VIANA 1926: 90; VIANA 1932: 163

62. Paço – Outeiro

- *Tegula*

- N 41°45'07''

- E 00°20'50''

- 75 metros

Os terrenos conhecidos como Paço situam-se na vertente meridional da colina onde se implantou a igreja paroquial de Outeiro. Ali aparecem *tegulae* (ALMEIDA CAB 1996b: 123). Este será um indicador da presença dos restos de um *aedificium*, de um casal ou até de uma necrópole. A somar a imprecisão da tipologia de assentamento, a compartimentação cronológica deste tipo de vestígios também não é a mais favorável, pois tanto pode traduzir Romanização como Alta Idade Média.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1996b: 123

63. Rego do Crasto – Outeiro

- *Tegula*

- N 41°42'18''

- E 00°21'15''

- 230 metros

Brochado de Almeida, no seguimento de Afonso do Paço (PAÇO e QUESADO 1956a: 90), havia noticiado este topónimo no seu trabalho de 1990 (ALMEIDA CAB 1990: 217), acrescentando mais tarde a descoberta de *tegula* nos terrenos que compõem

este pequeno sítio (ALMEIDA CAB 1996b: 122). Podemos estar na presença de um *aedificium*, de um pequeno casal ou até de uma necrópole, com uma cronologia bem abrangente desde a romanização até à Alta idade Média.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 217; ALMEIDA CAB 1996b: 122; PAÇO e QUESADO 1956a: 90

64. Capela de Nossa Senhora do Olival – Perre

- Sarcófago altimedieval
- N 41°43'12''
- E 00°21'06''
- 43 metros

A Capela de Nossa Senhora do Olival é um pequeno templo de aspecto seiscentista localizado na planura da freguesia de Perre, mesmo para sul do Monte do Calvário. Para este monte onde existiu um povoado castrejo (ALMEIDA CAB 1990: 212; ALMEIDA CAB e ABREU 1988: n.º 88; PAÇO e QUESADO 1956a: 82) havia a referência da existência de uma sepultura cavada na rocha que alegadamente teria sido destruída (ALMEIDA CAB e ABREU 1988: n.º 88; BARROCA 1987a: 148; PAÇO e QUESADO 1956a: 82). No local nada encontramos.

Quando visitamos o Castro do Vieito, um senhor que habita uma casa vizinha a este castro contou-nos que havia trabalhado nas obras de remodelação da Capela da Senhora do Olival no final dos anos 60; nessas obras, uma *sepultura em pedra, móvel*, foi metida numa das paredes da capela. A sepultura cavada na rocha era afinal um sarcófago monolítico cujas características não conseguimos apurar, pois o nosso informador nada mais se lembrava.

Fica aqui a achega para a precisão da tipologia do moimento, mas afinal prova que a ocupação altimedieval em Perre tem mais uma prova, a somar aos dados relativos aos lugares de Vila Meã e S. Gil.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 212; ALMEIDA CAB e ABREU 1988: n.º 88; BARROCA 1987a: 148; PAÇO e QUESADO 1956a: 82

65. S. Gil – Perre

- Povoado romano
- Sepulturas cavadas na rocha
- N 41°43'34''
- E 00°20'25''
- 44 metros

O Lugar de S. Gil situa-se a nascente do Alto da Paredelha, junto à extrema de Perre com a Meadela. No cabeço que encima o lugar, a nascente do sítio do Castelhão, acham-se vestígios de ocupação humana desde a romanidade até à Alta Idade Média (ALMEIDA CAB 1996b: 131). Na envolvente ao pequeno outeiro é possível encontrar alguns fragmentos de *tegula*, algumas cerâmicas da Baixa Idade Média e alguns bojos semelhantes aos que recolhemos em alguns locais da nossa área de trabalho com cronologias entre os séculos IX-XI. São fragmentos muito pequenos e friáveis, com pasta algo arenosa de cor cinzenta clara e de forma indefinida.

No sítio do Castelhão, a cerca de 50 metros para poente deste estão apontadas duas sepulturas cavadas na rocha (ALMEIDA CAB 1990: 218-220; ALMEIDA CAB 1996b: 131; ALMEIDA CAB e ABREU 1988: n.º 77; BARROCA 1987a: 148-149; PAÇO e QUESADO 1956a: 87), mas não nos foi possível estudá-las, pois parecem ter sido destruídas, segundo relato de pessoas que habitam nas imediações de S. Gil.

A *tegula* poderá estar relacionada com a existência de um povoado aberto de cronologia tardo-romana (ALMEIDA CAB 2003: 403), mas não será de eliminar as hipóteses de vestígios de um *aedificium*, um casal ou restos de uma necrópole. Já os elementos altomedievais parecem alinhar-se com alguma consistência, até porque existe uma referência documental coeva à vila de *Soegildi*, datada do século XI mas com referência ao século X (COSTA 1981: 89; GUERRA 1891: 2-5; FERNANDES 1958: 113-114; MOREIRA 1985: 89-91).

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 218-220; ALMEIDA CAB 1996b: 131; ALMEIDA CAB 2003: 403; ALMEIDA CAB e ABREU 1988: n.º 77; BARROCA 1987a: 148-149; COSTA 1981: 89; GUERRA 1891: 2-5; FERNANDES 1958: 113-114; MOREIRA 1985: 89-91; PAÇO e QUESADO 1956a: 87

66. Vila Meã – Perre

- Tegula
- Casal Altimedieval
- N 41°43'30''
- E 00°20'51''
- 45 metros

O Lugar de Vila Meã encontra-se defronte do Lugar de S. Gil, na encosta poente do Monte do Calvário. À semelhança do sítio de S. Gil, nos terrenos de Vila Meã apareceram vestígios romanos, mormente a *tegula* e alguma cerâmica romana de aspecto tardio (ALMEIDA CAB 1996b: 132), para além de existirem referências documentais a uma *Vila Mediana* no século XI (COSTA 1981: 89; GUERRA 1891: 2-5; FERNANDES 1958: 113-114; MOREIRA 1985: 89-91).

Os vestígios romanos poderão estar relacionados com um assentamento do tipo *aedificium* ou mesmo casal, não sendo de descartar a hipótese da existência de uma necrópole, ainda que sem a força dos primeiros apontamentos, pois como Brochado de Almeida evidenciou, “a área é propícia à instalação de uma ou mais explorações agrícolas do período romano ou mesmo pós-romano” (ALMEIDA CAB 1996b: 132).

No período da formação da Nacionalidade terá existido por aqui um casal, atestando, deste modo, o povoamento medieval do vale de Perre nos inícios do século XI.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1996b: 132; COSTA 1981: 89; GUERRA 1891: 2-5; FERNANDES 1958: 113-114; MOREIRA 1985: 89-91

67. Alto da Telha/ Santo Ovídio – Sá/ Arcozelo

- Povoado do calcolítico
- Inscultura rupestre
- Povoado castrejo
- Povoado tardo-romano
- Povoado altimedieval
- Castelo medieval

- Sarcófago monolítico
- N 41°46'45''
- E 00°31'40''
- 245 metros

O Monte de Santo Ovídio situa-se na extremidade meridional do complexo orogáfico Formigoso/ Antelas, verdadeiro esporão que domina os vales do Lima, Labruja e Estorãos, mesmo defronte de Ponte de Lima (Fig. 33.1). A sua implantação no vale do Lima é de tal modo estratégica que se conhecem vestígios de ocupação humana do calcolítico, do período castrejo, da dominação romana, do período germânico e, também, da Alta e Baixa Idade Média (ALMEIDA CAB 1996a: 23).

O monte é composto por dois topos. Aquele onde se acha a capela de Santo Ovídio, mais oriental e mais alto, recebeu-lhe o hagiopónimo. O cabeço mais baixo e ocidental, é denominado Alto da Telha (Fig. 34.1), pela grande quantidade de *tegula* que ali ocorre. Apesar da diversidade e qualidade dos vestígios aqui existentes, o Monte de Santo Ovídio tem passado por sucessivas vagas de destruição, tal como Brochado de Almeida enunciou, desde a procura do granito, à construção de depósitos de abastecimento de água, as terraplanagens para a dotação de miradouro e parque de merendas, até ao plantio de pinheiros no Alto da Telha (ALMEIDA CAB 1996a: 25).

Foi neste último local que foram recolhidas cerâmicas do calcolítico com a típica decoração incisa e puncionada (ALMEIDA CAB 1996a: 26). Mais tardia, talvez do Bronze Final, parece ser a pequena gravura rupestre insculturada num penedo existente abaixo da capela, com a forma de um cavalo ou de um cervo (ALMEIDA CAB 1996a: 26).

O assentamento castrejo que se começou a desenvolver nas centúrias seguintes privilegiou o topo mais elevado, em detrimento do Alto da Telha, o qual só no período tardo-romano parece ter sido novamente valorizado, para a edificação de um povoado fortificado. É que existe uma grande quantidade de *tegula*, *imbrex* e cerâmicas romanas de uso comum de aspecto tardio ou mesmo altimedievais. Lá encontramos um silhar bem proporcionado com almofadado em três faces, o que sugere um cunhal de estrutura de cronologia difícil de precisar, ainda que seja admissível que esteja relacionada com as *tegulae* e as cerâmicas tardias romanas ou altimedievais.

O pequeno povoado tardo-romano evoluiu, depois, para povoado germânico, facto bem patente na cerâmica com características técnicas que a colocam entre os

séculos VI-VII, tal como se pode depreender pelas oito estampas evidenciadas por Brochado de Almeida (ALMEIDA CAB1996a: 31-32).

À semelhança do que havia acontecido na época tardo-romana, a funcionalidade deste povoado esteve certamente ligada a um quadro defensivo de carácter temporário, funcionando como atalaia e ponto de refúgio em tempos de crise; o aparecimento do alicerce de uma estrutura defensiva evidenciada por uma sondagem arqueológica realizada no Alto da Telha, conforme o que foi publicado por Brochado de Almeida em 1996 (ALMEIDA CAB 1996a: 29-30) parece confirmar esta perspectiva.

Não obstante, no período da Reconquista as estruturas defensivas presentes no monte de Santo Ovidio e do Alto da Telha terão sido reaproveitados e aperfeiçoados pelas comunidades limítrofes, desenvolvendo-se um pequeno castelo roqueiro. A presença do arcaz sepulcral antropomórfico, as cerâmicas de características medievais (ALMEIDA CAB 1996a: 27), bem como a referência de 1125 à “*ecclesiam sancti Michaelis de Aurega in Ripa Limie*” (PMH-DR, I, n.º 70) nome corrente deste local até ao século XVIII²⁵ (COSTA 1868: 178), parecem confirmar esta tese, para além do hagiotopónimo S. Miguel, muito associado às posições castrenses medievais (ALMEIDA CAF 1978b: 49).

Fora do adro da capela, pelo lado norte, está a *Sepultura de Santo Ovidio*, um sarcófago trapezoidal com antropomorfismo, que Carlos Teixeira e Mário Barroca publicaram como uma sepultura cavada na rocha (TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 40; BARROCA 1987a: 145) mas, tal como Brochado de Almeida já noticiou (ALMEIDA CAB 1996a: 23 e 342), tal não corresponde à verdade. O sarcófago (Fig. 34.2) encontra-se colocado numa estrutura metida no solo e revestida a pedra bem esquadriada em aparelho isódomo, que parece-nos ter sido abobadada, pelo menos é o que os topos dos muros a convergir para o centro deixam antever. A sepultura é bem dimensionada e aparenta cuidado na sua obtenção, já que parece ser simétrica. O bloco trapezoidal mede 2,10 metros de comprimento, por 0,79 metros de largura máxima e 0,62 metros de largura mínima. A cavidade sepulcral conta com o antropomorfismo bem desenhado, com a linha do crânio ligeiramente abatida; não obstante, apresenta um ressalto entre o apoio dorsal e a cabeceira, para além de um sulco a contornar esta última, talvez para um melhor assentamento de uma tampa. A cavidade mede 1,88 metros de comprimento por 0,35 metros de largura na cabeceira, 0,51 metros nos ombros e 0,38 metros nos pés.

²⁵ O P.e Carvalho da Costa referiu, na *Corografia Portuguesa*, que “no alto do monte de S. Miguel (...) se vem vestígios de fortificação” (COSTA 1868: 178)

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 155-157; ALMEIDA CAB 1996a: 23-33; ALMEIDA CAB e BAPTISTA 1981: 303; ARAÚJO 1991: n.º 18; AZEVEDO 1896: 256; BAPTISTA 1984: 294; BARROCA 1987a: 145; BRITO 1908: 95; CORTEZ 1948: 15-21; COSTA 1868: 178; FIGUEIREDO 1896: 165; HIPÓLITO 1960-1961: 15-16; LEAL 1873: 235; QUEIROGA 1992: n.º 345; REIS 1978: 9; MELO 1967: 61-62; SILVA 1986: n.º 111; TEIXEIRA e MEDEIROS 1972: 40

68. Bouça da Castanheira – Sá

- *Tegula*

- N 41°45'56''

- E 00°30'05''

- 15 metros

Na Bouça da Castanheira, situada a sudoeste da freguesia de Sá, aparece *tegula*. Brochado de Almeida encontrou por lá “*cerâmica cinzenta tardia*” (ALMEIDA CAB 1996a: 232), facto que não pudemos observar. Acrescentou aquele autor a presença de um topónimo de ascendência germânica, Gerrufes (ALMEIDA CAB 1996a: 233). Este local apresenta, deste modo, elementos que traduzem ocupação romana ou altimedieval, mas é muito difícil distinguir a tipologia de assentamento, pois poderia tanto ser um *aedificium* como um casal.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 175; ALMEIDA CAB 1996a: 232-233

69. Quinta de Chão de Zil – Sá

- *Tegula*

- N 41°45'20''

- E 00°31'13''

- 55 metros

Nas mediações da Quinta de Chão de Zil, situada para nascente do Monte de Santo Ovídio, aparece *tegula*, mormente nos terrenos onde foram plantadas vinhas a

norte da propriedade e a nascente, onde existe uma bouça. A existência deste vestígios, por si só, não nos garante a segurança necessária para distinguir os restos de um *aedificium*, de um casal ou mesmo de um necrópole.

O topónimo Chão de Zil parece-nos uma corruptela de *Soegildi*, denominação já registada no documento de dotação do Mosteiro de S. Salvador da Torre referente ao Lugar de S. Gil, Perre, datado de 1068 (GUERRA 1891: 2-5; FERNANDES 1958: 113-114; COSTA 1981: 89; MOREIRA 1985: 89-91). Existirá aqui uma relação entre *tegula* e este topónimo, aparentemente germânico, tal como em S. Gil (Perre)?

Inédito

70. Louredo – Sá

- Povoado tardo-Romano
- Povoado da Alta Idade Média?
- Convento?
- N 41°46'25''
- E 00°30'27''
- 20 metros

O sítio de Louredo encontra-se na parte sudoeste da freguesia de Sá, desenvolvendo-se numa zona paralela à ribeira da Leira Longa, afluente do rio Estorãos. Este é um território sem grandes acidentes, caracterizado por uma razoável planura típica das zonas de aluvião recente que bordejam os afluentes do Lima. O local encontra-se florestado em grande parte, dominando o pinheiro e o eucalipto; a norte concentra-se a construção, existindo algumas casas com quintal, ao passo que a sul, nascente e poente o espaço destina-se ao cultivo de milho, batata e alguma vinha. Na bouça, cortada diametralmente por um caminho que liga a igreja de Bertandos e o Lugar do Souto em Sá, encontram-se facilmente fragmentos de *tegula*, *imbrex* e cerâmica comum romana, mormente os *dolia* e a cerâmica doméstica (ALMEIDA CAB 1996: 232-233) denunciando a existência de uma povoação de interessantes dimensões. Não se vislumbram restos de fortificação, facto que motivou Brochado de Almeida a apelidar este local de *vicus* (ALMEIDA CAB 1990: 173).

Estamos perante um conjunto de habitações, a atentar na quantidade e dispersão das *tegulae*, que organizaram uma aldeia, de cronologia tardia no contexto da dominação romana ou mesmo até do período suevo, devido às características da cerâmica de boa cozedura oxidante e pastas bem depuradas semelhantes as cadastradas na Quinta do Paço Velho da Facha.

Existe, da mesma forma, a associação deste local aos vestígios de um antigo mosteiro, “o Mosteiro Máximo de Frades Bentos” (COSTA 1868: 185). É possível que alguns dos restos aqui apontados nos indiquem a presença de um edifício monacal, mas é uma hipótese que só uma intervenção arqueológica pode confirmar.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 173; ALMEIDA CAB 1996: 232-233; COSTA 1868: 185

71. Vilarinho – Seara

- Povoado tardo-romano
- N 41°44'00''
- E 00°30'52''
- 26 metros

O povoado de Vilarinho situa-se a cerca de 300 metros para norte da Estrada Nacional, num pequeno outeiro situado dentro da veiga limiana. À semelhança do vizinho castro do Eirado, na Correlhã (ALMEIDA CAB 1996a: 92), implantou-se nos restos de um terraço fluvial, tendo-se procedido à escavação de um fosso e com o material resultante da escavação reforçou-se o talude. Actualmente encontra-se muito descaracterizado, não só pelos trabalhos agrícolas que foram nivelando as vertentes, mas também pela abertura de um caminho que cortou o sítio em dois.

Brochado de Almeida orientou ali uma leitura num dos perfis deixados pela abertura do caminho (ALMEIDA CAB 1996a: 242) onde se identificou um nível de ocupação, restos de uma estrutura, e se recolheram cerâmicas de técnica tardo-romana e altomedieval, muito semelhante à que apareceu na Quinta do Paço Velho (ALMEIDA CAB 1996a: 244). Dos fragmentos publicados por Brochado de Almeida, pode-se verificar uma maioria de formas abertas, com predominância das panelas sobre taças e potes. Ao nível técnico é observável uma falta de cuidado nas produções, a grande

maioria de feitura em torno lento e com má cozedura. As pastas são maioritariamente arenosas de tons acastanhados e nos acabamentos foram privilegiadas as superfícies alisadas, com decoração penteada (ALMEIDA CAB 1996a: 243-244).

Estamos na presença de mais um exemplo de povoado tardio fortificado, já que os materiais nos sugerem uma cronologia próxima ao final da dominação romana, tal como as obras de fortificação tipo fosso e talude, à semelhança dos seus congéneres da Nossa Senhora do Barco – Vitorino das Donas (ALMEIDA CAB 1996a: 263) e Paço - Santa Maria de Geraz do Lima (ALMEIDA CAB 1996b: 152).

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 98; ALMEIDA CAB 1996a: 242-244; ALMEIDA CAB e BAPTISTA 1981: 287-309; VIANA 1926: 88-90; VIANA 1932: 11-24

72. Igreja – Serreleis

- Castro
- *Tegula*
- Cerâmica comum romana
- Sarcófago altimedieval
- N 41°42'28''
- E 00°22'51''
- 30 metros

A igreja paroquial de Serreleis situa-se a cerca de 150 metros para sul da Estrada Nacional 202, sobre uma pequena elevação que domina a paisagem desde as encostas do Monte de S. Silvestre até ao Rio Lima. Sobre o outeiro foram igualmente construídos o cemitério paroquial, o campo de futebol, a sede de Junta de Freguesia e o edifício do Centro Paroquial, mais uma meia dúzia de vivendas. Toda esta construção, aliada à superficialidade dos afloramentos graníticos, descaracterizaram o pequeno castro agrícola ali existente (ALMEIDA CAB e ABREU 1988: n.º 114; ALMEIDA CAB 1990: 241). De facto, do povoado e das suas defesas já pouco resta, notando-se parte do fosso no lado nordeste, bem como parte do talude. As cerâmicas castrejas e romanas referidas por Brochado de Almeida (ALMEIDA CAB 1990: 241; ALMEIDA CAB 1996b: 154) já não as encontramos, pois apenas são visíveis alguns fragmentos de *tegula* nos terrenos a nascente e norte do outeiro.

Um elemento importante que se encontrou na residência paroquial e actualmente depositado no Museu Pio XII (COSTA 1981: 89) é um sarcófago de planta ligeiramente trapezoidal com decoração na cabeceira. Esta apresenta “*uma cruz grega de pé alto, com solução patada e, curiosamente, antropomorfizada*” (BARROCA 1987a: 200). Mário Barroca definiu este aspecto decorativo como uma forma de se traduzir a figura do orante (BARROCA 1987a: 200). Uma outra representação de orante acha-se numa das faces de um dos capitéis de Vila Mou, capitel esse de cronologia pré-românica.

Se não podemos comprovar o povoamento no castro agrícola em época tardo-romana, ainda que possam aparecer indícios disso, a presença do túmulo altomedieval²⁶ dá-nos indícios de povoamento existente no local em torno do século XI, a juntar à existência do topónimo Serreleis com raiz em *Sala*, já referido em documentação dos inícios do século XII como *Sella Regis* (FERNANDES 1958: 119; COSTA 1981: 89).

Bibliografia: ALMEIDA CAB e ABREU 1988: n.º 114; ALMEIDA CAB 1990: 241; ALMEIDA CAB 1996b: 154; BARROCA 1987a: 183 e 200; COSTA 1981: 89; FERNANDES 1958: 119

73. Igreja - Subportela

- Tegula

- N 41°41'07''

- E 00°25'00''

- 60 metros

Nos terrenos adjacentes ao adro paroquial e à casa do Passal é possível recolher *tegula* (ALMEIDA CAB 1996b: 155). São vestígios de um aedificium de um casal ou mesmo de uma necrópole, ainda que, pela falta de mais elementos, não nos seja possível definir uma tipologia mais concreta. A cronologia deste vestígio ainda é mais difícil de particularizar, dado que o quadro cronológico onde a tegula se insere medeia os alvares da Romanização e a Alta Idade Média.

Existem referências do século XI à paróquia “*Sancto Petro de Cortegaza*” (COSTA 1959b: 147), ainda que seja muito arriscado tentar associar aquele elemento à

²⁶ O Professor Avelino Jesus da Costa classificou-o de “*visigótico*” (COSTA 1981: 89)

existência da *tegula*, pelo menos sem a aparente segurança com que a relação entre vestígios pré-românicos e aquele material cerâmico parece assegurada nos casos das igrejas de Santa Leocádia de Geraz do Lima e Santa Maria de Geraz do Lima (ALMEIDA 1996b: 146).

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1996b: 155

74. Igreja/ Souto – Torre

- Mosteiro pré-românico?

- N 41°44'32''

- E 00°25'03''

- 45 metros

O Lugar do Souto tem vindo a ser apontado como o sítio onde se acham vestígios do antigo convento de S. Salvador da Torre (MOREIRA 1985: 79). A base desta suspeita levantada por Manuel Fernandes Moreira estará a situação sobranceira à igreja paroquial da freguesia e a alegada presença de “*vestigios líticos*” do cenóbio (MOREIRA 1985: 79).

As nossas buscas no local, mormente nas bouças que existem a norte do templo paroquial, cheias de mato, não permitiram a constatação de tais evidências. Contudo, é possível que uma torre ali existisse, para defesa do mosteiro fundado em 1068 por Frei Ordonho, em substituição de um que existia em Vila Mou (MOREIRA 1985: 77-78), segundo o que se pode aferir do documento manuscrito existente na Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, diploma esse evidenciado por Figueiredo da Guerra em 1891 (GUERRA 1891: 1-5; MOREIRA 1985: 77-78).

A história do local conta-se em duas linhas: Paio Vermudes havia patrocinado a construção de cenóbio em Vila Mou²⁷, o qual foi destruído nos inícios do século XI, talvez pela acção de piratas normandos (MOREIRA 1985: 77); um seu descendente, Frei Ordonho, em visita ao local em meados do mesmo século achou a estrutura em

²⁷ Avelino Jesus da Costa confundiu a fundação do convento de Vila Mou com o de “*S. Pedro da Torre*” (COSTA 1981: 92). Não só existiu confusão com o local, talvez a pensar em S. Pedro da Torre - Valença, como com o orago, pois o correcto seria Santa Maria, no caso de Vila Mou, ou S. Salvador, no caso da Torre.

ruínas e mandou construir um outro na Torre²⁸, tendo os seus parentes dotado o mosteiro com as terras pertencentes ao antigo cenóbio de Vila Mou (MOREIRA 1985: 88). O diploma em questão atestou a transferência daquelas propriedades²⁹.

Não obstante a questão da localização do mosteiro da Torre, ou mesmo a existência da estrutura defensiva que esteve na base da denominação do local, que poderia muito bem ter estado adossada à igreja paroquial. É que sobre o tímpano da porta lateral sul existe uma inscrição, que Fernandes Moreira achava ilegível, mas que Mário Barroca leu “TCVT” [1068] (BARROCA 1995: 91), isto é, a confirmação material do conteúdo do documento.

Aliás, as designações existentes no aludido documento não deixam dúvidas, quer quanto à fundação de uma estrutura conventual nas imediações deste local no terceiro quartel do século XI, bem como a referência a um conjunto de propriedades coincidentes com as imediações, comprovando não só um movimento de presúria, mas o papel dos mosteiros na reorganização deste território.

Bibliografia: ALMEIDA CAF 1978a: 85; ALMEIDA CAF 1978b: 43; COSTA 1981: 92; GUERRA 1891: 1-5; MOREIRA 1985: 73-106

75. Fontão – Vila Franca

- Povoado Romano
- N 41°41'07''
- E 00°24'04''
- 70 metros

O Lugar de Fontão situa-se na base noroeste do Monte de Roques, entre o Lugar de Pereiro e da Igreja. É uma zona com algumas habitações e respectivos quintais, rodeados de alguns campos onde se cultiva o milho, as leguminosas e a batata. Os terrenos são enxutos, gozam de boa exposição solar e beneficiam das linhas de água que escorrem de Roques para abastecer a Ribeira de S. Simão. Bem no centro deste lugar existe um pequeno outeiro coberto de matos e pinheiros onde existem restos de um povoado romano do tipo aberto, se atentarmos na grande quantidade de *tegula* e na

²⁸ “*Monasterio Sancti Salvatoris de Turre*” (MOREIRA 1985: 79)

²⁹ “*adnominavimus illa villas que primos hedificatores illos ibidem testarunt*” (MOREIRA 1985: 88)

indicação de se ter recolhido cerâmica em pouca quantidade, mas que, pelo “*tipo de pastas e formas, insere-se nas produções tardias da ocupação romana*” (ALMEIDA CAB 1996b: 224). Na visita que efectuamos ao local verificamos a presença de *tegula* espalhada por todo o outeiro e nas suas imediações; no entanto não conseguimos encontrar fragmentos de cerâmica.

Não encontramos, da mesma forma, vestígios de fortificação consentânea com os povoados da transição para a Alta Idade Média, mormente com fosso e talude, como os que conhecemos na Senhora do Barco (Vitorino de Piães), Vilarinho (Seara) e Roupeiras (Lanheses), por exemplo, sendo este tipo mais aproximado ao povoado de Louredo (Sá), apresentando, portanto, todas as características de um povoado aberto. Aqui habitavam, certamente, um conjunto de pessoas que viviam da agricultura e, dada a proximidade do Monte de Roques, da pastorícia.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1996b: 224

76. Igreja – Vila Franca

- *Tegula*

- Sepulturas monolíticas

- N 41°41'00''

- E 00°23'48''

- 40 metros

Nos terrenos adjacentes à igreja paroquial de Vila Franca, bem como nas obras ocorridas no adro, encontrou-se *tegula* e *imbrex* (ALMEIDA 1990: 240). Só por si estes elementos não nos indicam uma tipologia concreta de assentamento, do tipo *aedificium*, casal ou *villa*, para não falar de restos de uma necrópole. Todavia, este último quadro ganhará mais força se lhe associarmos a existência de três sarcófagos monolíticos (ALMEIDA CAB 1996b: 156), sem tampas associadas, sem decoração e sem sinais de antropomorfismo, colocados junto à casa do Passal. À semelhança do conhecido nas igrejas de Santa Leocádia de Geraz do Lima, de Santa Maria de Geraz do Lima e de Vila Mou, onde tanto *tegula* como sepulturas daquele tipo aparecem relacionadas, temos alguns indícios de que estamos perante os vestígios de uma necrópole de cronologia altimedieval, se as cronologias não forem mais recuadas.

77. Citânia de Santa Luzia – Viana do Castelo

- Castro
- N 41°42'23''
- E 00°17'52'
- 225 metros

A bem conhecida “*cidade velha*” (VIANA e OLIVEIRA 1954: 72) ou a celebrada citânia de Santa Luzia é um dos povoados castrejos romanizados mais bem estudados do vale do Lima e, até, do Alto Minho. Qualquer referência ao castro de Santa Luzia deverá ser acompanhado por uma extensa lista bibliográfica, tal o volume de estudos elaborados por um extenso rol de investigadores, abordando os mais diferentes temas (GUERRA 1878: 2-7; CALDAS 1884: 333-335; GUERRA 1900: 2-7; VASCONCELOS 1903: 15-23; FORTES 1905: 16-17; PEREIRA 1914: 12-16; SARMENTO 1933: 166; CORRÊA 1943: 22; LOPEZ CUEVILLAS 1953: 43-44; VIANA e OLIVEIRA 1954: 5-28; VIANA e OLIVEIRA 1955: 541-568; PONTE 1981: 53-61; ALMEIDA CAB e ABREU 1988: n.º 116; ALMEIDA CAB 1990: 224; ALMEIDA CAB 1996b: 212-220).

Este importante assentamento está situado no monte sobranceiro à cidade de Viana do Castelo (Fig. 33.2), onde se ergueu o templo dedicado a Santa Luzia, achando-se a norte do equipamento hoteleiro ali existente. A área envolvente encontra-se densamente florestada; ali proliferaram pinheiros, eucaliptos e as austrálias. A posição sobranceira sobre a foz do Rio Lima, de onde se pode abarcar visualmente não só a cidade como a parte terminal da bacia do Lima e a costa Atlântica até ao concelho de Esposende condicionou, certamente, a escolha deste local para a instalação de um povoado de grande importância estratégica durante a Idade do Ferro.

A fortificação do povoado parece apresentar três linhas de muralha; entre as duas mais interiores existia um fosso profundo.

O povoado castrejo apresenta uma série de elementos que parecem confirmar um grosso da ocupação em torno dos séculos I a.C. e II/III d.C.. De facto, a existência de restos arquitectónicos importantes, mormente das casas de planta circular e ovóide,

muitas delas com vestíbulo, organizadas por dentro de unidades que lembram bairros ou grandes grupos familiares, sugerem uma cronologia construtiva por alturas da reorganização coincidente com a plena instalação a ocupação romana no território. A grande quantidade de formas cerâmicas pertencentes ao final da Idade do Ferro, principalmente as formas de perfil em S, cujas pastas apresentam as características intrínsecas da feitura ao torno rápido, a cozedura redutora e a utilização do desengordurante micácio, confirmam aqueles dados cronológicos.

No que diz respeito à Romanização, esta encontra-se bem patente nas *tegulae* e *imbrices*, nas cerâmicas comuns e em alguns fragmentos de cerâmica de importação, como é o caso da ânfora e das *Terra Sigillata Hispanica* de boa época (ALMEIDA CAB 1990: 236). Do período tardio romano, afinal a parte que mais nos interessa para este estudo, somente parecem existir evidências do povoamento pela presença de um conjunto de seis dezenas de numismas, com maior representatividade os da época de Constantino, destacando-se a presença de um bronze de Honório, para além de alguns bronzes de Antonino e uns denários da República. São elementos que nos falam do povoamento nos finais da dominação romana, alturas em que este povoado ainda estava ocupado (ALMEIDA CAB 1990: 239).

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 224; ALMEIDA CAB 1996b: 212-220; ALMEIDA CAB e ABREU 1988: n.º 116; CALDAS 1884: 333-335; CORRÊA 1943: 22; FORTES 1905: 16-17; GUERRA 1878: 2-7; GUERRA 1900: 2-7; LOPEZ CUEVILLAS 1953: 43-44; PEREIRA 1914: 12-16; PONTE 1981: 53-61; SARMENTO 1933: 166; VASCONCELOS 1903: 15-23; VIANA e OLIVEIRA 1954: 5-28; VIANA e OLIVEIRA 1955: 541-568

78. Roques – Subportela/ Vila Franca/ Mujães/ Vila de Punhe

- Castro
- Ocupação tardo-romana
- N 41°40'31''
- E 00°24'27''
- 250 metros

A Citânia de Roques é, indubitavelmente, o mais extenso povoado fortificado da Bacia do Lima (ALMEIDA CAB 1990: 32), ocupando quase toda a zona setentrional do monte chamado de Roques, numa área que ronda os 7 hectares. Também chamado de Castro do Santinho³⁰, despertou desde cedo o interesse dos investigadores pelas suas particularidades arqueológicas e etnográficas (LEAL 1886: 743; GUERRA 1900: 2-7; VASCONCELOS 1917: 117; VIANA 1932: 162; NEVES 1942; NEVES 1946: 56-61; NEVES 1959: 381-387; NEVES 1965: 172-180; ALMEIDA CAF 1978b: 40; NUNES 1979: 18-24; MOREIRA 1982: 54; SILVA 1983-1984: 124; SILVA 1986: n.º 93; ALMEIDA CAB 1990: 32-35; QUEIROGA 1992 n.º 442; MACIEL 1997: 121-124).

Por todo o lado se notam as marcas dos guilhos dos canteiros que em outras épocas ali extraíam o granito, facto que descaracterizou bastante algumas áreas do povoado. A abertura de uma complicada rede de caminhos florestais tem vindo a agudizar a degradação do sítio, bem como o crescimento caótico da vegetação arbórea e arbustiva.

O povoado (Fig. 35.1) desenvolveu-se por toda a vasta chã entre uma série de cabeços que organizam torreões naturais, entre os quais se construíram três linhas de muralhas. Na parte exterior da muralha mais distante do centro existia um fosso visível em alguns locais, mormente a sul, sudoeste e nascente, ou simplesmente se desnivelaram algumas vertentes já de si algo íngremes, como a parte norte e poente. A muralha mais interior é aquela que circunda a espécie de acrópole, onde é possível observar um pequeno conjunto de *fossetes*. Existe um outro grupo, mais numeroso, num penedo situado na depressão interna do povoado.

A prospecção no local permite a recolha de grande número de fragmentos, a maioria dos quais, contudo, sem traduzir as formas, se bem que seja admissível a existência de painéis de perfil em S e alguns *dolia*. Foi possível cadastrar, da mesma forma, cerâmica de fabrico castrejo, com pastas muito micácias e feitura a torno lento, as cerâmicas de técnica romana, ainda que sem se poder definir as formas concretas, restos de um cadinho de bronze, alguns fragmentos minúsculos de vidro amarelado,

³⁰ A imaginação centenária das populações limítrofes viu ali o poiso dos pés de S. Silvestre, aquando do seu prodigioso salto sobre o Lima até ao monte que lhe recebeu o nome, defronte de Roques. A *Pegada do Santinho* não é mais que um encaixe escavado na rocha onde rodava um gonzo de porta de uma casa castreja (ALMEIDA CAB 1990: 33). Uma diaclase granítica chamou a atenção das populações, as quais prontamente a denominaram de *Boca da Serpe*, afinal um fenómeno geológico comum e sem relação com um alegado eremitério rupestre apontado por Manuel Real para este local (REAL et alii 1991: 17)

muita *tegula* e *imbrex*, bem como grandes quantidades de ânfora, cuja maioria dos fragmentos apresentavam restos de pez na superfície interior.

Os restos do povoamento romano tardio que ali procuramos são difíceis de reportar, pois a maior parte da cerâmica de fabrico romano têm cronologia coeva dos primeiros séculos da dominação romana. No entanto sabemos que no espaço da acrópole apareceu um conjunto de numismas com amplitude cronológica desde Antonino a Constante, evidenciados por Quintas Neves a partir de uma intervenção efectuada naquele local (NEVES 1969: 179), o que mostra sinais de ocupação até às primeiras décadas do século IV.

Não obstante as cronologias, é lícito considerar que, perante as grandes dimensões e a grande concentração de espólio verificada no local, poderemos estar na presença dos vestígios de um importante *vicus*, se é que eles existiam no vale do Lima, mas tudo leva a pensar que sim.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 32-35; ALMEIDA CAB 1996b: 116-117; ALMEIDA CAF 1978b: 40; GUERRA 1900: 2-7; LEAL 1886: 743; MACIEL 1997: 121-124; MOREIRA 1982: 54; NEVES 1942; NEVES 1946: 56-61; NEVES 1959: 381-387; NEVES 1965: 172-180; NUNES 1979: 18-24; QUEIROGA 1992 n.º 442; SILVA 1983-1984: 124; SILVA 1986: n.º 93; VASCONCELOS 1917: 117; VIANA 1932: 162

79. Sabariz – Vila Fria

- Castro
- *Tegula*
- Ermitério Altomedieval
- N 41°40'25''
- E 00°22'55''
- 90 metros

O Lugar de Sabariz situa-se na vertente poente do monte de Roques, constituindo um pequeno aglomerado habitacional bem definido em torno do Caminho Municipal 1995. O local compreende um conjunto de campos de cultivo arroteados na depressão plana entre o Monte de Sto. Amaro e o Monte da Junca, limitando com as

vertentes dos montes onde começam as bouças, com profusão de pinheiros, matos e eucaliptos. Os terrenos são bons para a prática agrícola, dado estarem protegidos dos ventos e beneficiarem de ampla exposição solar, cultivando-se ali o milho, a batata, os produtos hortícolas e alguma vinha nas testeiras dos campos. Na encosta poente do Monte da Junca funciona uma exploração de granito.

No outeiro onde existe a pequena ermida dedicada ao taumaturgo³¹ Sto. Amaro acham-se os restos de um pequeno povoado castrejo romanizado muito destruído (NEVES 1965: 11; ABREU e ALMEIDA 1988: n.º 122; ALMEIDA CAB 1990: 31-32; MACIEL 1997: 127), sendo apenas visível parte do seu sistema defensivo voltado a nascente e sul e os restos de uma parede de uma casa redonda. Tudo o resto foi descaracterizado pelas obras de implantação da capela e pelos arranjos promovidos no adro e pela construção do caminho de acesso.

Para além do castro, surgiram outras evidências arqueológicas que atestam a qualidade do local para o povoamento. A poente do núcleo habitacional, nos terrenos situados perto da linha de caminho-de-ferro, ocorre *tegula* e algumas cerâmicas, as quais parecem ter cronologia romana. Devido ao facto de não apresentarem formas e/ou características mais particulares que não sejam as pastas homogêneas e bem depuradas, com boa cozedura e cuidado nos acabamentos, mormente nas superfícies alisadas e a aplicação de barbotina cor de tijolo, não nos é possível adiantar se pertencem ao Alto ou ao Baixo Império e, mesmo, à Alta Idade Média, ainda que Fernandes Moreira reporte o aparecimento de “*vasilhas*” tardias (MOREIRA 1982: 72). Estes são vestígios indicadores da existência de um casal ou mesmo uma modesta *villa*, provavelmente tardia, vocacionada para a agricultura propiciada pelas excelentes condições que o local apresenta.

A pouco mais de 200 metros a sul do castro, junto ao limite da concessão de exploração de granito, cadastrou-se um eremitério rupestre, composto por uma série de celas destinadas à reclusão de ascetas, “*ligado à corrente frutuosiãna*” (REAL et alii 1982: 6). O local, conhecido localmente por “Covas dos Mouros” desenrola-se desde a encosta com suavidade, ao longo de um antigo caminho, actualmente desactivado e cheio de giestas, encontra-se nas costas de uma grande casa de quinta arruinada e do seu quintal, igualmente abandonado.

³¹ A esta capela de Sto. Amaro ainda afluem diariamente devotos em busca da cura para os seus males físicos, por ser aquele advogado das doenças das pernas e braços. No interior da capela existem vários *ex votos* em cera e madeira.

Segundo um primeiro estudo efectuado no período sequente à sua identificação (REAL et alii 1982: 5-30), este núcleo eremítico apresentava três celas-templo exíguas, orientadas E-W, todas com uma espécie de antecâmara; eram servidas por um corredor, ao qual se acedia recorrendo-se a um alçapão (Fig. 35.2). Toda esta estrutura foi escavada no saibro, notando-se as marcas do pico nas paredes; as celas possuíam também uma espécie de estrado, a julgar por umas calhas de assentamento de traves, certamente para proteger os ascetas da maior humidade acumulável junto ao fundo, para além de alguns nichos e de um engenhoso sistema de comunicação e ventilação (REAL et alii 1982: 6-7).

Os autores deste estudo defenderam a intenção implícita dos obreiros deste conjunto de camuflarem o local, preservando-se, deste modo, a reclusão total dos eremitas, isolamento esse só quebrado quando algum habitante da comunidade envolvente lhes trouxesse alimentos, os quais eram depois distribuídos a partir das condutas de ventilação (REAL et alii 1982: 7-8).

O núcleo rupestre encontra-se actualmente muito descaracterizado, pois uma intervenção arqueológica ali havida em 1983 (BARROCA e REAL 1985) abriu uma sondagem sobre a área das celas, após o que se tentou uma musealização do sítio, com recurso a uma estrutura de cobertura, hoje completamente arruinada. O tempo e o abandono a que foi sujeito encarregou-se de infligir graves danos ao ermitério, tendo aluído partes das paredes das celas 1 e 2 e parte da abóbada da cela 1. A vegetação cresce por entre o entulho provocado pela ruína da estrutura museológica.

Na tal intervenção arqueológica, cujos resultados ainda não conseguimos ler, parece ter aparecido mais duas celas, uma à direita do corredor de entrada, sem vestíbulo, e outra em frente à cela n.º 1. Este aspecto inviabilizaria um aspecto focado pelo trabalho de 1982, onde se valorizava a intencionalidade da existência das covas de acesso (REAL et alii 1982: 7), pois a depressão que os autores chamaram de átrio não era mais do que um aluimento de uma abóbada comum a todas as celas ou uma outra cela passando-se, deste modo, a um conjunto de 6 celas.

No trabalho de 1982 foi adendada uma informação relativa aos trabalhos arqueológicos em curso no local, mais concretamente quanto à precisão da cronologia do sítio. Se a princípio se defendia uma datação à volta do século VII (REAL et alii 1982: 17), o aparecimento de um fragmento de cerâmica adiantou a cronologia para a Reconquista (REAL et alii 1982: 18).

As questões em torno desta importante estrutura não são, para nós, muito duvidosas, dado que a funcionalidade, a tipologia e até a cronologia definidas são consentâneas com outras estruturas conhecidas, fundamentalmente na área no Norte Peninsular. Na área envolvente tem-se vindo a admitir a existência de estruturas análogas, ligadas ao ascetismo. É o caso de uma referência a uma estrutura parcialmente escavada na rocha associada a um núcleo sepulcral nas encostas do Folgadoiro³², em Amonde, Viana do Castelo (VIANA 1955: 16; BARROCA 1987a; ABREU e ALMEIDA 1988: n.º 20). Manuel Real e os seus colaboradores indicam também outros locais semelhantes a Sabariz, mas relacionadas com minas de volfrâmio, no Castro do Vieito e em Roques³³ (REAL et alii 1982: 17). Visitamos estes locais e, mesmo com informações de habitantes das imediações, não os conseguimos encontrar. De qualquer das formas, este vestígio é mais um importante indicador do povoamento no vale do Lima no período pré-românico.

Bibliografia: ABREU e ALMEIDA 1988: n.º 122; ALMEIDA CAB 1990: 31-32; MACIEL 1997: 127; NEVES 1965: 11; REAL et alii 1982: 5-30

80. Igreja/ Quinta da Torre – Vila Mou

- Vestígios romanos
- Ara
- Capitéis visigóticos
- Sepulturas
- Sarcófagos antropomórficos
- Vestígios pré-românicos
- N 41°43'50''
- E 00°26'02''
- 10 metros

³² Este local acha-se fora da nossa área em análise mas a sua referência é imprescindível, tal como é o silo medieval de Cossourado, Barcelos, publicado por Ferreira de Almeida (ALMEIDA CAF 1982: 152-154), que Manuel Real e seus colaboradores preferem associar ao fenómeno eremítico rupestre (REAL et alii 1982: 19). Em Belinho (Esposende) temos a referência de que existe a tradição ligada a um anacoreta que habitava uma pequena gruta junto à capela de Nossa Senhora da Guia, conhecida pela *Gruta do Fradinho*.

³³ A referência alude à *Boca da Serpe*, uma diaclase eolizada cuja forma estranha motivou um interessante conjunto de lendas.

A igreja paroquial de Vila Mou encontra-se para norte da Estrada Nacional 202, na depressão que se prolonga desde Rasas até às margens do Lima, franqueando a poente com encosta do Calvário, onde se fundou a capela de Nossa Senhora dos Emigrantes e a nordeste o outeiro onde se acha a Cividade ou Castro de Rasas (ALMEIDA 1990: 186). A área a norte da estrada encontra-se mais urbanizada que a zona meridional, território vocacionado para a agricultura, mais concretamente para o milho para silo, a batata e alguma vinha. No local onde se implantou a igreja, bem como na sua envolvente, conhecem-se os micro-topónimos Ermeiro e Vilamou; um pouco para nascente fica o local nomeado Burguete, onde se acha a Quinta da Torre e o local chamado Igreja Velha (MOREIRA 1985: 86).

Foi nas obras de recuperação da igreja paroquial (1892) que primeiro se descobriram importantes vestígios arqueológicos, como uma ara dedicada a Júpiter com a inscrição “*RVFI-GRO/ VIVS-VOTV/ M-IOVI OP/ TIMO-M/AXIMO*” (GUERRA 1900:157; PEREIRA 1906: 203), uma imposta onde se representa uma figura equestre associada a motivos vegetalistas (Fig. 36.1), uma imposta com figuração antropomórfica, uma placa decorada com pequenos círculos, uma pedra com a inscrição “*VICTORIAE*” e cinco capitéis (ARAÚJO 1959: 85-90), dos quais dois têm sido apontados como exemplares visigóticos (36.2) (ARAÚJO 1959: 89-90; ALMEIDA CAF 1978a: 80; ALMEIDA CAF 1986b: 40). Excepto a ara que foi destruída (MOREIRA 1985: 81), todos os restantes elementos se encontram no Museu Municipal de Viana do Castelo. Para além destes elementos é possível encontrar-se *tegula*, tijoleira e cerâmica romana tardia (MOREIRA 1981: 414; ALMEIDA CAB 1990: 188).

Em 1934, quando se procediam às obras de terraplanagem para a instalação da linha de caminho-de-ferro Viana – Ponte de Lima, descobriram-se na Quinta a Torre, Burguete, local que dista cerca de 200 metros para nascente da igreja paroquial, os restos de uma necrópole. Tratava-se de cinco sepulturas de caixa, com as paredes feitas com lajes de granito e xisto e o fundo em *tegula*. A planta das sepulturas era trapezoidal e apresentavam uma orientação E-W. Para além disto surgiram mais três sarcófagos não-antropomórficos e sem decoração³⁴, bem com um peso de lagar (ARAÚJO 1934: 5; MOREIRA 1985: 83). Em 1981, o P.e António Moreira ainda conseguiu desenhar uma dessas sepulturas, quando uma retro-escavadora esventrou parte da encosta onde a necrópole havia aparecido; dessas escavações apareceu um capitel cúbico com

³⁴ Segundo informações do P.e António Moreira, estas sepulturas encontram-se na Quinta do Carvalhal e em duas casas do Lugar da Aldeia, servindo de pias de água para o gado (MOREIRA 1985: 83).

decoreção vegetalista, tijolos e uma dúzia de pedras que, segundo o Rev. Padre, eram “*talhadas em forma de meio tambor, que faziam pare de colunas adossadas*” (MOREIRA 1985: 83).

Estamos perante dois locais com importantes vestígios e por existirem, quanto a nós, uma grande relação entre os dois locais, colocamo-los sob a mesma entrada neste catálogo.

Brochado de Almeida, quando se debruçou sobre a Cidade de Vila Mou, admitiu poder ter existido uma *villa* de interessantes proporções nas imediações deste povoado castrejo (ALMEIDA CAB 1990: 188), confirmando desta forma, as ideias já veiculadas pelo P.e Moreira (MOREIRA 1982: 63). Esta exploração agrária aproveitava os excelentes terrenos situados a sul, mormente para os terrenos na Quinta da Torre, ou nas imediações da igreja paroquial, inclinando-se aquele autor para esta solução, até pela maior concentração de vestígios arquitectónicos (ALMEIDA CAB 1990: 188; ALMEIDA CAB 1996b: 161).

Os vestígios ocorridos nas imediações da igreja paroquial são de duas épocas distintas. Por um lado ocorrem os materiais de construção romanos e a cerâmica doméstica daquele período, ainda que seja admissível que tanto as *tegulae*, como as tijoleiras, bem como as cerâmicas de técnica romana perduram na Alta Idade Média. Se aqui existiu uma *villa* congénere à existente no paço Velho da Facha, como pretende Brochado de Almeida (ALMEIDA CAB 1990: 188) não é difícil perceber a ampla diacronia dos vestígios aqui arrolados. Deste modo, teria funcionado no local uma exploração agrícola, com alguma propensão para os trabalhos de mineração, dado que as cortas de Rasas estão bem próximas, tal como as explorações do estanho existentes no vale do Rio Tinto, entre Vila Mou e Lanheses (MOREIRA 1981: 405-409; ALMEIDA CAB 1990: 206-211), desde os inícios do Baixo Império, facto verificável pela presença das inscrições de “*Rufo Gróvio*” e a “*Victoriae*” e das cerâmicas tardo-romanas e, talvez, altimedievais.

Se as estruturas que atrás nomeamos são parte integrante de um edifício habitacional de alguma importância, então as sepulturas de caixa aparecidas na Quinta da Torre poderão estar relacionadas com ele, funcionando como necrópole, semelhante ao que se passa no Paço Velho da Facha, pois aqui a necrópole existia na Bouça da Gateira, bem próxima da *villa* (ALMEIDA CAB 1996a: 161). É que as características da construção das sepulturas, mormente o emprego de lajes de granito e xisto na organização da caixa associado ao fundo em *tegula* estão dentro das cronologias das

“necrópoles de transição” ou das “necrópoles com influência germânica” (BARROCA 1987a: 59-96), com cronologias que vão desde o século IV até ao século VII³⁵.

O Professor Ferreira de Almeida atribuiu os capitéis coríntios aos séculos VI-VII, defendendo serem parte constituinte de um edifício religioso (ALMEIDA CAF: 1986: 40 e 42). Resta aferir uma relação entre este edifício e a presença de uma *villa*, pois não possuímos os elementos necessários para uma abordagem mais funda e só uma intervenção arqueológica poderia clarificar esta situação. Os restantes elementos cadastrados nesta área, mormente os restos pré-românicos presentes nas duas impostas de inspiração moçárabe, talvez do século XI (ALMEIDA CAF 1986b: 150) e os sepulcros não-antropomórficos sem decoração parecem estar, por seu turno, ligados ao mosteiro de Vila Mou.

No trabalho que o P.e António Moreira organizou sobre o “*Mosteiro Visigótico de Santa Maria de Vila Mou*”, o autor desenvolve a problemática da sua fundação, afinando cronologias de funcionamento, dotações e, até, causas do seu abandono, tendo por base um documento³⁶ que nomeia este caso de forma indirecta, pois refere-se à fundação do mosteiro de S. Salvador da Torre. Para ele, o cenóbio de Vila Mou foi fundado por Paio Vermudes aquando da presúria das terras a sul do Minho e norte do Lima, entre 866 e 910, isto é, durante o reinado de Ordonho II (MOREIRA 1985: 78-79). Mais tarde, em meados do século XI, um descendente do presor Vermudes, de seu nome Ordonho, “*encontrou o Mosteiro de Vila Mou em ruínas e as suas rendas sonegadas*” (MOREIRA 1985: 91), pois o edifício teria sido destruído pelos Normandos nos princípios do século XI, facto que motivou a acção conjunta de Frei Ordonho e dos seus parentes na reconstrução e dotação de uma mosteiro na vizinha freguesia de Torre, perto da torre defensiva (MOREIRA 1985: 91-93), pelo que se lavrou o tal diploma (GUERRA 1891: 2-5; COSTA 1981: 92; MOREIRA 1985: 88-89).

Não é difícil associar os vestígios presentes junto ao lugar conhecido por Igreja Velha com a presença de uma estrutura monástica do século IX-XI, pois os restos de estruturas e a presença dos sarcófagos concorrem com grande afinidade cronológica a apoiar esta ilação de Fernandes Moreira. Mas os elementos salvos das obras da igreja

³⁵ Na necrópole do Eido da Renda em Beiral do Lima descobriram-se sepulturas deste género, de planta trapezoidal, caixa em granito e fundo em *tegula*, a par dos enterramentos em covachos onde apareceu o tesouro Suevo (VIANA 1961: 116-117).

³⁶ Este documento existia no Arquivo Municipal de Viana do Castelo, tendo sido estudado e transcrito por Luís Figueiredo da Guerra (GUERRA 1891: 2-5). Existe também uma cópia no Arquivo Nacional Torre do Tombo com a cota *conv. de Alcobaça, cx. 3, maço 23* (MOREIRA 1985: 79).

paroquial também fariam parte deste edifício, pois as propostas cronológicas do Professor Ferreira de Almeida também apontam para o século XI, depois incorporados no templo paroquial, à semelhança da ara e dos capitéis visigóticos. O nos parece mais difícil de provar é a pretendida destruição do templo pelas mãos dos normandos, ainda que se conheçam notícias fidedignas da sua presença neste território e nas proximidades.

Bibliografia: ABREU e ALMEIDA 1988: n.º 126; ALMEIDA CAB 1990: 188; ALMEIDA CAB 1996b: 161; ALMEIDA CAF 1978a: 80; ALMEIDA CAF 1986b: 40 e 150; ARAÚJO 1934: 9; ARAÚJO 1959: 85-90; GUERRA 1900: 175-177; MOREIRA 1981: 414; MOREIRA 1982: 64; MOREIRA 1985: 73-106; PEREIRA 1906: 202-208

81. Povoado de Nossa Senhora do Barco – Vitorino das Donas

- Povoado romano
- Povoado altimedieval?
- N 41°44'07''
- E 00°29'30''
- 35 metros

Na pequena elevação onde se encontra implantada a capela de Santo António, junto à estrada municipal que contorna a Quinta do Paço, existem os restos de um povoado fortificado atribuível aos finais do Baixo Império.

A capela alpendrada, antiga sede da paróquia de Nossa Senhora do Barco (COSTA 1959b: 144), é um templo estilisticamente atribuível ao século XVIII, com as janelas aboadas e altares com talha joanina.

O terreno é constituído pelos restos de um terraço fluvial muito erosionado, de suave pendor, onde foi construído um talude defensivo visível em toda a face votada a norte; a nascente e a sul já não se distingue devido à construção do campo de futebol e de uma moradia. A poente, a construção do caminho municipal mutilou aquela obra defensiva. A coroa também se encontra muito destruída, mormente pela implantação da capela e do adro, dos edifícios de apoio e sanitários, os coretos e o campo de futebol.

A *tegula* e os *imbrices* abundam no local, para além da cerâmica comum romana tardia e alguns fragmentos de cerâmica visigótica vassourada (ALMEIDA 1990: 80),

para além de cerâmicas pertencentes à Baixa Idade Média. É lícito apontar as cronologias deste povoado entre os séculos IV-VI d.C., já que é congénere a alguns já conhecidos na área entre o Lima e o Cávado (Queijeiros - Abade de Neiva, Sabugueiro - Poiães e Vilarinho - Seara) (ALMEIDA CAB 1996a: 262), ao passo que as cerâmicas da Baixa Idade Média estarão certamente relacionadas com a presença da sede da extinta paróquia de Nossa Senhora do Barco.

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1990: 80; ALMEIDA CAB 1996a: 263; ALMEIDA CAB e BAPTISTA 1981:287-309; COSTA 1959b: 144; MELO 1967: 64; SILVA 1986:

116

Abreviaturas

| | |
|-------------------|--|
| ADT | Arquivo da Diocese de Tui, <i>Pergaminhos</i> |
| IAFLUP | Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto |
| DCTPFLUP | Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto |
| FCG | Fundação Calouste Gulbenkian |
| FLUC | Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra |
| FLUL | Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa |
| FLUP | Faculdade de Letras da Universidade do Porto |
| GEAP | Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto |
| INCM | Imprensa Nacional Casa da Moeda |
| INE | Instituto Nacional de Estatística |
| LF | <i>Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae</i> , (COSTA 1965; 1978 e 1991) |
| MNAE | Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia |
| PMH _{DC} | Portugaliae Monumenta Historica, <i>Diplomata et Chartae</i> , Lisboa, Academia das Ciências, 1867 |
| PMH-DR | Portugaliae Monumenta Historica, <i>Documentos Régios</i> |
| PMH <i>Inquis</i> | Portugaliae Monumenta Historica – <i>Inquisitiones</i> , Lisboa, Tipografia Académica, 1888 |

Bibliografia

- ALARCÃO 1974 ALARCÃO, Jorge de, “Cerâmica Comum Local e Regional de Conímbriga”, *Suplementos de Biblos*, 8, Coimbra, 1974
- ALARCÃO 1983 ALARCÃO, Jorge de, *Portugal Romano*, Ed. Verbo, 1983
- ALARCÃO 1990 ALARCÃO, Jorge de, *O Domínio Romano em Portugal*, Ed. Europa América, Sintra, 1990
- ALARCÃO 1997 ALARCÃO, Jorge de, ‘A Tecnologia Agrária Romana’, *Portugal Romano – A Exploração dos Recursos Naturais*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1997, p. 137-148
- ALARCÃO 1998 ALARCÃO, Jorge de, “Três Níveis de Aglomerados Populacionais Romanos”, *O Arqueólogo Português*, Lisboa, Série IV, 16, 1998, p. 175-186
- ABREU et alii 1990 ABREU, Alberto Antunes; LOPES, José da Cruz; PEIXOTO, António Maranhão; VIANA, Rui Alberto Faria; CUNHA, Rui Manuel Cavalheiro da, ‘1987/88 – Dois Anos de Pesquisa em Arqueologia Medieval e Moderna’, *Cadernos Vianenses*, XIV, Viana do Castelo, 1990, p. 121-181
- ADT Arquivo da Diocese de Tui, *Pergaminhos*
- ALMEIDA CAB 1981 ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, “Salinas Medievais Entre o Cávado e o Neiva”, *Bracara Augusta*, XXXIII, Fasc. 76-76 (87-88), Braga, 1979, p. 5-20
- ALMEIDA CAB 1985 ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, ‘Intervenções Arqueológicas no Distrito de Viana do Castelo’, *Boletim*

- Cultural do Centro de Estudos Regionais*, 2, Viana do Castelo, 1985, p. 124-127
- ALMEIDA CAB 1990 ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, “Proto-História e Romanização da Bacia Inferior do Lima”, *Estudos Regionais*, 7/8, Viana do Castelo, 1990
- ALMEIDA CAB 1995 ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, “As Origens Pré-românicas da ‘Villa Corneliana’”, *Ensaio Monográfico da Correlhã*, Ponte de Lima, 1995, p. 135-148
- ALMEIDA CAB 1996a ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, *Povoamento Romano no Litoral Minhoto Entre o Cávado e o Minho – Inventário Arqueológico do Concelho de Ponte de Lima*, (Policopiado), Vol. 1, FLUP, Porto, 1996
- ALMEIDA CAB 1996b ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, *Povoamento Romano no Litoral Minhoto Entre o Cávado e o Minho – Inventário Arqueológico do Concelho de Viana do Castelo*, (Policopiado), Vol. 3, FLUP, Porto, 1996
- ALMEIDA CAB 1997a ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, “Povoamento Romano no Litoral Minhoto Entre o Cávado e o Minho – Inventário Arqueológico do Concelho de Barcelos”, *Barcelos Património*, 5 (1), Barcelos, 1997
- ALMEIDA CAB 1997b ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, “Povoamento Romano no Litoral Minhoto Entre o Cávado e o Minho – Inventário Arqueológico do Concelho de Barcelos”, *Barcelos Património*, 5 (2), Barcelos, 1997
- ALMEIDA CAB 1998 ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (Coord.), *Guia do Museu Dos Terceiros – Ponte de Lima*, Ponte de Lima, 1998
- ALMEIDA CAB 1999 ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, ‘Carlos A. Ferreira de Almeida em Santa Eulália de Rio Covo, Concelho de Barcelos’, Separata de *Carlos Alberto Ferreira de Almeida – In Memoriam*, Porto, FLUP, 1999, p. 33-41
- ALMEIDA CAB 2003 ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, *Povoamento Romano do Litoral Minhoto Entre o Cávado e o Minho*, Dissertação de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia, Vol. VII, Edição do Autor, 2003
- ALMEIDA CAB e ABREU 1988 ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de; ABREU, Alberto Antunes, *Carta Arqueológica do Concelho de Viana do Castelo*, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1988
- ALMEIDA CAB e BAPTISTA 1981 ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de; BAPTISTA, António José, “Castros e Castelos de Ponte de Lima”, I Congresso Galaico Minhoto, II Vol., Ponte de Lima, 1981, p. 287-318
- ALMEIDA CAB e LEAL 1988 ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; LEAL, António Joaquim da Cunha, “O Forno Cerâmico da Quinta do Paço”, *Actas do Colóquio de Manuel de Boaventura – 1985*, vol. II, Esposende, 1988, p. 9-28

- ALMEIDA CAB e MATOS 1999 ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de; MATOS, Sebastião, *São Tiago nos Caminhos de Barcelos*, Barcelos, 1999
- ALMEIDA CAB et alii 1985 ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; CORREIA, Virgílio Nuno H.; ALMEIDA, Artur Jorge L. Figueiredo da, “O Castro do Eirado - Correlhã (Ponte de Lima)”, *Arquivo de Ponte de Lima*, Ponte de Lima, 1985, p. 281-298
- ALMEIDA CAB et alii 1989 ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de; CORREIA, Virgílio Nuno H. Coreia; ALMEIDA, Artur Jorge L. Figueiredo, “O Castro do Eirado - Correlhã (Ponte de Lima)”, Separata de *Arquivo de Ponte de Lima*, VI, Ponte de Lima, 1989, p.281-298
- ALMEIDA CAB et alii 1992 ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de; ANTUNES, João M. Viana; SOUSA, Maria José carvalho; CUNHA, Rui M. Cavalheiro da, “O Forno Cerâmico da Correlhã – Ponte de Lima”, Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, Vol. IX, Porto, 1992, p. 481-506
- ALMEIDA CAF 1966 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, “O Documento n.º 13 dos Diplomata et Chartae. Duas Considerações”, Separata de Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia, *Lycerna*, V, Porto, 1966, p. 2-12
- ALMEIDA CAF 1968 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Vias Medievais de Entre-Douro-E-Minho*, Porto, FLUP, 1968
- ALMEIDA CAF 1970 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, “Ainda o Documento n.º 13 dos Diplomata et Chartae”, Separata da *Revista da Faculdade de Letras- Série História*, Porto, FLUP, 1970, p. 8-15
- ALMEIDA CAF 1972 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, “Notas Sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal”, *Revista da Faculdade de Letras – Série de História*, III, Porto, FLUP, 1972, p. 113-139
- ALMEIDA CAF 1978a ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Arquitectura Românica do Entre-Douro-E-Minho*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, FLUP, Policopiado, 1978, p. 68-80
- ALMEIDA CAF 1978b ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Castelologia Medieval do Entre-Douro-E-Minho – Desde as Origens a 1220*, Trabalho Complementar para Prestação de Provas de Doutoramento em História da Arte , Porto, FLUP, Policopiado, 1978
- ALMEIDA CAF 1981 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Território Paroquial no Entre-Douro-E-Minho. Sua Sacralização*, Ed. Nova Renascença, Porto, 1981
- ALMEIDA CAF 1982 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, “Um Antigo Silo de Cossourado – Barcelos”, *Arqueologia*, 6, Porto, GEAP, 1982, p. 152-154

- ALMEIDA CAF 1986a ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, "A Paroquia e Seu Território, in *Minho Terras e Gente*", *Cadernos do Noroeste – Sociedade, Espaço, Cultura*, Braga, Universidade do Minho, 1986
- ALMEIDA CAF 1986b ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *História da Arte em Portugal – Arte da Alta Idade Média*, Alfa, Vol. II, Lisboa, 1986
- ALMEIDA CAF 1987 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Alto Minho*, Col. Novos Guias de Portugal, Ed. Presença, Lisboa, 1987
- ALMEIDA 1967 ALMEIDA, D. Fernando de, "Problemas da Capela de S. Frutuoso", *Bracara Augusta*, XXI, 57-60 (59-62), Actas do Congresso de Estudos da Comemoração do XIII Centenário da Morte de S. Frutuoso, Braga, 1967, p. 33-37
- ALVES 1986 ALVES, Francisco J. S., "A Piroga Monóxila de Geraz do Lima", *O Arqueólogo Português*, Série IV, 4, Lisboa, MNAE, 1986, p. 209-234;
- ARAÚJO 1980 ARAÚJO, Ilídio de, "Castros, Outeiros e Crastos na Paisagem de Entre Douro E Minho", *Minia*, 2ª Série, 4, Braga, 1980
- ARAÚJO 1934 ARAÚJO, J. Rosa, *O Cemitério Bárbaro de Vila Mou*, Viana do Castelo, 1934
- ARAÚJO 1962 ARAÚJO, José Rosa, *Caminhos Velhos e Ponte de Viana e Ponte de Lima*, Viana do Castelo, 1962
- ARAÚJO 1991 ARAÚJO, José Rosa, *Limiana - Página Regional de Arqueologia Artística e Etnografia*, LIMICI, Ponte de Lima, 1991
- ARGENTE OLIVER 1979 ARGENTE OLIVER, "La Villa Tardorromana de Baños de Valdearados (Burgos)", *Excavaciones Arqueológicas en España*, Madrid, 1979
- BALIÑAS PÉREZ 1998 BALIÑAS PÉREZ, Carlos, "La Extremadura Galega Altimedieval y Las Orígenes de Portugal", *Revista da Faculdade de Letras – Série História*, Porto, II Série, volume XV-1, 1998, p. 139-149
- BAPTISTA 1974 BAPTISTA, António José, "A Necrópole de Gondim", *A Minha Terra*, 1976, n.º 46
- BAPTISTA 1980a BAPTISTA, António José, "Levantamento Toponímico do Concelho de Ponte de Lima", *Arquivo de Ponte de Lima*, 2 (1), Ponte de Lima, 1980, p. 63-67
- BAPTISTA 1980b BAPTISTA, António José, "Levantamento Toponímico do Concelho de Ponte de Lima", *Arquivo de Ponte de Lima*, 2 (2), Ponte de Lima, 1980, p. 91-102
- BAPTISTA 1981 BAPTISTA, António José, "Levantamento Toponímico do Concelho de Ponte de Lima", *Arquivo de Ponte de Lima*, 2 (3), Ponte de Lima, 1981, p. 91-101
- BAPTISTA 1982 BAPTISTA, António José, "Levantamento Toponímico do Concelho de Ponte de Lima", *Arquivo de Ponte de Lima*, 3, Ponte de Lima, 1981, p. 295-319
- BAPTISTA 1983 BAPTISTA, António José, "Levantamento Toponímico do Concelho de Ponte de Lima", *Arquivo de Ponte de Lima*, 4, Ponte de Lima, 1981, p. 115-137

- BAPTISTA 1984 BAPTISTA, António José, “Levantamento Toponímico no Concelho de Ponte de Lima”, *Arquivo de Ponte de Lima*, V, Ponte de Lima, 1984, p. 219-314
- BAPTISTA 1993 BAPTISTA, António José, “Levantamento Toponímico do Concelho de Ponte de Lima”, *Arquivo de Ponte de Lima*, 14, Ponte de Lima, 1993, p. 137-182
- BAPTISTA 2001 BAPTISTA, António José, “Toponímia de Ponte de Lima – Levantamento Toponímico”, *Arquivo de Ponte de Lima – Série Estudos e Documentos*, 1 (1), Ponte de Lima, 2001, p. 252-294
- BARREIROS 1926 BARREIROS, Manuel de Aguiar, *Egrejas e Capelas Românicas da Ribeira Lima*, Porto, 1926
- BARROCA 1986 BARROCA, Mário Jorge, ‘Um Templo Pré-Românico – A Igreja Velha de Mondim (Panque-Barcelos)’, Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, vol. III, Porto, 1986, p. 277-288
- BARROCA 1987a BARROCA, Mário Jorge, *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séculos V a XV)*, (Policopiado), FLUP, Porto, 1987
- BARROCA 1987b BARROCA, Mário, *Cerâmica Medieval do Noroeste de Portugal (Séculos XI a XV)*, Relatório de uma Aula Teórico-Prática das Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, (Policopiado), Porto, FLUP, 1987
- BARROCA 1988 BARROCA, Mário Jorge, “A Ocupação Medieval em Castelo de Matos”, *Arqueologia*, 17, Porto, GEAP, 1988, p. 159-171
- BARROCA 1990 BARROCA, Mário Jorge, “Contribuição Para o Estudo dos Testemunhos Pré-Românicos de Entre-Douro-E-Minho. 1- Ajimezes, Gelasias e Modilhões de Rolos”, Separata das *Actas do Congresso Internacional IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, Vol. I, Braga, 1990, p. 101-145
- BARROCA 1991 BARROCA, Mário Jorge, “Do Castelo de Reconquista ao Castelo Românico (século IX a XII)”, *Portugalia*, Nova Série, Vol. XI-XII, Porto, IAFLUP, 1990-1991, p. 89-136
- BARROCA 1993 BARROCA, Mário Jorge, “Centros Oleiros de Entre-Douro-E-Minho (Séc. XIII). Contributo para o seu Inventário e Cartografia”, *Arqueologia Medieval*, Porto, Ed. Afrontamento, 1993, p. 159-169
- BARROCA 1995 BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422). Corpus Epigráfico Medieval Português*, (Policopiado), Porto, FLUP, 1995
- BARROCA 1998 BARROCA, Mário Jorge, “Castelos Medievais Portugueses. Origens e Evolução (Séc. IX-XIV)”, *La Fortaleza Medieval: Realidad y Símbolo*, (Actas da XV Assembleia General de la Sociedad Española de Estudios Medievales), Alicante, 1998, p. 13-30
- BARROCA 2000 BARROCA, Mário Jorge, “Contributo Para Uma Bibliografia dos Estudos de Castelologia Medieval Portuguesa (1978-1999)”, *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*,

- Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. VII, Porto, ADECAP, 2000, p. 79-88
- BARROCA 2001 BARROCA, Mário Jorge, “Castelos Românicos Portugueses (Séculos XII e XIII)”, *Românico em Portugal e Galiza*, 2001, p. 88-111
- BEZERRA 1992 BEZERRA, Manoel Gomes de Lima, *Os Estrangeiros no Lima*, Ed. Fac Similada, vol. I, Ponte de Lima 1785-1992, p. 217
- BLÁZQUEZ 1990 BLÁZQUEZ, José María, *Aportaciones al Estudio de La España Romana En El Bajo Imperio*, Ediciones Istmo, Madrid, 1990
- BRAGANÇA 1967 BRAGANÇA, Joaquim O., “A Carta do Papa Vegílio ao Arcebispo Profuturo de Braga”, *Bracara Augusta*, vol. XXI(1), Actas do Congresso de estudos de Comemorações do XIII Centenário da Morte de S. Frutuoso, Braga, 1967, p. 65-82
- BREY TRILLO L 1962 BREY TRILLO, Luis Bouza, “Panorama Conxectural do Estado do Dereito Privado no Reino Suévico da Gallecia”, Separata de *Bracara Augusta*, Vol. XI-XII (1-4), Braga, 1962, p. 5-21
- BREY TRILLO L 1968 BREY TRILLO, Luís Bouza, “Breves Notas Hipotéticas Sobre Instituciones Suevicas na Gallecia”, *Bracara Augusta*, XXII, 51-54 (63-66), Actas do Congresso de Estudos da Comemoração do XIII Centenário da Morte de S. Frutuoso, Braga, 1968, p. 204-212
- BREY TRILLO F 1968 BREY TRILLO, Fermín Bouza, “Superviciencias Antroponímicas, Toponomásticas, Antropológicas, Jurídicas y Folclóricas de la Galicia Sueva”, *Bracara Augusta*, XXII, 51-54 (63-66), Actas do Congresso de Estudos da Comemoração do XIII Centenário da Morte de S. Frutuoso, Braga, 1968, p. 197-203
- BRITO 1908 BRITO, M. J. da Cunha, “Achados de Moedas Romanas”, *O Archeólogo Português*, vol. XIII (1-6), Lisboa, 1908, p. 94-95
- BRITO 1930-1931 BRITO, Manuel J. da Cunha, “Necrópole Cristã de Tavarez (Arcos de Valdevez)”, *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. XXIX, Lisboa, 1030-1931, p. 83-92
- CALDAS 1884 CALDAS, José, “Archeologie Préhistorique dans la Province de Minho », *Congrés International d'Anthropologie Préhistorique*, Lisboa, 1884, p. 333-335
- CALDAS e FIGUEIREDO 1986 CALDAS, Eugénio Castro, e FIGUEIREDO, Ernesto de, “Agro-Sistemas”, in *Minho Terras e Gente, Cadernos do Noroeste – Sociedade, Espaço, Cultura*, Braga, Universidade do Minho, 1986
- CORRÊA 1933 CORRÊA, A. Mendes, *Os Povos Primitivos da Lusitânia*, Porto, 1934, p. 22
- CARVALHO et alii 1982 CARVALHO, G. Soares de; LEMOS, Francisco; MEIRELES, José, “Estratigrafia do Quaternário e o Paleolítico do Litoral Minhoto (Portugal). Notícia dos

- Trabalhos em Curso”, *Cadernos de Arqueologia*, 2, Braga, 1982, p. 75-91
- CORTEZ 1948 CORTEZ, Russel, “O Castro de Estorãos”, *Arquivo do Alto Minho*, 2, 1948, p. 15-21
- CASAS GENOVER et alii 1995 CASAS GENOVER, Josep; CASTANYER MASOLINER, Pere; NOLLA BRUFAU, Josep M.; TREMOLERA TRILLA, Joaquim, *El Mon Rural D’ Epoca Romana a Catalunya. L’ Exemple dell Nord-Est*, Centre D’ Investigacions Arqueologiques de Girona, Série Monográfica, 15, Girona, 1995, p. 59-142
- COELHO 1989 COELHO, António Borges, *Portugal na Espanha Árabe*, Vol. I, Editorial Caminho, Lisboa, 1989
- COSTA 1959a COSTA, Avelino Jesus da, “O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga - I”, Separata de *Biblos*, XXXIII, Coimbra, FLUC, 1959, p. 1-531
- COSTA 1959b COSTA, Avelino Jesus da, “O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga - II”, Separata de *Biblos*, XXXIV, Coimbra, FLUC, 1959, p. 1-661
- COSTA 1965 COSTA, Avelino Jesus da, *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, Tomo I, Braga, 1965
- COSTA 1978 COSTA, Avelino Jesus da, *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, Tomo II, Braga, 1978
- COSTA 1991 COSTA, Avelino Jesus da, *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, Tomo III, Braga, 1991
- COSTA 1981 COSTA, P.e Avelino Jesus da, “Comarca Eclesiástica de Valença do Minho (Antecedentes da Diocese de Viana do Castelo)”, *1º Colóquio Galaico Minhoto*, Ponte de Lima, vol. I, Associação Cultural Galaico Minhota, 1981, p. 69-240
- COUSELO 1967 COUSELO, Luís Ferro, “Monjes y Eremitas en Las Riberas del Miño y del Syl”, *Bracara Augusta*, XXI, 47-50 (59-62), Actas do Congresso de Estudos da Comemoração do XIII Centenário da Morte de S. Frutuoso, Braga, 1967, p. 199-214
- COUTO et alii 1935 COUTO, A.; VIANA, T. S.; ARAÚJO, J. R., “Subsídios Etnográficos”, *Alto Minho*, vol. I, Viana do Castelo, 1935, p. 27-30
- CUNHA 1945 CUNHA, A. R., “Ensaio de Toponímia – Roque”, *Acção Católica*, XXX, Braga, 1945, p. 264-268
- DAVID 1947 DAVID, Pierre, *Études Historiques Sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe Siècle*, Institut Français au Portugal, Lisboa/ Paris, 1947
- DELGADO 1987 DELGADO, Manuela, “Notícia Preliminar Sobre o Salvamento no Quarteirão da Rua de Gualdim Pais”, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 4, Braga, 1987, p. 187-200
- DELGADO e LEMOS 1985 DELGADO, Manuela; LEMOS, Francisco Sande, “Zona das Carvalheiras: Notícia das Campanhas de Escavação de 1984 e 1985”, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 2, Braga, 1985, p. 159-177

- DIAS 1982 DIAS, Manuel, 'Uma Ara Votiva da capela de S. Lourenço – Darque', in *Jornal de Noticias* de 19-V-1982
- DIAS 1995 DIAS, Lino Tavares, *Cerâmica Comum Romana em Tongobriga*, Trabalho Complementar à Dissertação em Pré-História e Arqueologia, FLUP, Porto, 1995
- DÍAZ MARTÍNEZ 1992 DÍAZ MARTÍNEZ, Pablo C., "Él Alcance de la Ocupación Sueva de Gallaecia y el Problema de la Germanización", *Galicia: Da Romanidade á Xermanización – Problemas Históricos e Culturais*, Actas do Encontro Científico en Homenaxe a Fermín Bouza Brey (1901-1973), Santiago de Compostela, 1992, p. 209-226
- FARIA 1999 FARIA, Horácio, 'Caracterização Climatológica do Litoral do Alto Minho', *Estudos Regionais*, Viana do Castelo, 19/20, Dezembro 1998/99
- FERNANDES 1958 FERNANDES, A. de Almeida, "Como Nasceu Viana", *Arquivo do Alto Minho*, 8 (2), Viana do Castelo, 1958, p. 105-186
- FERNANDES 1959 FERNANDES, A. de Almeida, "Ponte de Lima na Alta Idade Média (Como se Fundou a Vila)", *Arquivo do Alto Minho*, 9 (2), Viana do Castelo, 1959, p. 73-239
- FERNANDES 1962 FERNANDES, A. de Almeida, "Ainda Ponte de Lima Altomedieval", *Arquivo do Alto Minho*, 11, 1º volume da 2ª Série, Viana do Castelo, 1962, p. 5-264
- FERNANDES 1965 FERNANDES, A. de Almeida, "As Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas", *Arquivo do Alto Minho*, IVº volume da 2ª Série, Viana do Castelo, 1965, p. 164-205
- FERNANDES 1967a FERNANDES, A. de Almeida, "As Paróquias Suevas", *Arquivo do Alto Minho*, Vº volume da 2ª Série, Viana do Castelo, 1967, p. 5-57
- FERNANDES 1967b FERNANDES, A. de Almeida, "As Paróquias Suevas", *Arquivo do Alto Minho*, VIº volume da 2ª Série, Viana do Castelo, 1967, p. 111-128
- FERNANDES 1967c FERNANDES, A. de Almeida, "Os Limites da Arquidiocese Bracaraense até ao Tempo de S. Frutuoso", *Bracara Augusta*, XXI, 47-50 (59-62), Actas do Congresso de Estudos de Comemorações do XIII Centenário da Morte de S. Frutuoso, Braga, 1967, p. 277-288
- FERNANDES 1968 FERNANDES, A. de Almeida, "As Paróquias Suevas", *Arquivo do Alto Minho*, 16 volume, VIº da 2ª Série, Viana do Castelo, 1968, p. 5-34
- FERNANDES 1980 FERNANDES, A. de Almeida, "Toponímia Vianense", *Cadernos Vianenses*, IV, Viana do Castelo, 1980, p. 256-313
- FERNANDES 1981a FERNANDES, A. de Almeida, "Toponímia Vianense", *Cadernos Vianenses*, V, Viana do Castelo, 1981, p. 139-207
- FERNANDES 1981b FERNANDES, A. de Almeida, "Toponímia Vianense", *Cadernos Vianenses*, VI, Viana do Castelo, 1981, p. 277-347
- FERNANDES 1982 FERNANDES, A. de Almeida, "Um Examen Antropotoponímico", *Caminiana*, Caminha, 1982 p. 89-136

- FERNANDES 1983 FERNANDES, A. de Almeida, "Toponímia Vianense", *Cadernos Vianenses*, VII, Viana do Castelo, 1981, p. 184-233
- FERNANDES 1984 FERNANDES, A. de Almeida, *Meadela Histórica*, Viana do Castelo, 1984
- FERNANDES 2001 FERNANDES, A. de Almeida, "Toponímia de Ponte de Lima – Análise Toponímico", *Arquivo de Ponte de Lima – Série Estudos e Documentos*, 1 (2), Ponte de Lima, 2001
- FERREIRA 1908 FERREIRA, Monsenhor, "Esboço Histórico da Extinta Diocese Junto aos Muros de Braga", *O Archeólogo Português*, vol. XIII (1-6), Lisboa, Imprensa Nacional, 1908, p. 76-91
- FIGUEIREDO 1896 FIGUEIREDO, A. Mesquita de, "Informações Arqueológicas Colhidas no 'Dicionário Geográfico' de Cardoso", *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. II, 1896, p. 162-165
- FONTES 1987 FONTES, Luís O., "Salvamento Arqueológico de Dume: 1987- Primeiros Resultados", *Cadernos de Arqueologia*, Braga Série II, 4, 1987, p. 111-148
- FONTES 1992 FONTES, Luís F. de Oliveira, "Salvamento Arqueológico de Dume (Braga). Resultados das Campanhas de 1989-90 e 1991-2", *Cadernos de Arqueologia*, Braga Série II, 8/9, 1991-1992, 199-230
- FONTES e REGALO 1997 FONTES, Luís Fernando de Oliveira; e REGALO, Henrique Jorge Lemos de Araújo, 'O "Castelo" de Penafiel de Bastuço. Paços de S. Julião, Braga. Elementos para o seu Estudo', *Arqueologia Medieval*, 5, Porto, Ed. Aforntamento, 1997, p. 199-220
- FORTES 1905 FORTES, José, "As Fíbulas do Noroeste Peninsular", *Portugália*, vol. II, Porto, 1905, p. 16-17
- GARCIA 1946 GARCIA, A. Elias, "*Um Triente Toledano de Egica*", *Arquivo do Alto Minho*, 2, Viana do Castelo, 1946, p. 3-7
- GARCIA ÁLVAREZ 1967 ÁLVAREZ, M. Rubén, "Las Diocesis Galaico-Portuguesas y La Política de Almansor", *Bracara Augusta*, XXI, 47-50 (63-66), Braga, 1967, p. 38-54
- GARCIA ÁLVAREZ 1969 ÁLVAREZ, M. Rubén, "A Reconquista de Braga e a Repoboación do País", *Bracara Augusta*, XXIII, 55 (67), Braga, 1969, p. 52-58
- GARCÍA MORENO 1998 GARCÍA MORENO, Luis A., *História de Espanha Visigoda*, Cátedra, Madrid, 1998
- GARCÍA RODRIGUEZ 1966 GARCÍA RODRÍGUEZ, Carmen, *El Culto de los Santos en la España Romana y Visigoda*, Madrid, 1966
- GASPAR 1985 GASPAR, Maria Alexandra M. L., "Escavações Arqueológicas na Rua de Nossa Senhora do Leite, em Braga", *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 2, Braga, 1985, p. 51-125
- GASPAR 1995 GASPAR, Maria Alexandra de Medeiros Lino, "Cerâmicas Medievais de Braga", (Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. VIII), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXXIV (4), Porto, 1995, p. 253-270

- GONÇALVES 1986 GONÇALVES, Gabriel, "Lanheses – Cerâmica e Olaria", *Notícias de Lanheses*, Ano VI, Lanheses, Novembro/Dezembro de 1986
- GUERRA 1878 GUERRA, L. Figueiredo da, "Citânia de Santa Luzia", *Esboço Histórico – Vianna do Castelo*", Coimbra, 1878, p. 2-7
- GUERRA 1891 GUERRA, Luís Figueiredo da, *Archivo Vianense*, 1(1), Viana do Castelo, 1891, p. 2-5
- GUERRA 1900a GUERRA, Luís Figueiredo da, "Límia e Brutóbriga", *O Archeólogo Português*, vol. V, Lisboa, p. 2-7
- GUERRA 1900b GUERRA, Luís Figueiredo da, "Vestígios Romanos do Concelho de Viana do Castelo", *O Archeólogo Português*, vol. V, Lisboa, p. 175-177
- GUERRA 1923 GUERRA, Luís Figueiredo da, 'A Correlhã', *Almanaque de Ponte de Lima*, 5º Ano, Ponte de Lima, 1923, p. 128
- GUERRA 1927-1929 GUERRA, Luís Figueiredo da, 'Jornadas de um Curioso pelas Margens do Lima', *O Archeólogo Português*, 28, Lisboa, 1927-1929, p. 3-51
- GUIMARÃES e GUIMARÃES 2002 GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; GUIMARÃES, Susana Gonçalves, "O Castelo de Crestuma: Uma Estação Arqueológica Quase Desconhecida", *Almadan*, II Série, 10, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 2002, p. 43-47
- GUTIÉRREZ GONZALÉZ 1995 GUTIÉRREZ GONZALÉZ, José Avelino, "Nuevos Desarrollos en el Estudio de las Cerámicas Medievales del Norte de España. Una Síntese Regional", *Spanish Medieval Ceramics in Spain and the British Isles*, BAR, Oxford, 1995, p. 69-87
- HAYES 1972 HAYES, J.W., *Late Roman Pottery*, London, 1972
- HIPÓLITO 1960-1961 HIPÓLITO, Mário de Castro, 'Dos Tesouros de Moedas Romanas em Portugal', *Conimbriga*, vol. I-III, 1960-1961, p. 15-16
- INE 1993 Instituto Nacional de Estatística, *Censos 91 – Resultados Definitivos, Região do Norte*, Lisboa, 1993, p. 40-42
- INE 2001 Instituto Nacional de Estatística, *Censos 2001 – Resultados Preliminares*, Lisboa, 2001, p. 126 e 171
- LEAL 1886 LEAL, António Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1886
- LEMOS 1993 LEMOS, F. Sande, *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*, Policopiado, Universidade do Minho, Braga, 1993
- LOPEZ CUEVILLAS 1953 LOPEZ CUEVILLAS, F., *La Civilización Céltica en Galicia*, Santiago de Compostela, 1953, p. 43-44
- LÓPEZ QUIROGA 1996 LÓPEZ QUIROGA, J., *Du Miño au Douro: Histoire et Archéologie du Peuplement Entre L'Antiquité Tardive et le Haut Moyen Age (Ve-Xe s.)*, Université de Paris – Sorbonne, Paris, 1996
- L QUIROGA e R LOVELLE 1991 LOPEZ QUIROGA, J., RODRIGUEZ LOVELLE, M., 'Arqueologia y Poblamiento en el Cuadrante

- Noroccidental del Conventus Bracaraaugustano (S. VIII-XI)', *Arqueologia*, 21, Porto, GEAP, 1991, p.
- L QUIROGA e R LOVELLE 1995 LÓPEZ QUIROGA, Jorge L.; RODRÍGUEZ LOVELLE, Mónica, "Poblamiento Rural en el Noroeste de la Península Ibérica (ss. V-XI): Una Introducción al Estudio del Poblamiento Rural Entre la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Media en Galicia a Través de un Análisis Micro-Regional", *Boletín de Arqueología Medieval*, 7, Madrid, Asociación Española de Arqueología Medieval, 1995, p. 22-46
- L QUIROGA e R MARTÍN 2001 LÓPEZ QUIROGA, Jorge; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. Germán, "El 'Final' de las Villae en Hispania. I. La Transformación de Las pars Urbana de Las Villae Durante la Antigüedad Tardía", *Portugalia*, Nova Série, XXI-XXII, Porto, DCTPFLUP, 2000-2001, p. 137-190
- MACIEL MJ 1996 MACIEL, Manuel Justino, *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*, Lisboa, 1996
- MACIEL TD 1997 MACIEL, Tarcísio Daniel Pinheiro, *O Povoamento Proto-Histórico do Vale do Neiva*, Dissertação de Mestrado, Policopiado, Porto, FLUP, 1997
- MAGALHÃES 1916 MAGALHÃES, António Miranda de, "Britonia", *Almanaque de Ponte de Lima*, 4º Ano, Ponte de Lima, 1916, p. 182-184
- MARTINS 1990 MARTINS, Manuela, *O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado*, Braga, 1990
- MARTINS 1991 MARTINS, Manuela, 'O Povoado de Santo Ovídio (Fafe)', *Cadernos de Arqueologia*", *Monografias*, 6, Braga, 1991
- MARTINS 1991-1992 MARTINS, Manuela, "Bracara Augusta: a Memória de Uma Cidade", *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 8-9, Braga, 1991-1992, p. 177-197
- MARTINS e DELGADO 1989-1990 MARTINS, Manuela; DELGADO, Manuela, "História e Arqueologia de Uma Cidade em Devir: *Bracara Augusta*", *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 6-7, Braga, 1989-90, p. 11-40
- MARTÍN VISO 2000 MARTÍN VISO, Iñaki Martín, *Poblamiento y Estructuras Sociales en el Norte de La Península Ibérica – Siglos VI-XIII*, Salamanca, Ediciones Universidade de Salamanca, 2000
- MATTOSO 1985 MATTOSO, José, "Os Moçárabes", *Revista Lusitana* (Nova Série), Lisboa, INIC, 6, 1985, p. 8-19
- MELA 1989 POMPONIO MELA, *Corografia*, Traducción y Notas de Carmen Guzman Arias, Universidad de Murcia, Murcia, 1989
- MELO 1967 MELO, Maria de Fátima da Silva, *Arqueologia do Concelho de Ponte de Lima*, (Policopiado), FLUL, Lisboa, 1967
- MEZQUIRIZ 1961 MEZQUIRIZ, Maria A., *Terra Sigillata Hispanica*, Valencia, 1961

- MORAIS 1990 MORAIS, Adelino Tito de, *Monografia de Calheiros e Moreira de Lima*, Ponte de Lima, 1990
- MOREIRA 1981 MOREIRA 1981 MOREIRA, Manuel António Fernandes, “As *Arrugiae* da Época Romana no Vale de Rio Tinto”, *Actas do I Colóquio Galaico Minhoto*, Ponte de Lima, vol. II, 1981, p. 395-423
- MOREIRA 1982 MOREIRA, Manuel António Fernandes, “A Romanização do Litoral do Alto Minho”, *Caminiana*, vol. VI, Caminha, p. 53-68
- MOREIRA 1985 MOREIRA, Manuel António, “A Fundação do Mosteiro Visigótico de Santa Maria de Vila Mou e a Reorganização da Terra Vinha (séc. IX)”, *Caminiana*, XI, Caminha, 1985, p. 73-106
- NEVES 1942 NEVES, L. Quintas, “Para a Carta Arqueológica do Minho. O Castro do Monte do Santinho ou Roques (Viana do Castelo)”, *Diário do Minho*, 12.04.1942 e 27.04.1942
- NEVES 1946 NEVES, L. Quintas, “Na Citânia de Roques – a Boca da Serpe”, *Arquivo do Alto Minho*, 2, Viana do castelo, 1946, p. 56-61
- NEVES 1959 NEVES, L. Quintas, “O Castro do Santinho ou Roques no Termo de Viana do Castelo”, *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. I, Lisboa, 1959, p. 381-387
- NEVES 1965 NEVES, L. Quintas, “Os Castros do Norte de Portugal”, *Separata do III Colóquio Português de Arqueologia*, *Lycerna*, Porto, 1965, p. 5-13
- NOVO GUISÁN 1992 GUISÁN, José Miguel Novo, *Los Peblos Vasco-Cantábricos y Galaicos en la Antigüedad Tardía – Siglos III-IX*, *Memorias del Seminario de Historia Antigua*, 2, Alcalá de Henares, Universidad de Alcalá, 1992
- NUNES 1979 NUNES, H. B., “Uma Visita ao Castro do Santinho (Roques)”, *Festas das Neves*, VI, Viana do Castelo, 1979, p. 18-24
- ORLANDIS 1991 ORLANDIS, José, *La Vida en España en Tiempo de los Godos*, Ed. RIALP S.A., Madrid, 1991
- ORONZO GIORDANO *Higiene y Buenas Maneras en La Alta Edad Media*, Gredos, Madrid, 2001, p. 7-170
- PAÇO e QUESADO 1956a PAÇO, Afonso do; QUESADO, Aníbal do Paço, “Digressões Arqueológicas pelo Alto Minho”, *Arquivo do Alto Minho*, 6 (1), Viana do Castelo, 1956, p. 80-90
- PAÇO e QUESADO 1956b PAÇO, Afonso do; QUESADO, Aníbal do Paço, “Digressões Arqueológicas pelo Alto Minho (Cont.)”, *Arquivo do Alto Minho*, 6 (1), Viana do Castelo, 1956, p. 168-179
- PAÇO e QUESADO 1957 PAÇO, Afonso do; QUESADO, Aníbal do Paço, “Considerações Acerca de Algumas Cerâmicas dos Castros de Perre e Nogueira (Viana do castelo)”, *XIII Congresso Luso-Espanhol*, Coimbra, 1957, p. 103-115

- PALOL SALELLAS 1950 PALOL SALELLAS, Pedro de, "Fibulas y Broches de Cinturón de Epoca Visigoda en Cataluña", *Arquivo Español de Arqueología*, XXIII, Madrid, 1950, p. 73-98
- PEACOCK 1982 PEACOCK, D. P. S., *Pottery in the Roman World: an Ethnoarchaeological Approach*, Longman, London/ New York, 1982
- PERES 1990 PERES, Damião, *Assim Nasceu Portugal*, Ed. Vértice, 10ª Edição, Porto, 1990, p. 40-41
- PÉREZ LOSADA 1985 PERÉZ LOSADA, Fermín, "Sobre o Conceito de *Villa* no Mundo Romano", *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 4, Braga, 1985, 79-110
- PÉREZ LOSADA 1998 PERÉZ LOSADA, Fermín, "Cidades e Aldeias na Galiza Romana: Uma Proposta de Classificação Hierárquica do Habitat Galaico Romano", *O Arqueólogo Português*, Série IV, 16, Lisboa, 1998, p. 157-174
- PEIXOTO 1993 PEIXOTO, António Maranhão, "Inscrições Romanas e Medievais do Concelho de Viana do Castelo", *Estudos Regionais*, 13/14, Viana do Castelo, 1993, 81-104
- PEREIRA 1906 PEREIRA, Félix Alves, 'Um Gróvio Autêntico', *O Archeólogo Português*, vol. XI, Lisboa, 1906, p. 202-208
- PEREIRA 1907 PEREIRA, Félix Alves, "Geografia Proto-Histórica da Lusitânea. Situação Conjuntural de Talábriga", *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. XII, Lisboa, 1907, p. 149
- PEREIRA 1914 PEREIRA, Félix Alves, *Habitações Castrejas do Norte de Portugal*, Viana do Castelo, 1914
- PEREIRA 1924 PEREIRA, Félix Alves, A Capela Românica de Santo Abdão (Ponte de Lima), *Almanaque de Ponte de Lima*, 6º Ano, Ponte de Lima, 1924, p. 110-113
- PEREIRA 1927-1929 PEREIRA, Félix Alves, "Jornadas de Um Curioso Pelas Margens do Lima", *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. XXVIII, Lisboa, 1927-1929, p. 1-51
- PIEL 1937 PIEL, Joseph M., *Os Nomes Germânicos na Toponímia Portuguesa*, Lisboa, 1937
- PIEL 1948 PIEL, J. M., "Os Nomes de Possesores Latino-Cristãos na Toponímia Astur-Galego-Portuguesa", *Biblos*, 23, Coimbra, 1948
- PMH-DC Portugaliae Monumenta Historica, *Diplomata et Chartae*, Lisboa, Academia das Ciências, 1867
- PMH *Inquis* Portugaliae Monumenta Historica, *Inquisitiones*, Lisboa, Academia das Ciências, 1867
- PONTE 1981 PONTE, Salette da Ponte, "Quatro Fíbulas de Santa Luzia", *Mínia*, 2ª Série, Ano IV, n.º 5, 1981, p. 53-61
- PONTE DE LIMA 1758a "Ponte de Lima e Freguesias do Seu (Actual) Concelho nas Memórias Paroquiais de 1758, Segundo o Dicionário Geográfico do Padre Luís Cardoso", *Arquivo de Ponte de Lima*, 2 (3), Ponte de Lima, 1981, p. 193
- PONTE DE LIMA 1758b "Ponte de Lima e Freguesias do Seu (Actual) Concelho nas Memórias Paroquiais de 1758, Segundo o Dicionário Geográfico do Padre Luís Cardoso", *Arquivo de Ponte de Lima*, 3, Ponte de Lima, 1982, p. 264

- PONTE DE LIMA 1758c “Ponte de Lima e Freguesias do Seu (Actual) Concelho nas Memórias Paroquiais de 1758, Segundo o Dicionário Geográfico do Padre Luís Cardoso”, *Arquivo de Ponte de Lima*, 4, Ponte de Lima, 1983, p. 178
- PONTE DE LIMA 1758d “Ponte de Lima e Freguesias do Seu (Actual) Concelho nas Memórias Paroquiais de 1758, Segundo o Dicionário Geográfico do Padre Luís Cardoso”, *Arquivo de Ponte de Lima*, 7, Ponte de Lima, 1986, p. 242
- PORTUGUÊS 2002 PORTUGUÊS, Ernesto, *S. Salvador de Cambeses - Memória e Identidade de um Povo*, Monção, 2002
- QUEIROGA 1992 QUEIROGA, Francisco M. V. Reimão, *War and Castros*, Oxford, 1992
- REAL et alii 1982 REAL, Manuel Luís; FERNANDES, Isabel Maria; TAVARES, Rui; SÁ, Pedro, “As Covas Eremíticas de Sabariz (Vila Fria – Viana do Castelo)”, *Minia*, 5 (6), Braga, p. 3-30
- REIS 1978 REIS, António P. De Matos, *A Romanização do Concelho de Ponte de Lima*, Ponte de Lima, 1978
- REIS 2003 REIS, António de Matos, “Entre Braga e Santiago de Compostela: a Villa Corneliana (Freguesia de Correlhã, Concelho de Ponte de Lima) na Primeira Metade do Século XIII”, in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, vol. I, Porto, 2003, p. 255-264
- RIBEIRO 1987 RIBEIRO, Orlando, *Portugal, O Mediterrâneo e o Atlântico, Esboço de Relações Geográficas*, Coleção Nova Universidade, Livraria Sá da Costa, 5ª Edição, Lisboa, 1987
- RIBEIRO et alii 1987 RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne, *Geografia de Portugal. I. A Posição Geográfica e o Território*, Ed. João Sá da Costa, Lisboa, 1987
- RIBEIRO et alii 1988 RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne, *Geografia de Portugal. II. O Ritmo Climático e a paisagem*, Ed. João Sá da Costa, Lisboa, 1988
- RICE 1987 RICE, Prudence M., *Pottery Analysis. A Sourcebook*, The University of Chicago Press, Chicago/ London, 1987
- RIGOIR 1972 RIGOIR, Jaqueline, *Céramiques Paléochrétiennes*, RAC, 11 (3-4), 1972
- RODRIGUEZ LOVELLE 1996 RODRIGUEZ LOVELLE, M., *Du Golfe Cantebrique ai Mino : Histoire et Archéologie du Peuplement entre l'Antiquité Tardive et Le moyen Age (Ve-Xe s.)*, Université de Paris-Sorbonne, Paris, 1996
- ROLDÁN HERVÁS et alii 1999 ROLDÁN HERVÁS, José Manuel ; BLÁZQUEZ, José Maria ; CASTILLO, Arcadio, *El Imperio Romano*, Catedra, Madrid, 1999

- SÁEZ e SÁEZ 2000 SÁEZ, Emílio; SÁEZ, Carlos, "Colección Diplomática del Monasterio de Celanova (943-988)", *Galicia*, 2, Alcalá de Henares, 2000
- SALRACH I MARÉS 2002 SALRACH i MARÉS, Joseph M., *Entre Roma i El Renaixement. Història e Textos de l'Occident Medieval*, Eumo Editorial, Vic, 2002
- SAMPAIO 1899-1903 SAMPAIO, Alberto, "As Villas do Norte de Portugal", *Portvgalia*, Porto, Pola Grey, Tomo I, Fasc. I-IV, 1899-1903
- SÁNCHEZ ALBORNOZ 1966 SÁNCHEZ ALBORNOZ, C., *Despoblación y Repoblación en el Valle del Duero*, Buenos Aires, 1966
- SARMENTO 1888 SARMENTO, F. Martins, "Antigualhas", *Revista de Guimarães*, V, Guimarães, 1888, p. 150
- SARMENTO 1933 SARMENTO, F. Martins, *Dispersos*, Coimbra, 1933, p. 166
- SHEPARD 1985 SHEPARD, Anna O., *Ceramics for the Archaeologist*, Washington, 1985
- SILVA 1983-1984 SILVA, Armando Coelho Ferreira da, "A Cultura Castreja do Noroeste de Portugal: Habitat e Cronologias", *Portugalia*, Nova Série, vol. IV-V, Porto, IAFLUP, 1983-1984, p. 124
- SILVA 1986 SILVA, Armando C. Ferreira da, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, 1986
- SOARES 1962 SOARES, Torquato de Sousa, *Reflexões Sobre a Origem e Formação de Portugal*, Coimbra, FLUC, 1962
- SOEIRO 1983 SOEIRO, Teresa, "Inventário Arqueológico – O Outeiro do Castro (Airó-Barcelos)", *Barcellos Revista*, 1(2), Barcelos, 1983
- S. PAYO 1929 S. PAYO, Conde de, "Dois Documentos Anteriores à Nacionalidade – Os Coutos de Paradela e Mazarefes", *O Archeólogo Português*, vol. XXVII, 1929, p. 149-150
- SOUSA 1968 SOUSA, José João Rigaud de, "Braga nos Séculos IV-V – Notas Arqueológicas", *Bracara Augusta*, XXII, 51-54 (63-66), Actas do Congresso de Estudos da Comemoração do XIII Centenário da Morte de S. Frutuoso, Braga, 1968, p. 194-196
- TAPA TAPA Traballos en Arqueoloxía da Paisaxe, *La Arqueologia en la Gasificación de Galicia: Corrección de Impacto de la Red de Ourense*, Laboratorio de Arqueoloxía e Formas Culturais, Santiago de Compostela
- TEIXEIRA e MEDEIROS 1972 TEIXEIRA, Carlos; MEDEIROS, A. Cândido, *Carta Geológica de Portugal – Notícia Explicativa da Folha 5-A – Viana do Castelo*, Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, Lisboa, 1972
- VASCONCELOS 1903 VASCONCELOS, J. Leite de, "Cidade Velha de Santa Luzia", *O Archeólogo Português*, vol. VIII, Lisboa, 1903, p. 15-23
- VASCONCELOS 1917 VASCONCELOS, J. L., "Coisas Velhas", *O Archeólogo Português*, vol. XXII, Lisboa, 1917, p. 117
- VASCONCELOS 1928 VASCONCELOS, J. Leite de, 'Dois Documentos Anteriores à Nacionalidade – Os Coutos de Paradela e Mazarefes', *O*

- Archeologo Português*, Vol. XXVII, Lisboa, 1928, p. 136-149
- VASCONCELOS 1982a VASCONCELOS, J. Leite de, *Etnografia Portuguesa*, Vol. IV, INCM, Lisboa, 1982
- VACONCELOS 1982b VASCONCELOS, Jorge Leite de, *Etnografia Portuguesa*, INCM, Vol. V, Lisboa, 198
- VASCONCELOS 1983 VASCONCELOS, Jorge Leite de, *Etnografia Portuguesa*, INCM, Vol. VI, Lisboa, 1983, p. 393
- VIANA 1926 VIANA, Abel, "Através do Minho, II – A Exploração Metódica dos Nossos Castros", *Gente Minhota*, 6, Braga, 1926, p. 107-125
- VIANA 1932 VIANA, Abel, "Justificação de um Cadastro de Monumentos Arqueológicos para o Estudo da Arqueologia do Alto Minho", *Arquivo Distrital de Viana do Castelo*, 1, Viana do Castelo, 1932, p. 11-24
- VIANA 1955 VIANA, Abel, "Alguns Instrumentos de Pedra Pulida do Alto Minho", *Arquivo do Alto Minho*, 5 (1), Viana do Castelo, 1955, p. 12-19
- VIANA 1959 VIANA, Abel, "Notas Históricas, Arqueológicas, Artísticas e Etnográficas do Baixo Alentejo", *Arquivo de Beja*, XV, Beja, 1958, p. 3-56
- VIANA 1961 VIANA, Abel, "Necrópole Romano-Suévica (?) de Beiral (Ponte de Lima – Viana do Castelo)", *Arquivo do Alto Minho*, 10(1), Viana do Castelo, 1961, p. 115-123
- VIANA e OLIVEIRA 1954 VIANA, Abel; OLIVEIRA, M. de Sousa, "Cidade Velha de Santa Luzia", *Revista de Guimarães*, vol. LXIV, Guimarães, 1954, p. 5-28
- VIANA e OLIVEIRA 1955 VIANA, Abel; OLIVEIRA, M. de Sousa, "Sobre a Citânia de Santa Luzia (Viana Ddo Castelo – Portugal)", *III Congresso Arqueológico Nacional (Galiza 1953)*, Zaragoza, 1955, p. 541-568
- VIEIRA 1886 VIEIRA, José Augusto, *O Minho Pittoresco*, Vol. I, Lisboa, 1886
- VIVES 1969 VIVES, José, *Inscriptiones Latinas de la Hispania Romana y Visigoda*, Barcelona, 1969

APÊNDICE DOCUMENTAL

ANEXO I

Estudo por Amostragem das Cerâmicas do Paço Velho (Facha)

Na feitura do nosso trabalho sobre Povoamento Tardo-Romano e Altomedieval na Bacia Terminal do Rio Lima interessava tentar estabelecer um quadro tipológico e cronológico das cerâmicas dos períodos correspondentes às três ocupações identificadas pela estratigrafia: a dos séculos IV?/ V-VI, a do século VI/VII-VIII e a reocupação do século IX-XI, de modo a definir-se um certo padrão que permitisse o entendimento de outros vestígios semelhantes ao Paço Velho existentes no vale do Lima e até nos vales adjacentes a ele.

Alguns problemas se levantaram à concretização ideal de tal projecto. Para além do factor temporal, pois estava em jogo a análise de milhares de peças, poucas delas com o perfil completo, tem de se referir a questão das cronologias do Paço Velho e da forma como foram obtidas. Como foi apontado no nosso trabalho, não apareceram moedas nesta intervenção, facto que impede, à partida, uma maior precisão cronológica das camadas. Depois não existe nenhuma datação absoluta por eco-factos, um aspecto que poderia suprir a aparente inexistência de numismas e fornecer datações precisas com margens de erro diminutas às camadas consideradas cruciais (caso da camada 3, da camada 6 e da camada 10, bem como a camada 15, tradutoras respectivamente das ocupações pré-românica, visigoda plena, tardo-romana/ sueva/ visigoda e a construção da *villa*). Perante tal quadro de indefinição de datações mais fiáveis, a obtenção das cronologias de assentamento resultou da associação das produções cerâmicas mais ou menos balizadas em nichos culturais consensuais e a partir da associação da placa de cinturão com a inscrição paleocristã que Brochado de Almeida considera datar dos meados do século VI/ inícios do século VII (ALMEIDA CAB 1996a: 311).

Por isso, optámos por organizar uma pequena amostra sobre um quadrante da área intervencionada (RICE 1987: 317-322), que articulasse divisões cuja funcionalidade fosse plenamente aceitável com uma sequência estratigráfica que percorresse todos os momentos ocupacionais do edifício. O local que nos pareceu mais indicado para o efeito centra-se no quadrante noroeste da escavação, com especial ênfase aos quadrados 64, 65, 66, 67, 76, 77, 86, 87, 96 e 97, o que corresponde a menos de metade da área intervencionada. As divisões abrangidas por esta área de amostra são

a cozinha (divisão 7 da Fig. 20) e a dispensa?/ armazém? (divisão 8 da Fig. 20), os locais onde apareceu a maior quantidade de fragmentos. A amostra incidu sobre todas as camadas com cerâmica disponível, segundo uma quantidade percentual de fragmentos em relação à totalidade. Escolhemos 573 fragmentos que devem corresponder a cerca de 6 a 8% da quantidade total de fragmentos recuperados nesta zona¹.

A amostra considerada não apresenta formas completas. Dos 573 fragmentos, a grande maioria correspondem a bojós (76%), seguido dos fundos (11%) e dos bordos (10%). As asas representam 3% do valor total da amostra (Gráfico 1).

Dividiu-se seguidamente as cerâmicas por horizontes culturais, tendo em atenção as suas características técnicas, nomeadamente a feitura em torno de alta rotação ou baixa rotação, revelador da melhor qualidade das peças e da sua simetria, o tipo e a temperatura de cocção, que lhe determinam a coloração das pastas e a sua dureza, para além do tipo de acabamento, com especial ênfase para a decoração. A análise das pastas foi efectuada macroscopicamente, evidenciando-se a coloração das pastas, a presença dos desengordurantes mais significativos e a qualidade da sua depuração, não nos tendo sido possível observar a constituição plástica dos fragmentos analisados.

Após a separação por épocas de fabrico, verificou-se um predomínio das cerâmicas dos séculos VII-VIII (320 fragmentos, 56%), seguido das cerâmicas dos séculos V-VI (145 fragmentos, 25%) e em menor quantidade as cerâmicas dos séculos IX-XI (108 fragmentos, 19%) (Gráfico 2). Mas vejam-se as principais particularidades verificadas em cada grupo cultural.

I - Cerâmicas dos séculos V-VI

A técnica de produção das peças ditas paleocristãs aqui analisadas privilegiou a utilização do torno lento em detrimento do torno rápido, ainda que a diferença não seja muito cavada, pois 56% das peças apresentam as características da produção a torno de baixa rotação (Gráfico 3). Ao nível da cozedura o equilíbrio mantém-se no que concerne ao tipo de exposição ao oxigénio, pois 58% das peças apresentam sinais de cozedura redutora, contra os 42 % de cozedura oxidante (Gráfico 4). Ao nível da temperatura a

¹ O número estimado de fragmentos aparecidos na escavação na Quinta do Paço Velho deve rondar os 12.000, pelo que estimamos terem aparecido na área das divisões 7 e 8 um total de 7 a 9.000 fragmentos.

que as peças foram expostas, pode-se referir que a larga maioria apresenta sinais de exposição a temperaturas elevadas (91%, 132 fragmentos), traduzida na dureza de pastas que as peças apresentam.

Ao nível dos acabamentos, a grande maioria das peças analisadas apresentam apenas os cuidados simples, como é o caso do alisamento das superfícies, em especial a exterior. Dos 145 fragmentos, somente um terço (33%) recebeu aguadas para melhoria do seu aspecto, com coloração que vai do castanho claro ao laranja. A decoração é ausente.

Ao nível das formas apenas conseguimos definir com segurança seis espécies distintas, algumas com subdivisões². O destaque vai para uma maior quantidade de formas de cozinha, quer para a preparação de alimentos quer para armazenamento, do que as formas de mesa.

Dolium – recipiente de grande abertura ao nível do bojo, o que lhe confere grande capacidade de armazenamento. Tem paredes espessas e linhas de construção bem definidas, ainda que não se tenha verificado a ocorrência de algum fundo ou bordo para ilustrar uma tipologia.

Panela – O recipiente para a preparação de alimentos por excelência foi reconhecido pela exposição das superfícies externas ao fogo. Não conhecemos nenhum bordo, mas apresentamos um fundo o qual, por apresentar a superfície interior lisa, parece distanciar-se da forma do pote. Fig. 37.1

Púcaro – Distinguímos duas formas nesta categoria dos contentores de alimentos e líquidos de pequena dimensão:

I: Bordo de perfil quase recto e ligeiramente extrovertido. Boa cozedura redutora, mas com acabamento pouco cuidado. Feitura em torno lento. Fig. 37.2

II: Bordo extrovertido, denunciando uma forma fechada. A sua pequena dimensão afasta-o do pote, forma fechada mais larga. A cozedura foi oxidante e a alta temperatura, com aguada de cor alaranjada e pasta bem depurada. Fig. 38.1

Jarro – A existência de uma asa nesta forma leva-nos a considerar a hipótese e de se tratar de um jarro, até porque as paredes parecem transmitir uma forma mais bojuda, própria para receber líquidos. Fig. 38.2

² As tipologias das formas correspondem às enunciadas por Jorge de Alarcão para as cerâmicas de Conímbriga (ALARCÃO 1974: 24 e seguintes).

Alguidar – Parece que o fundo que apresentamos pertence a um alguidar, mal grado as linhas de construção estarem bem demarcadas. É uma peça com boa cocção redutora e feitura em torno rápido. Fig. 38.3

Taça – Na louça de mesa destacámos dois tipos:

I: Taça de bom fabrico, de cozedura oxidante a alta temperatura, com ligeira carena no prolongamento do bordo. Recebeu uma aguada cor de laranja. A sua pequena dimensão distingue-a de um prato. Fig. 39.1

II: Taça de paredes finas, com perfil curvilíneo acentuado por ressalto ténue. Teve boa cozedura oxidante e foi feita a torno lento. Fig. 39.2

II - Cerâmicas dos séculos VII-VIII

A técnica de produção das cerâmicas visigodas analisadas privilegiou demonstra uma evolução técnica em relação às cerâmicas do período anteriores. A larga maioria (256 fragmentos, 80%) apresentam sinais de produção com recurso ao torno alto, margem bastante significativa (só 64 fragmentos apresentam sinais de feitura a torno lento, 20%) (Gráfico 5). Ao nível da cozedura, também existe uma definição quase obrigatória para este tipo de fabricos, pois 89% das peças (285 fragmentos) apresentam sinais de cozedura redutora, contra os 11 % de cozedura oxidante (35 fragmentos) (Gráfico 6). Ao nível da temperatura a que as peças foram expostas, pode-se referir que a larga maioria apresenta sinais de exposição a temperaturas elevadas (92%), traduzida na dureza de pastas que as peças apresentam.

Quanto aos acabamentos, a grande maioria das peças analisadas apresentam apenas os cuidados simples, como é o caso do alisamento das superfícies, em especial a exterior. Existe, da mesma forma, uma quantidade de cerâmicas que apresenta sinais de polimento com recurso a objecto para o efeito. A decoração não ocorre com frequência, mas parece haver uma predilecção para as linhas incisas em forma de meandro e das linhas incisas verticais, distinto do vassourado³ pelas linhas serem mais irregulares (Fig. 40.1).

³ Destinguimos vassourado de penteado e linhas incisas: o primeiro processo diz respeito ao acabamento obtido por se fazer percorrer as superfícies das peças com o recurso a um punhado de caules finos, ou palhas, para se obterem linhas que são paralelas irregulares; o penteado é uma técnica de acabamento que resulta da aplicação de um objecto duro e pouco flexível, que produz linhas paralelas com distanciamento entre elas regular; as linhas incisas distinguem-se por se obterem com o recurso a estiletos ou caules manejados individualmente, obtendo-se linhas assimétricas, de diferentes comprimentos e profundidades.

Ao nível das formas apenas conseguimos definir com segurança seis espécies distintas, uma delas com três variantes. As formas de cozinha, panelas e potes, parecem ser mais representadas que as de ir à mesa, as taças/ tijelas(?).

Dolium – Encontramos muitos fragmentos de *dolium*, mas não se verificam muitos bordos. Escolhemos este por apresentar um perfil recto e decoração incisa com linhas assimétricas que parecem organizar métopas. O cerne é estratificado, foi feito a torno lento e cozido em forno redutor. Fig. 40.2.

Panela - Escolhemos uma panela que apresenta um bordo extrovertido e uma ligeira depressão para assentamento do texto. A fuligem é o elemento que serve para verificar este tipo de funcionalidade (Fig. 41.1). Pote 41.2

Pote – Escolhemos este bordo extrovertido, certamente de um pote, com aparência bojuda, que poderia suportar, segundo a inclinação da perfil interno do bordo, um testo. A de boa cocção redutora e feitura em torno rápido, é muito resistente ao toque (Fig. 41.2).

Jarro – Apuramos três tipos de jarras, visíveis pela existência de asa e com perfil a apontar em colo estrangulado e depois abrir o bojo. A técnica de obtenção é semelhante, isto é, boa depuração de pastas, feitura a torno rápido e cocção redutora.

I – Este tipo apresenta um bordo vertical, fechando para o colo de forma suave. A asas tem secção sub-cilíndrica (na ilustração não apresentamos o corte por não se conseguir distinguir os contornos da asa e o seu arranque, por estarem muito deteriorados). Fig. 42.1

II – Um segundo tipo apresenta um bordo com colo anguloso, que estreita logo a seguir ao arranque da asa. Trata-se de uma asa em fita com ligeira depressão que faz lembrar as secções bilobadas. Fig. 47.1

III – Esta forma tem um bordo comprido e aparentemente não apresenta asas. Parece ser uma vasilha mais parecida com a ânfora que a jarra. O ligeiro ressalto junto à linha de fractura poderá indicar um apoio ao manuseamento. Fig. 42.2

Taça/ Tijela? – Apuramos uma pequena taça/ ou tijela (dependendo da profundidade) entre as louças de mesa. Tem paredes esguias e um ligeira carena na linha do bojo que inflecte para o fundo. O bordo é bem arredondado, o que pode estar relacionado com a contenção de líquidos para bebida. Fig. 42.3

Actualmente ainda se utiliza-se uma técnica semelhante aos vassourados, denominado na zona oleira de Prado de *encrespado* (Carneiro, Eugénio Lapa, “Encrespado – Técnica de Decoração Cerâmica”, *Fichas de Olaria*, 3, Barcelos, 1989.

Apresentamos, de igual forma, as ilustrações de três fundos: um parece ser de uma panela (Fig. 43.1), ao passo que os outros dois poderão ser de potes (Fig. 43.2 e 42.3). A presença destes elementos poderá servir de referencial para as formas acima apontadas, para as quais não possuímos o perfil completo. O fundo da panela tem as superfícies exteriores com fuligem e é alisado no interior, certamente para não dificultarem a limpeza da peça, ao passo que os potes apresentam linhas de construção bem demarcados, revelando pouca preocupação na elaboração destas peças mais indicadas para receberem alimentos secos ou líquidos.

III- Cerâmicas dos séculos IX-XI

As cerâmicas conotadas com este período temporal oferecem muita pouca informação. Uma primeira evidência poderá ser retirada da qualidade de fabrico, a qual está bem demarcada dos períodos anteriores. A cocção utilizada na larga maioria das peças foi a de tipo redutor (79%, 84 fragmentos) (Gráfico 7), com as peças expostas a temperaturas baixas. As pastas são muito friáveis e apresentam pouco cuidado na escolha dos desengordurantes. A feitura a torno de baixa rotação foi denotada nas 108 peças concernentes a este período (100%).

Apesar da baixa qualidade desta peças, é curioso notar que cerca de 20% (22 fragmentos) apresentam acabamentos cuidados, facto notável pelo recurso à decoração vassourada (alguns dos bordos apresentam vassourado no interior e na superfície exterior).

A única forma identificada foi a ola (panela). Alguns dos fragmentos apresentam frequentemente sinais de fuligem em ambas as superfícies, facto que estará relacionado com o contexto em que foram recolhidas, nomeadamente o interior de lareiras.

Ola – Apresentamos duas ilustrações de peças muito semelhantes, mas apenas distinguíveis porque a segunda apresenta a decoração por vassourado muito irregular. As paredes são finas e assimétricas. As pastas são friáveis. Est. VIII-1 e 2

Dos elementos cerâmicos acima evidenciados poderemos retirar algumas considerações significativas. Por um lado, é notório o movimento de evolução retrocesso da qualidade técnica empregue para a obtenção da olaria, tendo em atenção

os dados relativos à qualidade das pastas utilizadas, a utilização dos tornos de alta ou baixa rotação, e a qualidade de cocção.

Se as cerâmicas ditas paleocristãs que aqui associamos à fase I do Paço Velho apresentam um quadro tecnológico inferior àquele que normalmente se associa ao mundo romano, através da difusão da cocção redutora e pela pouca exigência no tratamento da plástica das peças, importa referir que essa tendência não teria evoluído para os séculos VII-VIII, a fase II da Quinta do Paço Velho.

De facto, as cerâmicas deste período apresentam-se na generalidade bem cozidas em fornos redutores, com sinais de levantamento em torno de alta rotação e com tratamento final assente nas superfícies alisadas e até polidas.

Quanto às cerâmicas das centúrias seguintes, aquelas que estão relacionadas com a ocupação III da Quinta do Paço Velho, verificou-se uma queda na qualidade quer da escolha das pastas, quer nos meios empregues para a sua obtenção, com recurso aos tornos de baixa rotação, as cocções a baixa temperatura e a fraca resistência plástica das mesmas.

Fica, deste modo, um singelo contributo para um melhor conhecimentos dos materiais da Quinta do Paço Velho.

Catálogo

1. Indeterminado. Asa em fita bilobada com pasta de cor cinzenta, obtida por cozedura redutora. O desgordurante é constituído por paletas de mica e grãos de quartzo de calibre <1mm. A superfície é áspera de cor cinzenta escura. Séc. VII-VIII. QPV88: 76-4
2. Indeterminado. Asa em fita plana com pasta bem depurada de cor castanha clara, o que denuncia a cozedura redutora. O desgordurante é predominantemente micácio de calibre <1mm. A superfície foi alisada e no acabamento foi aplicada uma aguada de cor cinzenta escura. Séc. VII-VIII. QPV88: 76-4
3. Púcaro? Bordo de perfil vertical com lábio plano. Foi obtido por torno lento e cozedura redutora. A pasta tem cor castanha escura, com desgordurante de paletas de mica de calibre <2 mm. Apresenta fuligem em ambas a superfícies e o contacto com o fogo terá feito deteriorar a decoração em vassourado, agora muito ténue. Séc. VII? QPV88: 96-6

4. Indeterminado. Bojo de peça obtida por feitura a torno lento e cozedura redutora. A pasta tem cor castanha clara, com grande quantidade de desengordurante micácio de calibre <1mm e grãos de quartzo de calibre <1mm. As superfícies foram alisadas e apresentam uma cor castanha clara, tendo recebido como acabamento um meandro, abaixo do qual se desenvolve uma série de linhas incisas de forma irregular mas sempre no sentido esquerda direita. Séc. VII-VIII. QPV88: QPV88: 96-1
5. Alguidar. Bordo de peça obtida em torno lento e cozedura redutora. Apresenta um cerne estratificado, friável, possivelmente um reforço do arranque de uma asa. A pasta é castanha e tem desengordurante micácio de calibre <1mm e quartzo <2mm. As superfícies apresentam um acabamento pouco cuidado, já que foram levemente alisadas, mas tem uma decoração vassourada obtida por criação de linhas irregulares no sentido descendente, para depois se repetir o processo no sentido diagonal ascendente. Séc. VII-IX?. QPV91: 54/64-limpeza de perfil. Fig. 40.2
6. Prato?. Bordo introvertido com lábio redondo, apresentando-se lascado. Foi feito em torno rápido e teve cozedura oxidante. A pasta é alaranjada e apresenta paletas de mica a servir de desengordurante de calibre <1,5mm, assim como grãos de quartzo de calibre <1mm. A superfície exterior foi alisada, enquanto a interior é mais rugosa. Possivelmente dos séculos V-VI. QPV 88: 86-8
7. Indeterminado. Fundo de peça obtida por feitura em torno lento e cozedura redutora. A pasta é algo friável e apresenta uma coloração castanha escura, é homogénea e tem desengordurante micácio de calibre <1mm e quartzítico de calibre <2mm. A superfície interna tem uma coloração cinzenta clara e foi alisada, ao passo que a externa se encontra deteriorada. Séc. V-VI? QPV91:87/97-limpeza do perfil
8. Indeterminado. Fundo planod e peça obtida por levantamento em torno rápido e cocção redutora. A pasta tem uma cor cinzenta escura, com desengordurante micácio de calibre <1mm. As superfícies foram alisadas e apresenta fuligem na exterior. Sé. VII-VIII. QPV 88: 76-3. Fig. 43.1
9. *Dolium*, Bojo de peça obtida em torno rápido e cozedura redutora. A pasta tem uma coloração castanha clara, heterogénea, com desengordurante micácio e quartzítico de calibre <2mm. As superfícies foram alisadas, notando-se na interior linhas de força bem vincadas. Séc. V-VI. QPV88: 66-2
10. Jarro. Bordo de peça com asa ligeiramente bilobada. Na feitura desta peça foi utilizado o torno lento, com cozedura oxidante. A pasta, de cor castanha clara, foi bem

depurada, apresentando finas paletas de mica de calibre <0,5mm. As superfícies foram alisadas e levou uma aguada cor de laranja. Séc. V-VI. QPV 88: 92-2. Fig. 38.2

11. Indeterminado. Bojo de peça obtida em torno lento e cozedura redutora. A pasta tem uma cor castanha escura, friável, com desengordurante à base de paletas de mica de calibre <1,5mm. Apresenta vestígios de fuligem na superfície exterior, a qual possuía também decoração em vassourado de orientação vertical, mas muito deteriorado pelo contacto com o fogo. Séc. VII-IX? QPV 88: 86-2

12. Púcaro. Bordo de perfil rectilíneo, de lábio plano. Esta peça foi obtida por levantamento em torno de abaixa rotação e cocção em forno redutor. A pasta apresenta uma coloração castanha escura. O desengordurante é micácio <1mm. Apresenta sinais de vassourado, muito degradado. Século VI? QPV 88 76-6. Fig. 37.2

13. Púcaro. Bordo de perfil vertical com lábio plano de peça obtida por feitura em torno lento e por cozedura oxidante. A pasta tem cor castanha clara e desengordurante micácio de paletas com calibre <1mm. Ao nível dos acabamentos, esta peça recebeu decoração vassourada tanto na superfície interior como na exterior, com a diferença na orientação do vassourado, pois na interior é horizontal, enquanto que na exterior é vertical. Apresenta sinais de uma aguada de cor alaranjada. Séc. VII-IX? QPV88: 77-1

14. *Dolium*. Bojo de peça feita em torno lento. A cor castanha escura da pasta denuncia a cozedura redutora, apresentando desengordurantes micácio e quartzítico de calibre <2mm. As superfícies apresentam uma cor cinzenta escura e existe um cordão plástico a servir de reforço à pança. Ao nível dos acabamentos o destaque é feito para o polimento da superfície externa, ao passo que a interna foi alisada. Séc. VII-VIII. QPV88:76-6

15. Púcaro. Bordo de perfil ligeiramente extrovertido de lábio arredondado. Foi feito em torno rápido e cozedura redutora. A pasta tem cor cinzenta escura e foi bem depurada, apresentando mica e quartzo de calibre <1mm. A superfície interior apresenta-se rugosa, mas a exterior foi alisada. Séc. VII-VIII. QPV88:76-6

16. *Dolium*. Bojo de peça obtida em torno lento e cozedura redutora. A pasta é friável e tem cor castanha clara. Apresenta desengordurantes micácios e quartzíticos de calibre <1,5mm. A superfície exterior tem cor cinzenta escura e recebeu um meandro como decoração. A superfície interna foi alisada. Séc. VII-VIII. QPV88:76-6

17. Taça. Bordo de lábio com ressalto interior, possivelmente para receber tampa. A peça foi obtida em torno lento e cozedura oxidante, A pasta, de cor alaranjada, foi bem depurada, apresentando paletas de calcite de calibre <0,5mm como desengordurante.

Recebeu uma aguada cor de laranja, algo deteriorada. Séc. V-VI. QPV 86: 96/97-3 Fig. 39.2

18. Indeterminado. Bojo de peça feita em torno rápido e boa cozedura oxidante, o que lhe conferiu um toque metálico. A pasta é castanha clara e tem paletas de mica de calibre <1mm como desengordurante. Recebeu uma aguada alaranjada nas superfícies que são ásperas. Séc. V-VI. QPV88:42-5

19. Panela. Fundo de peça com base plana. Apresenta inclinação para forma aberta, com fuligem na superfície exterior. A pasta tem coloração castanha clara, denunciando a cocção redutora. AO levantamento foi feito a torno lento. A pasta apresenta desengordurante quartzítico de grão <1mm, assim como paletas de mica com o mesmo calibre. A superfície exterior foi alisada, ao passo que a interior é algo rugosa. Séc. V-VI. QPV 88 77-1. Fig. 32.1

20. Indeterminado. Asa em fita obtida por boa cozedura redutora, com pasta castanha e desengordurante constituído por paletas de mica e calibre <1mm. As superfícies foram alisadas. Séc. V-VI. QPV88:96-1

21. Púcaro. Bordo extrovertido de peça feita em torno lento e cozedura redutora/oxidante. A pasta tem cor cinzenta clara e é heterogénea. Como desengordurantes foram utilizados as paletas de mica e os grãos de argila cozida, de calibres <1mm. Recebeu uma aguada cor de laranja. Séc. V-VI. QPV 89: 96-2. Fig. 38.1

22. Púcaro. Bordo de perfil vertical e lábio plano de peça obtida em torno lento e cozedura redutora. A pasta, de cor castanha escura, tem paletas de mica de calibre <1,5mm como desengordurante. A superfície exterior apresenta-se rugosa e recebeu um vassourado vertical, ao passo que a superfície interior recebeu vassourado horizontal. Existem restos de fuligem em ambas as superfícies. Séc. VIII-IX. QPV88:56/66-limpeza de perfil.

23. *Dolium*. Bojo de peça obtida por feitura em torno lento e cozedura redutora. A pasta foi bem depurada, apresentando uma cor castanha clara, bem como desengordurante micácio e quartzítico de calibre <1mm. As superfícies foram ligeiramente alisadas e tem uma cor castanha clara. As linhas de força do interior encontram-se bem vincadas. Séc. V-VI. QPV88: 66-2

24. Indeterminado. Asa em fita obtida por boa cozedura redutora, com pasta castanha e desengordurante constituído por paletas de mica e calibre <1mm. As superfícies foram alisadas com polidor. Séc. V-VI. QPV88:56/66-limpeza de perfil.

25. Indeterminado. Fundo de peça feita em torno lento e cozadura redutora, mas a baixa temperatura. A pasta é algo friável e apresenta uma cor castanha clara e desengordurantes quartzítico e micácio de calibre <1mm. A superfície externa foi alisada, tal como a interna, a qual apresenta linhas de construção pronunciadas. Séc. V-VI. QPV 88: 76-3. Fig. 38.3

26. Pote. Bordo extrovertido de peça feita em torno rápido e cocção redutora. A pasta tem cor cinzenta clara, é homogénea e bem depurada, contendo desengordurante micácio de calibre <1,5mm. A superfície exterior, apesar de alisada, é áspera ao toque. Séc. VII-VIII. QPV 88: 86-2. Fig. 41.2

27. Panela. Fundo de peça obtida por cocção redutora e levantamento a torno lento. A pasta tem cor castanha escura com desengordurante micácio e quartzítico de calibre <1mm. As superfícies foram alisadas. Séc. VIII?-XI. QPV 88: 76 2. Fig. 44.1

28. Taça. Bordo introvertido de lábio arredondado. Foi feita a torno de alta rotação e cozadura oxidante. A pasta foi bem depurada. Apresenta uma cor laranja homogénea, com desengordurantes quartzíticos de calibre <0,5mm. As superfícies foram cobertas com uma aguada alaranjada. Séc. V-VI. QPV 86: 56-4. Fig. 39.1

29. Panela. Fundo de peça obtida por cocção redutora e levantamento a torno lento. A pasta tem cor castanha clara, homogénea, com desengordurante micácio e quartzítico de calibre <1,5mm. As superfícies foram alisadas e apresenta decoração através de linhas incisadas paralelas irregulares, obtidas por vassouramento. Séc. VIII?-XI. QPV 91: 87-97 2. Fig. 44.2

30. Indeterminado. Bojo de peça feita em torno lento e cozadura redutora. A pasta é castanha e muito bem depurada, apesar de friável, com paletas de mica de calibre <1mm de calibre como desengordurante. A superfície interior foi alisada e a exterior tem vestígios de polimento. Séc. VII-VIII. QPV88:42-5

31. *Dolium*. Bojo de peça de paredes espessas. Feito a torno lento e com boa cozadura redutora, este fragmento apresenta uma coloração castanha clara, desengordurantes quartzíticos < 3 mm e paletas de mica <2 mm. Apresenta decoração na superfície exterior, com um meandro inciso, a par de linhas incisadas verticais com paralelismo deficiente. Séc. VII-VIII. QPV 88: 96-2. Fig. 40.1

32. Panela. Bordo de peça aberta com ressalto no lábio para assentamento de testo. Foi levantada em torno de alta rotação e cozida em ambiente redutor. A pasta tem cor

cinzenta clara, homogénea, é bem depurada e contém desengordurante micácio de calibre <1mm. As superfícies foram alisadas. Séc. VII-VIII. QPV 91: 50/60-4. Fig. 41.1

33. Indeterminado. Bojo de peça feita em torno rápido. A cozedura redutora conferiu uma coloração castanha escura à pasta que é algo friável, com desengordurante micácio muito fino de calibre <0,5mm e grãos de quartzo de calibre <4mm. As superfícies apresentam uma cor cinzenta escura, com sinais de acabamento alisado com recurso a polidor, visível por ligeiros sulcos arrastados no sentido ascendente. Séc. V-VII. QPV88: 66-2

34. Jarro. Bordo rectilíneo que tem uma asa de secção cilíndrica associada. Foi feita em torno de alta rotação e cozida em forno redutor. A pasta tem cor cinzenta escura, apresentando desengordurante micácio de calibre <1mm. A superfície exterior, apesar de alisada, é áspera ao toque. Séc. VII-VIII. QPV 88: 96-4. Fig. 42.1

35. Jarro. Bordo longo de peça obtida por cocção redutora e levantamento em torno rápido. A pasta tem cor cinzenta clara, homogénea, com desengordurante micácio de calibre <1mm. As superfícies estão alisadas e são ásperas ao toque. Séc. VII-VIII. QPV 86: 96-3. Fig. 42.2

36. Taça. Peça obtida por levantamento em torno rápido e cozedura em ambiente redutor. A pasta tem cor cinzenta clara, é bem depurada, apresentando desengordurante micácio de calibre <1mm. As paredes forma alisada e são abrasivas ao toque. Séc. VII-VIII. QPV 88: 86-2. Fig. 42.3

37. Indeterminado. Fundo plano de peça obtida em torno rápido e cozedura oxidante, com reforço bem pronunciado. Tem uma pasta bem depurada com desengordurante á base de mica e grãos de argila triturada de calibre <0,5mm. As superfícies exteriores foram alisadas. Séc. V-VI. QPV 90: 76-8

33. Indeterminado. Bojo de peça feita em torno rápido e cocção redutora . A pasta tem uma castanha escura, é algo friável, com desengordurante micácio muito fino de calibre <1mm. As superfícies apresentam uma cor cinzenta escura e foram alisadas, notando-se restos de fuligem. Séc. V-VII. QPV88: 66-2. Fig. 43.3

34. Panela? Fundo de peça que apresenta fuligem na superfície externa. Foi obtida por levantamento em torno rápido e cocção redutora A pasta tem coloração castanha clara e apresenta desengordurante quartzítico de grão <1mm, assim como paletas de mica com o mesmo calibre. A superfície exterior foi alisada, ao passo que a interior é algo rugosa. Séc. VII-VIII. QPV 88 76-1. Fig. 43.2

35. Panela? Bordo de peça aberta, extrovertido, com ângulo para possível assentamento de texto. A produção desta peça processou-se pelo recurso à coação redutora e levantamento por torno rápido. A pasta tem uma coloração cinzenta clara e apresenta desengordurante micácio de calibre <1mm. As superfícies são abrasivas ao toque, apesar de terem sofrido alisamento. Séc. VII-VIII. QPV 88: 92-2. Fig. 45.2
36. Indeterminada. Bordo extrovertido com lábio ressaltado interior de peça obtida por cocção redutor e feitura em torno rápido. A pasta tem cor cinzenta clara e apresenta desengordurante micácio de calibre <1mm. As superfícies foram alisadas. Séc. VII-VIII. QPV 88: 92-2. Fig. 45.1
37. Indeterminado. Fundo de peça levantada em torno rápido e cozida em ambiente redutor. A pasta tem uma coloração cinzenta clara, bem depurada, com desengordurante micácio de calibre <0,5mm. As superfícies foram alisadas. Séc. VII-VIII. QPV 88: 64-2. Fig. 46.2
38. Jarro. Bordo rectilíneo de peça com asa em fita. Foi obtida no torno rápido e por cocção redutora. A pasta tem uma cor cinzenta clara, homogénea e com desengordurante micácio de calibre <1mm. A superfícies foram alisadas e são abrasivas ao toque. Séc. VII-VIII. QPV 88: 92-2. Fig. 47.1
39. Indeterminado. Bordo extrovertido de lábio arredondado de peça feita em torno rápido e cozedura redutora. A pasta é cinzenta clara, com paletas de mica de calibre <1mm de calibre como desengordurante. A superfície interior foi alisada e a exterior tem vestígios de polimento. Séc. VII-VIII. QPV88: 96-2. Fig. 47.2
40. Indeterminada. Fundo com pé muito fino de peça levanta em torno de alta rotação e cocção redutora. A pasta foi bem depurada, apresentando desengordurante micácio de calibre <0,5mm. Ambas as superfícies foram alisadas, mas a boa cozedura tornou-as abrasivas ao toque. Séc. VII-VIII. QPV88: 86-4. Fig. 46.1

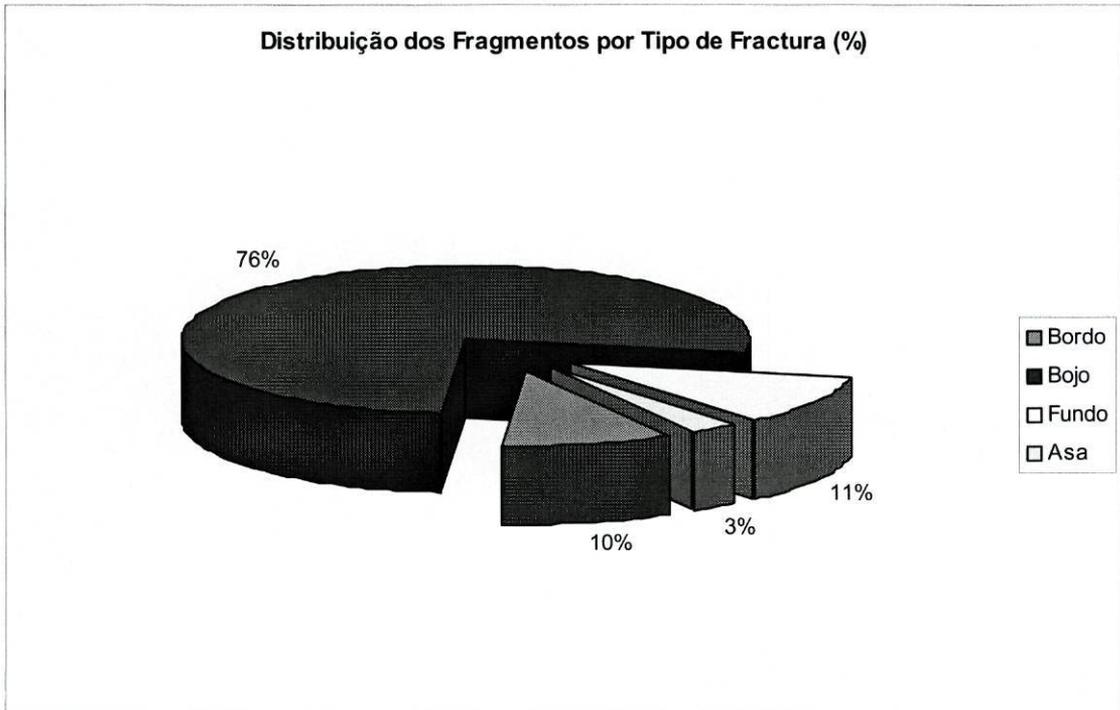


Gráfico 1

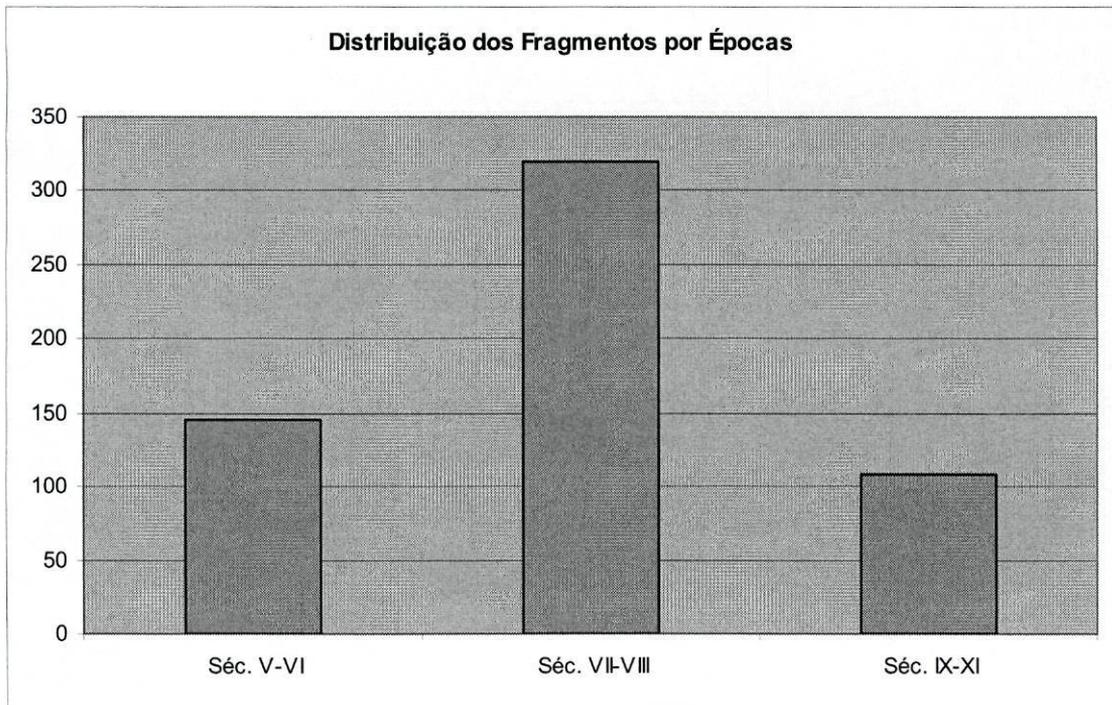


Gráfico 2

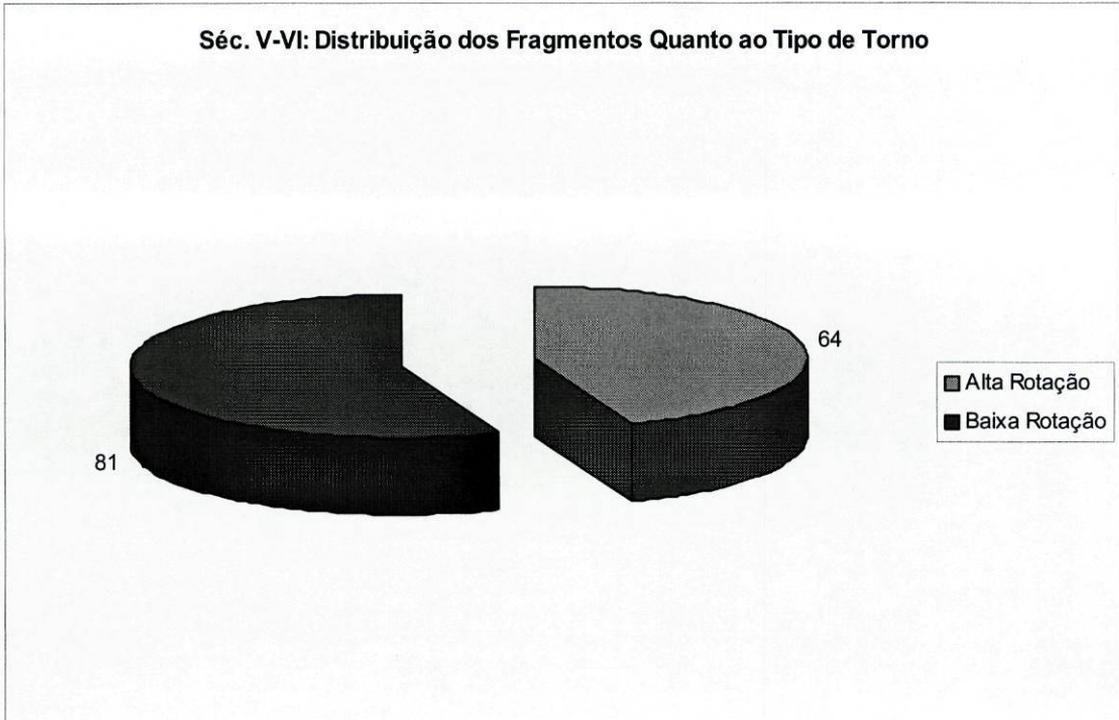


Gráfico 3

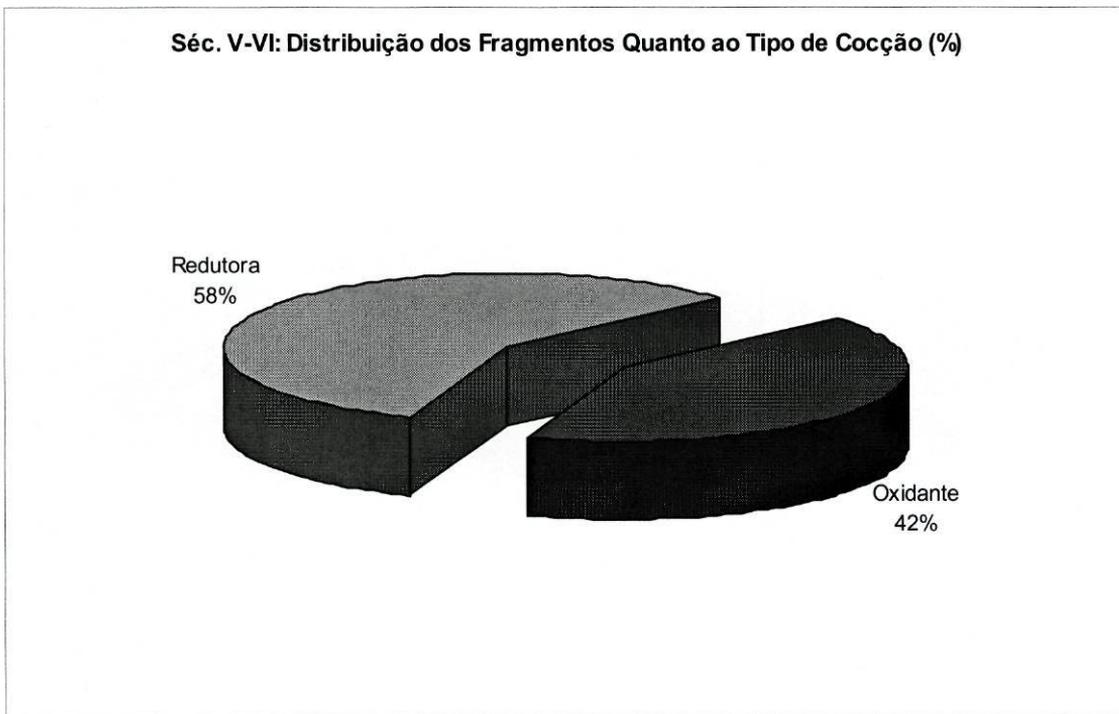


Gráfico 4

Séc. VII-VIII: Distribuição dos Fragmentos Quanto ao Tipo de Torno

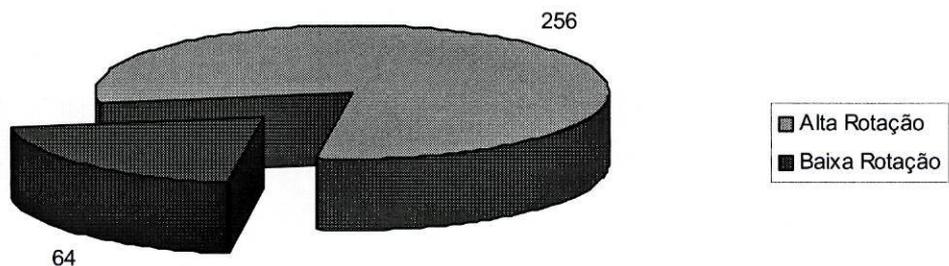


Gráfico 5

Séc. VII-VIII: Distribuição dos Fragmentos Quanto ao Tipo de Cocção (%)

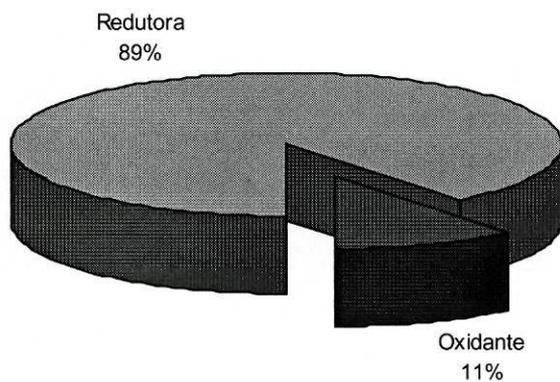


Gráfico 6

Séc. IX-XI: Distribuição dos Fragmentos por Tipo de Cocção (%)

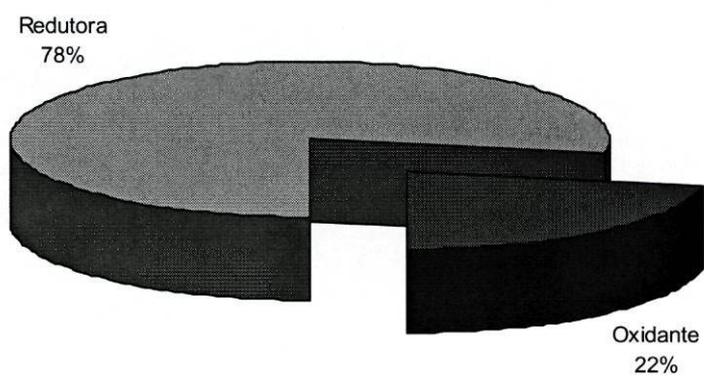


Gráfico 7

Quadro I - Quadro Sinóptico Geral do Inventário Arqueológico

| N.º Inv. | Sítio | Freguesia | Assent. Anterior | Baixo Império | Séc. V-VI | Séc. VII-VIII | Séc. IX-XI | Tipo de Assentamento/ Vestígio |
|----------|-----------------------|---------------------------------|------------------|---------------|-----------|---------------|------------|--|
| 1 | Castelo da Formiga | Arcos (S. Pedro)/ Estorãos | X | | | | X | Castro; Castelo; Sepulturas cavadas na rocha |
| 2 | Igreja | Arcos (S. Pedro) | | X | ? | | X | Tegula; Sarcófagos monolíticos |
| 3 | Pentieiros | Arcos (S. Pedro)/ Estorãos | | X | ? | | | Casal? Villa? |
| 4 | Quinta da Laje | Arcos (S. Pedro) | | X | ? | | | Tegula |
| 5 | Sanjemondes | Arcos (S. Pedro) | | X | ? | | X | Tegula; Sepultura cavada na rocha |
| 6 | Igreja | Areosa | | X | X | X | X | Villa |
| 7 | Pias dos Eidos/ Veiga | Areosa | | | | | X | Sepulturas cavadas na rocha |
| 8 | Igreja | Bertiandos | | | | | X | Inscrição; Pedras almofadadas pré-românicas |
| 9 | Igreja | Cardielos | | | | | X | Sepultura cavada na rocha; Sarcófago monolítico |
| 10 | Paço | Cardielos | | X | | | | Villa? Necrópole? |
| 11 | Igreja | Carreço | | X | | | | Tegula; Aedificium? Casal? |
| 12 | Montedor | Carreço | X | | | | X | Castro; Casal altimedieval? |
| 13 | Barrô | Correlhã | | X | ? | | | Aedificium? Casal? |
| 14 | Eirado | Correlhã | X | X | X | | | Castro; Povoado tardo-romano |
| 15 | Igreja | Correlhã | X | X | ? | | X | Villa? Lagar; Sepulturas cavadas na rocha; Sarcófagos monolíticos; Friso pré-românico? |
| 16 | Mourela | Correlhã | | X | ? | | | Aedificium? Casal? |
| 17 | Paço | Correlhã | | X | X | X | | Villa; Moeda de Recaredo |
| 18 | Pereira | Correlhã | | | | X? | X | Forno cerâmico altimedieval |
| 19 | Pregal | Correlhã | | X | ? | | | Aedificium? Casal? |
| 20 | S. João do Monte | Correlhã | X | X | X | | X | Castro; Ocupação tardo-romana; Castelo |
| 21 | Tesido | Correlhã | | X | ? | | | Aedificium? Casal? |
| 22 | Alto do Galeão | Darque/ Anha | X | | X | X | X | Castro; Ocup. tardo-romana; Atalaia altimedieval |
| 23 | Quinta do Carteadado | Darque/ Anha | | X | ? | | | Aedificium? Casal? |
| 24 | S. Lourenço | Darque | ? | X | | | ? | Fanum? Pedras almofadadas pré-românicas |
| 25 | Igreja | Deão | X | X | X | | X | Villa; Vest. pré-românicos; Sarcófagos monolíticos |
| 26 | Aldeia | Deocriste | ? | X | ? | | | Tegula |
| 27 | Igreja | Deocriste | ? | X | ? | | | Tegula; Necrópole |
| 28 | Bouça do Crasto | Estorãos | | X | X | | | Povoado tardo-romano |
| 29 | Socrasto | Estorãos | | X | ? | | | Aedificium? Casal? |
| 30 | Castelo de S. Miguel | Facha | | | | | X | Castelo |
| 31 | Bouça da Gateira | Facha | | | X | X | ? | Necrópole |
| 32 | Cividade | Facha | X | X | X | | X | Aedificium? Casal? Paróquia Pré-românica |
| 33 | Fojo | Facha | X | X | X | | | Aedificium? Casal? Lagar |
| 34 | Igreja | Facha | | | | | X | Sarcófagos monolíticos |
| 35 | Prazil | Facha | X | X | X | X | | Villa |
| 36 | Quinta do Paço | Facha | X | X | X | ? | | Casa castreja; Forno cerâmico; Necrópole |
| 37 | Quinta do Paço Velho | Facha | ? | X? | X | X | X | Villa |
| 38 | Soalheiro | Facha | | X? | X? | | | Elementos romanos descontextualizados |
| 39 | S. Cristóvão | Fontão | | X | X? | | | Atalaia tardo-romana |
| 40 | Agros | Geraz do Lima (Santa Leocádia) | | X | X | | | Aedificium? Casal? |
| 41 | Baltar | Geraz do Lima (Santa Leocádia) | | X | ? | ? | | Aedificium? Casal? Necrópole? |
| 42 | Igreja | Geraz do Lima (Santa Leocádia) | | X | ? | | X | Vest. romanos e pré-românicos; Sarcóf. Monolíticos |
| 43 | Mondim | Geraz do Lima (Santa Leocádia) | ? | X | ? | | | Aedificium? Casal? Necrópole? |
| 44 | Paço | Geraz do Lima (Santa Leocádia) | | X | X | | | Aedificium? Casal? Necrópole? |
| 45 | Perpesçoço | Geraz do Lima (Santa Leocádia) | | X | X | ? | X | Aedificium? Casal? |

Quadro I - Quadro Sinóptico Geral do Inventário Arqueológico

| N.º Inv. | Sítio | Freguesia | Até ao Séc- III | Baixo Império | Séc. V-VI | Séc. VII-VIII | Séc. IX-XI | Tipo de Assentamento/ Vestígio |
|----------|------------------------------|---------------------------------|-----------------|---------------|-----------|---------------|------------|--|
| 46 | Igreja | Geraz do Lima (Santa Maria) | ? | X | X? | X? | X | Villa ; Necrópole altimedieval; Pedras almofadadas pré-românicas; Sarcófagos monolíticos; Ajimezes |
| 47 | Paço | Geraz do Lima (Santa Maria) | | X | X? | | | Povoado tardo-romano |
| 48 | Rendeiros/ Carvalho da Vinha | Geraz do Lima (Santa Maria) | | X | X? | | | <i>Aedificium?</i> Casal? Necrópole? |
| 49 | Roupeiras | Lanheses | | X | X? | | | Povoado tardo-romano |
| 50 | S. Simão da Junqueira | Mazarefes | | | | | X | Pedras almofadadas pré-românicas |
| 51 | Igreja Velha/ Ameal | Meadela | | X | ? | | X | Ara; <i>Tegula</i> ; Pedras almofadadas pré-românicas |
| 52 | Quinta da Torre | Moreira de Geraz do Lima | | X | ? | | | <i>Aedificium ?</i> Casal? Necrópole? |
| 53 | Veiga | Moreira de Geraz do Lima | | | | | X | Canoa piróxila; Passagem? |
| 54 | Bouça do Cavalo | Moreira do Lima | | X | ? | | | <i>Aedificium ?</i> Casal? Necrópole? |
| 55 | Boudilhão | Moreira do Lima | | X | X | | | Villa; Forno cerâmico; Sepultura tardia |
| 56 | Capela do Espírito Santo | Moreira do Lima | | | | | X | Vestígios pré-românicos; Inscrição |
| 57 | Canadelo | Moreira do Lima | | X | ? | | | <i>Aedificium ?</i> Casal? Necrópole? |
| 58 | Bouça das Freiras | Nogueira | | | | | X | Sepulturas cavadas na rocha |
| 59 | Igreja de S. Cláudio | Nogueira | ? | ? | ? | | X | <i>Tegula</i> ; Sarcófago monolítico; Inscrições |
| 60 | Formigoso/ Vigia | Nogueira/ Outeiro | X | | | | X | Castro; Atalaia? Castelo? |
| 61 | Castelo de S. Martinho | Nogueira/ Portuzelo | X | | | | X | Castro; Castelo |
| 62 | Igreja/ Paço | Outeiro | ? | X | ? | | | <i>Aedificium ?</i> Casal? Necrópole? |
| 63 | Rego do Crasto | Outeiro | ? | X | ? | | | <i>Aedificium ?</i> Casal? Necrópole? |
| 64 | Nossa Senhora do Olival | Perre | | | | | X | Sarcófago monolítico |
| 65 | S. Gil | Perre | | X | X? | | X | Povoado tardo-romano; Sepulturas cavadas na rocha |
| 66 | Vila Meã | Perre | | X | X | | X | <i>Aedificium ?</i> Casal? |
| 67 | Alto da Telha/ Santo Ovídio | Sá/ Arcozelo | X | X | X | X | X | Povoado Calcolítico; Castro; Povoado altimedieval; Castelo; Sarcófago monolítico |
| 68 | Bouça da Castanheira | Sá | | X | | | | <i>Aedificium ?</i> Casal? Necrópole? |
| 69 | Quinta de Chão de Zil | Sá | | X | ? | | | <i>Aedificium ?</i> Casal? Necrópole? |
| 70 | Louredo | Sá | | X | X | | | Povoado tardo-romano |
| 71 | Vilarinho | Seara | | X | X | | | Povoado tardo-romano |
| 72 | Igreja | Serreleis | X | X | ? | | X | Castro; <i>Tegula</i> ; Sarcófago monolítico |
| 73 | Igreja | Subportela | X | X | ? | | | <i>Aedificium ?</i> Casal? Necrópole? |
| 74 | Igreja/ Souto | Torre | | | | | X | Mosteiro pré-românico |
| 75 | Fontão | Vila Franca | | X | X? | | | Povoado tardo-romano |
| 76 | Igreja | Vila Franca | | X | ? | | X | <i>Aedificium ?</i> Casal? Necrópole? |
| 77 | Citânia de Santa Luzia | Viana do Castelo (Monserrate) | X | X | | | | Castro; Ocupação tardo-romana |
| 78 | Roques | Subportela/ Vila Franca/ Mujães | X | X | ? | | | Castro; Ocupação tardo-romana |
| 79 | Sabariz | Vila Fria | | X | ? | ? | X | <i>Tegula</i> ; Eremitério rupestre |
| 80 | Igreja/ Quinta da Torre | Vila Mou | | X | ? | X | X | Villa ; Vestígios visigodos; Necrópole; Vestígios pré-românicos; sarcófagos monolíticos |
| 81 | Nossa Senhora do Barco | Vitorino das Donas | | X | X | | X | Povoado tardo-romano; Paróquia pré-românica |

Quadro II - Relação da Toponímia Latina e Germânica e Vestígios Arqueológicos

| Topónimo | Freguesia | Situação do Solo | Vestígios | | | |
|------------------------|--------------------------------|------------------------|------------|----------------|-------------|------|
| | | | Sécs. IV-V | Sécs. VII-VIII | Sécs. IX-IX | Ind. |
| Brufe (-ufe) | Vitorino das Donas | Desconhecido | | | | |
| Brufe (-ufe) | Facha | Agrícola, mato | + | | | + |
| Formariz (fromarici) | Deiã | Agrícola | | | | + |
| Formariz (fromarici) | Geraz do Lima (Santa Maria) | Mato | | | | |
| Geraz (iarazi) | Geraz do Lima (Santa Maria) | Agrícola, urbano | + | + | | + |
| Geraza (iarazi) | Sá | Agrícola | | | | |
| Galhufo (-ufe) | Facha | Desconhecido | | | | |
| Galhufo (-ufe) | Geraz do Lima (Santa Leocádia) | Desconhecido | | | | + |
| Guilhufo (-ufe) | Vila Franca | Agrícola urbano | | | | |
| Guilhufo (-ufe) | Vila Mou | Desconhecido | | | | |
| Chão de Gil (soegildā) | Sá | Agrícola urbano | + | + | | + |
| Sãomil (soegildā) | Fonão | Agrícola, urbano | | | | + |
| S. Gil (soegildā) | Montaria | Agrícola, urbano | | | | + |
| S. Gil (soegildā) | Nogueira | Urbano | | | | + |
| S. Gil (soegildā) | Perre | Mato | + | + | | + |
| Manufo (-ufe) | Portuzelo | Urbano; mato | | | | |
| Manhufo (-ufe) | Deocriste | Desconhecido | | | | |
| Manufo (-ufe) | Geraz do Lima (Santa Maria) | Desconhecido | | | | |
| Manufo (-ufe) | Perre | Agrícola | | | | + |
| Mende (Menendus) | Facha | Agrícola | + | + | | + |
| Mende (Menendus) | Vilar de Murteda | Desconhecido | | | | |
| Mondim (mundinus) | Geraz do Lima (Santa Leocádia) | Desconhecido | + | | | + |
| Mondim (mundinus) | Geraz do Lima (Santa Maria) | Agrícola, mato | | | | + |
| Mondim (mundinus) | Nogueira | Agrícola | | | | + |
| Roriz (roderici) | Vitorino das Donas | Desconhecido | | | | |
| Roriz (roderici) | Portuzelo | Desconhecido | | | | |
| Sá (sala) | Sá | Agrícola, urbano, mato | | + | | + |
| Serreleis (sala) | Serreleis | Urbano, mato | + | + | | |
| Sabariz (savarici) | Vila Fria | Agrícola; mato; urbano | + | + | | + |
| Samonde (onomundis) | Subportela | Desaparecido | | | | |
| Amonde (onomundis) | Meadela | Desaparecido | | | | |
| Samonde (onomundis) | Nogueira | Mato | | | | + |
| Sendim (sendinus) | Seara | Desconhecido | | | | |
| Sandim (sendinus) | Subportela | Agrícola, mato | | | | + |

Bibliografia: ALMEIDA CAB 1996a; BAPTISTA 1980a: 63-67; BAPTISTA 1980b: 91-102; BAPTISTA 1981: 91-101; BAPTISTA 1982: 295-319; BAPTISTA 1983: 115-137; BAPTISTA 1984: 219-314; BAPTISTA 1993: 137-182; BAPTISTA 2001; FERNANDES 1981a: 139-207; FERNANDES 1981b: 277-347; FERNANDES 2001; PIEL 1937; PIEL 1948

Quadro III - Relação Estratigráfica e Fases de Ocupação

| Est. | Leitura 1 | Leitura 2 | Leitura 3 | Leitura 4 | Leitura 5 | Leitura 6 | Leitura 7 | Funcionalidade |
|------|--------------------------------------|---------------------------------------|---|--|--|--------------------------|---|--|
| 1 | vegetal | vegetal | vegetal | vegetal | vegetal | vegetal | vegetal | Actual nível de circulação |
| 2 | antigo vegetal | antigo vegetal | antigo vegetal | | | antigo vegetal | antigo vegetal | Lastro das terras de cultivo |
| 3 | | | | | | larreira | larreira | Larreira |
| 4 | abandono | abandono | abandono | abandono | abandono | abandono | abandono | Abandono |
| 5 | | | | | | | enchimento da vala de fundação do M4 | Enchimento do M4 |
| 6 | | | | | | ocupação associada ao M2 | | Ocupação associada ao M2 |
| 7 | | | | | | piso do M2 | | Piso associado ao M2 |
| 8 | | | | | | vala de fundação do M2 | | Enchimento da vala de fundação do M2 |
| 9 | derrube de muros M14 | derrube de muros M7 | derrube de muro M10 | | | derrube de muro M2 | | Destruição/ reformulação de estruturas M2; M7; M10; M14 |
| 10 | ocupação do M14 | | | | | ocupação | | Ocupação do M14 |
| 11 | nivelamento /piso M14 | | | | | nivelamento /piso | | Nivelamento e piso do M14 |
| 12 | | | | nivelamento para assentamento de tijoleira | nivelamento para assentamento de tijoleira | | | Assentamento de tijoleira |
| 13 | | | nivelamento associado ao M12? | nivelamento associado ao M8? | | | | Nivelamento do terreno |
| 14 | construção /ocupação do muro M7 | construção /ocupação do muro M7 e M14 | enchimento da vala de fundação do M10 e M12 | construção /ocupação do muro M7 e M14 | enchimento da vala de fundação do M6 e M8 | | construção /ocupação do muro M6 e M8 | Construção /ocupação das estruturas M6; M7; M8; M14 |
| 15 | enchimento da vala de fundação do M7 | enchimento da vala de fundação do M7 | enchimento da vala de fundação do M10 e M12 | enchimento da vala de fundação do M7 e M14 | enchimento da vala de fundação do M6 e M8 | | enchimento da vala de fundação do M6 e M8 | Enchimento de vala de fundação M6; M7; M8; M10; M11; M12 |
| 16 | antigo vegetal | antigo vegetal | antigo vegetal | antigo vegetal | antigo vegetal | | | antigo solo vegetal |
| 17 | | | | | natural | natural | natural | Terreno natural /xisto grauváquico |

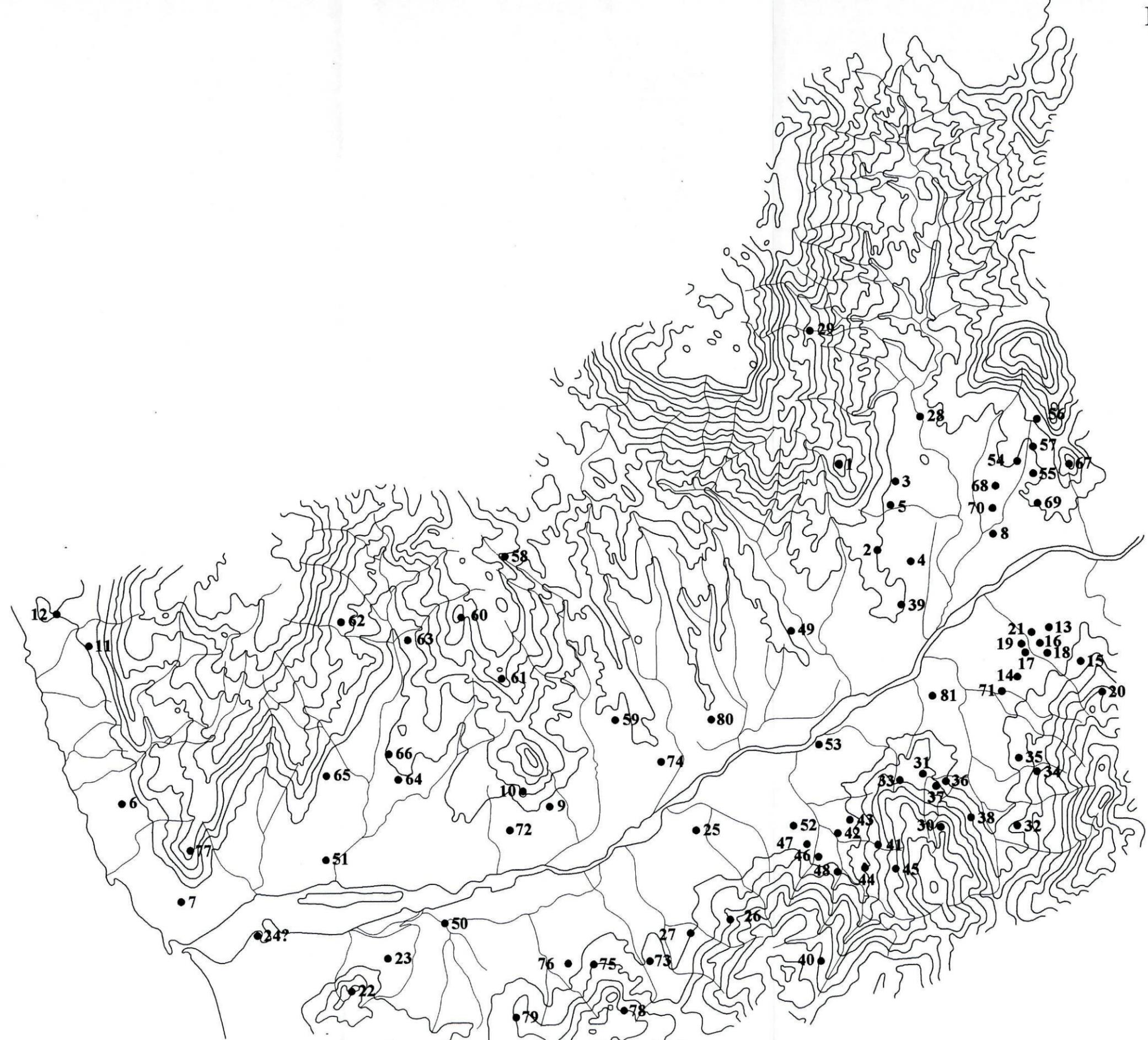
Quadro elaborado a partir das informações presentes em ALMEIDA CAB 1996a: 287-302

Séc. IX-XI

Séc. VII-VIII

Séc. V-VI

Fig. 1



Mapa Geral dos Vestígios

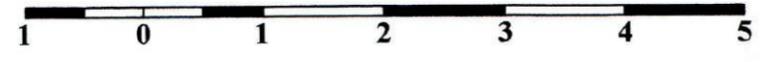
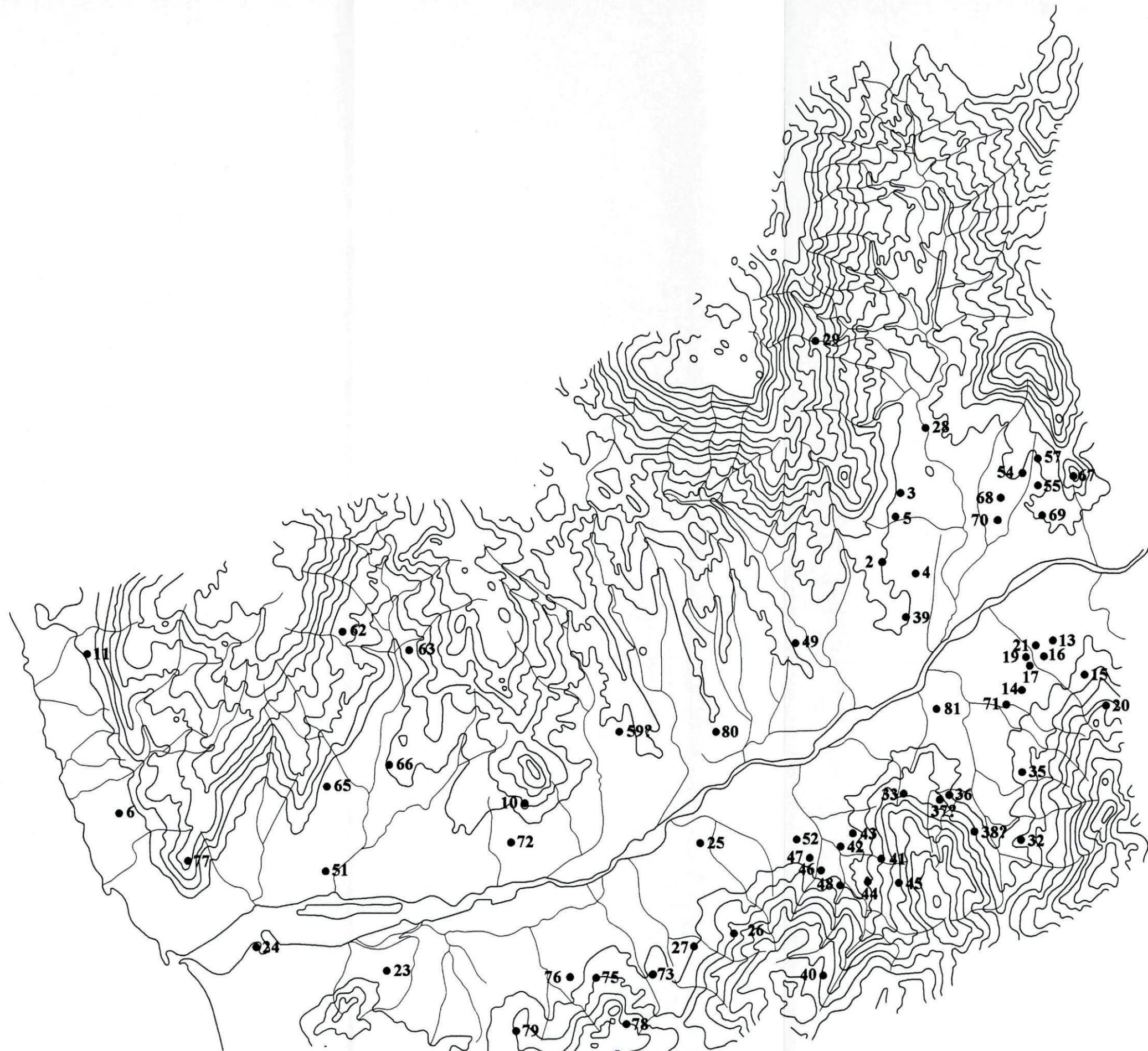


Fig. 2



Mapa dos Vestígios do Baixo Império

1 0 1 2 3 4 5 Km

Fig. 3



Mapa dos Vestígios dos Séculos V-VI

1 0 1 2 3 4 5 Km

Fig. 4



Mapa dos Vestígios dos Séculos VII-VIII



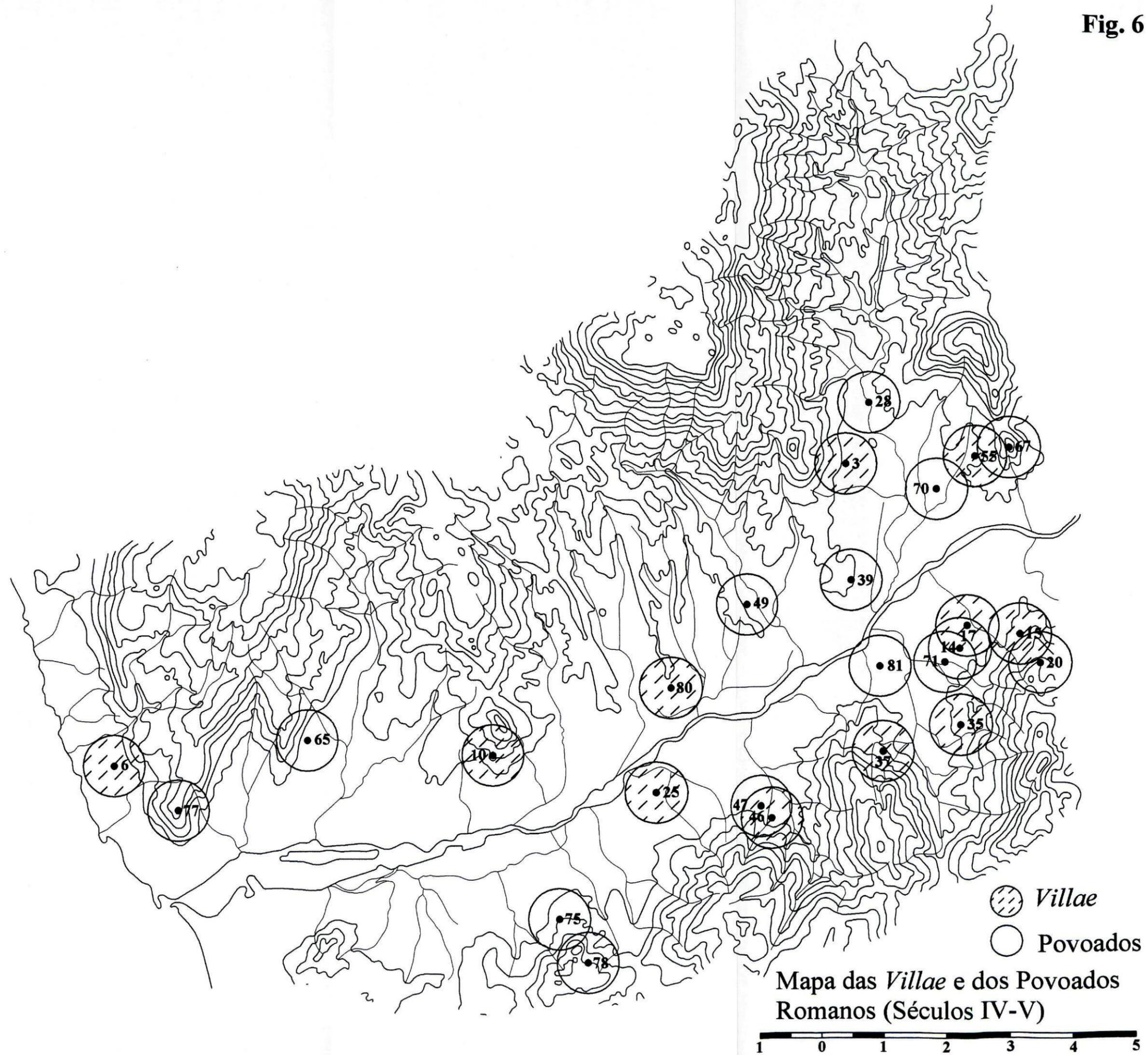
Fig. 5

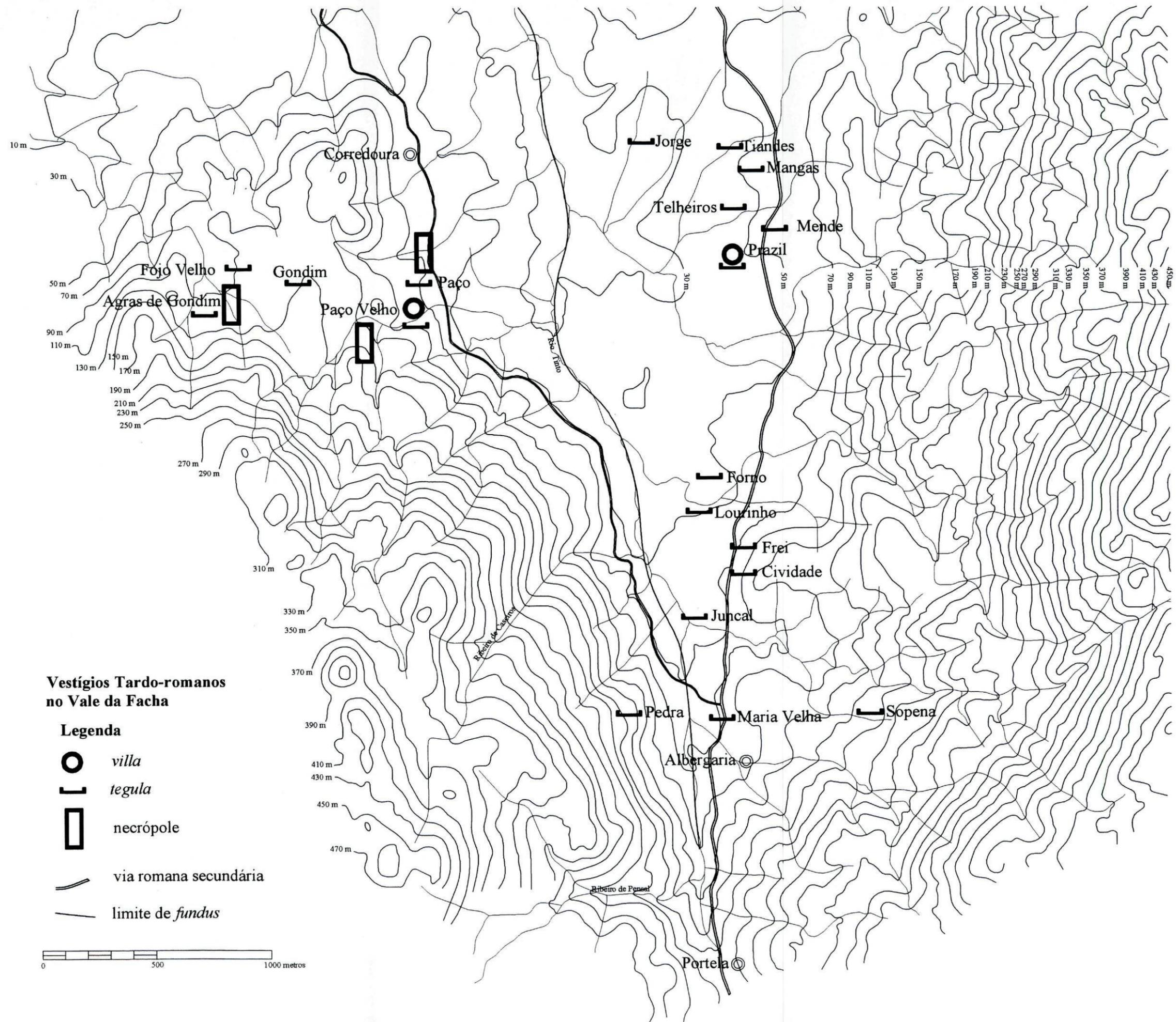


Mapa dos Vestígios dos Séculos IX-XI



Fig. 6





**Vestígios Tardo-romanos
no Vale da Facha**

Legenda

-  *villa*
-  *tegula*
-  *necrópole*
-  *via romana secundária*
-  *limite de fundus*

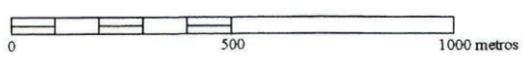
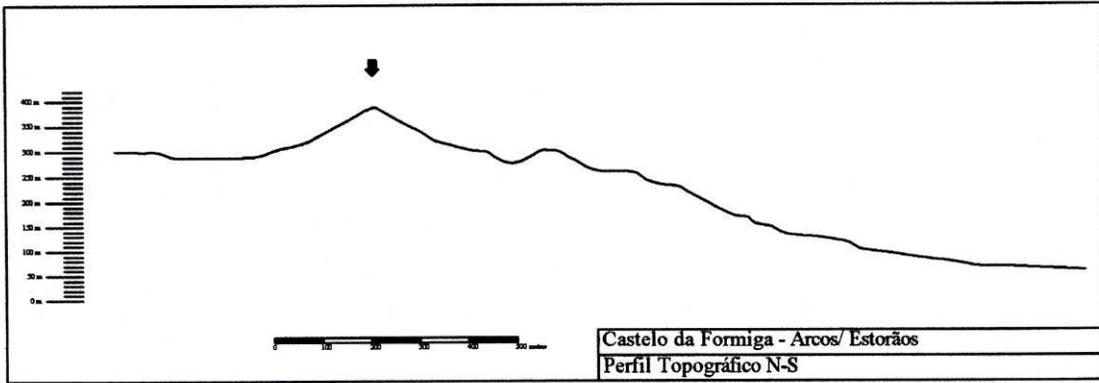


Fig 8

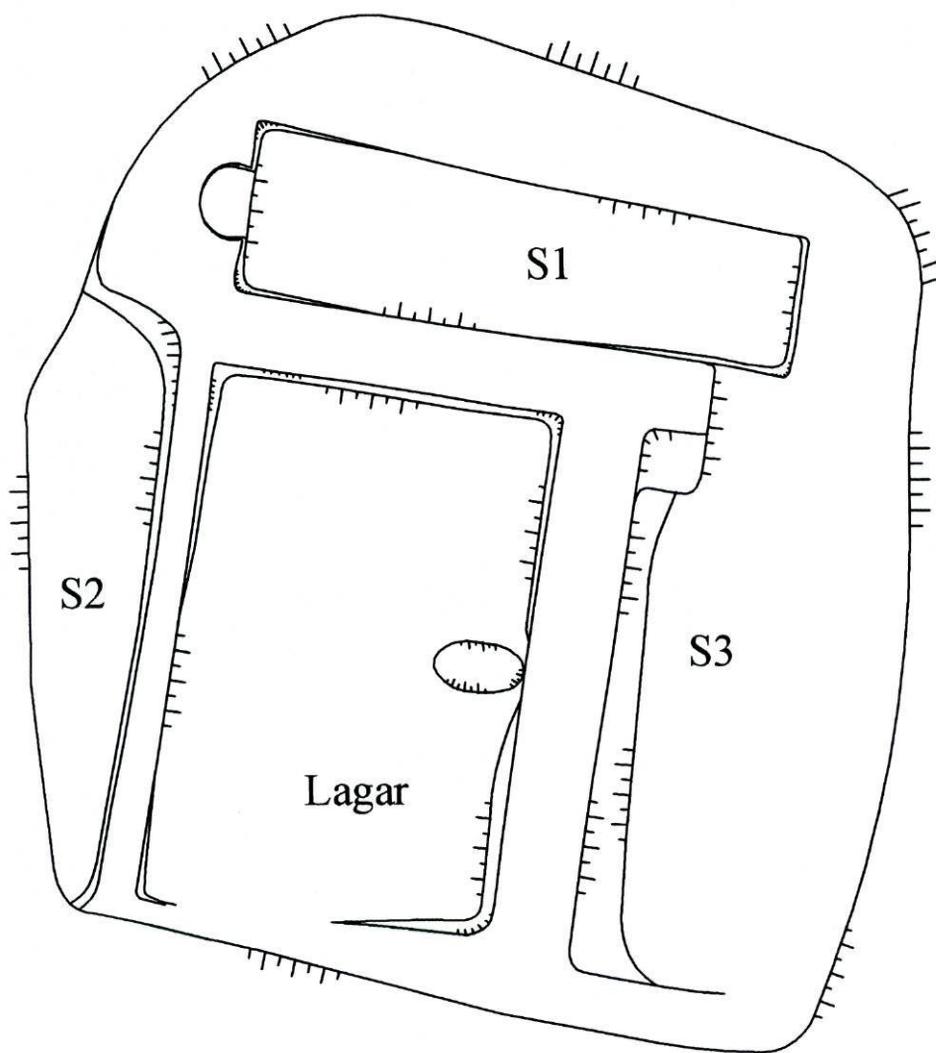


1



2

Fig. 9



Capela de Sto. Abdão
Correlhã



0

1

2 metros

Fig. 10

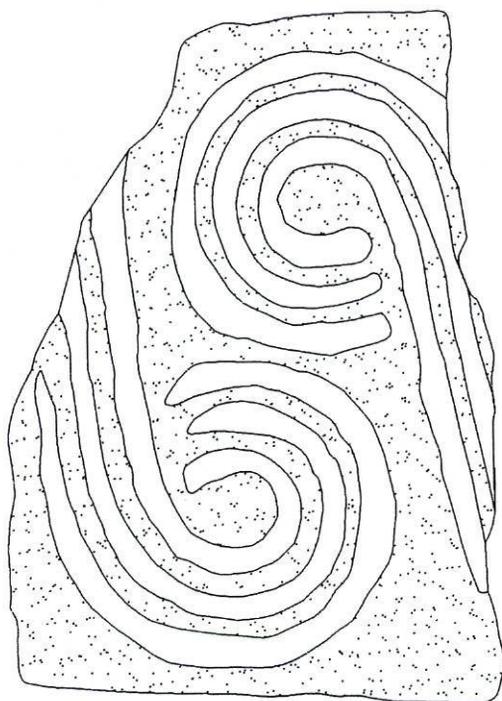


1



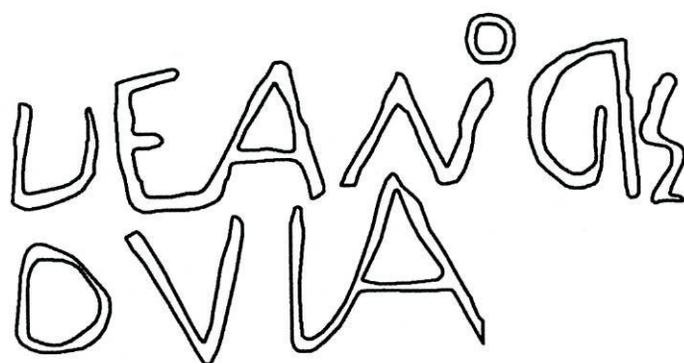
2

Fig 11



Escala 1:4

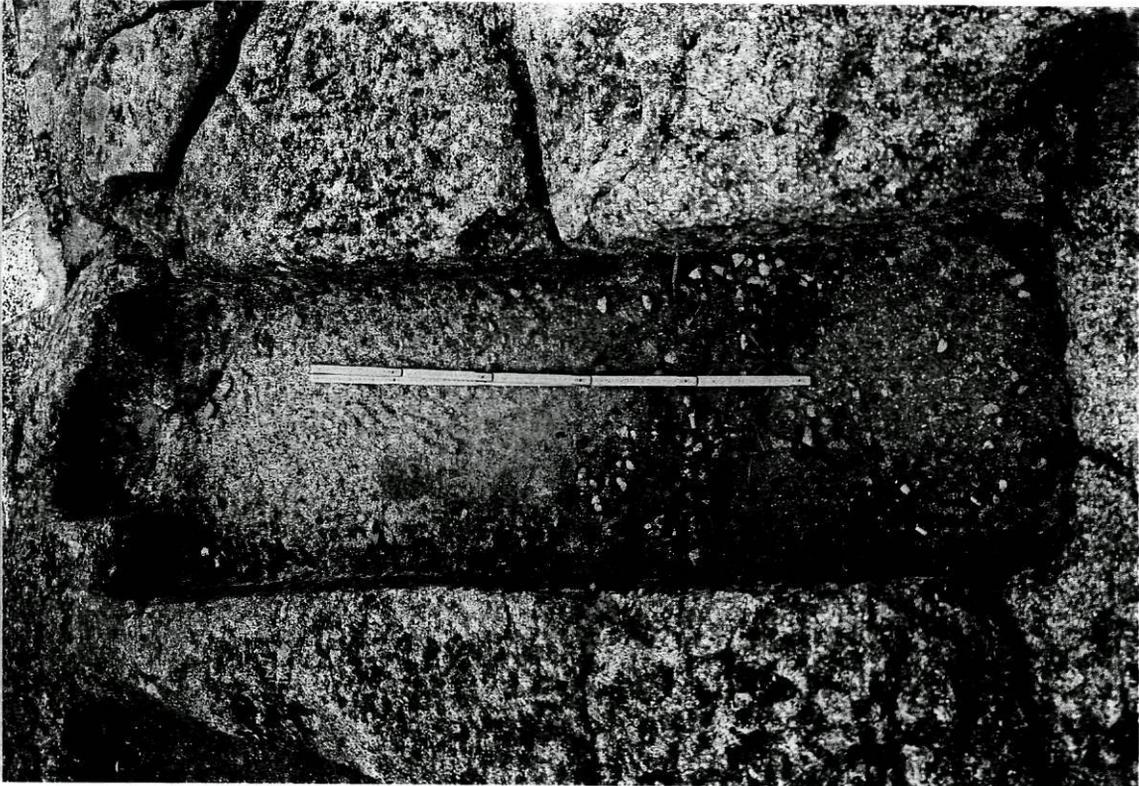
1



Escala 1:4

2

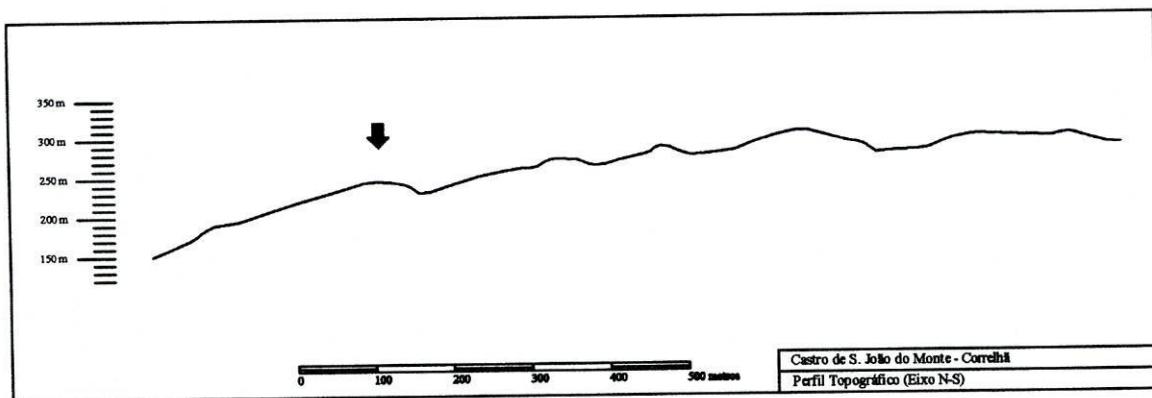
Fig. 12



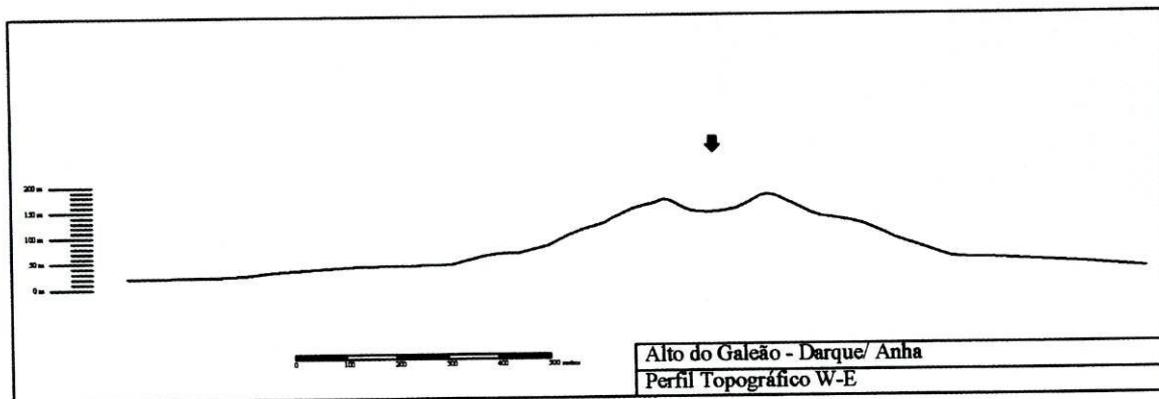
1



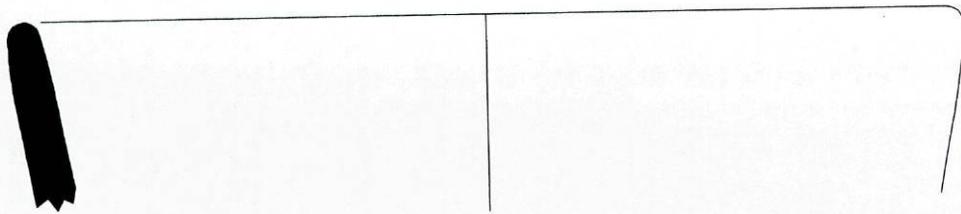
2



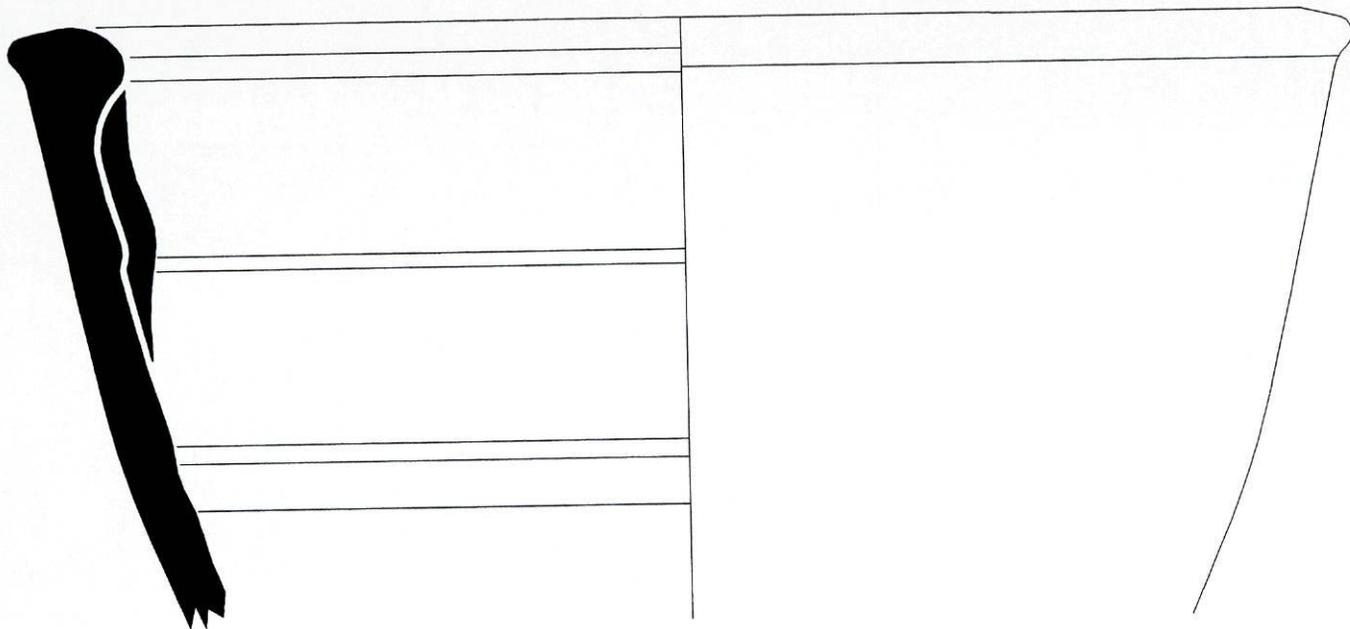
1



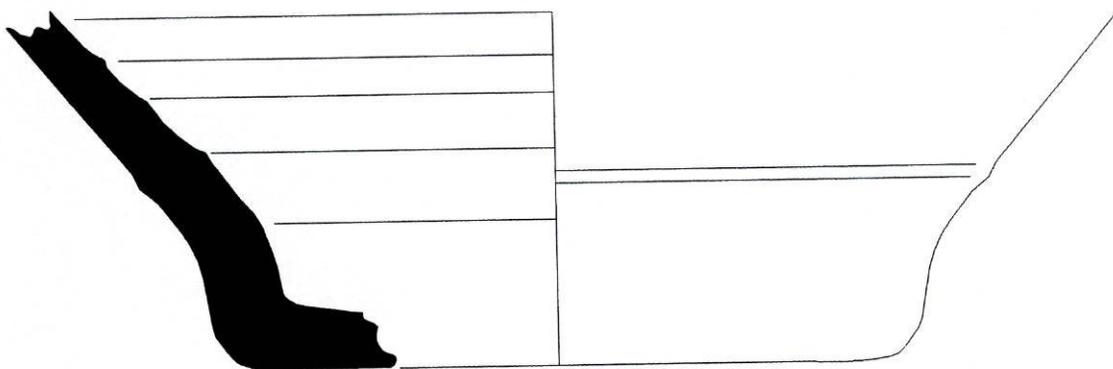
2



1

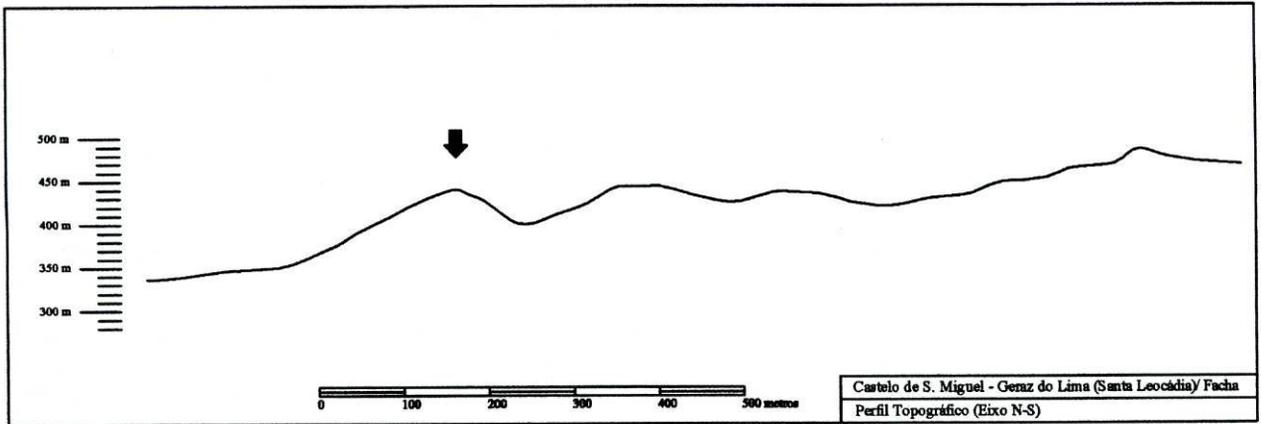


2



3

Fig. 15

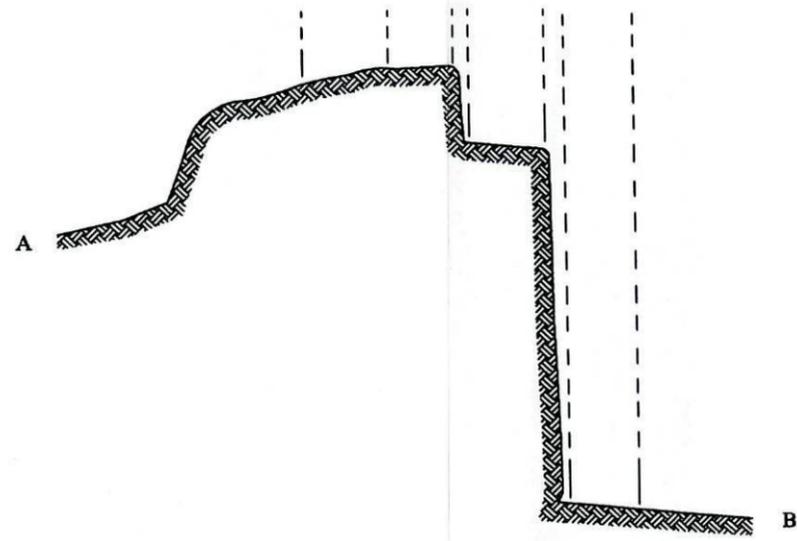
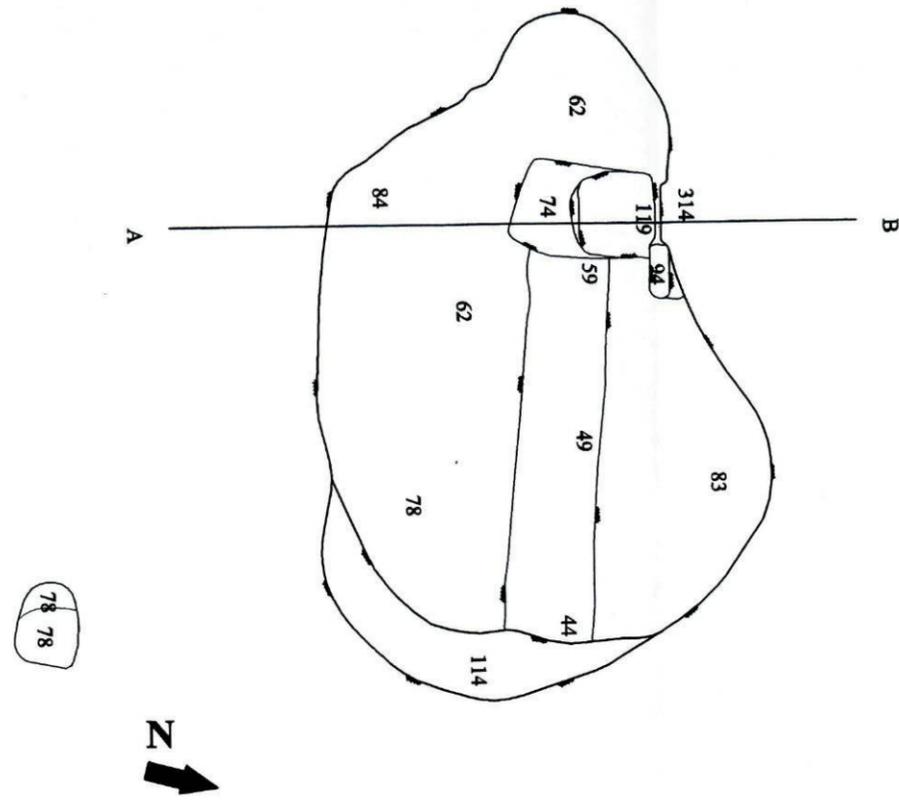


1

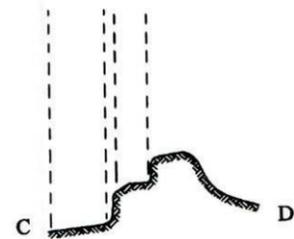
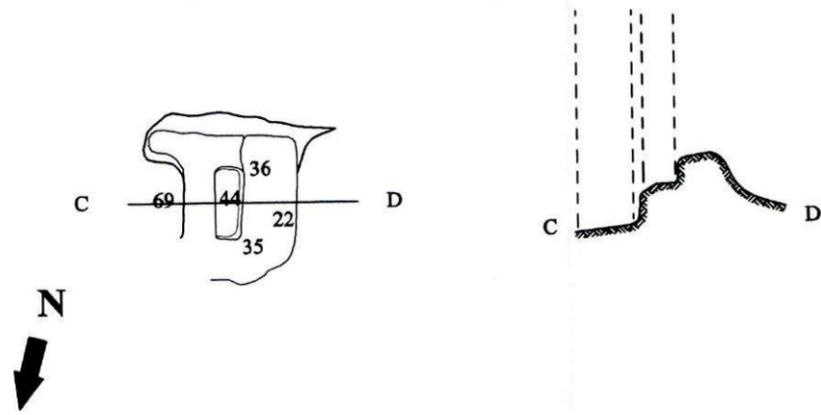


2

Fig. 16



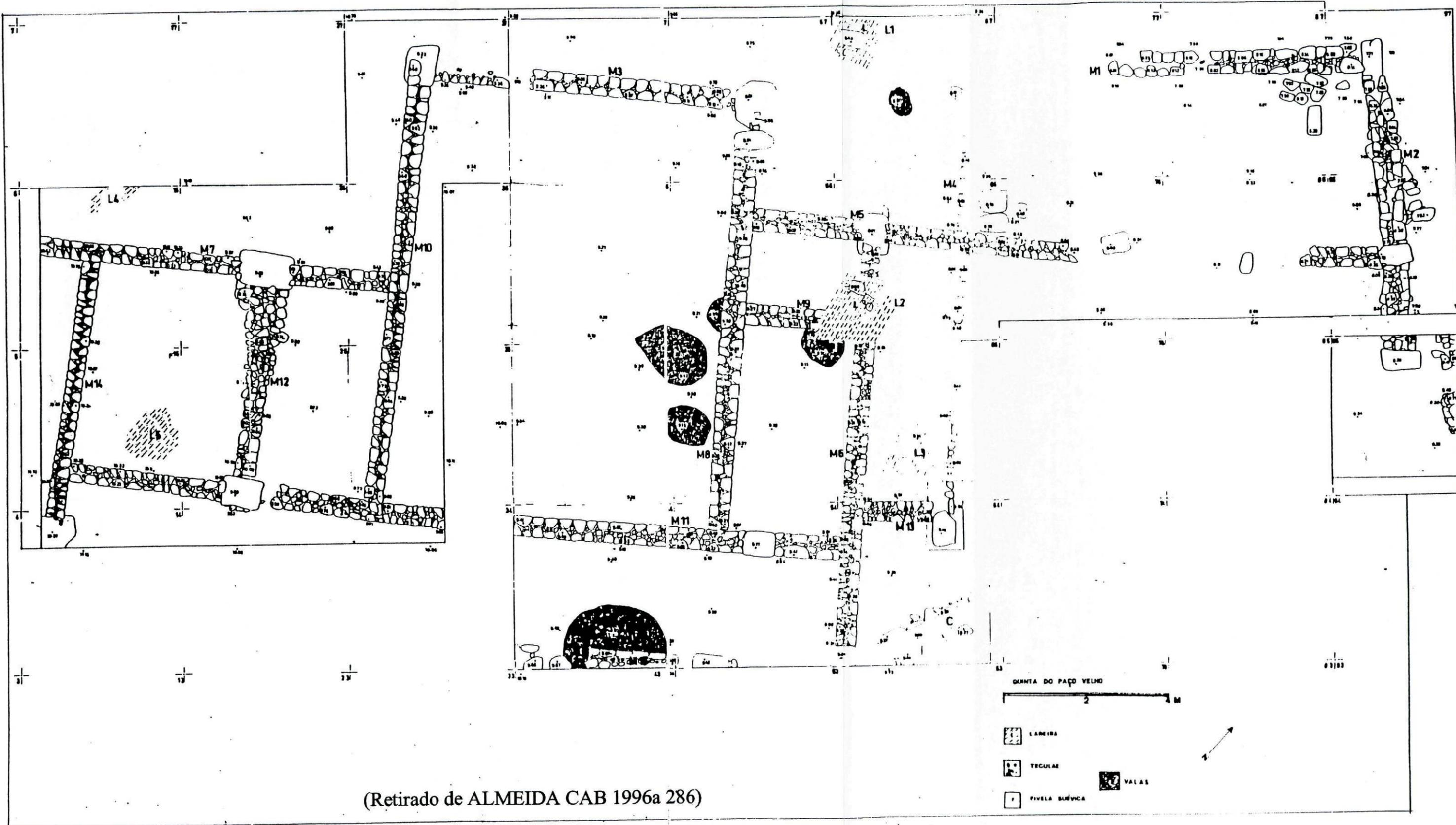
1



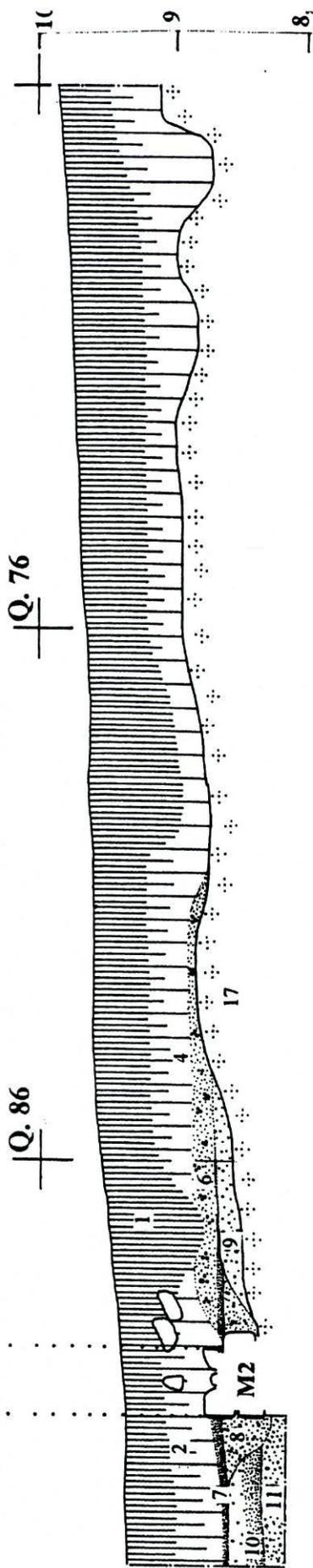
2



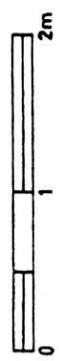
Fig. 17



(Retirado de ALMEIDA CAB 1996a 286)



- 1- CAMADA VEGETAL
- 2- CAMADA CASTANHO-ACINZENTADA - TERRAS DE CULTIVO
- 4- CAMADA CINZENTA - ABANDONO DA "VILLA"
- 6- CAMADA CASTANHO-AMARELADA - OCUPAÇÃO
- 7- CAMADA AMARELA - PISO DO M2
- 8- ENCHIMENTO DA VALA DE FUNDAÇÃO DO M2
- 9- CAMADA AMARELADA - DESTRUIÇÃO DOS MUROS
- 10- CAMADA CINZENTA - OCUPAÇÃO DA "VILLA"
- 11- CAMADA AMARELA - NIVELAMENTO E PISO
- 17- SOLO NATURAL



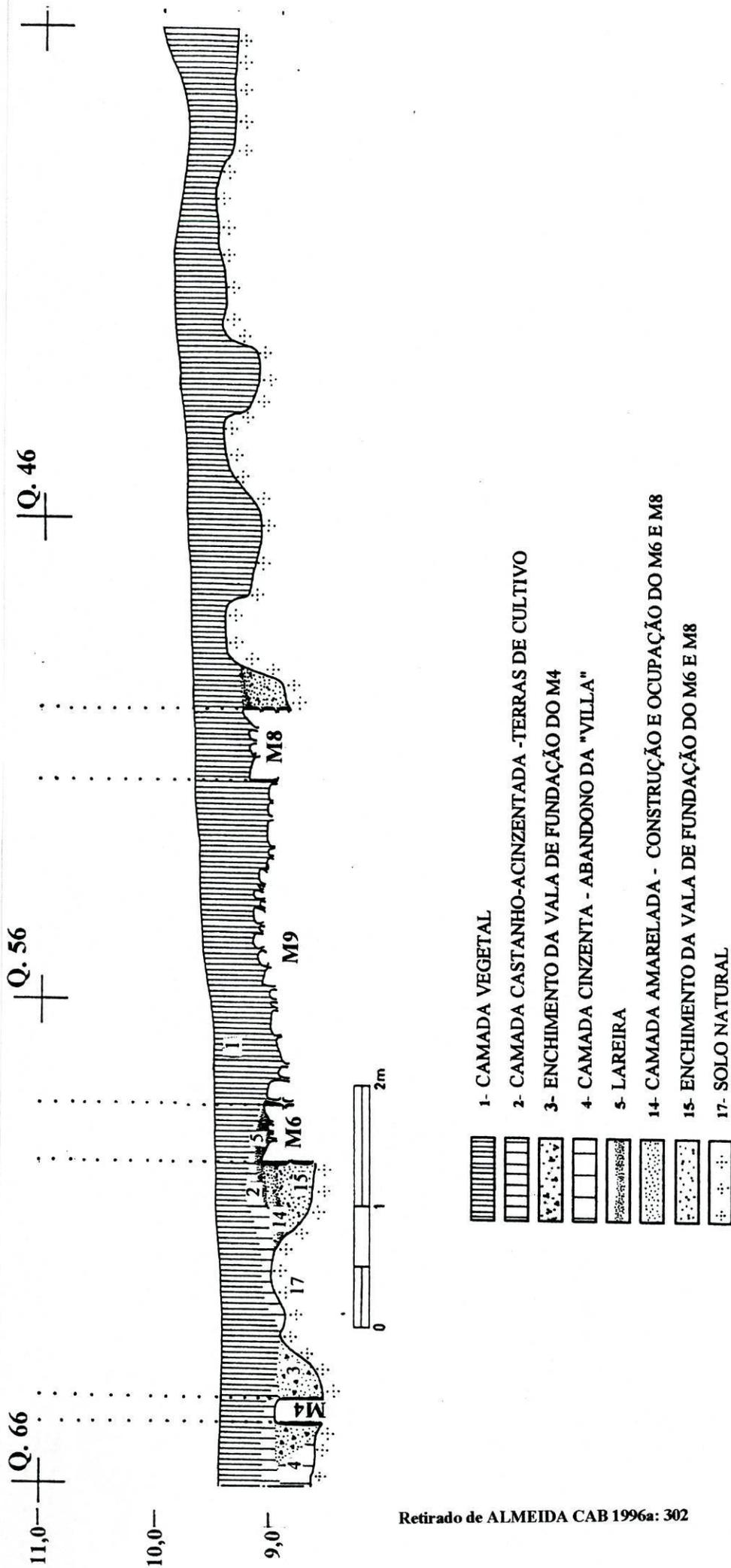
10,0— | Q. 96

9,0—

8,0—

Fig. 18

Fig. 19



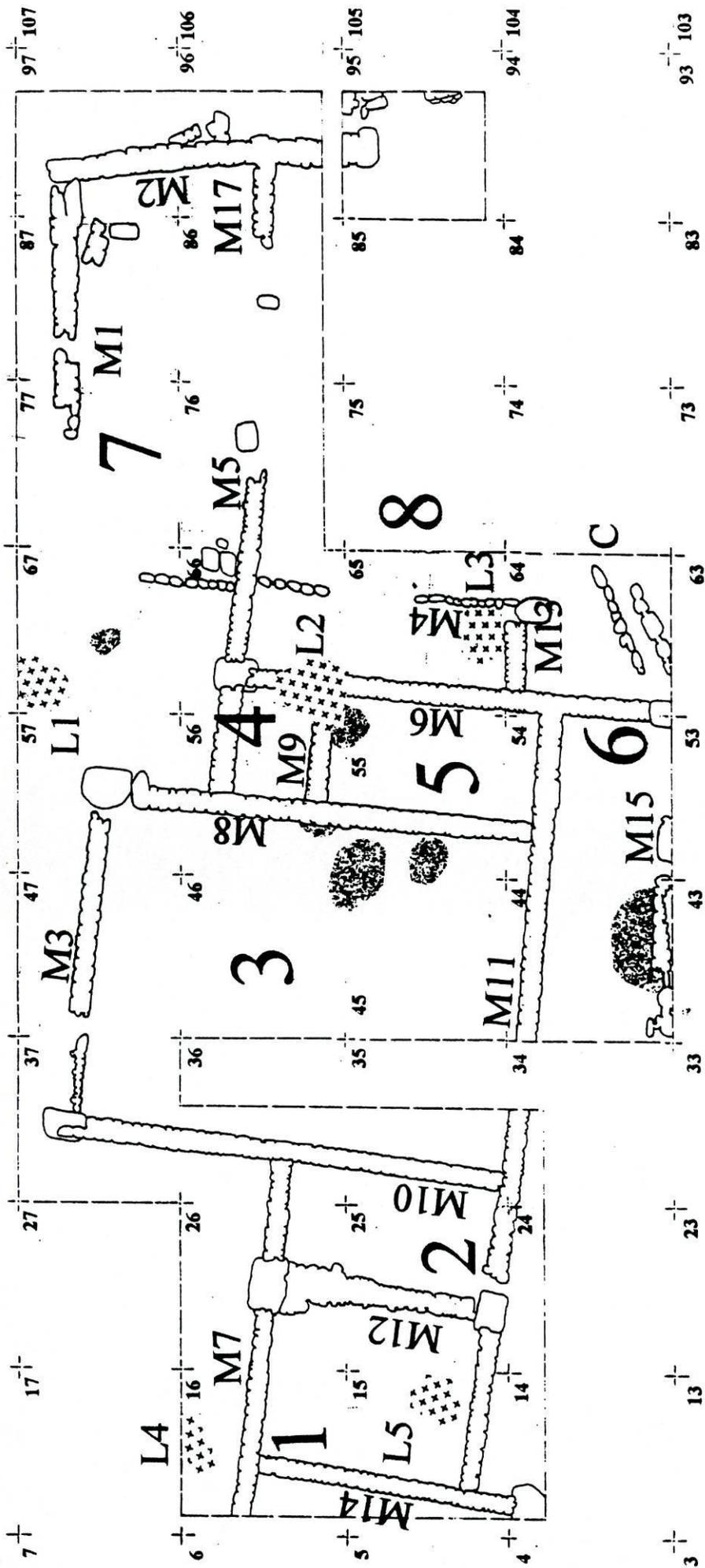


Fig. 20

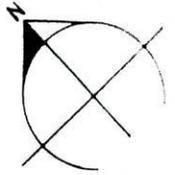


Fig. 21

NASCIMENTO

Quinta do Papo Velho

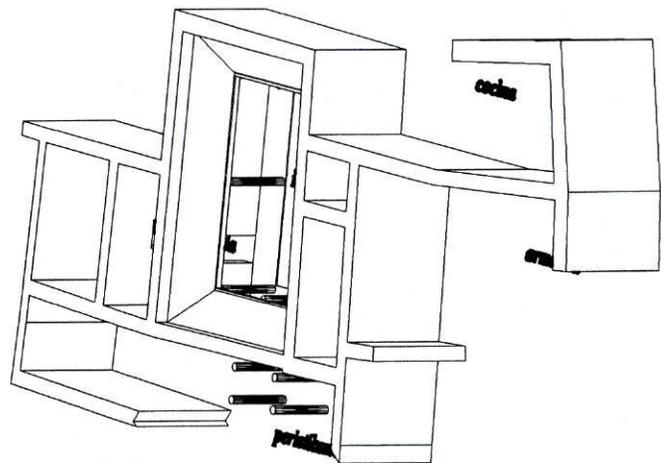
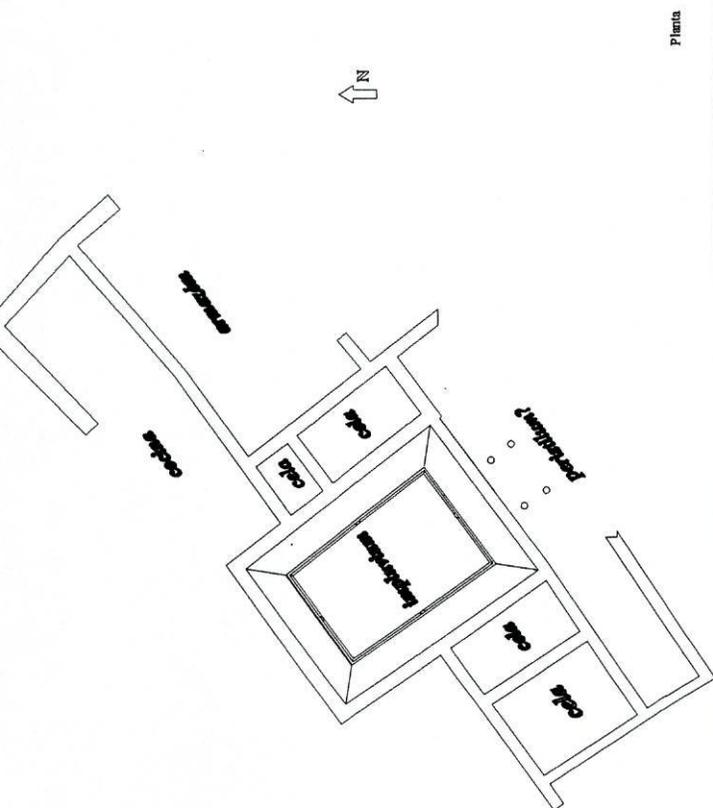
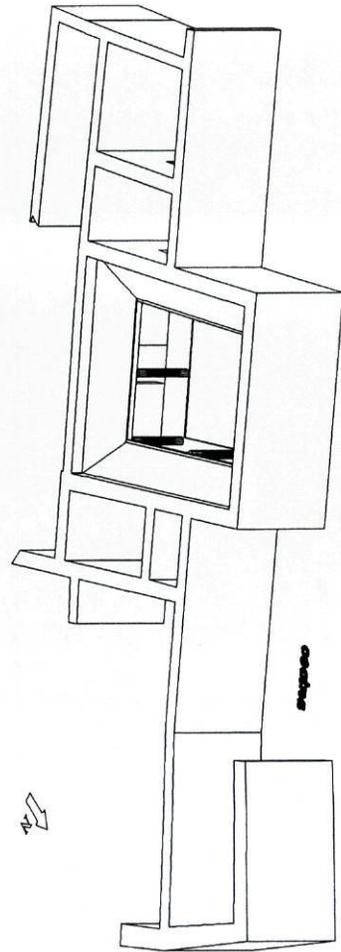
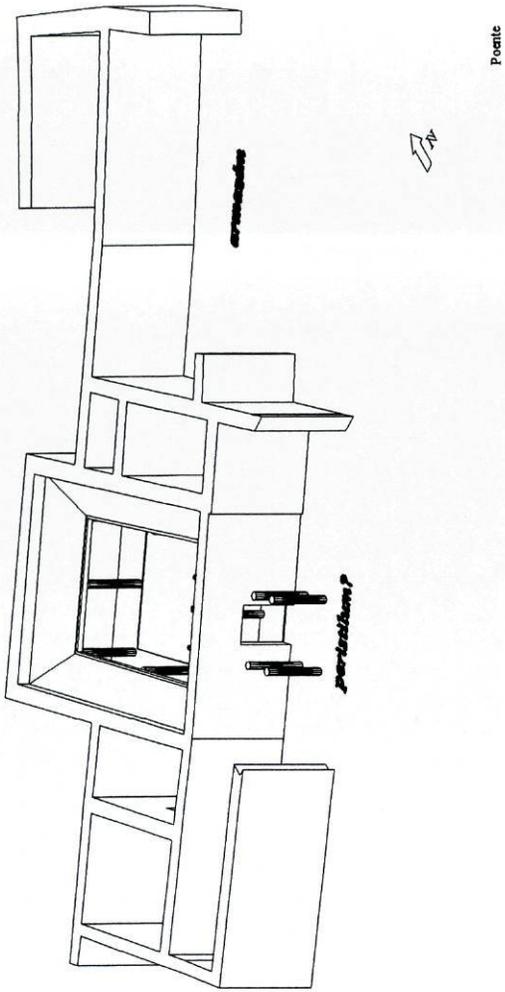
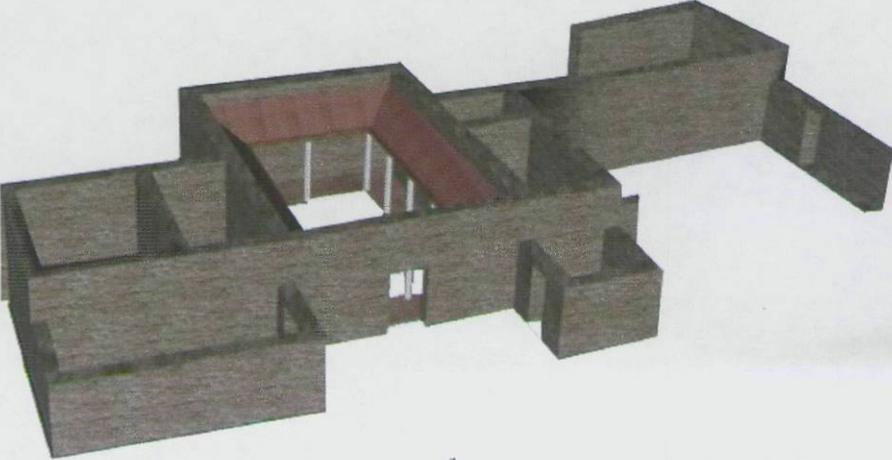
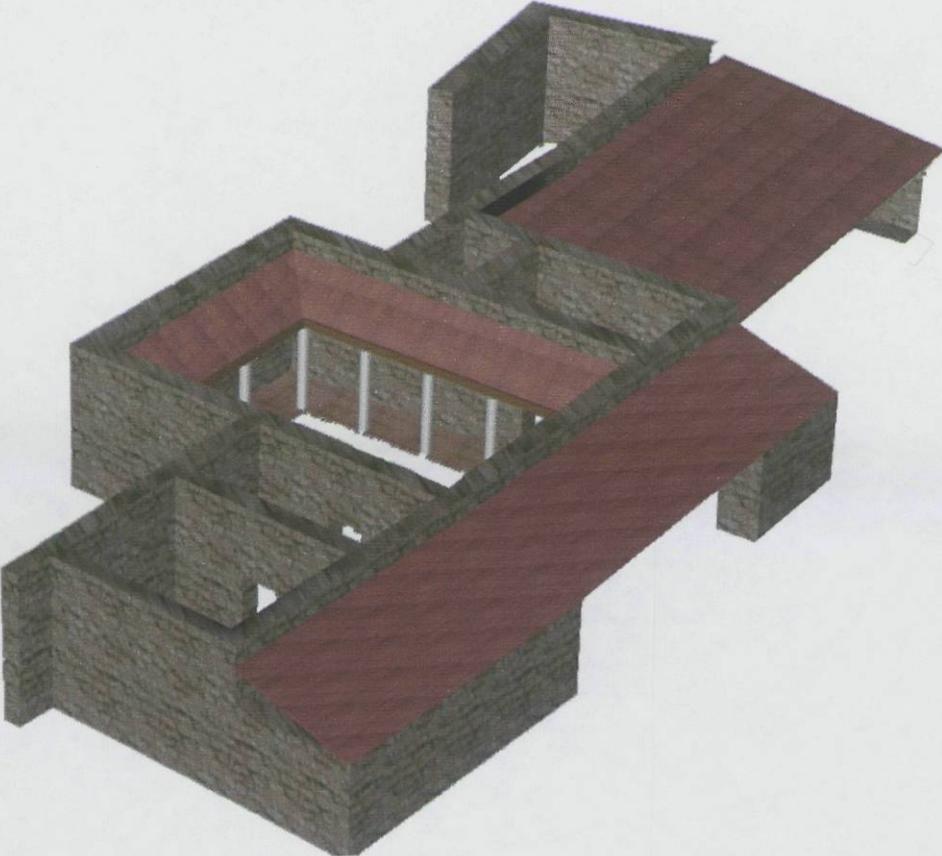


Fig. 22

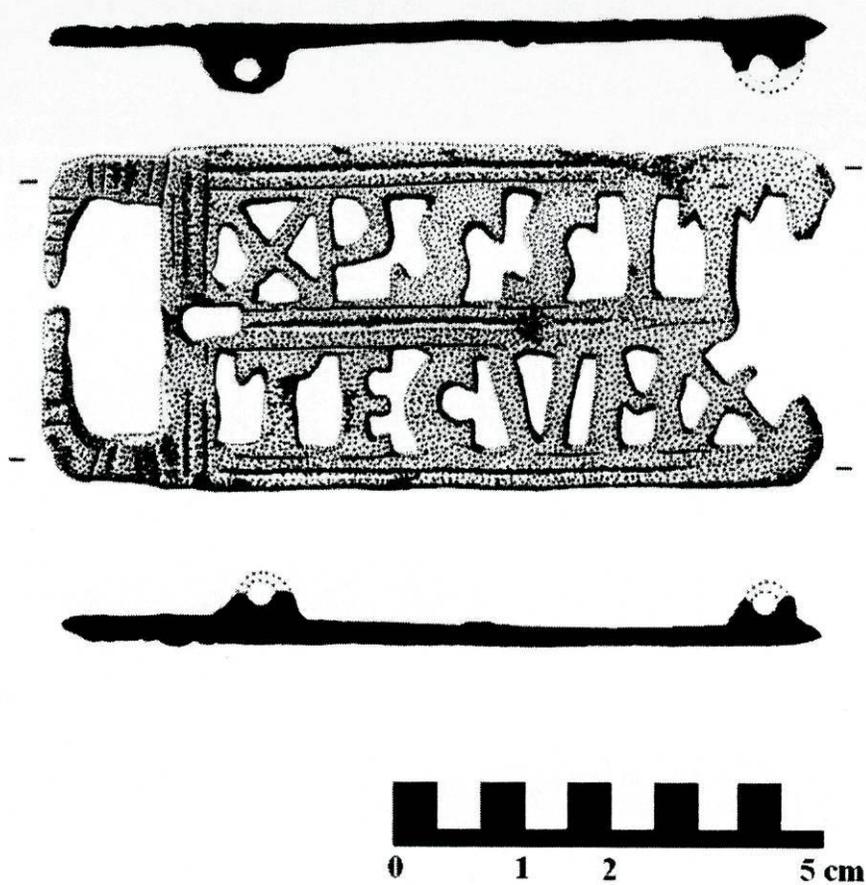


1



2

Fig. 23



(Retirado de ALMEIDA CAB 1996a: 312)

Fig. 24

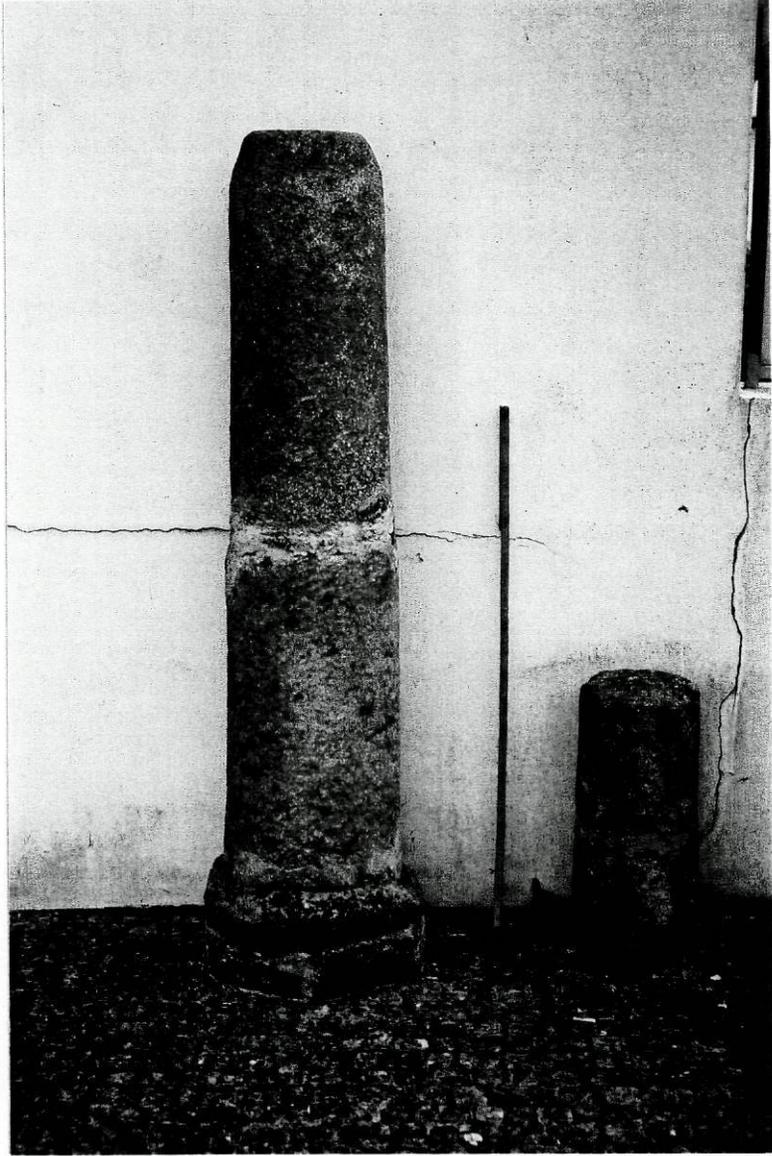


Fig. 25





1



2

Fig. 27



1

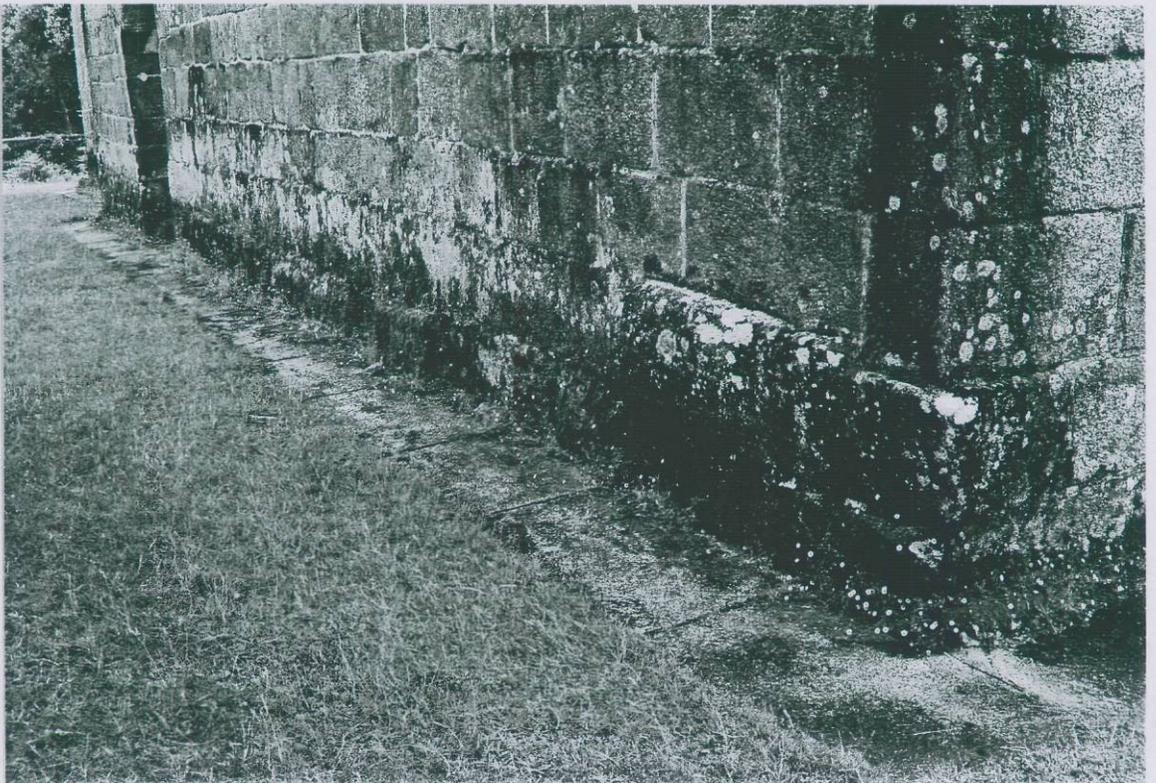


2

Fig. 28

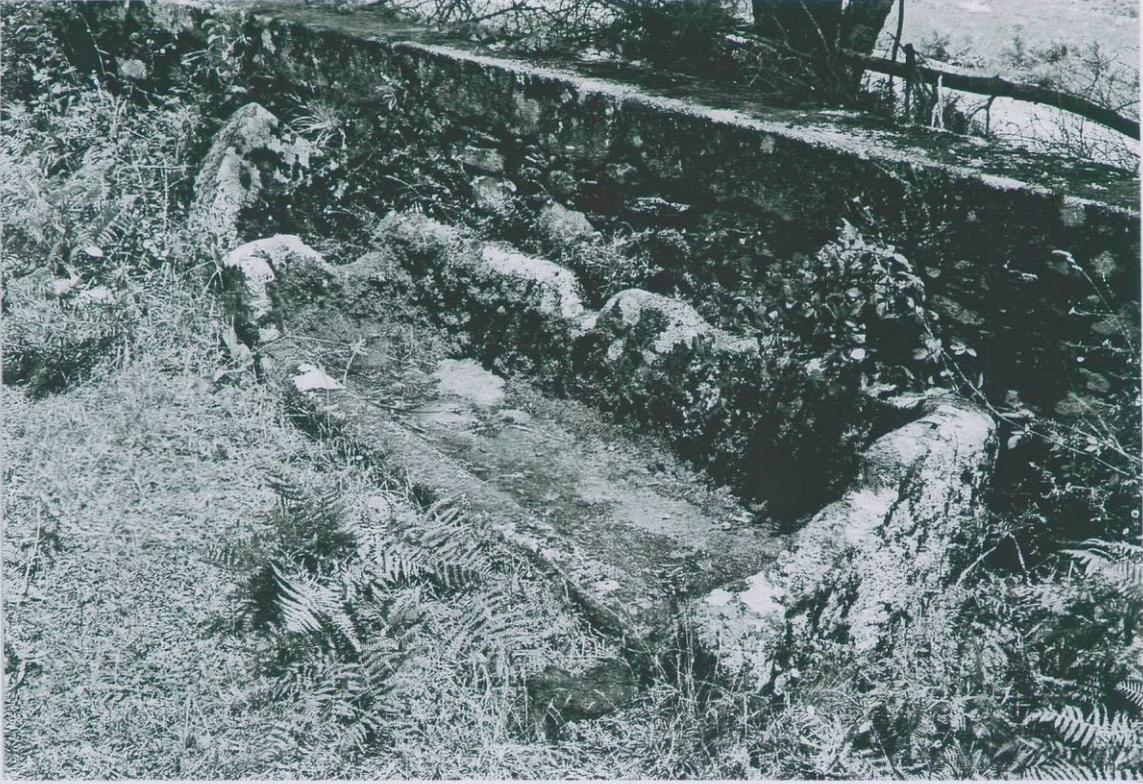


1

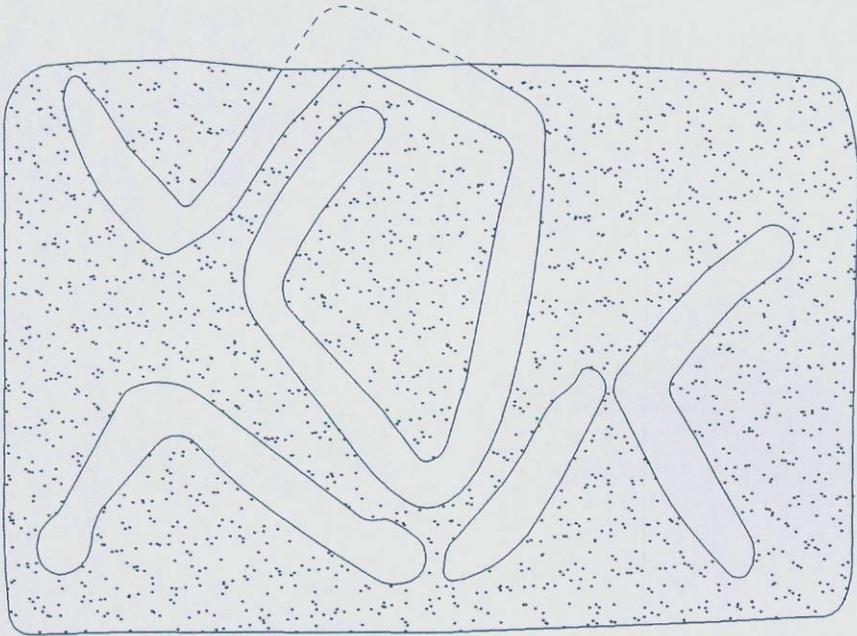


2

Fig. 29



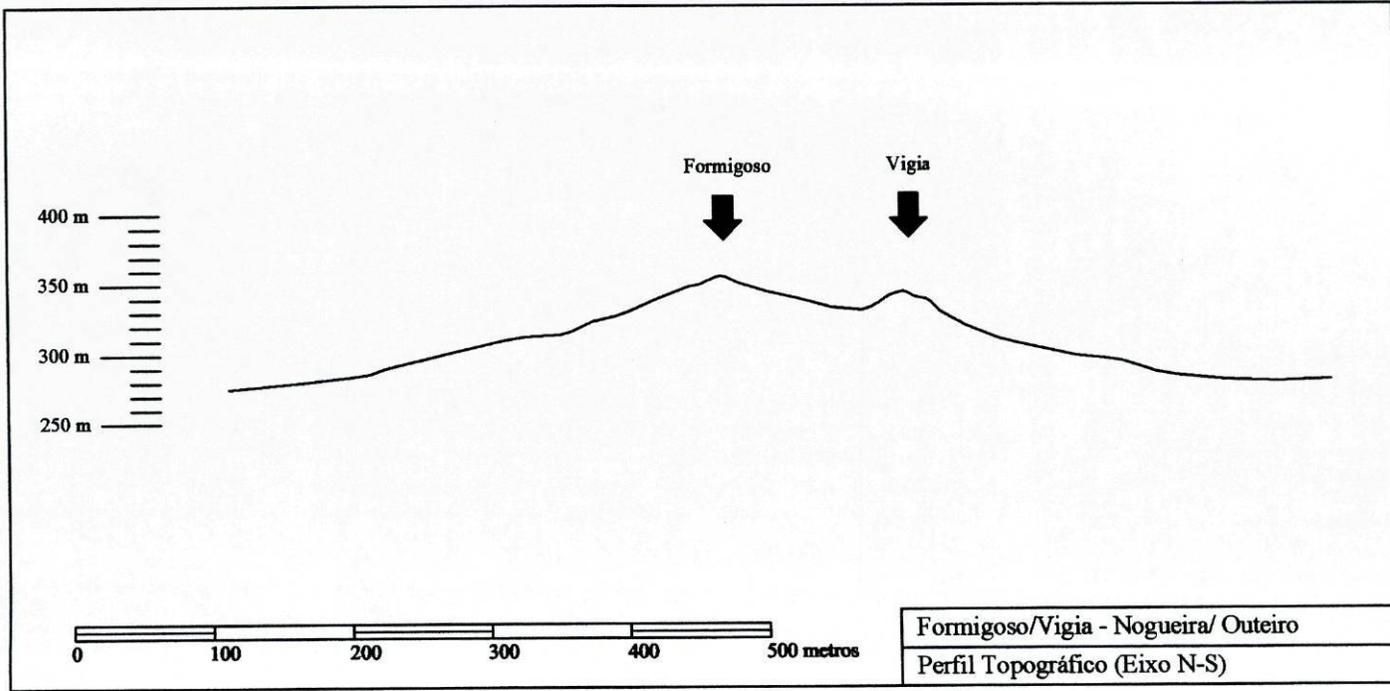
1



Escala 1:2

2

Fig. 30



1



2

Fig. 31

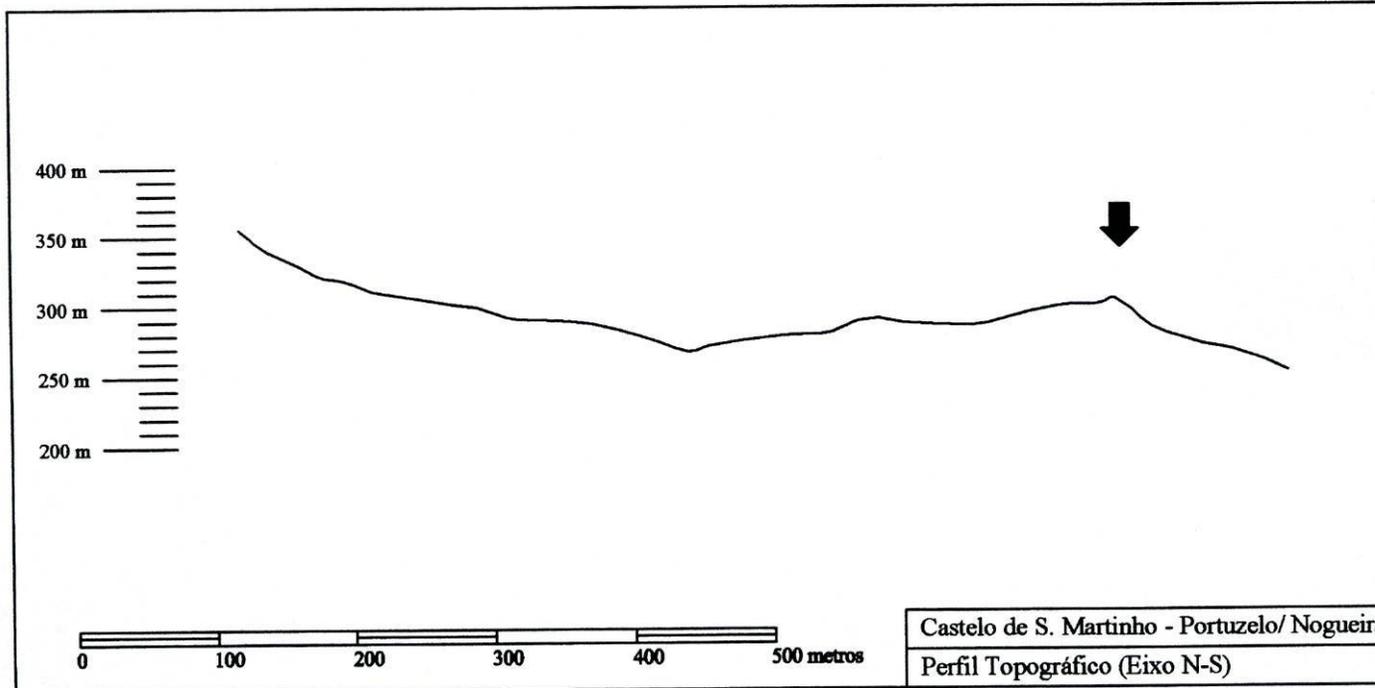
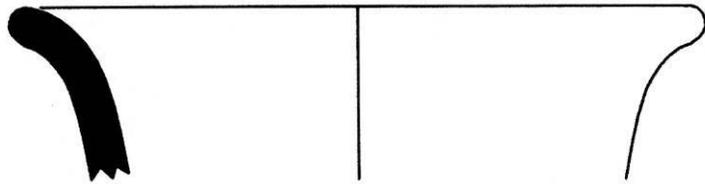


Fig. 32

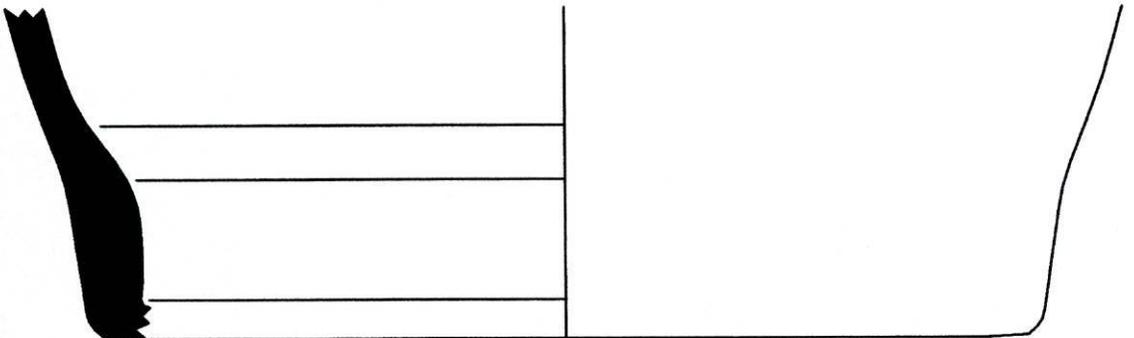


1



2

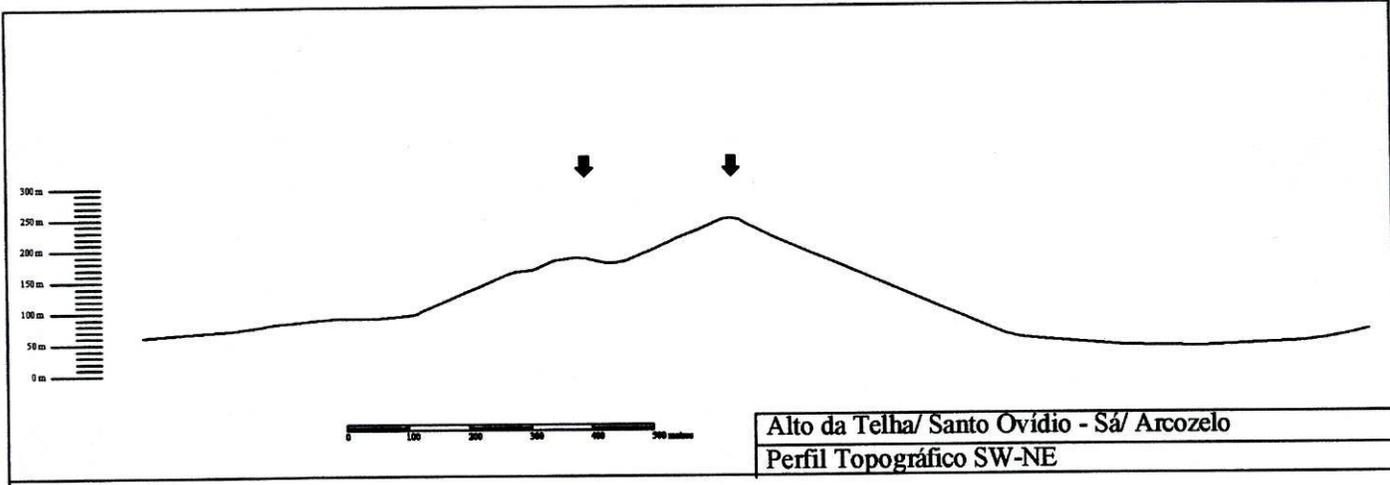
Esc. 1



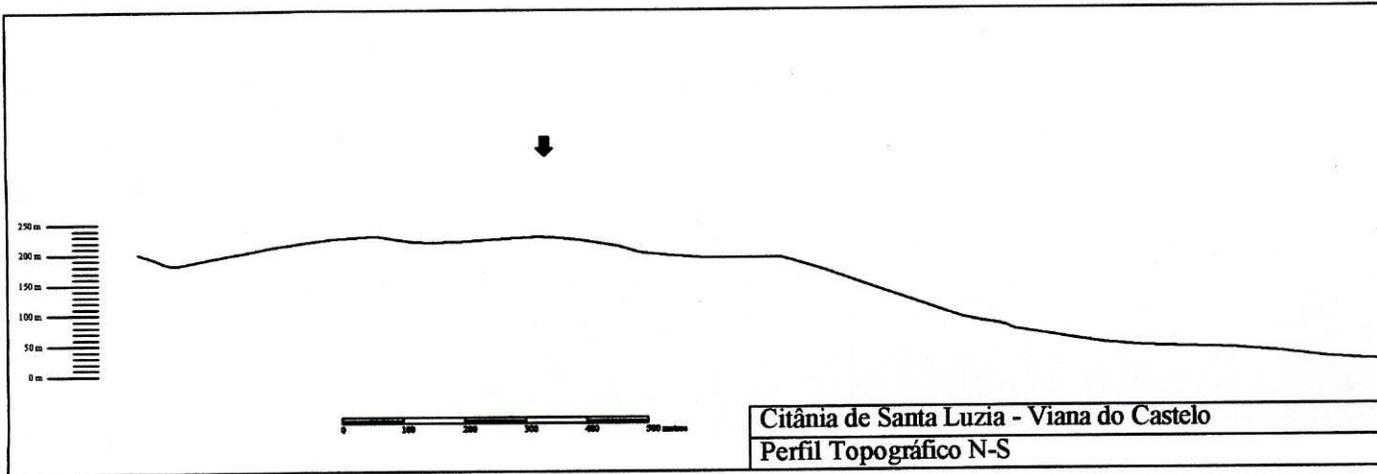
2

Esc. 1

Fig. 33



1

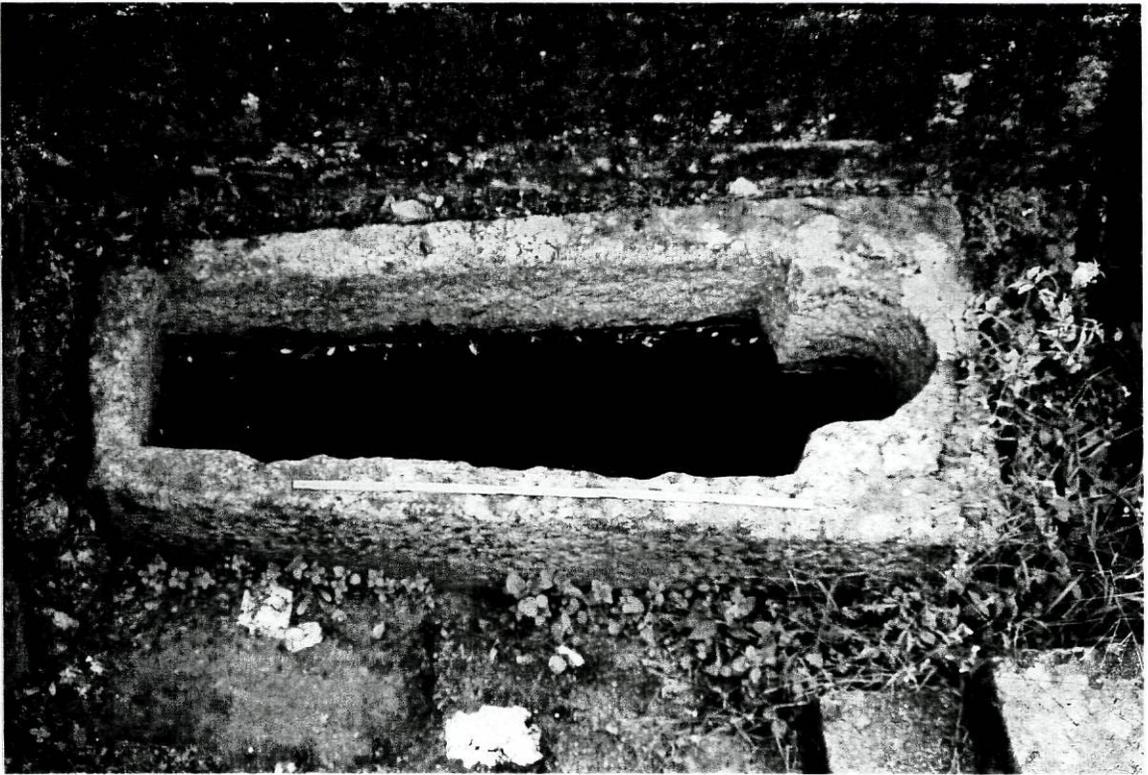


2

Fig. 34

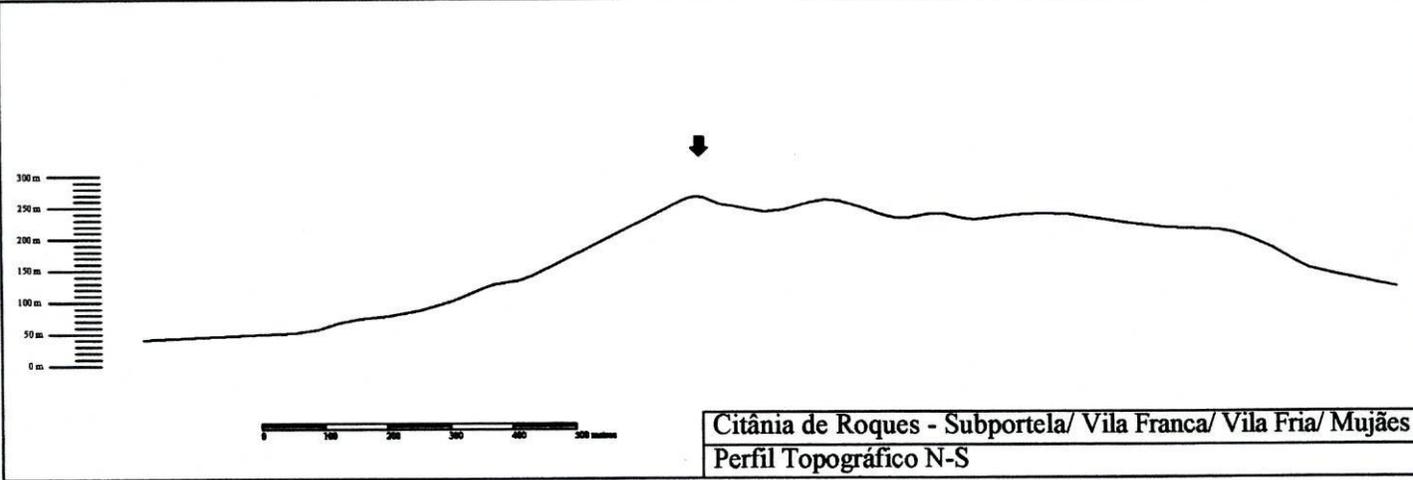


1



2

Fig. 35



1



2

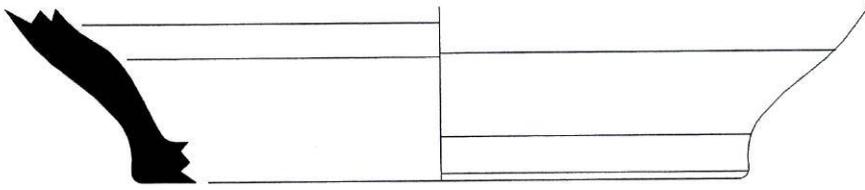
Fig. 36



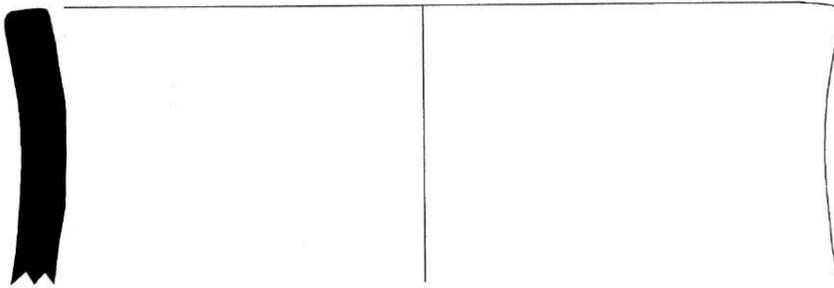
1



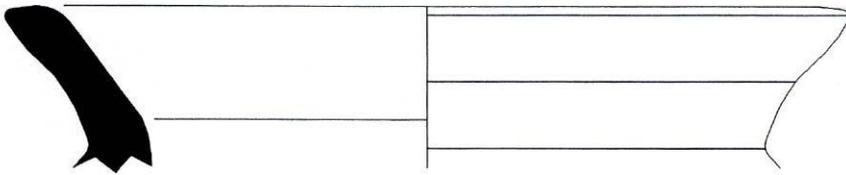
2



1



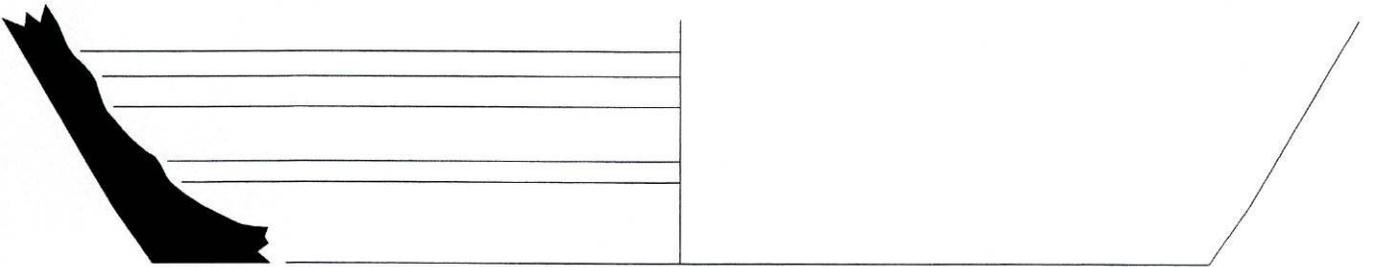
2



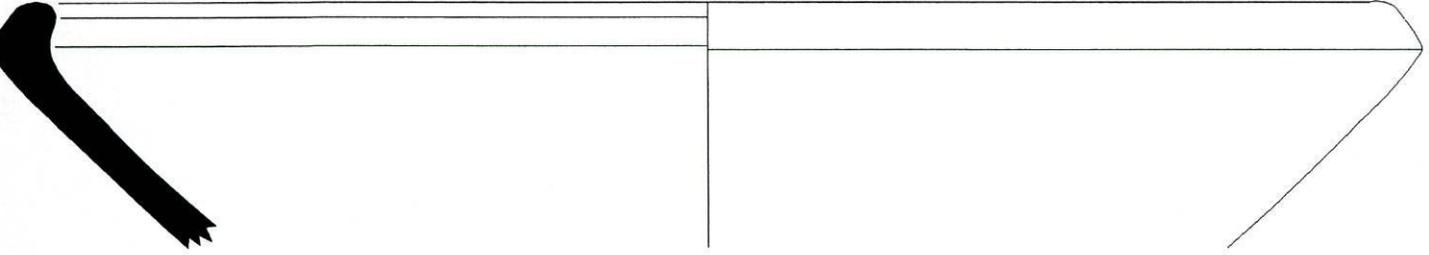
1



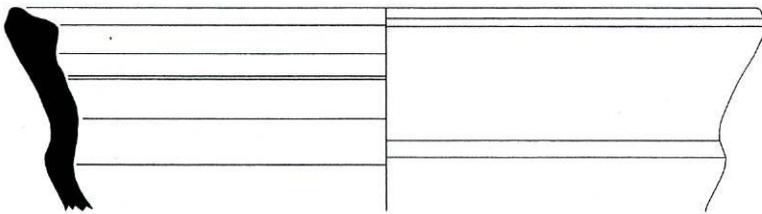
2



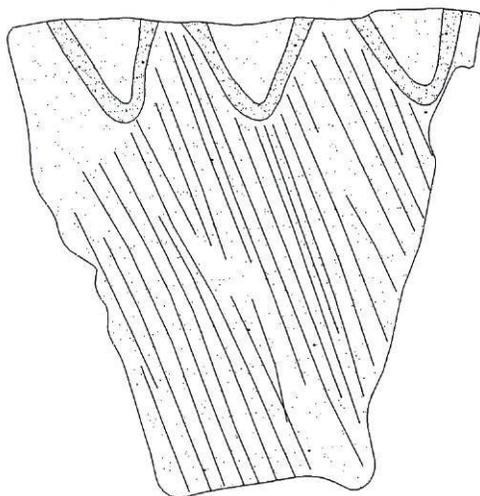
3



1

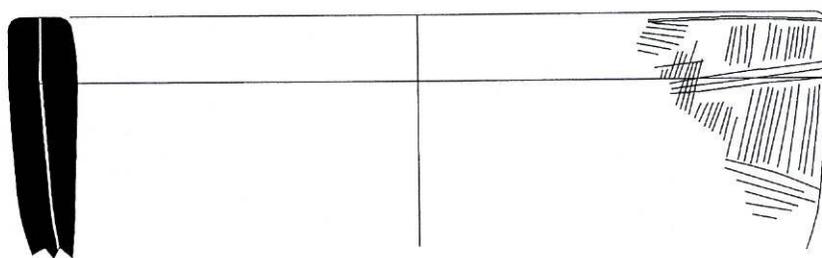


2



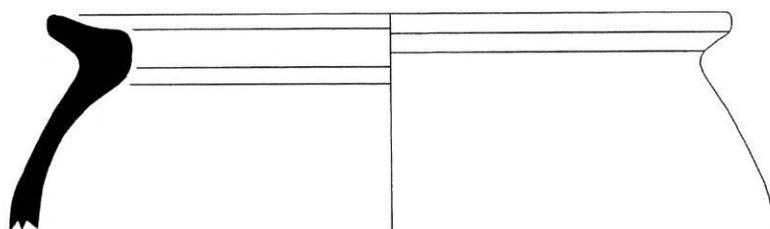
Escala 1:1

1

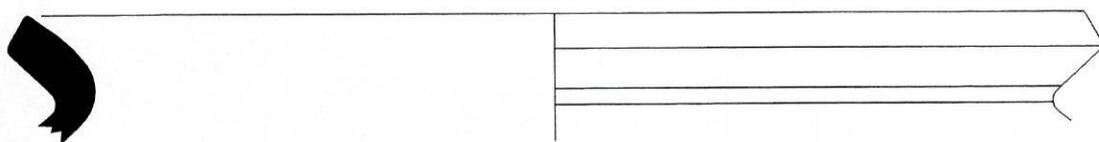


2

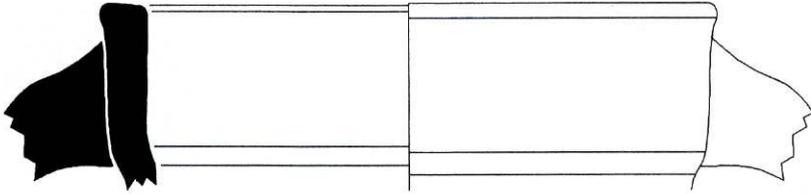
Escala 1:2



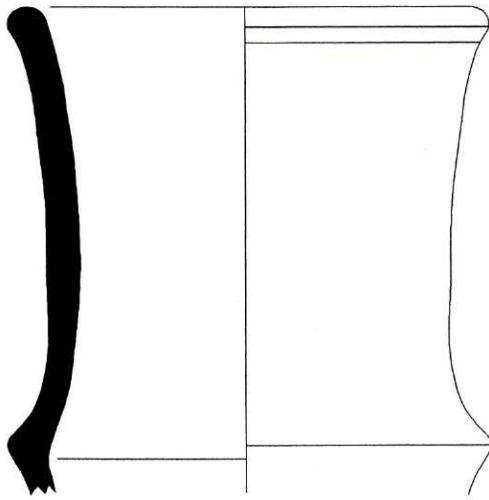
1



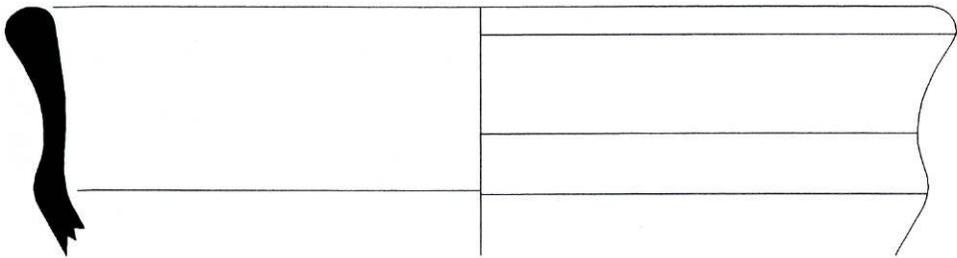
2



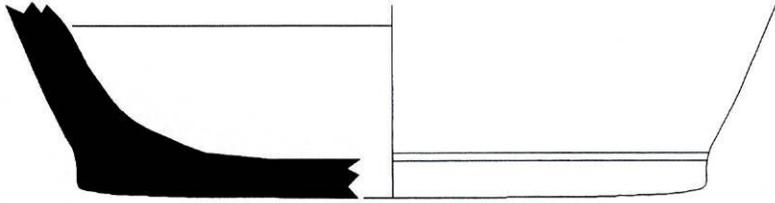
1



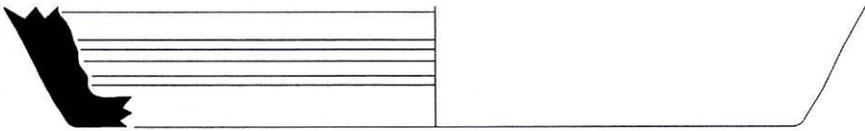
2



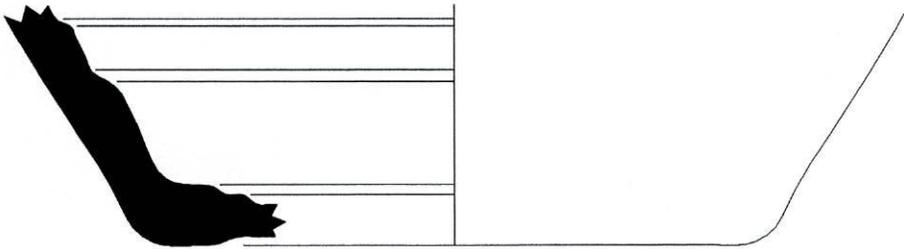
3



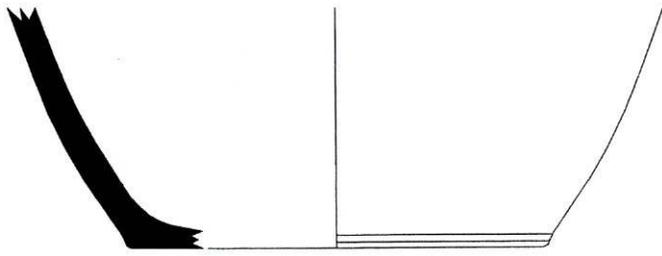
1



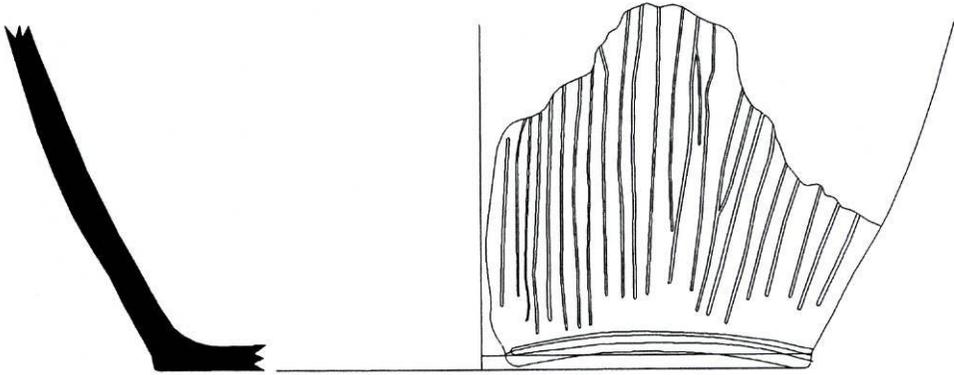
2



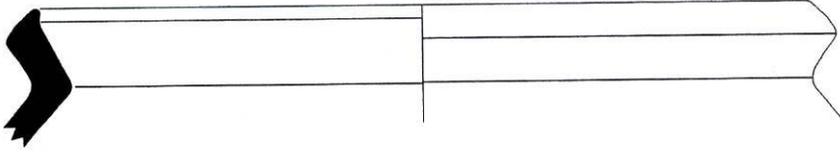
3



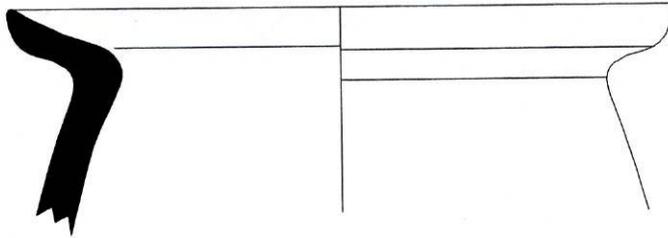
1



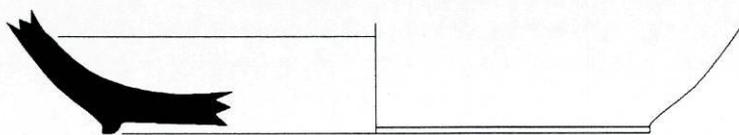
2



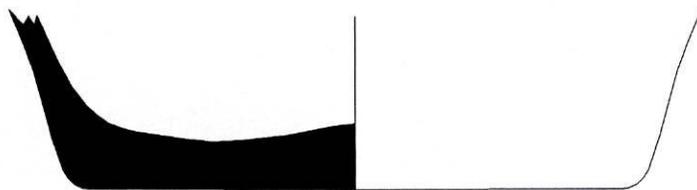
1



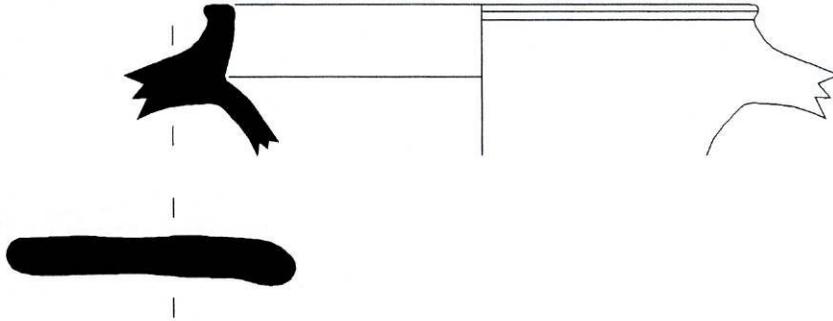
2



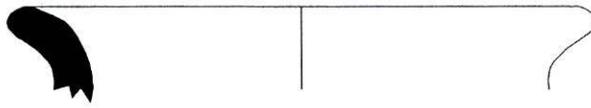
1



2



1



2